



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHI

GUSTAVO HENRIQUE DE BRITO PEREIRA DE REZENDE

**ECOS DE UM PLEBISCITO: O GLOBO, A FOLHA DE S. PAULO E POLÍTICOS
NA CONSTRUÇÃO DA ALTERNATIVA PARLAMENTARISTA EM 1993.**

Uberlândia-MG
Junho de 2021

GUSTAVO HENRIQUE DE BRITO PEREIRA DE REZENDE

**ECOS DE UM PLEBISCITO: O GLOBO, A FOLHA DE S. PAULO E POLÍTICOS
NA CONSTRUÇÃO DA ALTERNATIVA PARLAMENTARISTA EM 1993.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro

Uberlândia-MG
Junho de 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R467e
2021 Rezende, Gustavo Henrique de Brito Pereira de, 1978-
Ecos de um plebiscito [recurso eletrônico] : O Globo, A Folha de S. Paulo e políticos na construção da alternativa parlamentarista em 1993 / Gustavo Henrique de Brito Pereira de Rezende. - 2021.

Orientador: Deivy Ferreira Carneiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.5551>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. Carneiro, Deivy Ferreira, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU:930

Glória Aparecida
Bibliotecária - CRB-6/2047



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, Ata 9, PPGHI				
Data:	Dois de junho de dois mil e vinte e um	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	16:30
Matrícula do Discente:	11912HIS005				
Nome do Discente:	Gustavo Henrique de Brito Pereira de Rezende				
Título do Trabalho:	ECOS DE UM PLEBISCITO: O GLOBO E A FOLHA DE SÃO PAULO NA DISPUTA PELO SISTEMA PARLAMENTARISTA EM 1993				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	Trabalho e Movimentos Sociais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Violência, interdependência e microstoria				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma Google Meet a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Dilma Andrade de Paula (UFU), Laurindo Mékie Pereira (Unimontes), e Deivy Ferreira Carneiro orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Deivy Ferreira Carneiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Deivy Ferreira Carneiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/06/2021, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dilma Andrade de Paula, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/06/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laurindo Mekie Pereira, Usuário Externo**, em 02/06/2021, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2776002** e o código CRC **0824D136**.

GUSTAVO HENRIQUE DE BRITO PEREIRA DE REZENDE

**ECOS DE UM PLEBISCITO: O GLOBO, A FOLHA DE S. PAULO E POLÍTICOS
NA CONSTRUÇÃO DA ALTERNATIVA PARLAMENTARISTA EM 1993.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Uberlândia, 02 de junho de 2021.
Banca examinadora:

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro, UFU/MG

Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula, UFU/MG

Prof. Dr. Laurindo Mekie Pereira, UNIMONTES/MG

Aos meus amores *Francisco* e *Leandra*, pelo carinho e compreensão no laborioso tempo de dedicação a esta pesquisa.

AGRADECIMENTO

O mais amplo do mundo, o conhecimento, o reconhecimento, a alegria deixada por um presente, como um suavíssimo cometa, tudo isto e muito mais cabem na extensão da palavra: OBRIGADO!

PABLO NERUDA

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro, meu Orientador, pela confiança, paciência, compreensão e receptividade. Sem sua motivação e ajuda, eu não teria alcançado esta realização. Obrigado por expandir meu conhecimento teórico e pelo auxílio na organização e escrita desta pesquisa.

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais, pela disposição e ajuda com as dúvidas surgidas no desenvolvimento da pesquisa, e pelas sugestões, paciência e cordialidade.

Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula, incentivadora e apoiadora dos meus primeiros passos como pesquisador, pela participação na Banca Examinadora desta pesquisa, pelas orientações passadas, por acreditar no meu potencial e pela paciência em formar este pesquisador, que ainda tem muito a aprender e a melhorar, mas que possui consciência de suas bases sólidas, construídas, sobretudo, com seu auxílio e motivação, ainda nos tempos de graduação nesta respeitável universidade.

Prof. Dr. Laurindo Mekie Pereira, pela valiosa atenção de participar desta Banca Examinadora, contribuindo para o aperfeiçoamento deste estudo.

Profa. Leila Maria de Brito, escritora e pesquisadora, minha mãe, que me encorajou aos estudos, sempre colaborando para o aperfeiçoamento do meu texto.

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, à dedicação de seus professores, funcionários e alunos. Sendo a construção do conhecimento uma tarefa coletiva, com esta pesquisa não foi diferente, e por isso pude contar com o ambiente propício ofertado por este programa de Pós-Graduação.

Minha família, meus amores, fundamentais nesses tempos sombrios de isolamento e despedidas. Amo todos vocês!

Nada provoca mais danos a um Estado,
que homens astutos se passando por sábios.

FRANCIS BACON

RESUMO

REZENDE, Gustavo H. B. P. *Ecos de um plebiscito: O Globo, a Folha de S. Paulo e políticos na construção da alternativa parlamentarista em 1993*. 2021, 170 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2021.

Este estudo teve por objetivo analisar as publicações dos jornais impressos *O Globo* e *Folha de São Paulo*, tomando como centro da abordagem o Plebiscito de 1993, que definiu a forma e o sistema de governo para o país. Centrando a análise nas publicações relativas à defesa da via parlamentarista, observou-se as posições tomadas por jornalistas, colunistas e entrevistados durante o plebiscito, identificando-se tendências nas suas linhas editoriais, e analisando como a defesa pelo sistema parlamentarista se desenvolveu nos referidos jornais. Para tanto, com base em conceitos gramscianos de Estado ampliado e jornalismo integral, investigou-se, nesta pesquisa, a relação que jornais e políticos estabeleceram no referido plebiscito, visualizando, nesse espaço correlacional, as tendências políticas apresentadas pelos jornais, buscando, assim, levantar novas questões em torno do Plebiscito de 1993, como também, contribuir com as análises que permearam o debate sobre a proposta parlamentarista cujo eco desafia o tempo. Para jogar luz a esse recorrente debate, analisou-se, neste estudo, as publicações desses dois importantes veículos de comunicação. Tendo como leitores parte significativa da elite brasileira, os jornais impressos *O Globo* e *Folha de São Paulo* se destacam, uma vez que a proposta parlamentarista encontrou ressonância, principalmente, em setores dessa elite. Este estudo buscou, portanto, compreender o desenvolvimento desse debate no período do Plebiscito de 1993, enriquecendo, assim, as possibilidades de análise sobre os ecos que o referido plebiscito ainda causa no cenário político nacional.

Palavras-chave: Plebiscito de 1993; parlamentarismo; Estado; imprensa

RESUMEN

REZENDE, Gustavo H. B. P. *Ecos de un plebiscito: O Globo, Folha de S. Paulo y políticos en la construcción de la alternativa parlamentaria en 1993*. 2021, 170 p. Tesis (Maestría de Historia). Instituto de Historia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2021.

Este estudio tuvo como objetivo analizar las publicaciones de los periódicos impresos O Globo y Folha de São Paulo, tomando el plebiscito de 1993 como centro del enfoque, que definió la forma y sistema del gobierno del país. Centrando el análisis en las publicaciones relacionadas con la defensa de la vía parlamentaria, se observaron las posiciones tomadas por periodistas, columnistas y entrevistados durante el plebiscito, identificando tendencias en sus líneas editoriales, y analizando cómo se desarrolló la defensa por parte del sistema parlamentario en los diarios mencionados, desarrollado durante el período del plebiscito. Por tanto, a partir de los conceptos gramscianos de Estado ampliado y periodismo integral, fue buscado en esa investigación la relación que los periódicos y los políticos establecieron en el referido plebiscito, visualizando, en este espacio correlacional, las tendencias políticas que presentan los periódicos, buscando así, plantear nuevas preguntas en torno del Plebiscito de 1993, así como contribuir a los análisis que permearon el debate sobre la propuesta parlamentaria cuyo eco desafía el tiempo. Con el fin de arrojar luz sobre este debate recurrente, en este estudio se analizaron las publicaciones de éstos dos importantes vehículos de comunicación. Con los lectores como parte significativa de la élite brasileña, se destacan los periódicos impresos O Globo y Folha de São Paulo, ya que la propuesta parlamentaria encontró apoyo, principalmente en sectores de ésta élite. Éste estudio buscó, por tanto, comprender el desarrollo de éste debate en el período del Plebiscito de 1993, enriqueciendo así las posibilidades de análisis sobre los ecos que el referido plebiscito aún provoca en el escenario político nacional.

Palabras clave: Plebiscito de 1993; parlamentarismo; Estado; prensa.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	O Globo: Abordagem sobre regime/sistema de governo	108
GRÁFICO 2	Folha de S. Paulo: Abordagem sobre regime/sistema de governo	109
GRÁFICO 3	Folha de S. Paulo: Políticos que foram citados como defensores do sistema parlamentarista de governo	125
GRÁFICO 4	Folha de S. Paulo: Políticos que foram citados como defensores do sistema presidencialista de governo	126
GRÁFICO 5	O Globo: Políticos que foram citados como defensores do sistema parlamentarista de governo	127
GRÁFICO 6	O Globo: políticos que foram citados como defensores do sistema presidencialista de governo	128
GRÁFICO 7	O Globo: Os trinta políticos mais citados em matérias que abordam o plebiscito de 1993	131
GRÁFICO 8	Folha de S. Paulo: Os trinta políticos mais citados em matérias que abordam o plebiscito de 1993	132
GRÁFICO 9	Folha de S. Paulo: Partidos mais representados nas matérias que evidenciam as preferências dos políticos	151
GRÁFICO 10	O Globo: Partidos mais representados nas matérias que evidenciam as preferências dos políticos	152
GRÁFICO 11	Folha de S. Paulo: Partidos mais representados nas citações de deputados e senadores	154
GRÁFICO 12	O Globo: Partidos mais representados nas citações de deputados e senadores	155

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	O Globo – Total de políticos que, pelo menos, em duas matérias foram citados	131
TABELA 2	Folha de S. Paulo – Total de políticos que, pelo menos, em duas matérias foram citados	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDESP	Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IVC	Instituto Verificador de Circulação
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOM	<i>Media Ownership Monitor</i> (Monitor de Propriedade de Mídia)
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STF	Superior Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	A teoria do Estado Ampliado: as contribuições de Gramsci	19
1.2	O Estado Ampliado como alicerce metodológico	26
2	PARLAMENTARISMO E PLEBISCITO	32
2.1	O parlamentarismo	33
2.1.1	O parlamentarismo na história brasileira	38
2.2	O plebiscito e os mecanismos de democracia direta	48
3	A IMPRENSA E O PLEBISCITO DE 1993	55
3.1	O conceito de jornalismo integral: uma perspectiva abrangente sobre a imprensa	55
3.2	Imprensa, políticos e elites: a história dos jornais <i>O Globo</i> e <i>Folha de São Paulo</i>	60
3.2.1	<i>A Folha de São Paulo</i> e <i>O Globo</i> : os jornais das elites	61
3.2.2	Imprensa de opinião <i>versus</i> imprensa de informação	66
3.2.3	Famílias, Estado e concessões: quando o político ganha a mídia	68
3.2.4	<i>A Folha de São Paulo</i> e <i>O Globo</i> de volta ao jogo político	72
3.3	Páginas, editoriais, colunas, reportagens: as fronteiras dos jornais e a pesquisa sobre o parlamentarismo	73
4	O PLEBISCITO DE 1993 E A PROPOSTA PARLAMENTARISTA	78
4.1	A busca pela antecipação	92
4.2	A organização da frente parlamentarista	98
4.3	Um impeachment na reta final	111
4.4	Um debate entre ruídos: afinal, para quê parlamentarismo?	116
4.5	A derrota do parlamentarismo	134
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
	REFERÊNCIAS	165
5.1	Fontes	165
5.2	Bibliografia	165

1 INTRODUÇÃO

Eco, (e.co), s.m. 1. Repetição de um som devido à reflexão de ondas sonoras em um obstáculo. (...) 10. Algo que faz parte do passado e se recorda; memória. (...) Expressões: Encontrar eco: encontrar apoio, ter boa acolhida.¹

Aparentemente como uma discussão em aberto no meio político, a proposta do parlamentarismo como sistema de governo para o país permanece presente desde a democratização nos anos de 1980, retornando com curiosa frequência nos corredores do Congresso e nos meios de comunicação. Dois momentos marcantes dessa discussão ocorreram na elaboração da nova Constituição para o país, em 1988, e no Plebiscito que essa Constituição definiu, em 1993. A elaboração da nova Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, definiu, assim, a realização de um plebiscito no qual os brasileiros pudessem escolher entre o regime monárquico ou republicano, como também, a forma de controle desse regime, o sistema presidencialista ou parlamentarista. Ao observar, nas fontes da época, as discussões levantadas e a literatura jurídica que se debruçou sobre o tema, constata-se que tanto o processo como o conjunto de suas propostas indicam, além da falta do tempo necessário para inteirar a população brasileira, contradições conceituais presentes no âmbito de tais propostas². Sendo vitoriosa a proposta republicana e presidencialista, o que se observa nos anos posteriores ao plebiscito é a continuação dessa discussão, na qual a via parlamentarista ganha destaque.

O parlamentarismo é um sistema de governo em que o chefe de Estado, normalmente, se difere do chefe de governo, com o legislativo obtendo a premissa de escolhê-lo ou autorizá-lo a chefiar a administração do país. É dado a esse líder (primeiro-ministro, chanceler ou presidente de governo) um voto de confiança pelo parlamento, que, se necessário, pode ser retirado. Parte do poder executivo, portanto, fica a controle do representante que os parlamentares, entre si, escolheram, ou permitiram. Existem diversas variantes desse modelo. Assim, funcionar em regimes monárquicos ou republicanos, possuir diferentes divisões de poderes entre o chefe de Estado e o chefe de governo, e exigir, ou não, o consenso do gabinete de ministros para tomada de decisões, estão entre algumas dessas variantes. O Brasil já possuiu o parlamentarismo como forma de governo por duas vezes. A primeira, durante o

¹ MICHAELIS ON-LINE. **Dicionário Brasileiro da Língua Brasileira.** Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=jZBv>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

² GARCIA, Francisco Tadeu Lima. Plebiscito de 1993: a proposta em Assembleia Nacional Constituinte. Artigos. **JUS.com.br**, março. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/56373/plebiscito-de-1993-a-proposta-em-assembleia-nacional-constituente>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

período imperial de Dom Pedro II, que durou de 1847 até o fim do regime monárquico em 1889. O país vivenciou, então, uma expansão nos poderes do parlamento com a criação da Presidência do Conselho de Ministros. Nesse sistema, o Imperador continuou possuindo elevado poder diante o parlamento, fato que levou historiadores a denominá-lo como Parlamentarismo às avessas, quando comparado, à época, ao seu homólogo inglês. A segunda experiência de parlamentarismo ocorreu após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961. A crise política com a renúncia do presidente e a oposição de setores do exército e outros grupos da sociedade à posse do então vice-presidente João Goulart, fez com que o Congresso Nacional implementasse o regime de parlamentarismo no Brasil, com o intuito de retirar poderes do cargo de presidente. Esse regime perdurou durante dezessete meses, quando ocorreu um plebiscito no país, restaurando os poderes do presidente João Goulart e, consequentemente, abrindo caminho para o Golpe civil-militar de 1964.

A discussão em torno do parlamentarismo atingirá vulto novamente durante a Constituinte de 1987-1988 e, ainda mais, no Plebiscito de 1993. Um grande debate em torno do antagonismo: república *versus* monarquia e, principalmente, presidencialismo *versus* parlamentarismo, se desenvolveu nos meios de comunicação. No decorrer dessa pesquisa analisaremos esse debate, levantando os argumentos e as possíveis motivações para a defesa do parlamentarismo, que setores da mídia e da sociedade política brasileira apresentaram durante o plebiscito de 1993.

O plebiscito relativo ao regime e o sistema de governo no Brasil ocorreu em um momento de transição de paradigmas sociais, culturais, econômicos e políticos da história global. A queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética perpassavam a conjuntura brasileira, influenciando os mais diversos debates, uma vez que a sensação de vitória do capitalismo sobre seu antagonista era inquestionável. Sobre essa influência, os campos político e econômico se destacam, uma vez que as impactantes transformações da conjuntura externa eram acompanhadas no Brasil, também por fortes mudanças políticas e econômicas. Sobre o contexto do Plebiscito de 1993, importante destacar, além da experiência do primeiro governo eleito pelo voto direto após o período ditatorial – e, logo depois, seu *impeachment* motivado por denúncias de corrupção –, a mudança de paradigma econômico que se estabeleceu no cenário brasileiro a partir dos anos de 1990. Sendo duramente atacada, principalmente pela instabilidade econômica (problema inflacionário, quedas das reservas do país e a falta de equilíbrio das contas externas), a política desenvolvimentista, que orientava a economia brasileira, dava lugar a outro modelo, que tinha no liberalismo clássico sua inspiração. Segundo Paulani: “*Isso abriu as portas para a difusão dos princípios e valores*

*que moldam o pensamento neoliberal, a começar pelo ataque ao Estado, visto como a raiz de todos os males, e às empresas estatais, vistas como monstros de ineficiência.”*³

O neoliberalismo se firmava na sociedade brasileira diante uma feroz batalha de opinião nos mais diversos ambientes da sociedade civil. Já estabelecido em países de economia desenvolvida e de grande influência sobre o Brasil, como os Estados Unidos e a Inglaterra, o neoliberalismo, que travou e venceu importantes batalhas ideológicas durante a década de 1980, se consolidava em políticas econômicas no decurso dos anos de 1990. “Desde a eleição de Collor, passou a ser voz corrente a inescapável necessidade de reduzir o tamanho do Estado, privatizar empresas estatais, controlar gastos públicos, abrir a economia etc.”⁴. Imerso nessa transição, como será observado no decurso desta pesquisa, o debate acerca do plebiscito de 1993 ocorreu ora em paralelo ora em conjunto com as premissas levantadas por Paulani, frequentemente, compactadas no termo “modernidade”.

Ao pesquisarmos as produções científicas que se debruçaram sobre o plebiscito de 1993, constatamos que o evento conta com poucas produções, sendo elas originárias do campo da história, sociologia e direito. Na sociologia, encontramos os artigos de Bruno Filippo, *Tempo de rei: carnaval carioca, monarquia e plebiscito de 1993*, de 2009; Marcus Faria Figueiredo, *Os plebiscitos de 1963 e 1993 e a participação eleitoral*, de 1993; Plínio Augusto de Souza Dentzien, *Metodologia e escolha popular: diferentes estratégias de pesquisa*, de 1993; e o artigo de Francisco Tadeu Lima Garcia, *Plebiscito de 1993: a proposta em Assembleia Nacional Constituinte*, de 2017. Na esfera do direito temos a dissertação de Lays Pomerancblum Tenente, *O Plebiscito de 1993: Aspectos jurídicos e políticos da democracia brasileira sob o prisma da teoria deliberativa de Habermas*, de 2013⁵. Já no campo da história, o plebiscito ainda não foi tema, no meio acadêmico, de dissertações ou teses. Nesse campo tem-se a monografia de Andreza Pires de Carvalho, “*Voto rebelde é na monarquia!*”: a disputa entre monarquistas x republicanos e parlamentaristas x presidencialistas no plebiscito de 1993, de 2018; e os artigos de Geovani Németh-Torres, *A odisseia monarquista no plebiscito nacional de 1993*, de 2008; e William Giovanaz Figueiró, *Monarquistas do tempo presente: breve ensaio acerca das noções temporais e ações políticas através das ferramentas de internet*, de 2015.

³ PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de.; BRAGA, Ruy.; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 119.

⁴ Ibidem.

⁵ Infelizmente, não foi possível adquirir a dissertação, seja por meio eletrônico ou pela obra impressa. Portanto, o presente estudo não pôde contar com a contribuição da pesquisa de mestrado em Direito Político e Econômico da advogada Lays Pomerancblum Tenente.

O resultado da pesquisa acima relatado confirma que os eventos do plebiscito de 1993 foram, até então, pouco estudados. E se notarmos que dois desses estudos foram produzidos logo depois do plebiscito, ainda em 1993, temos, na verdade, apenas seis estudos produzidos com o mínimo de distanciamento temporal. No campo da história, especificamente, todos as pesquisas de Carvalho, Németh-Torres e Figueiró possuem como objeto de estudo as disputas no plebiscito em torno da proposta monárquica. O presente estudo, portanto, trilha caminho inexplorado, ao vasculhar os vestígios das disputas de parlamentaristas no contexto do plebiscito.

Com o objetivo de analisar a escolha do parlamentarismo por determinados grupos da sociedade, foram avaliadas as publicações relativas ao tema nos jornais impressos O Globo e Folha de São Paulo. Integrantes das duas maiores empresas de jornais impressos do Brasil, a Infoglobo e o Grupo Folha, respectivamente, os referidos jornais são destaque na mídia impressa do país. Em reportagem comemorando mais um recorde quebrado, a Folha de São Paulo, em 1995, informava a marca de segunda maior tiragem aos domingos de todo o continente americano, ficando atrás apenas do The New York Times⁶. Quando analisamos o alcance do jornal O Globo, também observamos posição de destaque na mídia impressa. O mercado jornalístico do Rio de Janeiro, nos anos 1990, apontava a liderança incontestável deste jornal. Em 1995 o jornal O Globo superava a marca de 700 mil exemplares aos domingos⁷. Tendo como leitores parte significativa da elite brasileira, os referidos jornais priorizavam pautas políticas e econômicas, muitas vezes opinando sobre elas, como será visto na análise das disputas em torno do plebiscito. Sobre a capacidade de influenciar as camadas populares, Azevedo explica a estratégia utilizada, ao informar que *“estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas”*, influenciando, de certa forma, a população em geral, *“através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta”*.⁸

Essa influência e, sobretudo, a produção das agendas para a sociedade política se tornam evidentes ao acompanharmos a postura dos jornais no período analisado. Entretanto, o

⁶ REDAÇÃO. Folha quebra recorde de tiragem no país. **Folha de São Paulo**. 22, mar. 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/12/brasil/25.html>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

⁷ BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1990-2000**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 222.

⁸ AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Universidade Federal de São Carlos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641221>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

desenvolvimento da pesquisa demonstrará que nem sempre tais agendas serão satisfeitas, indicando que imprensa e sociedade política possuem, muitas vezes, distintos interesses.

Sendo assim, uma análise mais profunda sobre o Estado e a sociedade civil é imperativa, uma vez que o presente estudo investiga, no contexto do plebiscito de 1993, dois importantes “lugares” da sociedade civil, a saber, os jornais O Globo e Folha de São Paulo e suas relações estabelecidas com a sociedade política, sobretudo, os políticos de destaque na esfera nacional.

Dentro do vasto campo das teorias sobre o Estado, destaca-se, nesta pesquisa, as concepções que Antonio Gramsci desenvolveu para a compreensão do Estado e da sociedade civil. Para o teórico italiano, suas relações não conhecem fronteiras rígidas, estendendo-se uma a outra de forma imprecisa. Essa inovadora teoria ganhou o nome de Estado Ampliado. Observaremos no decurso deste estudo, que a perspectiva aberta pelo Estado Ampliado nos possibilita compreender, com maior amplitude, as relações entre os jornais e os políticos.

A contribuição intelectual de Gramsci não se resumiu às Teorias sobre o Estado, estendendo-se a outros campos, principalmente aquele em que exerceu sua profissão, o jornalismo. Gramsci refletiu sobre a imprensa do seu tempo, suas características e seu papel como importante aparelho no âmbito da sociedade civil. Nesta pesquisa, suas concepções de imprensa tiveram lugar de destaque na reflexão sobre as escolhas que os jornais O Globo e Folha de São Paulo fizeram no decurso do plebiscito.

Ainda sobre Gramsci, focando mais precisamente sua influência, cabe ressaltar o papel da teoria do Estado Ampliado na metodologia utilizada neste estudo. Desenvolvido pela historiadora Sônia Regina Mendonça, a compreensão de que a sociedade civil e a sociedade política então intrinsecamente ligadas possibilita não apenas o profundo entendimento dos seus processos e disputas, como também apresenta-se como roteiro de pesquisa⁹. Neste estudo, portanto, iremos partir dos jornais em direção à sociedade política, buscando estabelecer a abertura por eles ofertada aos políticos, no que se refere ao plebiscito, visualizando, nesse espaço, as tendências políticas descortinadas.

O presente estudo é constituído de cinco capítulos. No primeiro, analisaremos a concepção teórica voltada à compreensão das relações entre sociedade política e sociedade

⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de. O estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, jan./jul. 2014. Disponível em: <www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/35>. Acesso em: 13 mar. 2020.

civil, aprofundando a concepção gramsciana de Estado e a definição metodológica da pesquisa, seu detalhamento e sua conformação.

No segundo capítulo, aborda-se o parlamentarismo e as formas de democracia direta. O objetivo, além de levar à compreensão teórica do sistema de governo parlamentarista, é aprofundar o conhecimento dos mecanismos de participação direta da população nas decisões do Estado, esquadrinhando, sobretudo, o plebiscito e sua real dimensão democrática.

No terceiro capítulo, explora-se a contribuição gramsciana sobre a imprensa, o desenvolvimento da imprensa no país e sua estreita relação com a sociedade política, assim como, um aprofundamento histórico sobre os veículos de imprensa pesquisados neste estudo e a análise empreendida sobre eles.

No quarto capítulo, tem-se a análise do plebiscito de 1993, valendo-se, principalmente, das fontes desta pesquisa, jornais O Globo e Folha de São Paulo, no período de janeiro de 1991 a abril de 1993. Avalia-se, portanto, como a sociedade política se organizou frente às disputas do plebiscito, como os jornais se comportaram em relação a essas disputas, o espaço ofertado aos políticos por esses veículos, e quais forças políticas e tendências em relação ao plebiscito neles tiveram maior espaço. Nesse capítulo, portanto, buscou-se refletir, tanto por meio de análise qualitativa dos textos produzidos como de análise quantitativa dos mesmos, sobre as preferências desses jornais em relação ao plebiscito e suas aproximações com a sociedade política.

No quinto e último capítulo, tem-se a conclusão do estudo sintetizada nas descobertas alcançadas, expondo-se o posicionamento de cada um dos jornais no plebiscito, suas características, o espaço obtido pelos políticos nos periódicos, as proximidades de posição entre os jornais, os políticos e os partidos nas disputas do plebiscito.

Por fim, buscou-se, na presente pesquisa, avaliar o comportamento dos jornais nos processos em torno do plebiscito de 1993, para descobrir: se os periódicos se inclinaram à defesa do parlamentarismo, e se confirmada tal inclinação, como ela se processou nos dois jornais. Buscou-se avaliar, também, a proximidade entre os jornais e os políticos, procurando mapear o grau de abertura que políticos e partidos tiveram na Folha de São Paulo e no O Globo, no tocante às discussões acerca do plebiscito. Tendo como norte teórico a perspectiva gramsciana de Estado Ampliado, procurou-se, na análise das argumentações defendidas por parlamentaristas no interior dos periódicos e, sobretudo, na proximidade entre importantes aparelhos privados de hegemonia (jornais e partidos) e destacados intelectuais orgânicos (políticos), contribuir para melhor compreensão de como esses setores se associaram na busca pela mudança do sistema de governo no Brasil.

1.1 A teoria do Estado Ampliado: as contribuições de Gramsci

Ao revisitarmos páginas de jornais, em busca de vestígios sobre as discussões em torno do parlamentarismo como forma de governo para o Brasil, percebemos, nas matérias ou entrevistas, seja apoiando ou reprovando a proposta, a exposição, em suas narrativas, de concepções acerca do Estado. Tais defesas ou reprovações do parlamentarismo, necessariamente se assentam na compreensão, entre outros pontos, sobre o que é, e para que serve o Estado. Inflexão impositiva do imprescindível ponto de referência teórica: de que maneira vamos observar e refletir sobre os interesses e as relações que jornais, partidos e políticos estabeleceram?

Para escapar das análises limitantes, a exemplo daquelas que, frequentemente, concebem o Estado como um conjunto de instituições baseadas em protocolos e normas, que por si só podem ser analisados, ou como instrumento passivo nas mãos de determinadas classes sociais, ou ainda, como produto determinante das relações econômicas que ocorrem na sociedade e, por isso, mero reflexo dessas relações, sem qualquer atuação sobre elas, dentre outras, a presente pesquisa buscou, no âmbito da miríade teórica acerca do Estado, uma análise capaz de compreender em profundidade, sobretudo, as relações que o Estado, mais precisamente os inúmeros ambientes da esfera estatal, estabelece com os mais variados lugares da sociedade, nesta pesquisa, representados pelos jornais e partidos políticos. Assim sendo, o presente estudo filia-se a uma percepção materialista do Estado, mais especificamente, à contribuição que Antonio Gramsci forneceu ao marxismo.

Antonio Gramsci (1891-1937) destacou-se como liderança socialista após a Primeira Guerra Mundial. Influenciado por esse conflito e, principalmente, pela Revolução Russa, elaborou sua notável percepção acerca do Estado no seio do marxismo e, assemelhando-se à geração de revolucionários que o antecedeu, uniu a prática teórica ao cotidiano do enfrentamento político. A realidade, porém, era outra. A “janela” revolucionária aberta na Europa após a Primeira Guerra não significou a consolidação de novos Estados proletários, as nações europeias se recuperavam da Grande Guerra, destruindo os levantes revolucionários que a sucedeu, assim como, investiam contra o novo Estado proletário russo. Italiano da região da Sardenha, Gramsci articulava as experiências do proletariado internacional com as do seu país, principalmente com os novos desafios postos pela realidade.

A Itália, que no preparar da guerra, como todas as nações beligerantes, inflaram ainda mais a população com sentimentos nacionalistas, observou após o conflito, a materialização desse sentimento em um novo poder político. O Partido Nacional Fascista (1921) chegou à

direção do Estado italiano em 1922, após os fascistas, sob a liderança de Benito Mussolini (1883-1945), marcharem sobre Roma. Estruturado no nacionalismo, no desejo de expansão territorial, na necessidade de afirmação da força e superioridade e de uma herança mítica romana, o fascismo estabelecia outros marcos de dominação do capital sobre as classes subalternas. Promovendo o corporativismo, criou uma falsa resolução ao conflito de classes, ao estabelecer os interesses do Estado, da Itália, como superiores. Além disso, o Estado passou a controlar a economia e as indústrias vitais. Combatendo a democracia liberal e, principalmente, o comunismo, o fascismo se destacou como alternativa para o capital frente a crise econômica e as mobilizações sociais do entreguerras.

Observando, portanto, os Estados de capitalismo mais desenvolvido, Gramsci aperfeiçoa a abordagem marxista do Estado, “*partindo, exatamente, da crítica à visão economicista ou mecanicista*”¹⁰. No seu entendimento, tal desvio impediu o marxismo de compreender, em profundidade, os novos fenômenos presentes na realidade, como por exemplo, o fascismo na Itália e a adesão dos trabalhadores às suas fileiras.

Ao deslocar a sociedade civil para o campo das superestruturas, na acepção marxista, o revolucionário sardo possibilitou novas reflexões capazes de superar as limitações das análises anteriores.

Gramsci formula estas reflexiones frente a las concepciones economicistas que esperaban tranquilamente que las contradicciones de la estructura desevocaran en la revolución, ya que serían "entendidas" en forma inmediata por las masas, en un proceso unidireccional y directo. Por otra parte, también se planteó Gramsci, como ya lo hiciera tempranamente, la necesidad de salir al cruce de la concepción del Estado como simple instrumento en manos de una clase dotada de voluntad preconstituida, concepción ligada a toda una tradición maximalista del movimiento obrero italiano¹¹.

Recuperando e atribuindo nova definição ao conceito de sociedade civil, como também, de sociedade política, Gramsci elaborou o conceito de Estado ampliado, partindo da perspectiva de que o Estado, não é nem sujeito nem objeto, mas sim a resultante das relações sociais que o atravessam. Compreendemos o conceito de Estado ampliado ao perceber a sociedade em três distintos níveis, resumidamente: a infraestrutura – ambiente onde ocorre as

¹⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. Economia e política na historiografia brasileira. **Antropolítica**, Niterói, n. 7, 1999. Disponível em: <www.historia.uff.br/estadoepoder/files/art01_mendonca_economiaepolitica.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020. p. 14.

¹¹ REY, Mabel Thwaites. La noción gramsciana de hegemonía en el convulsionado fin de siglo: Acerca de las bases materiales del consenso. In: REY; LOGIÚDICE; FERREYRA. **Gramsci mirando al sur**. Buenos Aires: Ediciones Kohen y Asociados Internacional, 1994. Disponível em: <[www.consensocivico.com.ar/uploads/541c20dae1af8-Thwaites_Rey_la_noc_gramsc_de_hegem%20\(CC\).doc](http://www.consensocivico.com.ar/uploads/541c20dae1af8-Thwaites_Rey_la_noc_gramsc_de_hegem%20(CC).doc)>. Acesso em: 12 mar. 2020. p. 8.

relações de produção; a sociedade civil – ambiente dos chamados aparelhos privados de hegemonia¹², lugar onde os indivíduos se organizam; e a sociedade política, ou o Estado propriamente dito – ambiente dos aparelhos do poder público¹³.

A partir dessa tríade, compreendemos o aspecto ampliado do Estado, pois para Gramsci, a sociedade civil e a sociedade política se encontram numa interação constante, permitindo que os limites “impermeáveis” entre os dois campos, das análises anteriores, se desfizessem, surgindo uma relação imprecisa dos limites reais entre as duas, como também, libertando seus destinos do determinismo econômico.

Permanecemos sempre no terreno da identificação de Estado e de governo, identificação que não passa de uma representação da forma corporativa-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção)¹⁴.

Valendo-se desse artifício, Gramsci pôde compreender o Estado como uma resultante entre coerção e consenso, e ao debruçar sobre essa característica consensual, tão ou mais importante que a coerção para a preservação do poder, o revolucionário sardo desenvolve brilhantemente outras categorias para a tradição marxista, como a política e a sua base: a cultura¹⁵.

E cultura para Gramsci não é a erudição dos sábios, mas o conjunto das visões de mundo – valores, crenças, projetos e auto-percepções de seu lugar na sociedade – desenvolvidas por cada grupo social ou fração de classe. No mundo contemporâneo, nem sempre certos grupos conseguem desenvolver sua própria visão de mundo, por falta de organização em aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil, adotando, assim, a visão de mundo produzida por outros grupos, quase sempre os dominantes. Esse é o princípio de funcionamento do que Gramsci chama de hegemonia, quando a visão de mundo (cultura) de um dado grupo se impõe sobre o conjunto dos demais, sendo por todos eles partilhada. Para tanto é fundamental o papel do Estado em seu sentido restrito¹⁶.

Torna-se imprescindível, para avançarmos na proposta inovadora de Gramsci, destacar o conceito de estrutura. Confrontando as abordagens marxistas em destaque, como aquelas do

¹² Mendonça, alerta para o correto entendimento do termo “privado” recriado por Gramsci, aqui entendido como lugar de livre adesão, e não o contrário de público.

¹³ MENDONÇA, Sonia Regina de. Economia e política na historiografia brasileira. *Antropolítica*, Niterói, n. 7, 1999. Disponível em: <www.historia.uff.br/estadoepoder/files/art01_mendonca_economiaepolitica.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

¹⁴ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968. p. 149.

¹⁵ MENDONÇA, op. cit.

¹⁶ *Ibidem*. p. 15.

economicismo de Bukharin, o marxista italiano compreende que o momento estrutural não se limita a “*simples esfera da produção de objetos materiais, de coisas, mas é o modo pelo qual os homens estabelecem seu ‘metabolismo’ com a natureza e produzem e reproduzem não só esses objetos materiais, mas sobretudo suas próprias relações sociais globais.*”¹⁷. Gramsci avança ao indicar a relação dinâmica entre o campo estrutural e o superestrutural, quando avalia que o Estado

(...) se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica¹⁸.

Tal percepção é fundamental para compreendermos o conceito de *bloco histórico*, entendido por Gramsci como o complexo de estruturas materiais e superestruturas ideológicas que se condicionam mutuamente, não sendo reduzidas uma a outra. Dado importante para não cometermos o erro de entender a subjetividade acima da objetividade, pois para Gramsci, como demonstrado, não há negação da importância final da economia na sociedade. Como sintetiza Coutinho:

“A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, ou seja, o conjunto das relações sociais de produção” (CC, 1, 250). Vê-se assim que, para Gramsci, o “momento predominante” na totalidade histórica é o próprio “conjunto das relações sociais de produção”, do qual o “conjunto das superestruturas” seria “o reflexo” (Ele sabe, de resto, que esse “reflexo” não é um mero epifenômeno, mas algo que tem uma densidade ontológico-social; são muitas as passagens nos *Cadernos* em que ele fala da “solidez” das ideologias, como, entre muitas outras, a que se pode ler em CC, 1, 118.)¹⁹.

Portanto, a dominação da burguesia não ocorre apenas através da coerção, pois é mantida, antes, por um emaranhado conjunto de instituições e organismos intermediários, que as forças produtivas no decurso de seu processo permitiram constituir. “*La existencia del sufragio universal, de partidos de masas, de sindicatos obreros, de variadas instituciones intermedias, además de la escuela y la iglesia, formas todas en que se expresa la complejidad*

¹⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci, ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 116.

¹⁸ GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In **Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 3. 2011a. p. 28.

¹⁹ COUTINHO, op. cit., p. 116.

*de la sociedad civil capitalista de Occidente (...)*²⁰, são exemplos dessas instituições e organismos. Esse domínio é, portanto, expressado em formas que excedem os limites do Estado (ou sociedade política), estendendo-se à sociedade civil.

Sendo transpassado pelos conflitos entre as classes e frações de classe, o Estado Ampliado de Gramsci apresenta um valioso panorama explicativo para os diversos fenômenos presentes no seio da sociedade civil, como também, na sociedade política. Importante notar, que se observamos frações de classe posicionadas em aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil), como também em postos avançados dos aparelhos estatais, atuando a favor de seus interesses imediatos, como compondo alianças ou oposições ao bloco hegemônico, também observamos a ação coercitiva – pensada por muitos como uma função exclusiva das estruturas estatais – acontecer no seio da sociedade civil, como verificado na ação dos grupos paramilitares, tão evidentes no período fascista.

Logo, para que uma classe alcance a hegemonia, necessário se faz que esta produza e ocupe aparelhos privados no seio da sociedade civil, imprimindo nestes suas concepções de mundo, sua cultura. Entretanto, para que uma classe chegue a este nível, ou seja, deixe de absorver como sua a visão de mundo de outra classe, via de regra a que detém hegemonia, é necessário um salto qualitativo, uma *catarse*, no conjunto de seus interesses. Coutinho, demonstra os desafios para que uma determinada classe atinja a hegemonia perante a sociedade. Segundo o autor:

Uma manifestação emblemática de “catarse” seria, por exemplo, o processo pelo qual uma classe supera seus interesses econômico-corporativos imediatos e se eleva a uma dimensão universal, ético-política, que está na origem de “novas iniciativas”. Em outras palavras: seria “catártico” o momento no qual a classe, graças à elaboração de uma vontade coletiva, não é mais um simples fenômeno econômico, mas se torna, ao contrário, um sujeito consciente da história. Temos aqui o equivalente gramsciano da passagem da “classe em si” à “classe para si” (Marx) ou da elevação da consciência sindicalista à consciência político-universal (Lenin). Segundo Gramsci, se uma classe social não é capaz de efetuar essa “catarse”, não pode se tornar uma classe *nacional*, ou seja, não pode representar os interesses universais de um bloco social e, por conseguinte, não pode conquistar a *hegemonia* na sociedade²¹.

²⁰ REY, Mabel Thwaites. La noción gramsciana de hegemonía en el convulsionado fin de siglo: Acerca de las bases materiales del consenso. In: REY; LOGIÚDICE; FERREYRA. **Gramsci mirando al sur**. Buenos Aires: Ediciones Kohen y Asociados Internacional, 1994. Disponível em: <[www.consensocivico.com.ar/uploads/541c20dae1af8-Thwaites_Rey_la_noc_gramsc_de_hegem%20\(CC\).doc](http://www.consensocivico.com.ar/uploads/541c20dae1af8-Thwaites_Rey_la_noc_gramsc_de_hegem%20(CC).doc)>. Acesso em: 12 mar. 2020. p. 9.

²¹ COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci, ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 110.

A guerra de posição sobre as diversas “trincheiras” do Estado Ampliado, contrapondo-se à guerra de movimento exitosa nos países de capitalismo pouco desenvolvidos – e, portanto, no qual o domínio se concretiza, sobretudo, via coerção –, é uma das características mais marcantes do pensamento gramsciano. A necessidade de disputar a hegemonia ainda sob domínio do Estado burguês, torna-se fundamental para uma vitoriosa ascensão do proletariado ao poder, ou seja, a posição de classe hegemônica, dirigente. Estando a dominação da classe burguesa alicerçada sob o consenso, a principal tarefa passa a ser desmontar essa rede consensual, inserindo e disputando, no seio da sociedade civil, como também nos espaços da sociedade política – ou seja, no Estado Ampliado –, novas visões de mundo, nova cultura, que como vimos em Coutinho, só pode ocorrer se a classe substituir suas perspectivas imediatistas por perspectivas que alcancem toda a sociedade, ou seja, em “*uma dimensão universal, ético-política*”. No âmbito dessa disputa, o papel do intelectual se torna fundamental.

Diferente do senso comum, os intelectuais, na acepção gramsciana, não são representados apenas por acadêmicos e pesquisadores, pois o termo também se refere aos intelectuais que se desenvolveram no processo de produção econômica. Cumprindo a tarefa de organizar a produção, esses intelectuais, que Gramsci denomina de intelectuais orgânicos, influenciam o processo social e político da sociedade. Como vimos, essa categoria de intelectuais convive na realidade social com um outro conjunto que Gramsci denominou “intelectuais tradicionais”, estes sim, compostos por acadêmicos, pesquisadores, mas também, por religiosos, filósofos não eclesiásticos, em suma, por aqueles intelectuais que possuem suas raízes históricas anteriores à nova forma de produção econômica vigente.

Municiados por uma sensação de anterioridade e de qualificação, os intelectuais tradicionais se posicionam ante a sociedade e, em especial ante o grupo, em posição hegemônica, como autônomos e independentes. Tal posição é descartada por Gramsci ao demonstrar que, apesar de constituídos anteriormente, os intelectuais tradicionais estão imersos nessa realidade, não sendo possível tal autonomia. Para o filósofo, além de não possuírem neutralidade, os intelectuais tradicionais são alvos permanentes na busca de apoio dos setores dominantes.

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos²².

²² GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais: o princípio educativo**. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2. 2011b. p. 19.

Retomando Coutinho, entendemos que para disputar a hegemonia, as classes subalternas necessitam constituir sua própria visão de mundo, mais que isso, filiar a essa nova perspectiva outras classes ou frações de classes. Sendo assim, a luta pelo fim da hegemonia burguesa passa, necessariamente, pela formação de intelectuais orgânicos dentro das fileiras das classes subalternas, capazes de produzir, além de análises críticas do funcionamento da sociedade, uma visão diferente de mundo e a vontade para se mover nesta direção.

Diferentemente dos intelectuais orgânicos à burguesia, os intelectuais orgânicos ao proletariado deveriam organizar as classes subalternas para o processo de luta pela libertação das condições de exploradas economicamente e dirigidas ético-politicamente, o que exigiria a construção de um novo bloco histórico, orientado pelos interesses e pelas necessidades das classes dominadas e dirigidas²³.

Sobre o Estado, numa perspectiva restrita, a abordagem de Gramsci permite compreender os interesses divergentes e os embates internos que frequentemente ocorrem dentro dos mais variados aparelhos estatais. Lembrando que sociedade civil e Estado restrito (sociedade política) encontram-se interligados e em constante comunicação, não é difícil perceber seguimentos da sociedade civil, sobretudo as classes dominantes, incorporarem seus interesses dentro da esfera estatal, posicionando, para tal, os seus intelectuais em estratégicos ambientes; como também, é de fácil constatação as disputas internas no Estado (restrito) das mais variadas camadas de funcionários, que dependendo de sua posição estratégica no aparelho estatal, exercem grande influência, sendo parte, inclusive, da atenção da classe que dirige o Estado.

Retomando a conjuntura histórica, percebemos que a ascensão de movimentos totalitários ao poder não se restringiu à Itália. O nazismo, que se instalou na Alemanha com Adolf Hitler (1889-1945), por exemplo, destaca-se pelo fato de, mobilizando espantosamente as forças produtivas do capitalismo alemão, impulsionar as pretensões expansionistas daquele país ao nível de detonar as contradições latentes da última guerra. Entretanto, dentre as causas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), impossível excluir aquela relacionada ao fracasso do movimento revolucionário socialista que, no contexto de sua derrota e da ascensão dos movimentos reacionários, foi fisicamente dizimado. O destino de Antonio Gramsci não foi diferente. Preso por Mussolini, após a instalação de sua ditadura sobre a Itália, Gramsci passou oito anos na prisão. Submetido as condições terríveis do cárcere, o revolucionário

²³ MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas-SP, v. 22, n.3, set./dec. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000300010>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

produziu seus cadernos, brochuras compostas de reflexões sobre diversos temas, dentre eles a política e o Estado. Em 1937, o revolucionário veio a falecer, em decorrência de sua precária saúde. Sua produção intelectual, guardada nos registros jornalísticos e outras fontes, principalmente nos cadernos do cárcere, demorariam para vir à luz e influenciar novas gerações do marxismo. Essa inovadora teoria foi o último pulso, antes de uma longa pausa nas reflexões acerca do Estado na tradição marxista. Após Gramsci, o marxismo se preocupou com novas temáticas como, por exemplo, a filosofia e a cultura, deixando a política e a economia, por muitos anos, na periferia das atenções.²⁴ Seu retorno ao centro dos debates ocorreu nas últimas décadas do século, principalmente pela atuação de Nicos Poulantzas e toda uma nova geração de teóricos marxistas que o sucedeu.

1.2 O Estado Ampliado como alicerce metodológico

Elencando a concepção gramsciana de Estado como referência para compreensão das disputas em torno do plebiscito de 1993, cabe ressaltar, que essa mesma concepção nos permite alicerçar metodologicamente a pesquisa. Tal proposta é defendida pela professora Sônia Regina Mendonça, que buscou identificar e problematizar os lugares que os sujeitos analisados no desenvolvimento da pesquisa histórica se associam, rastreando-os nos mais variados ambientes da produção, da sociedade civil e da sociedade política.

(...) considero o Estado Ampliado não apenas um sofisticado conceito, mas também uma utilíssima ferramenta metodológica, posto conter, em sua elaboração, os passos de um itinerário de pesquisa destinado à análise da constituição/transformações sofridas pelo Estado, bem como para o desenvolvimento de investigações de todo tipo de temáticas a ele correlatas, tais como a dominação política de classe; a representação de interesses – dominantes e dominados – na sociedade capitalista; as políticas estatais das mais variadas; as relações entre classe dominante, Estado restrito e classe trabalhadora; ideologia, classe e cultura; além de inúmeras outras, mormente no âmbito da história, posto que o cerne da análise de Gramsci não poderia deixar de ser a Totalidade²⁵.

A presente pesquisa, portanto, vem reafirmar o valor do conceito do Estado Ampliado de Gramsci para o entendimento dos processos sociais, como também seu valor metodológico

²⁴ ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**: nas trilhas do materialismo histórico. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

²⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. O estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, jan./jul. 2014. Disponível em: <www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/35>. Acesso em: 13 mar. 2020. p. 38.

para a pesquisa. Sobre esse valor, alguns atributos desse conceito se destacam e contribuem com o trabalho do pesquisador:

1) que a sociedade civil, além de arena dos conflitos de classe – intraclasses dominante e mesmo intra-aparelho de hegemonia – é o espaço de correlações de forças específicas que originam o surgimento e organização das entidades estudadas; 2) que a pesquisa não deve limitar-se a estudos sobre a representação de interesses – com vistas à ampliação do Estado – à simples identificação dos distintos projetos em disputa, sendo necessário ir mais além: verificar quais eram as forças sociais em confronto por eles “personificadas”, sempre em perspectiva histórica; 3) que as determinações estruturais configuram a essência dos sujeitos analisados, sendo fundamental que estes sejam tomados como expressão das relações e condições em que se encontram reciprocamente situados (Bianchi, 2010, p. 35); 4), que somente a partir da ação coletiva é possível falar de atores coletivos²⁶.

Ao analisar o uso do conceito de Estado Ampliado como ferramenta metodológica, Mendonça exemplifica suas possibilidades ilustrando sua utilização em duas pesquisas. A primeira, desenvolvida pela professora e intitulada *O Ruralismo Brasileiro*²⁷, pesquisou, no decurso da Primeira República, as relações estabelecidas entre frações das elites agrárias e agroindustriais com o Estado, mais precisamente, com o Ministério da Agricultura. Investigando em profundidade a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e, superficialmente, a Sociedade Rural Brasileira (SRB), Mendonça analisou suas estruturas organizativas, os grupos sociais representados nessas entidades, os embates entre esses grupos e seus intelectuais orgânicos. A pesquisadora, portanto, esquadrinhando as disputas acerca das entidades patronais (aqui entendidas como aparelhos de hegemonia das elites do setor) expôs a influência dessas entidades frente ao Estado (entendido no seu sentido restrito), ao levantar, dentre seus leques de reivindicações, as demandas que realmente se materializaram em políticas para o setor, favorecendo, assim, seus respectivos públicos.

A segunda pesquisa, exemplificada pela professora, a utilizar o conceito de Estado Ampliado como metodologia, foi elaborada por Álvaro Bianchi, e intitulada *Um ministério dos industriais*²⁸. Nesta pesquisa, Bianchi se debruça sobre os diferentes grupos de interesse no interior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, “(...) analisando

²⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. O estado ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e o Marxismo*, v. 2, n. 2, jan./jul. 2014. Disponível em: <www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/35>. Acesso em: 13 mar. 2020. p. 39.

²⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

²⁸ BIANCHI, Alvaro. *O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279956/1/Bianchi_Alvaro_D.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

suas modalidades organizacionais, bases sociais, divergências, disputas endógenas e intelectuais orgânicos.”²⁹ Conforme elucidado pelo próprio autor:

Mas é importante destacar que, articulando em torno de princípios liberais abstratos, tal consenso empresarial deixa ainda muito espaço para o conflito projetivo. Projetos econômico-corporativos e hegemônicos coexistem, confrontam-se, articulam-se e reordenam-se continuamente, de tal modo que a configuração resultante em determinado momento é expressão da relação de forças entre as diferentes frações do empresariado e destas com o Estado e as classes subalternas.³⁰

Sua atenção se volta para a compreensão, no âmbito das disputas entre essas frações das elites industriais, daquela que alcançaria uma posição hegemônica frente à entidade. Desta forma, Bianchi analisa, sobretudo, “*a trajetória da ação coletiva empresarial e suas complexas relações com o Estado*”³¹.

Seguindo o caminho aberto pelos pesquisadores, na presente pesquisa utilizou-se a mesma metodologia. Apoiando-se no conceito de Estado Ampliado para compreender as disputas acerca do plebiscito de 1993, relativas à defesa da proposta parlamentarista, buscou-se analisar dois importantes veículos de imprensa, *O Globo* e *a Folha de São Paulo*, para, a partir dessa análise, compreender suas posições frente às disputas colocadas pelo plebiscito. Para tal, buscou-se identificar, considerando a posição dos sujeitos construtores das notícias e o espaço dado a eles no interior dos veículos, qual proposta elencada no plebiscito obteve maior espaço, para conhecer, por extensão, a tendência predominante nos referidos periódicos. Nesse aspecto, a pesquisa avança sobre o Estado restrito, uma vez que privilegia a atuação dos políticos no interior dos periódicos, avaliando o espaço dado pelos jornais aos políticos e seus partidos, buscando compreender as relações desses dois veículos com a sociedade política nos embates referentes ao plebiscito. Sintetizando, a pesquisa parte de dois aparelhos privados de hegemonia, alcançando o Estado restrito, no que se refere à representatividade de seu conjunto político nos jornais, principalmente o Congresso brasileiro, mas também estendendo-se a atenção a outros destacados grupos políticos, como o próprio

²⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de. O estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, jan./jul. 2014. Disponível em: <www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/35>. Acesso em: 13 mar. 2020. p. 39.

³⁰BIANCHI, Alvaro. **O ministério dos industriais:** a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279956/1/Bianchi_Alvaro_D.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018. p. 6.

³¹ Ibidem, p. 5.

presidente e vice-presidência da República, os ministros de Estado, governadores e políticos de destaque no cenário nacional.

Posto isto, cabe ressaltar o papel desempenhado pelos intelectuais – numa acepção gramsciana – pois um importante elemento da análise, como vimos, foi o de identificar os políticos que defenderam o parlamentarismo nas publicações dos jornais pesquisados. Ou seja, identificar, no seio da categoria de intelectuais orgânicos, aqueles que tiveram maior presença no jornal. Buscou-se, para tal, reagrupá-los em seus respectivos partidos, mapeando políticos e partidos com maior evidência nos jornais. Cabe ainda ressaltar, a atenção dada, nesta pesquisa, aos debates produzidos pelos intelectuais, demonstrando o importante papel do debate acadêmico para os jornais, que, de certo modo, teve alguma influência no processo do plebiscito, sobretudo, no esforço de reorganizar o debate dentro das fronteiras teóricas. Objetivou-se, portanto, resgatar as relações então existentes entre esses dois importantes veículos da mídia impressa e os partidos políticos, ambos, seguramente, notáveis aparelhos de hegemonia, problematizando, desta forma, as relações desses aparelhos no contexto das disputas acerca do parlamentarismo.

Refletir sobre as relações encampadas pela *Folha de São Paulo* e *O Globo*, principalmente com o meio político, como também, em menor intensidade, com o meio acadêmico, exigiu o aprofundamento de estudo do papel dos intelectuais bem maior que o exposto até aqui. Dilma Andrade de Paula, ao refletir sobre as mudanças estruturais impostas pela lógica neoliberal ao universo acadêmico, explora a acepção do conceito do intelectual em Gramsci. Segundo a autora:

(...) O “intelectual” é personagem central em suas reflexões, é ele, enquanto “orgânico”, o artífice da hegemonia e da contra-hegemonia. E é também um outro estrato, o intelectual tradicional, camada que atravessa diversos tempos históricos que, com sua autoproclamada “autonomia” contribui para a manutenção dos poderes estabelecidos³².

A análise da participação dos acadêmicos, ora como colunistas, ora como entrevistados nos jornais, será objeto de análise desse estudo, uma vez que pretende-se reforçar que, longe de imparciais, os intelectuais cumprem, como lembrado pela pesquisadora, um destacado papel na manutenção da hegemonia, ou podem ser importantes aliados na sua superação, obviamente, quando abandonam sua suposta isenção e se associam a setores das classes subalternas.

³² PAULA, Dilma Andrade de. Entre estado e poder: O papel dos intelectuais, agentes da e na sociedade civil. **História e Perspectivas**, n. 48. p. 155-190. Uberlândia, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/23321/12840>>. Acesso em: 23 ago. 2020.p. 169.

Diferente do intelectual tradicional, os políticos (como, por exemplo, o presidente e seu vice, os parlamentares, os ministros, os governadores, as lideranças dos partidos), que nessa perspectiva podem ser classificados como intelectuais orgânicos, ocupam inerente espaço dentro da organização das classes e frações de classes sociais. Pauta alerta para uma compreensão correta dos intelectuais:

Para Gramsci, o erro metodológico mais difundido e praticado por muitos autores é buscar critérios de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações sociais no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que a personificam) se encontram, formadas historicamente. O intelectual “orgânico” teria a “função” de organizar a cultura e vontades coletivas, estando vinculado por pertencimento ou por identificação ideológica aos grupos sociais fundamentais³³.

Para a aferição da participação dos políticos no interior dos jornais, utilizando-se metodologicamente do conceito de Estado Ampliado, torna-se fundamental aprofundar a concepção gramsciana de partido político frente ao entendimento dos intelectuais, em seus dois sentidos. Gramsci torna esse entendimento claro, quando especifica que:

O partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o estado desempenha a sua: um intelectual que passa a fazer parte do partido de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que, através da participação na vida estatal, ocorre apenas mediocrementemente ou mesmo nunca³⁴.

O texto de Gramsci, nos permite refletir com maior compreensão até onde os jornais ocuparam o papel dos partidos, no que se refere às disputas do plebiscito de 1993, formando e organizando seus intelectuais (orgânicos e tradicionais) para a defesa de suas propostas. Outra

³³ PAULA, Dilma Andrade de. Entre estado e poder: O papel dos intelectuais, agentes da e na sociedade civil. **História e Perspectivas**, n. 48. p. 155-190. Uberlândia, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/23321/12840>>. Acesso em: 23 ago. 2020.p. 173.

³⁴ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais: o princípio educativo**. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2. 2011b. p. 24.

análise que se beneficia com essa elucidação de Gramsci é a que se refere diretamente aos intelectuais, possibilitando, inclusive, explorar as relações entre estes, os jornais e os partidos.

Uma vez definida a trajetória metodológica para a pesquisa, necessário se faz compreender as características das fontes principais deste estudo: os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, como exposto no Capítulo 3 desta pesquisa.

Capítulo 2

PARLAMENTARISMO E PLEBISCITO

O presente estudo ocupou-se dos primeiros anos da década de 1990, quando parcelas da sociedade civil e da sociedade política se mobilizaram na tentativa de substituir o sistema presidencialista de governo vigente no país. É fato que tal sistema político já tinha sido alvo de tentativa de alteração ainda na Constituinte de 1987-88, sendo o plebiscito de 1993 o resultado direto dessa investida.

Ao contemplarmos a história do Brasil, constatamos que o país vivenciou diferentes regimes, como sistemas de governo. Ultrapassados seus primeiros momentos como unidade administrativa da América Portuguesa, o território brasileiro foi organizado como regime monárquico constitucional para, posteriormente, definir-se como república, observando-se, também, no decurso de sua história, passagens pelos sistemas de governo parlamentarista e presidencialista.

Uma análise mais acurada sobre o sistema parlamentarista torna-se fundamental para avançarmos no presente estudo, pois veremos, no contexto do plebiscito de 1993, que além das ações de parlamentaristas e presidencialistas de revisitar a história para apoiar ou criticar o parlamentarismo, uma das características desse sistema de governo, a saber, a diversidade de formatos a ele inerente, foi elemento de inúmeras controvérsias, tanto entre seus apoiadores como entre seus críticos. Compreendê-lo, portanto, é indispensável para melhor dimensionarmos as propostas e os conflitos que o presente estudo trouxe à luz.

Outro aprofundamento necessário, antes do mergulho às fontes dessa pesquisa, é o relativo ao entendimento sobre o plebiscito. Conhecer, em seus aspectos gerais, o debate sobre a real validade desse instrumento de consulta popular, é de extrema importância. Afinal, uma das críticas centrais, presente no decorrer das disputas em torno do plebiscito de 1993, foi justamente essa: até que ponto a população compreendia o que estava sendo disputado e realmente participou? Observaremos que tal questão foi levantada por diferentes atores dessa disputa, sendo necessário, portanto, uma maior compreensão sobre os mecanismos de consulta popular e, em particular, sobre o plebiscito.

Sendo assim, o presente capítulo se aprofunda nesses dois pontos centrais para a pesquisa: o sistema parlamentarista de governo e o plebiscito, este como instrumento de decisão popular.

2.1 O parlamentarismo

Objeto central desta pesquisa, o parlamentarismo, que políticos, jornais, acadêmicos e outros setores da sociedade defenderam em 1993, é uma formulação antiga, originária do longo processo de amadurecimento dos embates políticos ocorridos na Inglaterra, ainda na passagem para o período moderno. Esse longo processo, definido nas revoluções inglesas do século XVII, e aperfeiçoado nas reformas do século XIX, compôs o sistema de governo inglês, cujo modelo influenciou outras nações europeias e, posteriormente, nações de outros continentes.

Denominado também de *governo de gabinete*, ou *regime de responsabilidade*, o sistema de governo parlamentarista compõe um modelo, que, além da orientação na divisão clássica dos poderes do Estado, estabelece uma interdependência entre dois desses poderes, a saber, os poderes Legislativo e Executivo. Além dessa interdependência, podemos elencar como

(...) peças essenciais do sistema parlamentarista: a) organização dualística do Poder Executivo; b) colegialidade do órgão governamental; c) responsabilidade política do Ministério perante o Parlamento; d) responsabilidade política do Parlamento perante o Corpo Eleitoral (...)³⁵

Maluf, lembra que além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, temos no parlamentarismo o poder Moderador. *“Este Poder é exercido pelo Presidente da República ou pelo Rei, conforme seja o estado republicano ou monárquico. No primeiro caso, obviamente, o cargo é eletivo e temporário; no segundo é hereditário e vitalício.”*³⁶

Em síntese, e levando em conta a formulação clássica desse sistema, podemos descrever seu funcionamento partindo do pressuposto que, igualmente ao presidencialismo, as eleições determinam, no parlamentarismo, a legitimidade do mandato, mas diferente daquele, essa legitimação não está necessariamente garantida até o final do mandato, e sim enquanto durar a estabilidade e confiança no governo. Para garantir tal premissa, o sistema possui uma engenhosa divisão do Poder Executivo: o chefe de Estado (presidente ou rei) se diferencia do chefe de Governo (primeiro-ministro, premier, chanceler, presidente do conselho de ministros etc.) que, de forma colegiada com outros ministros, exerce as tarefas relativas à governança do país, ou seja, enquanto a chefia do Estado é composta de um indivíduo, a de governo se faz por

³⁵ MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. Revisão e atualização de Miguel Alfredo Malufe Neto. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 262.

³⁶ Ibidem.

um grupo de ministros, que, em conjunto, assumem a responsabilidade sobre o governo. Num modelo mais clássico do parlamentarismo, tal escolha se inicia com a ação do chefe de Estado ao nomear um primeiro-ministro, que terá como tarefa escolher um colegiado de ministros para compor seu governo. Posto isto, importante salientar que a divisão do Executivo garante, ainda, a este poder, um grau de estabilidade incorporado pela chefia de Estado, que passa a ser responsável, principalmente, pelas relações internacionais, e a representar o poder moderador, *“destacando-se duas funções de natureza pessoal que imprimem grande amplitude à sua iniciativa: a composição do Ministério e a dissolução do Parlamento”*³⁷, quando o chefe de Estado convoca novamente os eleitores.

No que tange ao seu poder de dissolver o Parlamento, também o arbítrio do Chefe de Estado não chega a ter influência decisiva no rumo dos acontecimentos, pois não o faz senão para consultar a opinião nacional. Pode ocorrer mesmo que o corpo eleitoral decida a favor do Parlamento, que ressurgirá, assim, fortalecido pela confirmação da confiança nacional.³⁸

Se o chefe de Estado possui a estabilidade (embora não esteja livre de processos de responsabilidade criminal), o gabinete de ministros necessita permanentemente da confiança do parlamento, podendo a qualquer momento ser responsabilizado politicamente por escolhas e ações equivocadas, que pela ação de interpelações (de um ou mais parlamentares), podem levar a um voto de confiança ou desconfiança do parlamento em relação ao governo, sendo o segundo caso motivo suficiente para a demissão do Ministério e a formação de outro em seu lugar. O mecanismo de reafirmação de confiança do parlamento possui mão dupla, pois o governo pode também requerer do parlamento um voto de confiança, quando se deparar com situações inesperadas e complexas, que determinem tomadas de decisão conflituosas, em assuntos de grande importância. Sendo que, caso não obtenha sucesso, igualmente ao exemplo anterior, o gabinete de ministros se demite e outro gabinete deverá ser formado.

Com a demissão do ministério, cabe ao chefe de Estado a escolha de um outro político alinhado às posições dominantes no parlamento (essencial para a estabilização do governo), para a tarefa de compor um novo ministério. Caso o novo ministério não consiga estabelecer a confiança do parlamento, o chefe de Estado, em observância à opinião pública, pode nomear outro gabinete, e novamente tentar a confiança do parlamento, ou solicitar que os eleitores intervenham e definam um novo parlamento. Maluf defende tal mecanismo, argumentando sobre sua importância para preservação dos poderes.

³⁷ MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. Revisão e atualização de Miguel Alfredo Malufe Neto. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 264.

³⁸ *Ibidem*, p. 265.

Pelo seu caráter de simples consulta ao corpo eleitoral, a dissolução do Parlamento não tem a gravidade que lhe atribuem os adversários do sistema. O parlamento também se desmanda e também pode ser responsável por uma crise nacional. Portanto, persistindo o conflito entre os dois poderes, e sendo uma ponderável corrente de opinião pública contrária à orientação da câmara representativa, é natural que o corpo eleitoral intervenha como supremo árbitro. Doutro modo, seria o executivo absorvido pelo Legislativo, decorrendo daí aquela famigerada instabilidade que durante muito tempo convulsionou o panorama político francês.³⁹

Possível de existir, como visto, em regimes monárquicos e republicanos, cabe ainda ressaltar, que o parlamentarismo também se adapta a países com legislativo unicameral ou bicameral, apresentando diferentes normas de funcionamento, a depender do país. Via de regra, observamos a predominância da posição que considera apenas a câmara baixa (no Brasil, Câmara dos Deputados – representante da população), com a prerrogativa de viabilizar, ou não, o gabinete ministerial. Entretanto, não é raro que, em alguns países, a câmara alta (no caso brasileiro, o Senado – representante dos estados da federação) também se envolva, de alguma forma, em parte dessa prerrogativa.⁴⁰

Um exemplo da diversidade de formas que o sistema parlamentarista pode adquirir é bem ilustrada em uma das polêmicas levantadas no plebiscito de 1993. Como veremos, longe de apresentar um modelo definido de parlamentarismo, o plebiscito apenas solicitou aos eleitores a concordância, ou não, com tal sistema de governo para o país, deixando aos políticos, posteriormente, a tarefa de definir os contornos do parlamentarismo brasileiro, caso saísse vitorioso do pleito. O cientista político Leôncio Martins Rodrigues, em coluna para a Folha de São Paulo, dimensionou a quantidade de lacunas em aberto deixadas pela opção parlamentarista, poucos meses antes do plebiscito.

À luz dessas observações, como votar no próximo dia 21 de abril? Uma das dificuldades de opção vem do fato de que o plebiscito, aparentemente democrático, que transferiu ao povo a escolha do sistema de governo, não indica que modelo de parlamentarismo será implantado no país. (A decisão caberá aos parlamentares e não aos eleitores). Desse modo, imaginando que a opção presidencialista seja derrotada, que tipo de parlamentarismo teríamos? Com eleição do presidente por voto popular direto ou por voto dos deputados (e senadores)? O Senado continuaria a existir? Com que atribuições? Poderia ser dissolvido, tal como a Câmara Federal? Em que condições? Senado e Câmara Federal participariam da eleição do primeiro-ministro? Este seria eleito por voto aberto ou secreto? Por maioria simples ou absoluta? (A escolha do primeiro-ministro por maioria absoluta parece a solução mais lógica, mas como proceder quando essa maioria não é alcançada? Iríamos para minoria simples, o que significaria um governo minoritário?) Com que poderes e funções ficaria o presidente da República? A eleição do presidente deveria coincidir com a eleição do Congresso?

³⁹ MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. Revisão e atualização de Miguel Alfredo Malufe Neto. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 269.

⁴⁰ Ibidem. p. 272.

Haveria vice-presidente? Deveria ele, na hipótese de existir, ser obrigatoriamente do mesmo partido do presidente? Em que condições poderia ocorrer a dissolução do parlamento e de um gabinete? Quem teria o poder de convocar novas eleições: o primeiro-ministro ou o presidente? Ministros poderiam ser destituídos isoladamente pelo parlamento? O primeiro-ministro teria que ser escolhido obrigatoriamente entre os deputados ou poderia ser um senador? Apenas parlamentares poderiam integrar os gabinetes?⁴¹

A ausência de respostas a essas e outras perguntas será objeto de inúmeras críticas durante o plebiscito de 1993, o que contribuirá para um amplo debate promovido pelos jornais sobre modelos de parlamentarismo existentes, suas qualidades e como tais modelos poderiam contribuir para a realidade brasileira.

Apesar de não ser o sistema de governo preponderante no mundo, ainda assim, ao analisarmos os países de maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), verificamos a predominância do parlamentarismo. Dos trinta primeiros países nesse indicador, temos vinte e cinco países com o sistema parlamentarista de governo (Noruega, Austrália, Irlanda, Alemanha, Islândia, Suécia, Singapura, Holanda, Dinamarca, Canadá, Reino Unido, Finlândia, Nova Zelândia, Bélgica, Liechtenstein, Japão, Luxemburgo, Israel, Eslovênia, Espanha, República Tcheca, Itália, Malta, Estônia e Grécia); um sendo uma confederação (Suíça)⁴²; três com um sistema semipresidencialista (Áustria, Coreia do Sul e França); e um presidencialista (Estados Unidos da América).⁴³

O professor Dircêo Torrecillas Ramos, colabora ao ilustrar as características básicas de alguns sistemas parlamentaristas atuais. Com o intuito de exemplificar a diversidade de formas que tal sistema pode assumir, elencamos alguns desses modelos levantados por Ramos, como o alemão, o francês (considerado semipresidencialista), o italiano e o existente no Reino Unido (modelo inglês):

⁴¹ RODRIGUES, Leôncio Martins. Parlamentarismo? Por quê? **Folha de São Paulo**. Opinião. n. 23258. 06, dez. 1992. p.1-3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

⁴² Além do sistema parlamentarista e presidencialista, como também, a variante semipresidencialista, onde o representante do Estado e do Governo compartilham demandas da administração pública do país, Maluf aponta a existência do sistema diretorial, existente na Suíça, por exemplo. Esse sistema, segundo o autor, ocorre quando toda a função executiva se resume no parlamento. “Neste sistema, não ocorre a demissão dos ministros componentes da junta governativa pelo voto de desconfiança do Parlamento, como se dá no sistema parlamentarista, precisamente porque o Executivo não é um poder autônomo, mas simples delegação do Legislativo. O Grande Conselho [denominação da Assembleia Legislativa suíça], como representação nacional, tem todo o poder de administração, de modo que os atos do Poder Executivo são deliberados por ele e praticados pela junta governativa, ficando ao arbítrio dos Ministros componentes desta junta apenas as funções burocráticas”. MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. Revisão e atualização de Miguel Alfredo Malufe Neto. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 241.

⁴³ COSTA, Edson Interlandi da. **Sistemas de governo e cultura brasileira**: ajustes necessários. 2019, 35p. Monografia. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro-RJ, 2019. Disponível em: <<repositorio.esg.br/bitstream/123456789/805/1/EDILSON%20INTERLANDI%20DA%20COSTA.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2021. p. 26.

ALEMANHA

Sistema de governo: República federativa parlamentarista.

Forma de escolha do presidente: Escolhido pela Assembleia Federal a cada 5 anos.

Forma de escolha do Primeiro-ministro: O chanceler é escolhido pelo presidente, mas eleito por maioria absoluta da Assembleia Federal.

Poderes do presidente: Chefe de Estado. Nomeia o Primeiro-ministro, mas não pode demiti-lo. Pode dissolver a Assembleia, arts. 62 e 68.

Poderes do Primeiro-ministro: Chefe de governo. Na prática, é sempre o presidente do partido majoritário. Pode ser deposto pela maioria absoluta do Parlamento, mas somente depois que este elegeu seu sucessor por maioria absoluta.

Regime partidário: Pluripartidarismo.

Legislativo: Bicameral. Conselho Federal (68 membros) e Assembleia Federal (662 membros).

FRANÇA

Sistema de governo: Presidencialismo misto com parlamentarismo.

Forma de escolha do presidente: Eleição direta.

Forma de escolha do Primeiro-ministro: Nomeado pelo presidente.

Poderes do presidente: Amplos, inclusive nomear e demitir o Primeiro-ministro e dissolver a Assembleia Nacional.

Poderes do Primeiro-ministro: Limitados, a Assembleia Nacional pode derrubar o governo por maioria absoluta.

Regime partidário: Pluripartidarismo.

Legislativo: Bicameral. Senado (321 membros) e Assembleia Nacional (577 membros)

ITÁLIA

Sistema de governo: República parlamentarista.

Forma de escolha do presidente: Eleito pela Câmara, Senado e por três representantes de cada uma das 20 regiões do país, por maioria absoluta. Mandato de sete anos.

Forma de escolha do Primeiro-ministro: indicado pelo presidente.

Poderes do presidente: Pode convocar sessões especiais do Parlamento e dissolvê-lo. Pode, contudo, ser indiciado por alta traição ou incapacidade de sustentar a Constituição.

Poderes do Primeiro-ministro: é o único responsável pela direção política e administração do governo.

Regime partidário: Pluripartidarismo.

Legislativo: Bicameral. Câmara (630 membros) e Senado (315 membros).

REINO UNIDO

Sistema de governo: Monarquia constitucional.

Forma de escolha do rei: Sistema de hereditariedade.

Poderes do rei: Chefe de Estado.

Poderes do Primeiro-ministro: Chefe de governo. É quem escolhe os membros do gabinete entre os integrantes do próprio partido. É sujeito ao Parlamento no sentido que deve expor e defender sua política no debate parlamentar.

Regime partidário: Pluripartidarismo.

Legislativo: Bicameral. Câmara dos Comuns (650 membros) e *Câmara dos Lordes* (mais de mil membros entre príncipes, nobres, lordes, consultores jurídicos, arcebispos e bispos: poder simbólico).⁴⁴

Mesmo existindo a prerrogativa de dissolução do parlamento e demissão do Primeiro-ministro e de todo gabinete pelo rei, essa responsabilidade, no modelo inglês, é exercida na prática pelo parlamento, possuindo o monarca destacado papel simbólico para a política do país. Numa perspectiva próxima, observamos outras monarquias constitucionais que também possuem essa característica de forte papel simbólico e pouca atuação prática no poder político. Outro dado importante do modelo inglês é o peso da câmara baixa (Câmara dos Comuns), quando comparado à câmara alta (Câmara dos Lordes), possuindo a primeira um papel mais preponderante na política inglesa, principalmente em relação à composição do ministério.

Esse exíguo levantamento é suficiente para visualizarmos a diversidade de variantes que o sistema parlamentarista pode gerar. De fato, nenhum sistema político pode ser compreendido como acabado, pronto ao uso, sem se modificar às realidades impostas pelos países. Observamos essa característica também no sistema presidencialista, como é o caso do sistema brasileiro, que adquiriu particularidades no decurso de sua história. Ressaltamos, nesta pesquisa, a disputa acerca do parlamentarismo como elemento que delimitou contornos ao presidencialismo brasileiro, pois se é verdade que tanto na Constituinte de 1987-88 quanto no plebiscito de 1993, o sistema presidencialista de governo foi reafirmado no Brasil, também é verdadeiro que a tentativa parlamentarista deixou suas marcas no funcionamento desse sistema, como veremos no Capítulo 4 deste estudo.

2.1.1 O parlamentarismo na história brasileira

No Brasil, o sistema parlamentarista viveu em duas ocasiões, e em regimes de governo diferentes: no período monárquico e no período republicano. Na monarquia, o parlamentarismo perdurou por longos anos, podendo considerar, de certa forma, todo o período imperial sob a Constituição outorgada em 1824. Nesse contexto, foi no reinado efetivo de Dom Pedro II (1840 a 1889) que realmente verificamos um sistema estável de práticas e dispositivos derivados do parlamentarismo. No período da República, durante o

⁴⁴RAMOS, Dircêo Torrecillas. Formas de Sistema de Governo: Monarquia, República, Parlamentarismo, Presidencialismo. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Org). **Parlamentarismo, realidade ou utopia?** São Paulo: FECOMERCIO, 2016. p. 114 – 172. Disponível em: <www.fecomercio.com.br/upload/file/2016/09/19/parlamentarismo_tela_final.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021. p. 134.

conturbado governo do presidente João Goulart (1961 a 1964), o sistema foi adotado como medida emergencial para possibilitar a posse de Jango na presidência, dada a renúncia de Jânio Quadros e a resistência de setores da sociedade à posse do seu vice. Nessa ocasião, verifica-se elementos do sistema parlamentarista operando nas regras do jogo político. Tal experiência findou pelo resultado de um plebiscito, em 1963, no qual a população optou por restaurar todos os poderes de João Goulart na presidência, subtraídos, até então, pelas práticas parlamentaristas.

Antes de detalharmos essas duas experiências nacionais, cabe ressaltar que outros países do nosso continente, predominantemente presidencialistas (inspirados pelo exemplo dos Estados Unidos – precursor desse sistema de governo), conheceram breves momentos, em que pressupostos importantes do parlamentarismo estiveram presentes em suas constituições e práticas políticas. Com exceção do Canadá, Belize, Jamaica e Trindade e Tobago, países do continente americano notoriamente parlamentaristas⁴⁵, em alguns momentos de sua história, Haiti, Honduras, Bolívia, Cuba, Chile e Uruguai, apresentaram um ou mais elementos do sistema parlamentarista, como por exemplo, a responsabilidade parlamentar dos ministros, dissolução das Câmaras, moção de desconfiança e governo colegiado, atuando com diferenciada intensidade e em diferentes períodos.⁴⁶ Entre as experiências latinas, as práticas parlamentaristas no Brasil do século XIX ganham destaque.

Sem dúvida, das duas experiências brasileiras com elementos do sistema parlamentarista de governo, o período imperial foi o momento em que o parlamentarismo encontrou maior tempo de duração, como também, maior desenvoltura, apesar de não vivenciar, nessa experiência, sua formulação clássica. O estabelecimento do poder moderador, instituído na Constituição outorgada por Dom Pedro I em 1824, garantiu ao sistema uma das premissas básicas do parlamentarismo, a divisão do poder Executivo. Entretanto, a mesma Constituição potencializava o Poder Moderador que, além de intervir em todo o poder Executivo, influenciando diretamente o ministério, também pairava acima dos outros dois, pois segundo a Constituição: *“O Poder Moderador é a chave de toda a organização política e é delegado privativamente ao Imperador como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que, incessantemente, vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes.”*⁴⁷ Sampaio alerta que uma vez estando acima dos

⁴⁵ Alguns outros países menores do Caribe também possuem sistemas parlamentaristas de governo.

⁴⁶ SAMPAIO, Nelson de Sousa. O “Parlamentarismo” no Brasil Império. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. VII, n. 2, p. 73-91, mai./ago. 1964. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/download/59532/57896>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 79.

demais poderes, o Poder Moderador estava longe de cumprir seu papel clássico no parlamentarismo. O autor evidencia a robustez desse poder ao listar as principais funções constitucionais do Imperador no sistema político brasileiro:

(...) Sem falar na influência de fato sobre o processo eleitoral, exercendo indiretamente o poder, o monarca nomeava os senadores, escolhendo-os em cada lista tríplice. Ao Imperador cabia ainda convocar extraordinariamente a Assembleia Geral (Câmara dos Deputados e Senado), prorrogar ou adiar os seus trabalhos, e dissolver a Câmara dos Deputados “nos casos em que o exigir a salvação do Estado”. (...) Em relação ao Judiciário, o Imperador nomeava os juizes de direito, que eram vitalícios (“perpétuos é o termo usado pela Constituição), mas podiam ser removidos e até suspensos pelo Imperador. Este dispunha também do direito de graça.⁴⁸

Apesar do notório desequilíbrio entre os poderes, em prol do Poder Moderador, o autor evidencia nesse sistema de governo alguns dispositivos característicos de um sistema parlamentarista, principalmente durante o Segundo Reinado, no qual tem-se a instauração do cargo de primeiro-ministro. Tais observações encontram reforço em Maluf, que advoga o gradual estabelecimento do sistema parlamentarista a partir da Constituição de 1824, tendo seu ápice, justamente em 1847, quando se criou o cargo de primeiro-ministro no Brasil:

(...) D. Pedro II deu o primeiro passo direto no sentido de instaurar o sistema parlamentar, ao encarregar o Senador Honório Carneiro Leão, um dos mais lúcidos estadistas do Império, de organizar o novo Ministério. (...) Pelo Decreto n. 523, de 20 de julho de 1847, D. Pedro II, atendendo à conveniência de dar ao Ministério uma organização mais adequada às condições do sistema representativo, criou definitivamente o cargo de Presidente do Conselho. Estava instituído o governo de gabinete, cuja luminosa evolução viria interromper-se pela Constituição presidencialista de 1891.⁴⁹

São comuns as análises que depositam nessa experiência as críticas quanto ao papel desempenhado por Dom Pedro II. De fato, quando comparado ao seu homólogo inglês, o parlamentarismo que vigeu no Brasil depositava na figura do imperador demasiado poder e tarefas – o que o difere do caso inglês, onde o monarca, além de possuir menor poder, se furtava de muitos deles, deixando ao parlamento parte de suas tarefas constitucionais. D. Pedro II, contrariamente, não abria mão de usufruir seu poder e de realizar suas tarefas, tornando-se assim, peça determinante na condução diária da política brasileira, o que

⁴⁸ SAMPAIO, Nelson de Sousa. O “Parlamentarismo” no Brasil Império. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. VII, n. 2, p. 73-91, mai./ago. 1964. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/download/59532/57896>>. Acesso em: 8 mar. 2021. p. 80.

⁴⁹ MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. Revisão e atualização de Miguel Alfredo Malufe Neto. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 275.

motivou, dentre os pesquisadores do tema, uma definição usual para esse sistema: *parlamentarismo às avessas*.

Confirmamos a força do Imperador nesse sistema político ao revisitar a Constituição de 1824, que, por exemplo, possibilitava ao Poder Moderador nomear e demitir livremente ministros, dissolver a Câmara dos Deputados e convocar novas eleições.

Conquanto aceitasse o princípio da confiança parlamentar necessária, D. Pedro II jamais abriu mão das suas prerrogativas constitucionais, nomeando, demitindo e substituindo Ministros à revelia do Parlamento. Poucos foram os Ministérios que caíram por divergências parlamentares; em maior número, demitiram-se por divergências com o imperador, ou foram por ele demitidos.⁵⁰

Dos trinta e cinco Ministérios instituídos no reinado de D. Pedro II, vinte e dois caíram por ação direta do Imperador.⁵¹ Entretanto, a considerável atuação de Dom Pedro II na condução política do país, de certa forma, proporcionou relativa estabilidade ao tabuleiro político, garantindo a alternância no poder dos dois partidos que controlavam a política da época, o Liberal e o Conservador.

Sobre a real existência de um parlamentarismo no período monárquico, o jurista Nelson de Sousa Sampaio, em artigo de 1962, adentrou o debate em torno da questão. No seu entendimento, a continuidade das discussões acerca do parlamentarismo no Brasil durante o período republicano imprimiu diferentes opiniões sobre o sistema estabelecido em nosso país no século XIX. Entretanto, o jurista é categórico ao afirmar que não se pode entender o sistema político brasileiro vigente no período monárquico como um sistema parlamentarista.

O Brasil de então impedia a vigência do parlamentarismo no rigor da palavra. Para tanto faltavam não só condições legais, - como já vimos -, mas, sobretudo, condições sociais. Dois obstáculos principais opunham-se à realização do sistema parlamentar: um estava no vértice, e outro na base da estrutura imperial. No alto, situava-se o predomínio da Coroa; embaixo, a ausência de eleições livres e honestas.

Por todo o Brasil monárquico, não cessaram jamais os clamores, partidos de diversas direções, contra ambos os aspectos da vida política: contra o chamado “poder pessoal” do Imperador e contra a denominada “mentira eleitoral” – clamores que se prolongam pela República adentro com ecos que chegam até os nossos dias, sem mudança das expressões. Apenas se teria mudado, na República, o Imperador pelo Presidente como detentor do poder pessoal, enquanto a mentira eleitoral se alimentaria, até bem perto dos nossos dias, nas mesmas fontes da violência e da fraude.⁵²

⁵⁰ MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. Revisão e atualização de Miguel Alfredo Malufe Neto. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 275.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² SAMPAIO, Nelson de Sousa. O “Parlamentarismo” no Brasil Império. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. VII, n. 2, p. 73-91, mai./ago. 1964. Disponível em:

Com o fim do período monárquico, a continuação dos debates e das disputadas acerca do parlamentarismo se apoiaram, dentre outras motivações, na destacada atuação do gaúcho Raul Pilla à frente do partido Libertador, político considerado um apaixonante defensor do governo de gabinete. Observamos tais ecos a ressoarem nas páginas dos jornais pesquisados, quando da análise das pesquisas realizadas sobre as intenções de voto no plebiscito de 1993. Com o intuito de explicar a opção predominante dos gaúchos ao parlamentarismo, como também, denunciar a posição contraditória de Leonel Brizola no plebiscito, uma vez que no passado foi defensor do regime parlamentarista, o jornal Folha de São Paulo publicou:

O cientista político e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Héglio Trindade, 51, diz que há razões estruturais e conjunturais que determinam a tendência parlamentarista na população de Porto Alegre. Segundo a Pesquisa DataFolha, 64% dos entrevistados apoiam esse regime de governo.

Para Trindade, a principal razão histórica decorre da pregação pró-parlamentarismo pelo líder do Partido Libertador, Raul Pilla, entre os anos 40 e 60. Em 1947, a Constituição estadual gaúcha adotou o regime parlamentar, mas a Justiça o derrubou. O então deputado Leonel Brizola votou a favor do novo regime.⁵³

Nova experiência nacional com o parlamentarismo veio a ocorrer nos últimos anos da Quarta República (1945 a 1964), como resposta à crise aberta pela renúncia do presidente Jânio Quadros e a resistência de setores do exército e da sociedade à posse do vice-presidente, João Goulart. A defesa do parlamentarismo como uma solução casuística, entretanto, se desenvolvia na política brasileira há alguns anos e, sua adoção no governo de Jango, corresponde a apenas um capítulo de uma longa crise que se desenvolveu no decurso do esgotamento da política populista. Marcada por significativo aumento inflacionário e organização das camadas populares, os últimos anos do governo de Juscelino Kubitschek já indicavam que as contradições estabelecidas no âmbito da política de industrialização chegavam a patamares críticos. *“A crise de 64 seria pois a unidade de determinações econômicas – oriundas do estilo capitalista brasileiro apoiado no Estado e no capital estrangeiro – e políticas, pela ascensão do movimento de massas.”*⁵⁴

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/download/59532/57896>>. Acesso em: 8 mar. 2021. p. 85.

⁵³ REDAÇÃO. RS teve pregação parlamentarista. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22677. 05, mai. 1991. p. 1-14. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

⁵⁴ MENDONÇA, Sonja Regina de; FONTES, Virginia Maria. 4 ed. **História do Brasil recente** (1964-1992). São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 11.

Apesar da vitória de um candidato apoiado pelo partido conservador (UDN) nas eleições de 1960, o que se viu, na prática, foi a atuação de um político independente. Desta forma, a nova Presidência da República, representada por Jânio Quadros, manifestava comportamento distinto do esperado pelos conservadores, principalmente na condução da política externa, relativamente próxima a Cuba e a União Soviética. Diante da difícil situação econômica e política, sendo acusado por políticos da UDN de preparar um golpe de Estado, Jânio renunciou à presidência. Sua renúncia, em 25 de agosto de 1961, com pouco mais de seis meses de governo, longe de apaziguar a política brasileira, a inflamava ainda mais, pois se setores militares e conservadores da sociedade não concordavam com o governo, e se colocavam em oposição a Jânio. Com Jango, a polarização assumiu proporções desconhecidas e o parlamentarismo apresentou-se, naquele momento, como uma possível atenuação para a crise.

Os professores Cristiano Paixão e Leonardo A. A. Barbosa⁵⁵ alertam, entretanto, que a mudança de sistema político já vinha sendo ventilada durante a Quarta República, e colaborando para jogar luz no referido processo, elencam os movimentos mais significativos no sentido da mudança de sistema político. Segundo os autores, ainda na Constituinte de 1946, observa-se a possibilidade parlamentarista colocada em debate, sobretudo pelas intervenções do político gaúcho Raul Pilla. No ano seguinte, 1947, como mencionado, ocorreu a tentativa regional de adoção do parlamentarismo pelo governo do Rio Grande do Sul, frustrada pela justiça. No entanto, sob a nova Constituição, presidencialista, outra tentativa de mudança surge no Congresso com a Emenda n. 4, de 1949, denominada pelos políticos da época de “Emenda Parlamentarista”. Proposta constitucional que produziu um rico debate entre o parlamentarista Raul Pilla e o presidencialista Afonso Arinos. Apesar da sua derrota em 1953, as intervenções parlamentaristas permaneceram durante a referida década, contando, inclusive, com o apoio de Afonso Arinos, então convertido ao parlamentarismo. Tais incursões, no entanto, não ficaram reclusas no ambiente do Congresso Nacional, pois alcançaram a sociedade pela ação dos jornais, que davam cobertura aos debates.

Com a morte de Vargas e a crise política aberta pelo evento, o parlamentarismo retorna aos discursos, sendo defendido por muitos políticos como um sistema mais eficiente na prevenção de crises. Em 1954, uma nova Emenda à Constituição, de número 15, buscou,

⁵⁵ PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo Augusto. A. B. Crise Política e Sistemas de Governo: origens da “Solução Parlamentarista” para a Crise Político-Constitucional de 1961. **UNIVERSITAS JUS**. v.24, n.3. 2013. Disponível em: <www.jus.uniceub.br/jus/article/view/2622/2119>. Acesso em: 10 mar. 2021.

novamente, afirmar o parlamentarismo como sistema político para o Brasil, não alcançando, porém, votos necessários para sua aprovação.⁵⁶

Cristiano Paixão e Leonardo A. A. Barbosa atestam, que durante a década de 1950, diferente do rico debate entre parlamentaristas e presidencialistas, comandados por Pilla e Arinos, a sequência do debate ocorreu em outros marcos. Se para Pilla e Arinos, o impulso para o debate advinha, sobretudo, de motivação teórica, sobre qual dos sistemas atenderia melhor a realidade brasileira, o novo debate aparentava indicar outras motivações. *“É claro que muitos defensores do sistema parlamentarista estavam comprometidos ideologicamente com sua causa, mas a promoção de um sistema de governo alternativo obedecia também a motivações de cunho mais especificamente político-eleitoral e partidário.”*⁵⁷

Os autores ressaltam as denúncias do jornal Correio da Manhã ao casuísmo de uma possível implementação do governo de gabinete. Foi o caso das discussões em torno do parlamentarismo na sucessão de Dutra. Nas tentativas frustradas da formação de uma:

(...) candidatura de “união nacional”, um editorial do Correio da Manhã se referia às especulações no sentido de solucionar o impasse com a aprovação da emenda parlamentarista como uma “tentativa anormal”, “surgida do subsolo”, um “golpezinho”, que simplesmente iria “dar ao negócio uma aparência doutrinária”.⁵⁸

Nesse sentido, os citados autores apontam a tentativa de nova Emenda no governo Juscelino (Emenda n. 3, de 1956), por ação do deputado Raul Pilla. Tal tentativa acabou sendo barrada pelo Ministro da Guerra, General Lott, que em razão do papel exercido na posse de Juscelino, atuava ativamente no meio político. Nessa ocasião, o general entendia que *“aos parlamentares não assistia o direito de ‘reforma do regime’, reservado a uma ‘assembleia constituinte’.*”⁵⁹ Para os autores, os políticos da época, possivelmente, avaliaram a ação de Lott mais comprometida com o seu direito pessoal de concorrer à presidência, do que com o direito de garantir à população o seu sistema atual de governo.

O artigo alerta para a continuidade das denúncias do jornal Correio da Manhã, encampadas contra o deputado Humberto Lucena, que defendia a formação de um governo de gabinete no contexto das eleições de 1960, em que disputavam Jânio Quadros e o General Lott. A movimentação do deputado mobilizava outros políticos.

⁵⁶ PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo Augusto. A. B. Crise Política e Sistemas de Governo: origens da “Solução Parlamentarista” para a Crise Político-Constitucional de 1961. **UNIVERSITAS JUS**. v.24, n.3. 2013. Disponível em: <www.jus.uniceub.br/jus/article/view/2622/2119>. Acesso em: 10 mar. 2021.

⁵⁷ Ibidem, p. 54.

⁵⁸ Ibidem, p. 55.

⁵⁹ Ibidem, p. 58.

(...) havia diversos “interesses em jogo. O Presidente Juscelino Kubitschek, por exemplo, tinha planos para permanecer como Chefe de Governo em um eventual regime parlamentarista. Kubitschek seria candidato ao Senado pelo Estado de Goiás (ou, em um plano alternativo, que acabou não prosperando, ingressaria no Senado como “Conselheiro”, membro vitalício com todos os direitos e prerrogativas dos demais senadores, menos o voto, como pretendia a “Emenda dos Conselheiros” [Projeto de Reforma Constitucional n.2, de 1958]) e, uma vez no Senado, poderia ser conduzido à função de Primeiro Ministro.⁶⁰

A crise política, potencializada pela renúncia de Jânio, materializou em movimentações militares e políticas com o intuito de impedir João Goulart de assumir a Presidência da República. Em retorno de viagem oficial à China, Jango e setores políticos contrários ao rompimento institucional articularam saídas ao impasse. O casuísmo da implementação do parlamentarismo nesse momento encontrou seu ápice. A proposta foi levada à Jango por Tancredo Neves, e tinha dentro de seu escopo um plebiscito para possibilitar o retorno posterior ao presidencialismo. As mobilizações sociais, políticas e militares, sobretudo do sul do país – em especial, a atuação de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul –, possibilitaram a força política necessária para a posse de João Goulart dentro dos marcos do novo sistema de governo. Em 2 de setembro, o Congresso Nacional, aprovou uma Emenda à Constituição de 1946, instaurando o sistema parlamentarista no Brasil. João Goulart, em 7 de setembro de 1961, assumia como presidente do país.

Apesar de naquele momento o novo sistema ter garantido a posse de João Goulart, para a população mobilizada a favor de sua posse como presidente, a saída parlamentarista representou enorme frustração, como defende o historiador Demian Bezerra de Melo:

A saída parlamentarista para a crise política, longe de ter se constituído em uma “vitória das forças democráticas”, como quer Argelina Figueiredo, foi na verdade uma ação de cariz contra-revolucionário: uma forma de evitar que a radicalização política desencadeada pela débil tentativa de golpe dos ministros militares, desafiada pela resistência popular, que a partir do Sul do país viesse a levar a constituição de um governo resultante da mobilização popular. Ao aceitar o parlamentarismo, Jango frustrou os setores mais à esquerda, que logo identificaram no novo sistema um “golpe branco”.⁶¹

⁶⁰ PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo Augusto. A. B. Crise Política e Sistemas de Governo: origens da “Solução Parlamentarista” para a Crise Político-Constitucional de 1961. **UNIVERSITAS JUS**. v.24, n.3. 2013. Disponível em: <www.jus.uniceub.br/jus/article/view/2622/2119>. Acesso em: 10 mar. 2021. p. 55.

⁶¹ MELO, Demian Bezerra. O plebiscito de 6 de janeiro de 1963 na crise orgânica dos anos sessenta. **ANPUH – Simpósio Nacional de História, Fortaleza, XXV, 2009**. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0360.pdf>. Acesso em 12 mar. 2021. p. 4.

De setembro de 1961 a janeiro de 1963, o Brasil alternou três presidentes no conselho de ministros⁶², e o primeiro governo de gabinete teve à frente Tancredo Neves. Apesar da aparente estabilidade, o conselho se dissolveu em junho de 1962, depois de nove meses de governo. A consolidação do governo de gabinete liderado por Tancredo frente ao Congresso Nacional criava um paradoxo, pois, de acordo com Renato Archer, que participou daquele gabinete, antes de exercer sua função governamental, o acordado entre primeiro-ministro e o presidente era justamente o oposto, não deixar o parlamentarismo prosperar.

(...) Tancredo derrubou a si próprio, porque não poderia continuar fortalecendo o parlamentarismo devido a um acordo feito com o presidente João Goulart. Tancredo só foi indicado por Jango, quando concordou em trabalhar pela volta do presidencialismo. Em nenhum momento, ele foi derrubado, mas todos os Ministros eram parlamentaristas, e ele não poderia seguir descumprindo o acordo com Jango, diz Archer.⁶³

Após a renúncia de Tancredo, as disputas políticas em torno de um novo primeiro-ministro demonstravam que o sistema parlamentarista não conseguira diminuir as tensões políticas, que somadas às greves e mobilizações populares, evidenciavam a instabilidade do período. Foi nesse contexto que Francisco Brochado da Rocha chegou à chefia de um novo ministério. Entretanto, as pressões políticas contra o sistema parlamentarista alcançaram energia suficiente para mobilizar a antecipação do plebiscito, inicialmente marcado para abril de 1965.

O gabinete de Brochado da Rocha teve como objetivo explícito a reversão ao sistema presidencialista, seguindo fielmente os interesses de João Goulart. Não só deste, pois muitos presidenciáveis às eleições previstas para 1965, como Juscelino Kubitscheck, Juracy Magalhães e Magalhães Pinto, queriam se livrar o mais breve possível do incômodo sistema parlamentarista.⁶⁴

Em um contexto de greves, da renúncia de Brochado da Rocha, de aproximação das eleições (outubro de 1962) e pressão dos mais variados setores da sociedade e das Forças Armadas, a antecipação do plebiscito foi aprovada pelo Congresso Nacional, que definiu a

⁶² Foram Presidentes do Conselho de Ministros (primeiro-ministro) durante o governo João Goulart: Tancredo Neves, do PSD (setembro de 1961 a julho de 1962); Francisco Brochado da Rocha, do PSD (julho de 1962 a setembro de 1962); e Hermes Lima, do PTB (setembro de 1962 a janeiro de 1963).

⁶³ REDAÇÃO. Tancredo foi um Primeiro-Ministro presidencialista. **O Globo**. O País, n. 21004. 26, mai. 1991. p. 11. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

⁶⁴ MELO, Demian Bezerra. O plebiscito de 6 de janeiro de 1963 na crise orgânica dos anos sessenta. **ANPUH – Simpósio Nacional de História, Fortaleza, XXV, 2009**. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0360.pdf>. Acesso em 12 mar. 2021. p. 5.

data de 6 de janeiro de 1963, para a realização do plebiscito que deveria decidir o retorno, ou não, do presidencialismo como sistema de governo para o Brasil.⁶⁵

Manobrando politicamente alguns obstáculos colocados por setores contrários a consulta popular, Jango e os setores que o apoiavam mobilizaram-se para a concretização do plebiscito e o retorno do presidencialismo. Além de estabelecer a obrigatoriedade do voto no plebiscito, garantiu fontes de recurso junto ao empresariado. A campanha pelo retorno ao presidencialismo contou, inclusive, com o forte apoio da imprensa.

Praticamente toda a imprensa, com exceção de alguns veículos regionais, como o *Correio do Povo* de Porto Alegre, divulgaram a campanha pelo NÃO no referendo. Não se trata de qualquer dado, quando se lembra que praticamente toda a imprensa nacional estava em franca oposição a Goulart, a despeito de órgãos como o *Última Hora* e *Diário Carioca*. Até a CNBB entrou na campanha, divulgando uma orientação de comparecimento às urnas em 6 de janeiro como um “dever católico”.⁶⁶

O comparecimento dos eleitores ao plebiscito foi expressivo. E a vitória do presidencialismo inquestionável. Enquanto 76% do eleitorado marcou a opção de não aprovar o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo, apenas 16% optaram por aprová-lo. No dia 6 de janeiro de 1963, o eleitorado brasileiro determinava o retorno do presidencialismo como sistema de governo para o Brasil. No dia 24 desse mesmo mês, João Goulart nomeou o seu ministério.

Em 1991, Ulisses Guimarães (PMDB-SP), que participou como Ministro da Indústria e do Comércio do período parlamentarista, lamentava, como um dos principais defensores do governo de gabinete, à época do plebiscito de 1993, a malfadada experiência parlamentarista da década de 1960.

Para Ulysses, pesou a força do presidente no plebiscito e, além disso, o parlamentarismo não fora testado o suficiente para ganhar apoio popular. “Foi um desastre, Jango ganhou a presidência, mas também o exílio”.

O deputado admite que havia “problemas congênitos” com o parlamentarismo implantado em 1961, porque nasceu “atabalhoadamente”. Segundo ele, foi uma fórmula engenhosa, mas tinha um indiscutível fundo de casuismo, distanciando o parlamentarismo do “povo”. Essa distância, acrescenta, foi decisiva para sua derrota no plebiscito.⁶⁷

⁶⁵ MELO, Demian Bezerra. O plebiscito de 6 de janeiro de 1963 na crise orgânica dos anos sessenta. **ANPUH** – Simpósio Nacional de História, Fortaleza, XXV, 2009. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0360.pdf>. Acesso em 12 mar. 2021.

⁶⁶ Ibidem, p.7.

⁶⁷ DIMENTEIN, Gilberto. Sistema evitou guerra civil, afirma Ulysses. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22691. 19, mai. 1991. p. 1-12. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Como vimos, a continuidade do parlamentarismo, costurado pelas forças políticas diante da crise aberta com a renúncia de Jânio Quadros, foi vetada pela população, que no plebiscito de 1963 votou pelo seu fim e pelo retorno do presidencialismo. Trinta anos depois, em 1993, empreendeu-se outro plebiscito, e novamente a população foi consultada, mas então, além do sistema de governo, presidencialista ou parlamentarista, o regime também foi colocado à escolha popular: uma república ou uma monarquia constitucional? O papel desempenhado pela população não pode ser desprezado, pois é justamente sobre o convencimento popular, que jornais e políticos vão se esforçar na defesa de seus sistemas e regimes favoritos. Portanto, compreender o plebiscito e os mecanismos de democracia direta torna-se indispensável ao alcance do objetivo deste estudo.

2.2 O plebiscito e os mecanismos de democracia direta

Dentre os países latino-americanos, o Brasil encontra-se na posição de vanguarda, por incorporar, ao texto constitucional, os mecanismos de democracia direta. É verdade que tal posição só se justifica, se desconsiderarmos o Uruguai, que já previa em textos constitucionais a utilização de tais expedientes. De fato, após a última onda de regimes militares no continente, o Brasil afirmava em sua carta promulgada em 1988, a possibilidade, para além do voto em eleições regulares, da participação direta da população no jogo político através de Plebiscitos, Referendos e Iniciativas Populares. Apesar da importância do tema, tais mecanismos de democracia direta foram, até agora, pouco estudados no país.⁶⁸

No caso específico desta pesquisa, foi por meio de um desses expedientes, o plebiscito, que a população brasileira teve a possibilidade de opinar, em 1993, por qual regime e sistema político o Brasil ordenaria tanto a sua administração como os embates políticos. Entretanto, tais mecanismos de participação direta da população, como também, as usuais eleições dos representantes políticos dos cidadãos, encontram, na realidade social e política, dificuldades e obstáculos, que se não impedem totalmente sua aplicação, deturpam e minimizam seus efeitos no cenário político nacional.

Explorando os limites da cidadania brasileira, a socióloga Maria Victoria de Mesquita Benevides lembra dos graves empecilhos ao seu efetivo exercício, refletindo “*sobre o conjunto de obstáculos à extensão da cidadania, decorrentes de nossa tradição oligárquica,*

⁶⁸ VIEIRA, Pedro Capra. Mecanismos de Democracia Direta no Brasil. **Conexão Política**, Teresina, v. 4, n. 1, p. 29-42, jan./jun., 2015. Disponível em: <comunicata.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/download/4915/2827>. Acesso em: 22. mar. 2021.

autoritária, populista e corporativista”. A autora lembra ainda que “(...) *No campo dos direitos políticos do cidadão, é bem conhecida a crítica à representação e ao sistema eleitoral.*”⁶⁹ Para a socióloga, os mecanismos de democracia direta, sobretudo no caso brasileiro, além de corresponder a um aprimoramento dos direitos políticos do cidadão, é também fundamental para o processo de sua formação, ressaltando o entendimento da “*educação política do povo, como elemento indispensável – tornando-se causa e consequência – da democracia e da cidadania.*”⁷⁰

A partir desses pressupostos, e tendo em vista a realidade nacional, Benevides estabelece os mecanismos de democracia direta como importantes elementos no desenvolvimento do exercício da cidadania.

Entendo aqueles mecanismos como corretivos necessários à representação política tradicional — indispensável, porém insuficiente. Entendo-os como um aperfeiçoamento dos direitos políticos do cidadão, que já participa do processo eleitoral para o Executivo e o Legislativo. Assim, discuto a participação política, através de canais institucionais, no sentido mais abrangente: a eleição, a votação (referendo e plebiscito) e a apresentação de projetos de lei ou de políticas públicas (iniciativa popular). Como defendo a complementaridade entre representação e participação direta, adoto, em decorrência, a expressão “democracia semidireta”.⁷¹

A defesa da autora dos mecanismos de democracia direta coaduna com o objetivo deste estudo, haja vista a crítica ao plebiscito de 1993 ser depositada, em parte, sobre o eleitorado que, segundo seus críticos, é desinformado e, portanto, despreparado para as exigências postas pelo plebiscito. Tais argumentos corroboram, em maior perspectiva, inclusive, as considerações contrárias aos mecanismos de democracia direta, sendo a mais relevante delas, como lembra Vieira, o desvio populista que tais mecanismos podem promover, sustentando assim, a formação de “*um governo plebiscitário que deixa de lado o poder legislativo para governar com apoio popular*”. Entretanto, ponderando, o autor entende que tal “*desvio populista pode ser minimizado num sistema político forte, em que há*

⁶⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e Democracia. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**. São Paulo. n. 33. p. 5-16. ago. 1994. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000200002> Acesso em: 18 mar. 2021. p.5.

⁷⁰ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e Democracia. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**. São Paulo. n. 33. p. 5-16. ago. 1994. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000200002>. Acesso em 18 mar. 2021.

⁷¹ *Ibidem*, p.10.

*competição livre entre as elites políticas. Outra maneira de evitá-lo é através de um desenho institucional que impossibilite os abusos”*⁷².

Por outro lado, o caráter extraordinário dos plebiscitos e referendos no cotidiano político de um povo, considerado por Norberto Bobbio, pode colaborar na solução do impasse. Ao refletir a impossibilidade da concretização de democracias diretas (no sentido máximo que o termo pode alcançar) nos Estados modernos, seja por suas extensões territoriais, pelo número elevado de cidadãos, pela diversidade de costumes e visões de mundo, como também pelos inúmeros problemas concretos a se pensar e resolver, o filósofo lembra do papel que o referendo – e também o plebiscito – possui como expediente político salutar, no sentido de alcançar maior participação política direta da população.

Quanto ao *referendum*, que é o único instituto de democracia direta de concreta aplicabilidade e de efetiva aplicação na maior parte dos estados de democracia avançada, trata-se de um expediente extraordinário para circunstâncias extraordinárias. Ninguém pode imaginar um estado capaz de ser governado através do contínuo apelo ao povo: levando-se em conta as leis promulgadas a cada ano na Itália, por exemplo, seria necessário prever em média uma convocação por dia. Salvo na hipótese, por ora de ficção científica, de que cada cidadão possa transmitir seu voto a um cérebro eletrônico sem sair de casa e apenas apertando um botão.⁷³

Apesar da realidade tecnológica já ter alcançado a ficção científica de Bobbio, mesmo com o advento da internet, podemos concluir que seu argumento continua válido, não sendo prático nem viável a participação ininterrupta da população no cotidiano político. Tal impossibilidade torna-se patente, quando pensamos as várias instâncias do poder, sejam elas municipais, estaduais ou federal. Entretanto, cabe ressaltar o papel facilitador que a internet vem desempenhando no plano da participação popular, como constatado nas pesquisas e solicitações ao legislativo e outros órgãos estatais, promovendo maior interferência popular no cotidiano político do país.

Refletindo sobre as dimensões da democracia representativa e da democracia direta, Bobbio aponta para a ligação gradual e contínua entre tais extremos. Imagem que corrobora a defesa que Benevides faz do aumento da participação direta da população no jogo político, entendido tanto como conquista política, quanto como formação e aperfeiçoamento intelectual da população, cenário que colabora, de acordo com a autora, para a constituição de uma

⁷² VIEIRA, Pedro Capra. Mecanismos de Democracia Direta no Brasil. **Conexão Política**, Teresina, v. 4, n. 1, p. 29-42, jan./jun., 2015. Disponível em: <comunicata.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/download/4915/2827>. Acesso em: 22. mar. 2021.p. 41.

⁷³ BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira, n. 63. Coleção Pensamento Crítico. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986. p. 52.

democracia semidireta no país, que como Bobbio ressalta, situa-se em algum lugar entre a democracia representativa e a democracia direta, no sentido pleno de seus termos.

“Exatamente porque entre a forma extrema de democracia representativa e a forma extrema de democracia direta existe um *continuum* de formas intermediárias, um sistema de democracia integral pode conter todas, cada uma delas em conformidade com as diversas situações e as diversas exigências, e isto porque são perfeitamente compatíveis entre si, posto que apropriadas a diversas situações e a diversas exigências. Isto implica que, de fato, democracia representativa e democracia direta não são dois sistemas alternativos (no sentido de que onde existe uma não pode existir a outra), mas são dois sistemas que podem se integrar reciprocamente. Com uma fórmula sintética, pode-se dizer que num sistema de democracia integral as duas formas de democracia são ambas necessárias, mas não são consideradas, em si mesmas, suficientes.”⁷⁴

Apesar de inseridos no texto constitucional, uma análise mais acurada sobre a aplicação efetiva dos mecanismos de democracia direta no cotidiano da política nacional, comprova que tais mecanismos foram até agora pouco explorados. Como já informado, o Brasil abriga em sua atual Constituição três mecanismos de democracia direta. Comemorando os 27 anos da Carta Magna, a Rádio Câmara, lembrava a população dessas possibilidades de participação, ressaltando suas particularidades.

A fim de possibilitar uma participação cada vez maior do povo no processo político, foram incluídos, ainda, na Constituição, três dispositivos: o plebiscito, o referendo e a possibilidade de que a população apresentasse projetos de lei. Os dois primeiros são formas de consulta ao povo, tendo, como principal diferença, a ordem da criação da proposta que será analisada pelo povo. Enquanto o plebiscito é convocado antes da apresentação do texto, o referendo é uma espécie de confirmação ou rejeição pela sociedade do que foi proposto pelos governantes.

Já a lei de iniciativa popular possibilita que a sociedade apresente um projeto de lei à Câmara dos Deputados, desde que ele seja assinado por, no mínimo, 1% dos eleitores distribuídos por, pelo menos, cinco estados brasileiros, sendo pelo menos 0,3% em cada um desses estados. A última proposta dessa natureza que foi convertida em lei pelo Congresso, foi a Lei da Ficha Limpa, em 2010. A norma veta a candidatura de políticos condenados.⁷⁵

A matéria da Rádio Câmara, além de seu aspecto instrutivo sobre as formas de participação popular, também problematiza tanto o alcance real da atuação da população na aprovação ou rejeição de propostas, como no seu processo de elaboração. Vieira também

⁷⁴ BOBBIO, Noberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira, n. 63. Coleção Pensamento Crítico. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986. p. 51.

⁷⁵ LUDGERO, Lucas. A participação democrática por meio de referendo, plebiscito e projetos de iniciativa popular no Brasil. **Rádio Câmara**. Reportagem Especial. 2015. Disponível em: <www.camara.leg.br/radio/programas/470735-a-participacao-democratica-por-meio-de-referendo-plebiscito-e-projetos-de-iniciativa-popular-no-brasil/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

explora o alcance da participação popular. Segundo o autor, baseado na investigação dos processos históricos que possibilitaram a inserção dos mecanismos de participação direta da população na Constituição, associados, sobretudo, a práticas e concepções defendidas por importantes setores da sociedade civil – como esferas da Igreja, movimentos sociais do campo, movimento estudantil e sindical –, importante avaliar a sua real efetivação na política nacional, dado que, longe de garantir uma marcante participação popular nos processos decisórios, o que se observou, até agora, foi uma frágil e escassa participação do eleitorado na política nacional.

Aprofundando sobre o problema, Vieira nos auxilia ressaltando os aspectos desfavoráveis dos mecanismos de participação popular. Sobre o plebiscito e o referendo, observamos, em nossa Constituição, o caráter centralizador de tais expedientes, uma vez que só podem ser requisitados pelos políticos do Legislativo, ou Executivo. A via em sentido contrário, ou seja, a solicitação de plebiscito ou referendo diretamente pela sociedade civil, não encontra eco no texto constitucional. Sobre a iniciativa popular em forma de projetos de lei, o estafante trabalho necessário à sua efetivação já é por si uma barreira quase intransponível e, uma vez vencido tal desafio, a proposta originária da sociedade é deixada à própria sorte no território dos políticos.⁷⁶

Além do grau de dificuldade imposto no texto constitucional, relativo às exigências necessárias à redação de um projeto de lei de iniciativa popular⁷⁷, temos ainda as lacunas presentes no próprio texto constitucional. Sobre tais óbices, Santos lembra que:

A legislação também deixa uma lacuna em relação à obrigatoriedade ou não de o Congresso Nacional votar o projeto de lei advindo de iniciativa popular, e em qual prazo. Também não esclarece se o Presidente da República, após os trâmites legais da votação do projeto pelos parlamentares, poderia ou não exercer o seu poder de veto.⁷⁸

⁷⁶ VIEIRA, Pedro Capra. Mecanismos de Democracia Direta no Brasil. **Conexão Política**, Teresina, v. 4, n. 1, p. 29-42, jan./jun., 2015. Disponível em: <comunicata.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/download/4915/2827>. Acesso em: 22. mar. 2021.

⁷⁷ Santos quantifica a dimensão necessária de assinaturas impostas pela lei. De acordo com o autor: “Para se ter ideia, em dados atualizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2016), tem-se que nas eleições de 2016 o eleitorado apto foi de 144.088.912. Desta forma, em caso de iniciativa popular o quórum seria da gigantesca quantidade de um milhão e quatrocentos e quarenta mil pessoas, distribuídos pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.” SANTOS, Luiz Cesar Rocha. Emenda constitucional por iniciativa popular. **Revista Âmbito Jurídico**, 01 abr. 2017. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/emenda-constitucional-por-iniciativa-popular/>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

⁷⁸ SANTOS, Luiz Cesar Rocha. Emenda constitucional por iniciativa popular. **Revista Âmbito Jurídico**, 01 abr. 2017. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/emenda-constitucional-por-iniciativa-popular/>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

A falta de autoridade da população diante de seus representantes políticos, no que concerne aos mecanismos de democracia direta, é notada também no plebiscito de 1993. Como já comentado neste capítulo, para ilustrar as possibilidades de formas que o parlamentarismo pode adquirir, a ausência da descrição clara do modelo de parlamentarismo apresentado no plebiscito, caso o sistema saísse vitorioso, pode ser também um bom exemplo para demonstrar a interferência parlamentar no processo de decisão popular. Nesse aspecto, a coluna do empresário Antonio Ermínio de Moraes, na Folha de São Paulo, é bem elucidativa a esse respeito.

Tais questões exigem esclarecimento prévio. Até o momento, não se sabe quais serão os novos poderes do presidente e do primeiro-ministro no parlamentarismo proposto. Eles poderão dissolver o Congresso? Em que condições? E o senado, continua? Com que função? O parlamentarismo será estendido aos estados e municípios?

Repito. Gosto do sistema, mas tenho dificuldade para optar por um parlamentarismo desconhecido simplesmente porque o presidencialismo atual não funciona bem. É o mesmo que assinar um cheque em branco – deixando para os congressistas preencherem o valor. A sua fértil imaginação pode nos levar a um sistema Frankenstein, híbrido, que conserva o Senado, impede a autodissolução do Congresso, mantém eleição direta para um presidente sem poderes e exclui os estados e municípios do novo sistema.

Nesse caso, é óbvio, ficarei muito frustrado. Mas, aí a Inês é morta. O sistema já foi escolhido – e com a ajuda de meu voto. Eu não vou me perdoar!⁷⁹

A centralidade do poder político sobre os mecanismos de democracia direta, como as exigências exorbitantes para aprovação de projetos de lei de iniciativa popular traduzem, como já mencionado, em poucas experiências práticas de plebiscitos e referendos, como em baixo número de projetos de lei, oriundos da sociedade, aprovados no parlamento. Realmente, até 2015, o cientista político Pedro Capra Vieira elencou, a nível federal, a realização de apenas um plebiscito (o de 1993, objeto deste estudo) e um referendo (ocorrido em 2005, sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições, que a população rejeitou, com quase dois terços dos eleitores) após a redemocratização do país. Sobre a iniciativa popular de projetos de lei, apenas oito projetos obtiveram sucesso e se transformaram em leis.

No total, oito iniciativas foram apresentadas pela sociedade civil entre 1988 e 2014 que conseguiram alcançar todos os requisitos para transitarem no congresso e por fim se tornaram leis. (...) as iniciativas versam sobre diferentes assuntos: moradia popular, crimes hediondos, corrupção eleitoral e taxaço fiscal. Os partidos que apoiaram essas iniciativas são: PT, que apoiou três, o PMDB, apoiando duas, e PTB também assinando a autoria de duas.⁸⁰

⁷⁹ MORAES, Antonio Ermínio de. É hora de refletir. **Folha de São Paulo**. Opinião. n. 23314. 31, jan. 1993. p. 1-2. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

⁸⁰ VIEIRA, Pedro Capra. Mecanismos de Democracia Direta no Brasil. **Conexão Política**, Teresina, v. 4, n. 1, p. 29-42, jan./jun., 2015. Disponível em:

Cabe ressaltar, que o texto constitucional impõe a realização de plebiscitos caso sejam apresentadas propostas de “*incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos estados ou Territórios Federais*”⁸¹. O mesmo ocorre no âmbito municipal, com propostas de criação, desmembramento, incorporação ou fusão de municípios. Além disso, interesses locais da população podem se tornar, na esfera estadual ou municipal, objeto de consulta popular. Nesse sentido, podemos lembrar o referendo do Acre em 2010, sobre o horário adotado pelo estado⁸²; e os plebiscitos de 2011 no Pará, sobre a proposta de divisão do estado em três⁸³, e de 2014, sobre a criação de dois distritos em Campinas⁸⁴.

Apesar das barreiras impostas e pela prática centralizadora da sociedade política, os mecanismos de democracia direta inseridos no texto constitucional representam importantes passos no desenvolvimento da democracia brasileira. Como vimos em Benevides, facilitar sua inclusão no cotidiano político nacional pode contribuir, sobretudo através do seu aspecto formativo, para o avanço do aperfeiçoamento da prática democrática.

Se os mecanismos de democracia direta são portadores, no âmbito da cidadania, dessa dimensão formativa, não menos importantes são as mídias, sobretudo a imprensa, em destaque nesse estudo. A relevância dos jornais para a formação política e organização da sociedade encontram em Gramsci excelente tradução. Ao verificar o papel desempenhado, tanto pelo O Globo como pela Folha de São Paulo, nos processos e disputas acerca do plebiscito de 1993, constataremos a dimensão prática dessa importância. Entretanto, antes disso, um aprofundamento teórico sobre a imprensa, como também, a história e o enlace da Folha de São Paulo e do O Globo com a sociedade política, exigem especial atenção.

<comunicata.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/download/4915/2827>. Acesso em: 22. mar. 2021.p. 38.

⁸¹ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998**. Regulamenta a execução do dispositivo nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9709.htm>. Acesso em 25 mar. 2021.

⁸² REDAÇÃO. Acreanos dizem ‘não’ ao atual fuso horário. **O Globo**. O País, n. 28.211, 02, nov. 2010. p. 20. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

⁸³ NAVARRO, Silvio; VIZEU, Rodrigo; TALENTO, Aguirre. Pará deve rejeitar divisão em plebiscito hoje. **Folha de São Paulo**. Poder. n.30202. 11, dez. 2011. p. A16. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

⁸⁴ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. TRE-SP aprova realização de plebiscito em Campinas. **JUSBRASIL**, 2014. Disponível em: <<https://tse.jusbrasil.com.br/noticias/100686676/tre-sp-aprova-realizacao-de-plebiscito-em-campina>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Capítulo 3

A IMPRENSA E O PLEBISCITO DE 1993

O plebiscito de 1993, por envolver um amplo debate nos mais diversos setores da sociedade, produziu uma rica e variada gama de fontes para pesquisa: políticos, juristas, religiosos, sindicalistas, intelectuais, empresários, jornalistas, estudantes, nos seus mais distintos lugares sociais, deixaram os rastros desse debate em atas, manifestos, fotos, charges, reportagens, colunas, livros, programas de rádio e televisão etc., possibilitando, assim, sustentação para as mais diversas abordagens sobre o tema.

Nesta pesquisa, apoiou-se, principalmente, na mídia impressa e sua relação com a sociedade política durante o plebiscito. Escolha motivada pela observação da cobertura que, ainda hoje, explicitamente, setores da imprensa fornecem ao parlamentarismo, como uma possibilidade viável de sistema político para o Brasil. Tal cobertura realiza-se, geralmente, nos debates e opiniões do meio político prontamente amplificadas por veículos de imprensa. Tal relação, portanto, torna-se alvo desta pesquisa, com os jornais constituindo as fontes ideais de investigação.

3.1 O conceito de jornalismo integral: uma perspectiva abrangente sobre a imprensa

Destacado, no início dessa pesquisa, por sua notável atuação teórica dentro do campo da Teoria do Estado, o marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937), além de sobressair como político marxista de sua época – participando da criação e direção do Partido Comunista Italiano (1921), e atuando como deputado pela região de Vêneto (1924) –, marcou sua geração como intelectual marxista, refletindo e escrevendo nos campos da sociologia, teoria política, literatura, educação, dentre outras áreas, sublinhando, neste estudo, o jornalismo.

O contato de Gramsci com os jornais teve seu prelúdio em 1910, ainda na Sardenha, lugar de origem, quando escreveu para o *L'Unione Sarda*. No entanto, foi em Turin, que o jornalismo se evidencia como profissão. De fato, será sua militância, nessa época, no Partido Socialista Italiano (1892), e sua prática jornalista, suas principais insígnias. Gramsci escreveu para importantes jornais socialistas da Itália, como *Il Grido del Popolo* e *Avanti!*, também foi responsável pela edição da revista *La Città Futura* e, principalmente, o semanário *L'Ordine*

Nuovo (1919), que passou a ser, em 1921, o jornal do Partido Comunista Italiano e, mais à frente, também para o *L'Unità* (1923-1924)⁸⁵.

Além de se debruçar sobre o ofício da escrita e edição das notícias⁸⁶, Gramsci criou uma rica reflexão sobre a imprensa e o jornalismo no contexto do capitalismo e, principalmente, no processo emancipatório de sua superação. O jornalismo, para o revolucionário sardo, é visto sob diferentes ângulos:

(...) como modalidade específica de atividade intelectual; como atividade que se remete a um importante aparelho hegemônico, decisivo para a criação do senso comum; como momento da ação do partido revolucionário, que almeja criar novo senso comum (e uma nova hegemonia), permitindo o crescimento intelectual e cultural das camadas subalternas em luta para deixarem de ser subalternas, no modelo – diversas vezes recordado – de atuação dos iluministas, que de fato prepararam, com seus escritos, a Revolução Francesa⁸⁷.

Entre essas perspectivas sobre o jornalismo e seus desdobramentos para a imprensa, aprofundar o seu aspecto de aparelho privado de hegemonia e atividade intelectual é fundamental, uma vez que é justamente sobre a teoria de Estado concebida por Antonio Gramsci, que procuraremos entender o papel que a Folha de São Paulo e O Globo exerceram nos processos referentes ao Plebiscito de 1993, em especial, na relação estabelecida com a sociedade política e suas disputas em torno do parlamentarismo como sistema de governo.

Como vimos no primeiro capítulo deste estudo, Gramsci concebeu o Estado como produto das interações entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a coerção, respectivamente. Denominado Estado ampliado, a nova abordagem teórica, além de retirar a rigidez da anterior separação entre sociedade civil e sociedade política, valorizou os lugares da sociedade civil onde as classes e frações de classe se organizam. Chamados de Aparelhos Privados de Hegemonia, esses lugares passaram a ser vistos como trincheiras a serem construídas e conquistadas no processo de luta pela hegemonia cultural da sociedade: *“conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras.”* Importante ressaltar, que *“além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrecosques de percepções, juízos de valor e*

⁸⁵ MORAES, Dênis. O jornalista Antonio Gramsci. **Observatório da Imprensa**. Imprensa em Questão. Edição 777. 17 dez. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed777_o_jornalista_antonio_gramsci/>. Acesso em 10 ago. 2020.

⁸⁶ “(...) de 1910, quando publicou o primeiro texto em *L'Unione Sarda*, até ser preso pelo fascismo em 1926, ele escreveu nada menos do que 1.700 artigos. Equivalem a mais do que o dobro das páginas reunidas nos Cadernos do Cárcere, redigidos entre 1929 e 1935”. MORAES, Dênis. O jornalista Antonio Gramsci. **Observatório da Imprensa**. Imprensa em Questão. Edição 777. 17 dez. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed777_o_jornalista_antonio_gramsci/>. Acesso em 10 ago. 2020. p. 1.

⁸⁷ LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 448.

princípios entre sujeitos da ação política.”⁸⁸. Podemos notar, agora, a relevância dos periódicos para Gramsci, considerados importantes aparelhos privados de hegemonia. Para o teórico, esse era um ponto fulcral para o entendimento do exercício da hegemonia nos países de capitalismo mais desenvolvido, que diferentes dos países ao leste europeu, como a Rússia, possuíam uma desenvolvida sociedade civil, que, por sua vez, apresentava resistentes relações de consenso no exercício da hegemonia. Portanto, para Gramsci, era fundamental compreender:

(...) como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais⁸⁹.

A importância da imprensa sobressai nos escritos de Gramsci. Para o filósofo: “*A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica*”⁹⁰, por estar encarregada não apenas da consolidação e divulgação da cultura hegemônica, mas também, servindo como importante aparelho para a disseminação e o fortalecimento da contra-hegemonia, “*cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista.*”⁹¹. Para o jornalista e revolucionário italiano, o campo específico dessa atuação é a opinião pública.

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. (...)

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica⁹².

⁸⁸ MORAES, Dênis. O jornalista Antonio Gramsci. **Observatório da Imprensa**. Imprensa em Questão. Edição 777. 17 dez. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed777_o_jornalista_antonio_gramsci/>. Acesso em 10 ago. 2020. p.54.

⁸⁹ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais: o princípio educativo**. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2. 2011b, p. 78.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. Dossiê comunicação e política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/download/12420/8298>>. Acesso em 10 ago. 2020. p. 73.

⁹² GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 3. 2011a, p. 265.

Moraes ressalta em Gramsci a relativa autonomia dos aparelhos privados frente ao Estado em sentido estrito⁹³. É justamente essa relativa autonomia em relação ao Estado que observamos nas páginas dos jornais analisados, onde, frequentemente, vemos tais veículos assumindo oposição e montando significativa resistência a ações do Estado, mas, nem por isso, sendo contrários às guias centrais e valores do capitalismo de seu tempo. Além desse “espaço” entre os dois campos, aparelhos privados de hegemonia e instituições do Estado propriamente dito, Gramsci avança suas observações, concluindo que os jornais possuem dois objetivos constituintes, o de atender os anseios de uma certa classe ou fração de classe e o de gerar e estender seu público consumidor. Esse jornalismo, com essas dimensões, recebeu do filósofo o nome de Jornalismo Integral.

O tipo de jornalismo considerado nestas notas é o que poderia ser chamado de “integral” (no sentido que, no curso das próprias notas, ficará cada vez mais claro), isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área⁹⁴.

Essa característica, dos interesses próprios, de que são dotados os jornais, possibilita compreender o porquê de, muitas vezes, os jornais ora analisados criarem pautas em concordância com o estímulo de suas máquinas editoriais e em detrimento de sua agenda política.

Caracterizados por Gramsci como aparelhos fundamentais para a organização e disseminação de “*determinados tipos de cultura*”⁹⁵, para os capitalistas, os jornais e as revistas desempenham o papel central de defender suas premissas e valores. “*Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação*”⁹⁶

Possuindo, desde cedo, essa compreensão, Gramsci denunciava, nesse artigo publicado em 1916, no jornal *Avanti!*, o caráter da imprensa burguesa, e alerta a classe trabalhadora para não colaborar com seus jornais:

⁹³ MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. Dossiê comunicação e política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/download/12420/8298>>. Acesso em 10 ago. 2020.

⁹⁴ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais**: o princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2. 2011b, p. 197.

⁹⁵ Ibidem, p. 32.

⁹⁶ GRAMSCI, Antonio. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>. Acesso em 3 jan. 2021.

É preciso reagir contra ela e despertar o operário para a exata avaliação da realidade. É preciso dizer e repetir que a moeda atirada distraidamente para a mão do ardina é um projétil oferecido ao jornal burguês que o lançará depois, no momento oportuno, contra a massa operária.

Se os operários se persuadirem desta elementaríssima verdade, aprenderiam a boicotar a imprensa burguesa, em bloco e com a mesma disciplina com que a burguesia boicota os jornais dos operários, isto é, a imprensa socialista.

Não contribuam com o dinheiro para a imprensa burguesa que vos é adversária: eis qual deve ser o nosso grito de guerra neste momento, caracterizado pela campanha de assinaturas, feitas por todos os jornais burgueses. Boicotem, boicotem, boicotem!⁹⁷

Mais desenvolvida e entranhada do que quando Gramsci a observou, a sociedade civil dos países capitalistas, na última década do século XX, apresentou uma gama de novas formas comunicativas que dinamizou a relação dos jornais burgueses com as classes subalternas. Direcionados às classes mais abastadas da sociedade, os jornais de grande circulação da década de 1990, vão atingir setores mais amplos da sociedade, valendo-se do seu poder de criar agendas e influenciar outros veículos de comunicação, como a televisão e o rádio⁹⁸.

Após Gramsci, outros pensadores, dentre eles marxistas – como o caso dos teóricos reunidos no que foi denominado Escola de Frankfurt – se debruçaram sobre o desenvolvimento da mídia e seu poder sobre a sociedade durante o século XX. Conceitos avançados como o de “indústria cultural” e “cultura de massa” contribuíram para o entendimento dessas novas capacidades⁹⁹. No que se refere aos jornais, em especial os analisados neste estudo, o que se nota é o lugar de destaque que, no início da década de 1990, os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* possuíam para gerar agendas e influenciar outros meios de comunicação. Tais veículos desenvolveram, então, relevante papel nas disputas acerca da proposta parlamentarista para o Brasil, reforçando o seu lugar de destaque para a

⁹⁷ GRAMSCI, Antonio. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>. Acesso em 3 jan. 2021.

⁹⁸ AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Universidade Federal de São Carlos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641221/8733>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

⁹⁹ Para um conhecimento introdutório dessa vertente de pensamento social e filosófico e suas contribuições conceituais, é recomendável a leitura do artigo *Socialização e dominação*, dos pesquisadores Bruna Della Torre de Carvalho Lima e Eduardo Altheman Camargo Santos. Nele, os autores sublinham importantes teóricos dessa escola, como Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Herbert Marcuse, esquadrinhando suas principais contribuições teóricas. LIMA, Bruna Della Torre de Carvalho; SANTOS, Eduardo Altheman Camargo. Socialização e dominação: A Escola de Frankfurt e a cultura. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 30, n. 3, Set./Dec., p. 123-141, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/145015/148937>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

elite econômica e política do país. Analisá-los, no seu aspecto histórico e político, constitui o próximo passo deste estudo.

3.2 Imprensa, políticos e elites: a história dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*

A imprensa surgiu no Brasil tardiamente. Se recuarmos mais no tempo, veremos que o ofício esteve proibido durante praticamente todo período colonial, vindo a ser permitido com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808. Para efeito de comparação, jornais com notícias internacionais já circulavam em países europeus em meados do século XVII, período, também, da criação do primeiro jornal em Portugal. Durante o século XIX, observamos no Brasil, o surgimento de jornais e revistas que, de modo geral, não apresentaram regularidade de publicação e tiveram vida curta. Tal tendência começa a mudar no início do século XX, quando a imprensa, sobretudo do eixo Rio-São Paulo, adquire maior robustez empresarial, o que garante a esses representantes mais poderosos do setor uma nova relação com o meio político e econômico. Seguimento jornalístico que passou a ser chamado de “grande imprensa” e, gradativamente, foi adquirindo maior importância no cenário político nacional. É nesse período, que temos o surgimento de importantes jornais ainda em circulação, como o *Estado de São Paulo* (1875), *Jornal do Brasil* (1891), *O Globo* (1925) e *Folha de São Paulo* (1921)¹⁰⁰.

No curso desse desenvolvimento, constata-se que, no decurso do século XX, a imprensa brasileira alcançou posição de destaque no cenário latino-americano. De acordo com o jornalista e professor André Singer, “*O país tem uma das cinco maiores redes de televisão do mundo (Blumenthal e Goodenoug, 1991), a quarta maior revista semanal e cinco jornais diários independentes que circulam por todo o país com um padrão gráfico e informação técnica equiparável aos do Primeiro Mundo.*”¹⁰¹

Em paralelo a essa robusta estrutura midiática, o Brasil possui contradições que não podem escapar à análise. Ao refletirmos sobre a mídia impressa, mais especificamente os jornais, fundamental se torna a análise das condições da educação no país. A primeira constatação que salta aos olhos é que, diferentemente dos países mais desenvolvidos, ou até dos países vizinhos, o Brasil apresentava, no período analisado por este estudo, um alto índice

¹⁰⁰ AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Universidade Federal de São Carlos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641221/8733>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

¹⁰¹ SINGER, André. Mídia e democracia. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 58-67, dez./fev. 2000. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revusp/article/download/32891/35461/0>. Acesso em: 29 out. 2020. p. 60.

de analfabetismo, como também, e em consequência disso, a ausência do hábito de leitura entre a população. Em matéria do *O Globo*, o FMI alertava o Brasil, indicando que os baixos níveis de investimento em educação impactavam diretamente nos resultados econômicos do país.

Um estudo do FMI divulgado recentemente diz que “o crescimento em produtividade, assim como a acumulação de capital físico, estão fortemente correlacionados com o nível de qualidade do capital humano”. O Brasil tem um dos maiores índices de analfabetismo da América Latina: 18,9%, contra 4,7% da Argentina, 6,6% do Chile e 12,6% do México. O índice de repetência nas escolas primárias brasileiras é altíssimo: 54%, igual ao do Haiti, melhor apenas que o da Nicarágua, 60%.¹⁰²

Azevedo explorou, em 2005, o impacto dessa deficiência no índice de consumo dos jornais pela população. Elencando os maiores jornais brasileiros baseado na média de publicação anual, o professor comparou a dimensão da mídia impressa brasileira com a dos Estados Unidos: “*Para simples efeito de comparação, a soma da circulação média anual dos cinco jornais relacionados na Tabela 1¹⁰³ não alcança a circulação média de um jornal como o New York Times, que roda todos os dias 1,6 milhões de exemplares.*”¹⁰⁴, e concluiu, informando que o elevado índice de analfabetismo no Brasil impacta diretamente no hábito de leitura. E para respaldar seu parecer, apresentou os dados relativos à leitura de jornais pela população da região da Grande São Paulo, a saber: nas medições entre janeiro e novembro de 2005, na região mais urbanizada do país, obteve-se a média de 34,4% da população com hábito de ler jornais.

3.2.1 A Folha de São Paulo e O Globo: os jornais das elites

Se de um lado, a barreira da péssima estrutura de ensino do país elimina grande parte da população como possíveis leitores de jornais, observamos, por outro lado, que os grandes

¹⁰² REDAÇÃO. FMI recomenda investimento em educação. *O Globo*. O país. n. 21706. 27, abr. 1993. p.7. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 29 out. 2020.

¹⁰³ Média anual (milhares): *Folha de S. Paulo* (SP), 307.9; *O Globo* (RJ), 274.9; *Extra* (RJ), 271.8; *O Estado de S. Paulo* (SP), 230.9; *Zero Hora* (RS), 178.2; *Correio do Povo* (RS), 167.7; *Diário Gaúcho* (RS), 152.5; *O Dia* (RJ), 152.3; *Lance* (RJ), 116.4; *Agora* (SP), 80.6. AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Universidade Federal de São Carlos. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641221/8733>>. Acesso em: 02 jun. 2018. p.94

¹⁰⁴ *Ibidem*.

jornais assumem a sua preferência de público, a saber, para quem desejam escrever, formatando os jornais para atender, especificamente, às suas demandas.

Com uma circulação dirigida para os leitores das classes AB (os chamados “formadores de opinião”), os grandes jornais, além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um jornalismo opinativo que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação¹⁰⁵.

Como já observado neste estudo, com o objetivo de analisar a escolha do parlamentarismo, defendido por grupos da sociedade, serão analisadas as publicações referentes ao tema nos jornais impressos O Globo e Folha de São Paulo. Integrantes das duas maiores empresas de jornais impressos do Brasil, a Infoglobo e o Grupo Folha, respectivamente, os referidos jornais, possuem destaque na mídia impressa do país. Em reportagem comemorando mais um recorde quebrado, a Folha de São Paulo, em 1995, informava a marca de segunda maior tiragem aos domingos de todo o continente americano, ficando atrás apenas, no volume impresso aos domingos, do The New York Times (1.613.872 jornais impressos, contra 1.767.836 do homólogo estadunidense)¹⁰⁶. Quando analisamos o alcance do jornal O Globo, também observamos posição de destaque. O mercado jornalístico do Rio de Janeiro, nos anos de 1990, apontava a liderança incontestada deste jornal. Em 1995, o jornal O Globo superou a marca de 700 mil exemplares aos domingos.¹⁰⁷ Atualmente, os referidos jornais ainda demonstram relevância. Em levantamento realizado pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), a média de tiragem diária ao final de 2016 do jornal impresso O Globo foi de 149 mil cópias impressas, e do Jornal Folha de São Paulo, 143 mil. Quando somado a esse levantamento as quantidades de assinaturas digitais, esses valores saltam para 241 mil assinaturas para O Globo, e 314 mil para a Folha de São Paulo¹⁰⁸.

Fundado por Irineu Marinho, em 1925, e passando pouco tempo depois para o comando de seu filho, o jornalista Roberto Marinho, o jornal carioca O Globo desempenhou relevante papel na construção da notícia no Brasil. Com o tempo, o jornal impresso se

¹⁰⁵ AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Universidade Federal de São Carlos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641221/8733>>. Acesso em: 02 jun. 2018. p. 95.

¹⁰⁶ REDAÇÃO. Folha quebra recorde de tiragem no país. **Folha de São Paulo**. brasil. 12, mar. 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/12/brasil/25.html>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

¹⁰⁷ BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa – Brasil 1990-2000**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 222.

¹⁰⁸ CORRÊA, Lile. Edições digitais continuam a crescer em 2017. **Clube de Imprensa**. 08, nov. 2017. Disponível em: <<https://clubedeimprensa.com.br/edicoes-digitais-continuam-a-crescer-em-2017/>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

expandiu numa rede de empresas de comunicação, o Grupo Globo, que se tornou o maior grupo de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina, com receita que chegou a 14,6 bilhões de reais (US\$ 6,3 bilhões) em 2013¹⁰⁹. Ao centrar a atenção no jornal impresso O Globo, constatamos, no texto relativo aos princípios editoriais, a preocupação em demonstrar isenção na construção da notícia: *“Pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar. O veículo cujo objetivo central seja convencer, atrair adeptos, defender uma causa faz propaganda. Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica”*. O texto prossegue, com o jornal problematizando a questão, ao demonstrar a diversidade de opiniões no interior de sua redação, indicando a forma de lidar com a subjetividade na resultante final da notícia: *“Mas, se de fato o objetivo do veículo for conhecer, informar, haverá um esforço consciente para que a sua opinião seja contradita por outras, e para que haja cronistas, articulistas e analistas de várias tendências.”*¹¹⁰.

O outro veículo objeto dessa investigação é a Folha de São Paulo. Criada por um grupo de jornalistas liderados por Olival Costa e Pedro Cunha, surgiu da fusão de três jornais por eles criados: Folha da Noite (1921), Folha da Manhã (1925) e Folha da Tarde (1949). O jornal Folha de São Paulo teve sua primeira impressão em 1960, e sua trajetória, de acordo com a história relatada no seu *site*, foi marcada pela inovação. O pioneirismo na impressão *offset* em cores e na utilização do sistema eletrônico de fotocomposição, e em 1983, na primeira redação informatizada da América do Sul, ilustram a proeminente posição. Em relação à linha editorial, um histórico da sua evolução é apresentado no seu *site* em sete textos, onde o jornal expõe a sua filosofia de trabalho, informando *“como premissa de sua linha editorial a busca por um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Essas características, que norteiam o trabalho dos profissionais do Grupo Folha, foram detalhadas a partir de 1981 em diferentes projetos editoriais.”*¹¹¹.

Ao retomar a atenção para o perfil dos leitores dos jornais, salta à vista para que tipo de público escrevem. O site da InfoGlobo, empresa que atua na publicação dos jornais do Grupo Globo, informa a estratificação social dos leitores do Jornal. Segundo consta, 15%

¹⁰⁹ VIOMUNDO. **Economist: Brasil “mais dócil com relação aos donos da mídia”**. 10, jun. 2014. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/politica/economist-governo-do-brasil-mais-docil-com-relacao-aos-donos-da-midia.html>>. Acesso em: 29 out. 2020.

¹¹⁰ REDAÇÃO. Princípios Editoriais do Grupo Globo. **O Globo**, 6, ago. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

¹¹¹ REDAÇÃO. Princípios Editoriais do Grupo Folha. **Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha_editorial.shtml?fill=2>. Acesso em: 01 jun. 2018.

deles pertencem a classe A, 50% à classe B, 28% à classe C, e 6% à classe D e E¹¹². Tal estratificação social se assemelha em muito à verificada na Folha de São Paulo. De acordo com o site do jornal, 15% dos seus leitores pertencem à classe A, 44% à classe B, 37% à C, e 4% à D e E¹¹³. Resumindo em uma média, podemos dizer que nos referidos jornais temos, aproximadamente, 62% pertencentes às classes sociais A e B, e aproximadamente 32,5% pertencentes à classe C¹¹⁴, levantamento que corrobora Azevedo, ao atestar que:

Orientados para a elite e os formadores de opinião, estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este último através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta¹¹⁵.

Ainda segundo Azevedo, que se apoia no modelo de análise da mídia que Daniel C. Hallin e Paolo Mancini criaram¹¹⁶, a imprensa do Brasil possui aspectos que a aproxima do grupo que os referidos autores denominam de Modelo Mediterrâneo, ou seja, com características de países como França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha. Dentre as importantes características desse modelo, encontra-se no “*sistema de mídia jornais com baixa circulação e orientados predominantemente para a elite política e a centralidade da mídia eletrônica (rádio e TV) no mercado de informação*”; a recente liberdade de imprensa e desenvolvimento da mídia comercial; e ainda, a “*predominância de um jornalismo opinativo orientado para a defesa de interesses ideológicos, políticos e econômicos ou, em casos mais extremos, simplesmente a serviço de governos, partidos ou grupos econômicos*”¹¹⁷.

Avançando sobre o estudo de Azevedo, os outros dois modelos que Hallin e Mancini propõem são: o modelo Corporativista-democrático (existentes nos países do norte e do centro

¹¹² REDAÇÃO. Nossos Produtos. **O Globo**. INFOGLOBO. Disponível em: <<https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

¹¹³ REDAÇÃO. Leitores do Jornal Folha de São Paulo no Brasil. **Folha de São Paulo**, 2015. Disponível em: <http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor_nacional.shtml>. Acesso em 02 jun. 2018.

¹¹⁴ De acordo com matéria do Valor Econômico, de 12.09.2017, podemos definir a divisão por renda mensal familiar da seguinte forma: Classe A: a partir de R\$17.286; Classe B: entre R\$5.552 a R\$17.286; Classe C: entre R\$2.302 a R\$5.552; e Classes D e E: renda de até R\$2.302. VILAS BOAS, Bruno. Na retomada, renda da classe 'A' sobe 6 vezes mais depressa. **Valor Econômico**, 12 set. 2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/na-retomada-renda-da-classe-a-sobe-6-vezes-mais-depressa.ghtml>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

¹¹⁵ AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Universidade Federal de São Carlos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641221/8733>>. Acesso em: 02 jun. 2018. p. 95.

¹¹⁶ HALLIN, Daniel C; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems: three Models of Media and Politics**. Cambridge University Press, 2004.

¹¹⁷ AZEVEDO, op. cit., p. 90.

da Europa, como Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Alemanha e Suíça), por sua vez, caracterizado pelo desenvolvimento precoce da indústria jornalística, da liberdade de imprensa, da alta circulação dos jornais, e da proximidade da imprensa com grupos sociais organizados; e o modelo Liberal (representado por países do Atlântico Norte, como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra), caracterizado pelo desenvolvimento precoce da imprensa jornalística com um viés comercial, da liberdade de imprensa, do individualismo, e pela organização baseada nas leis do mercado, com baixa interferência dos Estados em sua regulação¹¹⁸.

A análise dos embates referentes ao plebiscito de 1993, revela, sobretudo, o caráter opinativo dos jornais, que somado à centralidade dos veículos em poucas mãos, como no caso brasileiro, leva à reflexão que, superando a simples classificação, instiga a pergunta: quais efeitos a mídia impõe sobre os processos democráticos?¹¹⁹ O conjunto de características do Modelo Mediterrâneo, ao qual a imprensa brasileira estaria vinculada, corrobora as reflexões do professor André Singer. Pautado pela bibliografia que se debruçou nos efeitos da mídia sobre as democracias, o autor avalia:

(...) tenho a impressão de que, diante do que é mencionado na literatura como a natureza distorcida da informação transmitida pelos meios de comunicação, a maioria dos autores tende a ser pessimista em relação aos efeitos da mídia sobre o futuro da democracia (Abramson et al., 1990; Bourdieu, 1997; Fallows, 1997; Guéhenno, 1994; Sarcinelli, 1997).¹²⁰

O período analisado pela presente pesquisa deixa clara a influência dos jornais na condução da política nacional. Tendo em vista a impressão de Singer, cabe avançar mais sobre as características dos periódicos analisados nesta pesquisa, suas tendências expostas na produção da notícia, como também nas particularidades da mídia brasileira.

¹¹⁸ Cabe aqui ressaltar o alerta que o autor faz aos modelos propostos por Hallin e Mancini, sendo esses modelos apenas referências do tipo ‘modelos ideias’ pensados por Max Weber. “No relativo à ênfase na racionalidade, o tipo ideal só existe como utopia e não é, nem pretende ser, um reflexo da realidade complexa, muito menos um modelo do que ela deveria ser. Um conceito típico-ideal é um modelo simplificado do real, elaborado com base em traços considerados essenciais para a determinação da causalidade, segundo os critérios de quem pretende explicar um fenômeno.” QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2002. p. 102.

¹¹⁹ Compreendendo aqui os processos representativos dentro de uma democracia liberal, “que efetivamente é a única forma conhecida de democracia moderna.” SINGER, André. Mídia e democracia. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 58-67, dez./fev. 2000. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revusp/article/download/32891/35461/0>. Acesso em: 29 out. 2020. p. 60.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 59.

3.2.2 Imprensa de opinião *versus* imprensa de informação

Para analisar as discussões sobre o parlamentarismo, que ecoou nos meios de comunicação durante o plebiscito, fundamental se torna compreender as características dos veículos O Globo e Folha de São Paulo. O estudo de Azevedo, apesar de apontar para o desenvolvimento gradual de uma imprensa de opinião atrelada a um viés político e ideológico, para uma imprensa de informação mais balanceada em relação aos atores políticos e também mais aberta à pluralidade política, ressalta que o fator predominante na mídia brasileira é a sua característica de mídia de opinião, orientada para a defesa de determinados interesses ideológicos, políticos e econômicos. Não obstante, importante ressaltar que a imprensa de informação não significa desvinculação do universo político e ideológico pelos jornais, como defende o autor:

Além do mais, deve-se levar também em conta que no jornalismo comercial moderno a diferenciação política dos jornais se dá muito mais pelas crenças políticas e valores morais do que pela associação com uma organização partidária ou política em particular. Nestes termos, o *Financial Times*, por exemplo, deve ser visto como uma revista de forte orientação conservadora, mas não necessariamente como um *house organ* do Partido Conservador; da mesma forma, o *New York Times* no contexto americano é um jornal liberal, mas não deve ser confundido como porta-voz do Partido Democrata¹²¹.

Gramsci, na sua época, observou essa diferenciação da imprensa: ser um jornal informativo ou de opinião. Para o revolucionário e jornalista italiano, sendo “*a parte mais considerável e mais dinâmica*”, “*voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica e ideológica*”¹²² da classe dominante, os jornais constituem um lugar estratégico para se disputar ou manter a hegemonia. Mais especificamente, as redações, sendo importantes aparelhos privados de hegemonia, anulam qualquer possibilidade de imparcialidade dos jornais, uma vez que no interior desses aparelhos encontram-se sujeitos que possuem visões de mundo, que ora podem estar sob a influência da cultura hegemônica – o que veremos ocorrer com a grande mídia brasileira –, e ora sob a influência de uma visão de mundo contra-hegemônica que, necessariamente vai transparecer nas páginas dos periódicos e na posição dos editoriais.

¹²¹ AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Universidade Federal de São Carlos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641221/8733>>. Acesso em: 02 jun. 2018. p. 102.

¹²² GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais**: o princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2. 2011b. p.78.

Apoiado nessa compreensão, Gramsci faz rica análise da diferença dos jornais de opinião e de informação. Para tal, vale-se da diferenciação apresentada nos *Annali dell'Italia Cattolica de 1926* em relação à imprensa católica, separando os jornais em duas categorias, a saber, os que “*não contém nada contra a doutrina católica e a moral católica, seguem e defendem suas normas. Dentro de tais linhas, o jornal pode defender orientações políticas, econômico-sociais ou científicas*”; daqueles que “*tem como finalidade direta um eficaz apostolado social cristão, a serviço da Igreja e em apoio à Ação Católica*”¹²³, devendo seguir as normas e diretivas da autoridade eclesiástica mesmo que implicitamente. Sintetizando a diferenciação descrita nos *Anais da Itália Católica*, Gramsci atesta:

Distingue-se, em suma, o chamado jornal de informação ou “sem partido” explícito do jornal de opinião, o órgão oficial de um determinado partido; ou seja, distingue-se o jornal para as massas populares ou jornal “popular” daquele dedicado a um público necessariamente restrito.¹²⁴

Outra abordagem sobre o tema ocorre, quando Gramsci esquadrija os jornais existentes em sua época e suas partes constituintes. Refletindo no cárcere sobre a rubrica *Panorama de Imprensa* comum aos jornais, Gramsci avalia ser necessário distinguir o tipo de jornal, pois tal sessão apresentará características distintas, segundo o seu perfil jornalístico: se um jornal de informação ou de opinião.

(...) o primeiro é também um serviço de informação, isto é, o jornal em questão oferece diariamente aos seus leitores, ordenados e separados, os juízos sobre os eventos em curso publicados pelos outros jornais (...); nos jornais de opinião, a rubrica tem uma outra função: serve para reafirmar os próprios pontos de vista, para detalha-los, para apresentar, em contraditório, todas as suas facetas e toda a casuística. Revela-se o quanto é útil, “didaticamente”, este modo de “repetir” de forma não mecânica e sem pedantismo as próprias opiniões: a “repetição” adquire um caráter quase “dramático” e de atualidade, como obrigação de responder a um adversário. (...) Deve-se observar que o panorama da imprensa não pode ser deixado a um borra-botas qualquer, como fazem frequentemente alguns jornais: ele demanda o máximo de responsabilidade política e intelectual e o máximo de capacidade literária e de inventividade nos temas, nos títulos, etc., pois as repetições – necessárias – deveriam ser apresentadas com o máximo de variedade formal e externa.¹²⁵

Sobre os jornais analisados neste estudo, veremos, mais à frente, que a defesa da proposta parlamentarista suplantou as demais alternativas durante o plebiscito, evento que também ocorreu, no período analisado, com a defesa da reforma política e econômica no

¹²³ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais**: o princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2. 2011b. p. 198.

¹²⁴ Ibidem, p. 199.

¹²⁵ Ibidem, p. 243-244.

âmbito da revisão constitucional, sempre lembrada nos jornais, repetidamente, a necessidade de reformar, “modernizar”, as regras da política e a própria Constituição. Para ilustrar esse posicionamento, o editorial da Folha de São Paulo confirma a tendência de imprensa de opinião predominante nos grandes jornais do país.

A notícia de que o presidente da Câmara dos Deputados pretende dar ainda este mês início ao debate preparatório para a revisão constitucional é sem dúvida bem-vinda. De acordo com as informações disponíveis, as comissões permanentes da Casa deverão assumir, a partir de quarta-feira, também a função de comissões de revisão, com o dever de discutir e fazer a triagem de propostas de alteração da Lei maior.

A enorme magnitude da tarefa que se colocará diante dos parlamentares vinha de fato exigindo como já ressaltado neste espaço que se iniciasse o mais rápido possível ou o próprio processo de reforma hoje previsto para outubro, ou pelo menos a sua discussão tanto no âmbito do Congresso como de toda a sociedade. A elaboração da Constituição de 1988 bem ilustrou como a falta de amadurecimento do debate acaba gerando distorções que – uma vez sacramentadas no texto constitucional – entram o próprio desenvolvimento político e econômico do país. (...)

Causa profunda preocupação, por isso, notar que cresce entre lideranças políticas a intenção de adiar a revisão para 1995 – posição já formalmente assumida pela direção nacional do PT e do PDT, e que encontra adeptos também em diversas outras agremiações. Movida por projetos individuais, essa proposta sobrepõe ao interesse nacional um mesquinho cálculo eleitoral.¹²⁶

Observa-se que a posição assumida pelo jornal é tanto favorável à revisão constitucional e sua urgência como desfavorável àqueles a ela contrários, pois elencando e inserindo esses agrupamentos políticos no conjunto contrário aos “interesses nacionais”. Considerando o fato de essa posição dar-se no editorial do jornal, não se tem dúvida de que partiu do núcleo de comando da redação, representando, pois, a posição política e ideológica do grupo editorial. Como previu Gramsci, veremos mais à frente que tal posição será repetida, pedagogicamente, tanto por outros editoriais, como por jornalistas e colunistas do jornal.

3.2.3 Famílias, Estado e concessões: quando o político ganha a mídia

Tendo surgido tardiamente no país, imersa em uma realidade de população carente, precário sistema de ensino e alto índice de analfabetismo, a grande imprensa brasileira, além de deparar-se com esses elementos limitadores de sua disseminação a um conjunto maior da população, opta por atender um seguimento específico da sociedade constituído pelas elites, atuando ainda como uma imprensa tendenciosa, ou como vimos, de opinião. Tal posição,

¹²⁶ REDAÇÃO. Revisão Já. **Folha de São Paulo**. Opinião. n. 23398. 25, abr. 1993. p. 1-2. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

obsequiosa às elites, ilustrada pelo formato e estrutura de seus jornais, encontra justificativa no seu desenvolvimento histórico.

Observando o monopólio midiático existente no Brasil, percebemos que o mesmo foi motivado pelo modelo de regulamentação que, historicamente, o Estado impôs ao setor, seja à mídia impressa, seja à eletrônica. Com o intuito de permitir a identificação dos proprietários dos veículos de imprensa, desde 1946, as legislações “*proíbiam o controle das empresas jornalísticas e de radiodifusão por parte de pessoas jurídicas, sociedades anônimas por ações e estrangeiros.*”¹²⁷. Tal postura do poder do legislador brasileiro formatou uma estrutura de monopólio familiar no Brasil. Se analisarmos os meios eletrônicos (rádio e televisão) teremos a seguinte lista familiar: Marinho (Globo), Saad (Bandeirantes), Abravanel (SBT), atuando nacionalmente e, Sirotsky (RBS-Sul), Câmara (Centro-Oeste), Daou (Norte), Zahran (Mato-Grosso), Jereissati (Nordeste), atuando regionalmente, em posições incontestes de liderança. Não obstante, a “*(...) legislação em vigor limite a cinco o número de emissoras de TV por grupo, as redes nacionais burlam a regra se associando às estações de outros proprietários que funcionam como meras repetidoras locais ou regionais da programação nacional.*”¹²⁸. Monopólio também verificado na mídia impressa.

Além dessas oito famílias, que atuam também na mídia impressa e eletrônica (internet), outros três grupos familiares controlam várias ramificações importantes do sistema de mídia brasileiro que englobam parques gráficos, jornais, revistas, portais e sites e TV por assinatura: os Civitas (grupo *Abril*), os Mesquitas (grupo *O Estado de S. Paulo*) e os Frias (grupo *Folha de S. Paulo*). Desta forma, 90% da mídia brasileira é controlada por apenas 15 grupos familiares (LIMA, 2001, p. 106).¹²⁹

Outra característica importante da mídia brasileira é a participação de políticos como concessionários do setor. Esse aspecto é basilar, quando remetido à influência substancial da mídia no processo político. Até a Constituição de 1988, a concessão no setor de mídia eletrônica (rádio e tv) era uma incumbência do Presidente da República, o que favoreceu a entrada dos políticos para setor, uma vez aberta a possibilidade de utilizá-las como barganha nos processos de disputa política. Portanto, temos no país o uso da mídia não apenas em apoio a partidos e políticos, mas também, o seu uso direto pelos políticos, muitos possuindo concessão de rádio e televisão.

¹²⁷ AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Universidade Federal de São Carlos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641221/8733>>. Acesso em: 02 jun. 2018. p. 99.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Ibidem, p. 100.

Em 1990, 20% das emissoras de rádio de São Paulo estavam licenciadas para políticos, 33% em Minas Gerais, 44% em Pernambuco, chegando à metade das rádios na Bahia.¹³⁰ De acordo com artigo publicado pelo Media Ownership Monitor (MOM), um exemplo da estreita relação dos meios de comunicação com a sociedade política vem do Grupo Record, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. *“A igreja está por trás não somente de um político, mas de um partido: O Partido Republicano Brasileiro (PRB)¹³¹. Em 2017, a sigla possuía um ministro de Estado, um senador, 24 deputados federais, 37 deputados estaduais, 106 prefeitos e 1.619 vereadores”¹³².*

O artigo também chama a atenção para as relações dos grandes grupos de mídia com suas afiliadas, ligados, em muitos casos, a famílias tradicionais de políticos.

É o exemplo da Rede Bahia (que possui a TV Bahia, afiliada da Rede Globo, e o jornal Correio da Bahia), controlada pela família Magalhães, integrada pelo atual prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto, e que teve como principal figura o ex-senador Antônio Carlos Magalhães; das Organizações Arnon de Mello (que possuem a TV Gazeta Alagoas, afiliada da Rede Globo, o jornal Gazeta de Alagoas e a rádio Gazeta 94 FM), chefiadas pelo ex-presidente e senador Fernando Collor de Mello; e da Rede Massa (afiliada do SBT no Paraná), do apresentador Carlos Massa, cujo filho, Ratinho Filho, foi deputado estadual e federal.¹³³

O artigo publicado pelo Monitor colabora ainda no mapeamento dos momentos históricos chave dessa junção entre a sociedade política (os políticos) e os meios de comunicação (as concessões). Um deles destaca-se neste estudo, pois revela parte dos processos políticos envolvendo as concessões de meios de comunicação no interior da Assembleia Constituinte – ambiente onde se disputou o parlamentarismo como forma de governo para o país e estabeleceu o prolongamento dessa disputa, com a realização do plebiscito de 1993.

Esse fenômeno ocorreu, por exemplo, na aprovação da Constituinte Federal de 1988. O pesquisador Paulino Motter mostrou, em sua dissertação de mestrado intitulada “A batalha invisível da Constituinte”, que o então ministro das comunicações, Antônio Carlos Magalhães (ele próprio proprietário da Rede Bahia), distribuiu 1.028 licenças na sua gestão (1985-1989), 25% dessas somente no mês que antecedeu a aprovação da Constituição. O objetivo era garantir que o mandato do

¹³⁰AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Universidade Federal de São Carlos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641221/8733>>. Acesso em: 02 jun. 2018. p. 100.

¹³¹ Em 2019, o TSE, devido a uma solicitação da sigla, autorizou a renomeação do partido para Republicanos.

¹³² MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. **Relação entre políticos e mídia no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/afiliacoes-politicas/>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

¹³³ Ibidem.

então presidente José Sarney (este também controlador de meios de comunicação no seu estado, Maranhão) fosse estendido de quatro para cinco anos, proposta que acabou acatada.¹³⁴

Retomando às reflexões do professor André Singer, avaliamos os reflexos que as características presentes no sistema de mídia brasileiro impingem ao sistema político, contribuindo para um resistente círculo vicioso que, entre seus efeitos colaterais mais nocivos, está o permanente desgaste, na percepção popular, das instituições representativas do Estado e em particular, dos políticos. “*Contudo, além da ação benéfica de policiamento, a mídia impressa logo desenvolveu o que Sartori (1992, p. 311) denominou “parcialidade de oposição crítica” – ou seja, uma atitude de ataque permanente aos políticos*”¹³⁵. Analisando o comportamento fiscalizador da imprensa com a sociedade política, o autor avalia que a característica distinta entre a grande imprensa nacional e os grupos regionais, impendem que uma renovação do quadro político ocorra.

Deve-se notar, deste outro ângulo, que a ação de policiamento exercida pela imprensa acabou por não contribuir para melhorar a qualidade da representação no Brasil, pois boa parte dos parlamentares eleitos estão ligados a esquemas de comunicação regional, que não são independentes dos interesses políticos, como se mencionou acima.

Em outras palavras, criou-se um círculo vicioso. Os políticos eleitos com apoio da imprensa regional, quando chegam ao poder, são desmoralizados pela imprensa nacional, mas conseguem ser reeleitos com o apoio da mesma imprensa regional, não modificada até aqui pelo avanço da democracia. O resultado é uma grande desmoralização do sistema representativo.¹³⁶

O autor alerta para os riscos desse desgaste permanente. Tal hipótese é confirmada, em parte, quando avaliamos o contexto do plebiscito de 1993, tanto em relação à falta de apreço do eleitorado pelos políticos, visualizada na participação de leitores nos jornais analisados, quanto aos próprios índices de participação nas eleições. Inclusive, Singer supõe que o aumento na alienação do voto em 1994, “*quando 36% dos eleitores optaram pela abstenção, pela anulação de seus votos ou pelo voto em branco, seja um reflexo dessa rejeição à simples idéia da representação*”¹³⁷

¹³⁴ MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. **Relação entre políticos e mídia no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/afiliacoes-politicas/>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

¹³⁵ SINGER, André. Mídia e democracia. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 58-67, dez./fev. 2000. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revusp/article/download/32891/35461/0>. Acesso em: 29 out. 2020. p. 63.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ Ibidem.

3.2.4 A Folha de São Paulo e O Globo de volta ao jogo político

Os fatos acima apontados demonstram que a relação do sistema de mídia, ênfase para a grande imprensa, e a sociedade política brasileira não é apenas tendenciosa, mas sobretudo orgânica. O presente estudo não tem como objetivo um levantamento histórico, abrangente, das posições políticas dos jornais O Globo e Folha de São Paulo durante todo o processo dessa relação. A análise crítica apresentada permite, entretanto, localizar os referidos jornais no contexto da mídia brasileira, que, como vimos, possui estreita e histórica relação com o campo político. No que cabe a este estudo, veremos como a Folha de São Paulo e O Globo portaram-se durante o plebiscito, a quais propostas deram mais ênfase ou defenderam abertamente, quais políticos e partidos ganharam mais espaço nos jornais, como os jornais se posicionaram frente ao enfrentamento das propostas e dos campos políticos, dentre as análises pretendidas.

Com vistas a esse objetivo, observamos que a retomada democrática do processo político no país, após vinte e um anos de governos militares (1964 a 1985), representou o retorno considerável da participação da grande mídia na política, até então reduzida pela ação da censura. Vale ressaltar, que durante todo o decurso dos militares no poder, “*a grande imprensa escrita evoluiu de um apoio entusiasmado à implantação do regime militar para uma oposição liberal e moderada, porém crescente, ao regime.*”¹³⁸. Nesse sentido, o jornal Folha de São Paulo se destaca em relação ao O Globo,

Com a posse de Geisel em 1974 e o início da abertura política que conduziria à revogação dos atos institucionais e à Lei de Anistia, em 1979, bem como ao retorno do multipartidarismo e das eleições diretas para os governos estaduais, em 1982, a grande imprensa ampliou paulatinamente seus limites de liberdade e sua capacidade de propor agenda de debates e refletir a opinião pública. Sem dúvida, o ponto alto deste processo foi a campanha das Diretas Já, em 1983 e 1984, que teve na *Folha de S. Paulo* um dos seus principais arautos, enquanto a *Rede Globo* escondia do público as grandes manifestações populares e ignorava o debate nacional pelas eleições diretas para Presidência da República.¹³⁹

Consolidada líder absoluta de audiência durante o regime militar, a rede Globo se posicionou, de modo geral, em apoio aos governos desse regime, criando um hiato nas posições e ações políticas dos dois jornais durante o período de retomada democrática.

¹³⁸AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Universidade Federal de São Carlos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641221/8733>>. Acesso em: 02 jun. 2018. p. 104.

¹³⁹ Ibidem.

Entretanto, cabe ressaltar que, apesar de permanecer na retaguarda desse processo transitório, a Globo o trilhou com relativo sucesso, mantendo-se como principal rede de comunicação do país no novo cenário democrático, principalmente, nos meios eletrônicos, conquistando o seu canal de televisão a liderança absoluta. Na visão de Singer, “*a predominância de uma das transmissoras sobre as outras criou, de acordo com certos autores, uma espécie de “monopólio virtual” (Lima, 1993). Segundo Lima (1993, p.98), no início da década de 90 a Globo detinha de 60% a 84% da audiência em qualquer momento do dia.*”¹⁴⁰

No fecho desta superficial análise da história do sistema de mídia no Brasil, ancorada no seu envolvimento com a sociedade política, conclui-se que a relação entre esses dois campos permeiam a história do século passado. Além disso, de igual importância para este estudo, está a noção de que a grande imprensa brasileira ainda exerce as características de uma imprensa de opinião, mesmo que coexistindo ao discurso e ações dos referidos jornais no sentido contrário.

3.3 Páginas, editoriais, colunas, reportagens: as fronteiras dos jornais e a pesquisa sobre o parlamentarismo

Vasculhar os vestígios das disputas em torno do plebiscito de 1993, encampadas pelo meio político e amplificadas pelos jornais, é tarefa que, pelo volume de registros e pelo tempo limite destinado à pesquisa, demanda uma posição do pesquisador: quais fontes serão analisadas e quais não serão? À primeira análise, a busca concentrou-se nos veículos a pesquisar, dado que os jornais já estavam elencados como as fontes principais do estudo, justamente por seu papel de destaque como amplificador do meio político. Nesse aspecto, levando em conta, principalmente, a importância política e econômica do eixo Rio-São Paulo no cenário brasileiro, optou-se pela análise dos jornais O Globo e a Folha de São Paulo, por se enquadrarem nos primeiros quesitos levantados: a base empresarial localizada nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente; e a importância representativa dos referidos jornais entre os principais grupos de mídia do país.

A partir daí, um outro quesito se impôs ao pesquisador: nos referidos jornais, quais jornais da semana serão alvos de análises e quais seções dos jornais serão apuradas? Considerando o volume impresso no período analisado e o fato de o periódico dominical apresentar a síntese da semana, além das principais notícias e reportagens, optou-se pela

¹⁴⁰ SINGER, André. Mídia e democracia. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 58-67, dez./fev. 2000. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revusp/article/download/32891/35461/0>. Acesso em: 29 out. 2020. p. 61.

análise dos jornais de domingo da *Folha de São Paulo* e do *O Globo*, no intervalo de 06.01.1991 a 30.05.1993, suficiente para analisar as disputas pela antecipação do plebiscito, os debates em torno das propostas e, evidentemente, a realização do pleito. O total de periódicos analisados foi de 250 jornais, pesquisados nos acervos virtuais dos dois grupos de comunicação¹⁴¹.

O segundo quesito, porém, exigiu maior atenção, pois avaliar quais seções e, dentro dessas seções, quais conteúdos analisar, exige uma reflexão sobre as características dos gêneros jornalísticos. Medina, contribuindo com um rico debate sobre o tema, demonstrou a complexidade da classificação de gênero jornalístico e a dificuldade de um consenso entre os estudiosos. Para o autor, os gêneros jornalísticos servem para “*orientar os leitores a ler os jornais, permitindo-os identificar as formas e os conteúdos. Servem também como um diálogo entre o jornal e o leitor, pois é através das exigências dos leitores que as formas e os conteúdos dos jornais se modificam*”. Além disso, é através do gênero que podemos identificar a intenção do jornal, se deseja informar, opinar ou divertir.¹⁴²

A classificação do autor se destaca no âmbito temático desta pesquisa, justamente, por avançar na compreensão sobre a impossibilidade de uma análise integralmente objetiva, ao defender que toda notícia apresenta um grau variável de subjetividade.

O que é reproduzir e ler o real para os leitores. Será que o jornalista quando está perto do real para apreendê-lo não modifica de uma forma ou de outra esse real quando passa para os seus leitores? Podemos afirmar que existe objetividade jornalística? Não existe interferência do profissional de imprensa no retratamento desse real? Podemos concluir, sem dúvida nenhuma, que a relação com o real não permite uma reprodução fiel do mesmo, entretanto, também a leitura do real não será a mesma.¹⁴³

Defensor de tal entendimento, apoiando-se em classificações anteriores, Medina elaborou a categorização utilizada nesta pesquisa, como base para compreender as divisões existentes no interior dos jornais analisados, a saber:

GÊNEROS NA COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA

Jornalismo

. Gêneros informativos

Nota, notícia, reportagem, entrevistas, títulos e chamadas.

¹⁴¹ O GLOBO. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>; e FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>.

¹⁴² MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: uma questão de gênero. **Revista Symposium**, a. 5, n. 1, jan./jun., 2001. p. 45-55. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF>>. Acesso em: 15 ago. 2020. p. 50.

¹⁴³ Ibidem.

. Gêneros opinativos – (totalmente subjetivos, com opiniões de colaboradores e editores).

Editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, carta, crônica.

. *Gêneros utilitários ou prestadores de serviços* – roteiro, obituário, indicador, cotação, campanhas, educacional (testes e apostilas) e ombudsman.

. *Gêneros ilustrativos ou visuais* – englobando gráficos, tabelas, quadros demonstrativos, ilustrações, caricatura e fotografia.

Propaganda

. Comercial, institucional e legal.

Entretenimento

. Passatempos, jogos, história em quadrinhos, folhetins, palavras cruzadas, contos, poesia, charadas, horóscopo, dama, xadrez e novelas.¹⁴⁴

Nos jornais de domingo analisados, duas metodologias foram adotadas na busca pelas notícias referentes ao Plebiscito de 1993. A primeira, pelo uso do sistema de busca de palavras e termos do próprio acervo eletrônico dos jornais, onde foram adicionadas as palavras-chave¹⁴⁵ referentes à pesquisa, sendo que todas as matérias indicadas por esse padrão de busca foram analisadas. A segunda, pela análise detalhada de todas as notícias dos primeiros cadernos, elencando matérias referentes ao plebiscito, como também a temas importantes para esta pesquisa, por contribuírem para o entendimento da conjuntura política, econômica e social do período. Isto posto, dos 250 jornais examinados, um total de 1041 matérias foram elencadas, com 617 delas referindo-se diretamente a regimes e sistemas de governo.

Sobre a estrutura dos jornais de domingo, O Globo manteve o seu formato, sem mudanças significativas durante o período analisado, composto pelos cadernos: *Primeiro Caderno, Segundo Caderno, Jornal da Família, Revista da TV, Globinho, Ilha, Leopoldina, Madureira, Zona Oeste, Niterói e Baixada*. Mirando as discussões da sociedade política, o Primeiro Caderno se destaca, pois é nele que se encontram, sobretudo, as discussões políticas e econômicas envolvendo o país. Quando esses temas são abordados pelos cadernos regionais, como *Ilha, Leopoldina, Madureira, Zona Oeste, Niterói e Baixada*, adquirem contornos locais. Mesmo assim, quando o sistema de busca do acervo do jornal indicou tais cadernos, as matérias foram analisadas e, nesse caso, quando relevantes, foram selecionadas ao conjunto de matérias que apoiaram a pesquisa. Sendo, portanto, o Primeiro Caderno alvo de uma atenção especial, cabe aqui ressaltar ser o mesmo dividido pelas editorias: *Primeira Página*

¹⁴⁴ MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: uma questão de gênero. *Revista Symposium*, a. 5, n. 1, jan./jun., 2001. p. 45-55. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF>>. Acesso em: 15 ago. 2020. p. 51.

¹⁴⁵ Nos campos de busca denominados “Qualquer uma dessas palavras” dos acervos Folha e O Globo foram inseridos os termos: plebiscito, parlamentarismo, parlamentarista, parlamentaristas, presidencialismo, presidencialista, presidencialistas, monarquia, monarquismo, monarquista, monarquistas.

(capa do jornal), *Segunda Página*, *O País*, *Opinião*, *Grande Rio*, *O Mundo*, *Ciência e Vida*, *Economia*, *Negócios*, *Esportes*. Dependendo do período analisado, tem-se as seções: *O Mundo* abrigando *Ciência e Vida*; e *Economia* abrigando *Negócios*, seções menores. Dentre as editorias do primeiro caderno, *Segunda Página*, *Opinião* e *O País* foram alvos de investigação minuciosa.

Em relação à estrutura da Folha de São Paulo durante o período analisado, importante ressaltar que a reestruturação do jornal, em fevereiro de 1991, ocorreu dois meses após o início deste estudo. Nesse processo, o jornal adquiriu uma nova organização, com os cadernos que ainda em janeiro se apresentavam pela classificação alfabética de *A* a *J* – sendo a última destinada aos cadernos regionais do estado de São Paulo –, ganhado, a partir de fevereiro, novas designações: *Brasil*, *Mundo*, *Dinheiro*, *Cotidiano*, *Ilustrada*, *Televisão*, *Esporte*, *Veículos*, *Classifolha*, *SP ABCD*, *Nordeste*, *Norte*, *Sudeste*, *Vale do Paraíba*. Durante os meses posteriores, pouca alteração foi verificada, destacando-se a presença do caderno *Mais!* no lugar dos cadernos *Ilustrada* e *Televisão*. Como *O País*, no jornal *O Globo*, o caderno *Brasil* recebe atenção minuciosa neste estudo, por abrigar, também, além da editoria homóloga, a seção *Opinião*.

No que se refere às análises quantitativas formuladas nesta pesquisa, observou-se a quantidade de vezes que políticos e propostas foram citados nos jornais, nessas análises foram utilizadas as editorias que receberam minuciosa atenção, baseando-se na leitura atenta de todas as matérias dessas editorias. Tarefa que exigiu cuidado especial, em vista da imprecisão constatada no sistema de busca dos jornais, que, por isso, não constitui um mecanismo confiável para apoiar as análises quantitativas. Além disso, observou-se que tais mecanismos, em alguns momentos, indicaram matérias que, embora possuindo tais termos, não se referem diretamente ao objeto da pesquisa. Um exemplo divertido para ilustrar esse problema ocorreu, principalmente, no mês de fevereiro, quando a “monarquia” do Rei Momo rivalizou, nas páginas de outros cadernos dos jornais pesquisados, com os monarquistas de fato, ou seja, os partidários desse regime de governo. Cabe ressaltar, entretanto que, mesmo nestes casos, realizou-se a leitura dos textos indicados pelo sistema de busca, pois algumas vezes o Rei Momo foi citado ironicamente nas matérias relativas às disputas acerca do plebiscito, como no exemplo abaixo:

Estão querendo proibir, no plebiscito, a escolha da monarquia presidencialista, alegando que este regime é impossível. No entanto é o

sistema de governo do qual temos a mais antiga e contínua experiência. Todos os anos são realizadas aqui eleições para escolha do Rei Momo.¹⁴⁶

Os cadernos *O País e Brasil*, e suas editorias *Segunda Página*, *Opinião*, *O País (O Globo)* e *Brasil e Opinião (Folha de São Paulo)*, possuem interessantes divisões internas, destacando-se nas seções de opinião, além do importante editorial do jornal, que carrega indubitavelmente a opinião da empresa jornalística, os espaços onde colunistas e cronistas dividirão com as cartas dos leitores. Nesse aspecto, podemos também enquadrar o *Panorama Político* da *Segunda Página* de *O Globo* e o *Painel* da seção *Brasil* da *Folha de São Paulo*.

Um outro interessante espaço é o destinado ao *Ombudsman* na *Folha de São Paulo*. Como o site do próprio veículo informa, o termo sueco passou a ser incorporado na imprensa nos Estados Unidos na década de 1960, e a ser utilizado pela *Folha de São Paulo*, de forma inédita na América-Latina, em 1989. A coluna destinada ao ombudsman é utilizada para “receber, investigar e encaminhar as queixas dos leitores; realizar a crítica interna do jornal e, uma vez por semana, aos domingos, produzir uma coluna de comentários críticos sobre os meios de comunicação – na qual a *Folha* deveria ser um dos alvos privilegiados”.¹⁴⁷ Contando com a garantia de manutenção do seu emprego durante a atividade e pouco após o seu término, a ideia é que esse jornalista, o *Ombudsman*, possua maior autonomia para elaborar suas críticas, criando um vínculo de confiança do jornal com os seus leitores. Neste estudo, a coluna destinada ao *Ombudsman* ganha relevância por refletir, teoricamente, o papel do jornal durante os acontecimentos relacionados ao plebiscito.

Portanto, esse estudo conta com a análise dos textos produzidos por jornalistas, colunistas, cronistas, leitores, *Ombudsman* e, podemos dizer, pelo redator-chefe dos jornais, quando da análise dos editoriais. Desta forma, pretende-se contribuir para identificar o papel que os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* tiveram nos processos em torno do plebiscito, especificamente, na defesa da proposta parlamentarista, identificando, sobretudo, os espaços que políticos tiveram nos jornais para a defesa dessa proposta.

¹⁴⁶ OPINIÃO. **Folha de São Paulo**. Painel do Leitor. n. 23314, p. 1-3, 31 jan. 1993. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

¹⁴⁷ REDAÇÃO. O que é o cargo de ombudsman? **Folha de São Paulo**. Atualizado em 9 mai. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/2014/09/o-que-e-o-cargo-de-ombudsman.shtml>>. Acessado em: 22 out. 2020.

Capítulo 4

O PLEBISCITO DE 1993 E A PROPOSTA PARLAMENTARISTA

Inserido em um contexto histórico de marcante transição, tanto de ordem econômica como também política e cultural, o plebiscito de 1993 exige do pesquisador uma análise atenta ao contexto histórico, visto que, o período que circunscreve o plebiscito, além de caracterizar um momento de quebra de antigos paradigmas, inevitavelmente, se ancora em sua origem, nos processos que, cinco anos antes, ocorriam no interior da Assembleia Constituinte.

O governo de José Sarney (1985 a 1990), apesar da sua ascensão, em boa parte, ter sido incentivada pela reorganização da sociedade civil e, principalmente, dos setores progressistas contrários ao Regime Militar, representou também, especialmente na figura do vice-presidente José Sarney –empossado presidente logo após a vitória eleitoral–, parte importante da ala conservadora da política brasileira. A ala conservadora¹⁴⁸ do governo exerceu forte influência na escolha do sistema de governo para o país.

Além da questão econômica e situação dramática da hiperinflação, o primeiro governo civil também carrega, no escopo de suas urgências, a reorganização política e jurídica do país, demanda esta alimentada por amplos seguimentos da sociedade civil, ávidos por ultrapassar o período autoritário que, aparentemente, findava. É justamente no bojo dessa iniciativa, que se observou o debate sobre o parlamentarismo surgir com destacada força nas discussões que permeiam os processos da Constituinte de 1987 e 1988.

Ainda em 1985, sob a atmosfera vitoriosa das eleições indiretas, do forte apoio popular e da comoção da morte do presidente eleito Tancredo Neves, o novo governo civil convocou uma comissão em julho daquele ano, para a elaboração de um anteprojeto de Constituição. A comissão buscou preparar a base inicial para o trabalho de uma futura Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Pouco antes da Assembleia iniciar seus trabalhos, a

¹⁴⁸ Importante ressaltar o entendimento que este estudo possui do conceito de *conservador*, entendido aqui como uma disposição, da forma que foi definido pelo filósofo Michael Oakshott. Ainda sobre este tema, é valiosa a contribuição do artigo de Mário Jorge de Paiva. O autor traz uma boa síntese sobre diversas abordagens do conceito. Além de ressaltar a perspectiva de Oakshott, Paiva também evidencia a contribuição de Paulo Mercadante, que auxilia ao entendimento do conceito como utilizado neste estudo: “[...] em geral, não contém a mentalidade conservadora, por si própria, predisposição teorizante. Parte de uma pragmática de que não cumpre divagar sobre as situações em que se encontram os homens naturalmente ajustados. Dir-se-ia não haver problema equacionado numa ordem natural das coisas, e eis a justificativa de um estado de espírito despido de inquietações. As reações conservadoras diante dos fatores imanentes e situações determinadas consistiriam em atitudes habituais, e nesta situação o pensamento tranquilamente aceita o existente, como se fosse a exata ordem das coisas e do mundo (MERCADANTE, 2003, p. 227)”. PAIVA, Mário Jorge de. Elementos para uma apresentação do pensamento conservador: da disposição conservadora aos conservadorismos decorrentes. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**. Vitória, v. 7, n. 1, pp. 90-106, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/27694/18659>>. Acesso em: 8 jun. 2021. p. 96.

comissão terminava o seu anteprojeto que, entretanto, acabou não sendo encaminhado oficialmente ao Congresso.¹⁴⁹ Tal malogro se deu pela conjuntura política da época. Ocorre que parte da sociedade política e da sociedade civil viu na comissão uma continuidade do regime que findava, e a denunciou pelo seu *modus* supostamente antidemocrático. Suprimido, o anteprojeto foi informalmente publicado e continha como proposta um sistema semiparlamentarista para o Brasil.

Mantendo o padrão de avanços e recuos, característica do processo da redemocratização brasileira¹⁵⁰, o avanço de uma nova constituição para o país, exigida, sobretudo, pelos setores populares e pelas parcelas mais progressistas das elites, veio acompanhado do recuo no tocante a sua formulação. Contrariando as intenções de se convocar uma Constituinte exclusiva para elaboração de uma nova Carta Constitucional, sugerida, entre outras organizações civis, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o que se viu, foi a escolha de uma Constituinte Congressual, valendo-se, para elaboração do novo texto, de parlamentares eleitos no pleito ordinário de 1986.¹⁵¹ Ou seja, esse corpo parlamentar, ao mesmo tempo, legislaria sobre as questões do mandato presente – cercado de todas as pressões inerentes ao processo – e, na mesma legislatura, elaboraria a nova Constituição. Importante lembrar, que tal Congresso ainda contava com um terço de senadores eleitos no pleito de 1982, fato que motivou críticas quanto à legitimidade para a tarefa constituinte.

Valendo-se do impulso vitorioso nas eleições indiretas presidenciais, no que se refere ao apoio popular, como também do êxito que o Plano Cruzado lhe rendeu nos seus primeiros meses de vida, o PMDB saiu como o grande vitorioso nas eleições parlamentares de 1986. O aspecto conservador do novo Congresso, que formou a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), fica evidente à análise da sua composição após o referido pleito. A *“eleição garantiu ao PMDB ampla maioria na ANC. O PFL também obteve sucesso. Reunidos, os partidos detinham quase 80% das cadeiras da ANC. Os partidos considerados de esquerda (PDT, PT, PCdoB, PCB e PSB) mal alcançavam 10% da representação.”*¹⁵²

¹⁴⁹ SENADO FEDERAL. Comissão Afonso Arinos elaborou anteprojeto de Constituição. **Senado Notícias**, 01 out. 2008a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/10/01/comissao-afonso-arinos-elaborou-anteprojeto-de-constituicao>>. Acesso em: 26 set. 2020.

¹⁵⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. 4 ed. **História do Brasil recente** (1964-1992). São Paulo: Editora Ática, 1996.

¹⁵¹ PERLATTO, Fernando. As disputas políticas e a constituinte brasileira de 1987-1988: projetos, sonhos e utopias. **Ler História**, n. 75, p. 89-109, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.5588>>. Acesso em: 16 set. 2020.

¹⁵² FREITAS, Rafael; MOURA, Samuel; MEDEIROS, Danilo. **Procurando o Centrão**: direita e esquerda na Assembleia Nacional Constituinte 1987-88. 2009. CEBRAP – Biblioteca Virtual. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/381_artigo.pdf>. Acesso em 29 dez. 2020. p. 7.

A importância do contexto histórico, nesta etapa da pesquisa, torna-se imperativa, porque uma vez constituída, quase exclusivamente por forças partidárias tidas como conservadoras, o que se viu na produção final da Carta Constitucional foi um texto em que importantes aspectos progressistas evidenciavam-se, mesmo com seus defensores sub-representados na Assembleia. Parte importante do entendimento desse processo passa, necessariamente, pela reorganização partidária após o período militar, transformando o PMDB em uma agremiação heterogênea, conforme revela o seu posicionamento nas mais variadas pautas políticas.

O partido proveniente da oposição consentida ao regime militar, sob a sigla MDB, que durante a década de 1970 representou a oposição parlamentar ao regime, inclusive com importantes vitórias eleitorais, agora tinha como um de seus importantes líderes o presidente da república, antigo membro da ARENA e presidente do PDS. Entretanto, a majoritária parcela conservadora do PMDB convivia, no interior do partido, com uma ala mais progressista, que, apesar de minoritária, destacou-se, por sua coesão e organização, nos processos relativos à Assembleia Nacional Constituinte.

Um primeiro e importante movimento nessa direção pode ser exemplificado pelas disputas em torno da redação do Regimento Interno da futura Assembleia Nacional Constituinte. O presidente da Câmara dos Deputado à época, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), cedendo à pressão contrária a uma proposta anterior de regimento, acusada de centralizadora e discriminatória, indicou um novo grupo de políticos para a tarefa, que teve como relator do projeto o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).¹⁵³ Outro destacado momento, que colaborou para que setores progressistas e minoritários do PMDB obtivessem evidência política, foi a vitória de Mário Covas (PMDB-SP) ao ser conduzido à liderança partidária do PMDB na Constituinte. Eleito senador com o maior número de votos até então, afinado com a ala mais progressista do partido – sendo, mais à frente, um dos principais quadros na formação do PSDB (1988) –, Covas desempenharia uma função estratégica, tanto na organização do setor mais progressista do partido, como nas disputas internas do PMDB, indicando estrategicamente, para postos da Constituinte, os políticos alinhados a tal setor, já que *“cabia aos líderes, além de escolher os nomes que comporiam a chapa única de cada subcomissão e comissão, assegurar que suas bancadas cumpriram os acordos.”*¹⁵⁴

¹⁵³ NOGUEIRA, André Magalhães. **Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88**. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Verbetes. Colaboração Especial. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1987-88>>. Acesso em: 12 out. 2020.

¹⁵⁴ Ibidem.

Fortalecido por sua ordenação e aproveitando o calor do momento, em que organizações da sociedade civil reclamavam por maior participação popular na política, o setor progressista do PMDB apoiou o novo Regimento Interno, que garantiu um caráter descentralizador à Assembleia em suas primeiras etapas, permitindo aos progressistas, mesmo em minoria na Constituinte, definir elementos importantes do novo texto constitucional.

As discussões acerca de um novo sistema de governo permearam as etapas iniciais da ANC, fortalecida tanto com a derrota do governo federal na solução da crise econômica, quanto com a decadência do Plano Cruzado e, na sequência, dos demais planos criados pelo governo. A possibilidade da criação de uma nova Constituição Federal com poderes para encurtar o governo de José Sarney ou subtrair poderes do presidente, colocava para o governo a necessidade de influenciar a Assembleia Nacional Constituinte, no tocante, não apenas a manutenção dos poderes do presidente com a defesa do sistema presidencialista, como também, a garantia de extensão de seu mandato.¹⁵⁵

Concluídos os trabalhos nas subcomissões e comissões temáticas, a Comissão Sintetizadora organizou o Anteprojeto da Constituição, que, submetido a discussões e emendas, gerou o Primeiro Projeto de Constituição, em 9 de julho de 1987. O texto, composto de 496 artigos, foi logo atacado por parlamentares e setores da sociedade civil. Seu tamanho exagerado e, principalmente, sua inclinação esquerdista provocaram sua reprovação pela maioria dos parlamentares constituintes. Freitas, Moura e Medeiros¹⁵⁶ avaliam que tal frustração foi ocasionada pela contradição inerente ao processo de sua criação que, descentralizado em seu início, permitindo, inclusive, que setores mais à esquerda do PMDB imprimissem um caráter progressista às propostas, centralizava-se em suas etapas finais, deixando patente a incoerência entre as propostas apresentadas e o perfil majoritariamente conservador da Assembleia Nacional Constituinte.

As críticas ao primeiro projeto apresentado movimentou os bastidores da Assembleia. As emendas no intuito de adequar a nova Carta Constitucional a um perfil tolerado pelos constituintes e conivente com os interesses em disputa levaram à apresentação de um substituto do primeiro texto, e na sequência a outra substituição textual não prevista no regimento. O esforço visava, sobretudo, “(...) *conciliar as demandas das forças*

¹⁵⁵ MARTINS, Rodrigo. **O Processo Decisório na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88: a Escolha do Sistema de Governo**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-11042014-101746/pt-br.php>>. Acesso em: 25 set. 2020.

¹⁵⁶ FREITAS, Rafael; MOURA, Samuel; MEDEIROS, Danilo. **Procurando o Centrão: direita e esquerda na Assembléia Nacional Constituinte 1987-88**. 2009. CEBRAP – Biblioteca Virtual. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/381_artigo.pdf>. Acesso em 29 dez. 2020.

*conservadoras e progressistas, além das demandas do presidente Sarney”*¹⁵⁷. Apesar de avançar no sentido de uma conciliação, tendo o último texto substituto alcançado a proposta de parlamentarismo como sistema de governo para o Brasil, mas também, a extensão do mandato do atual governo para seis anos, conciliando, assim, os interesses em disputa, o que se seguiu foi a decisão, no interior da Comissão de Sintetização, de se valer de sua maioria e aprovar o Primeiro Projeto de Constituição como apresentado inicialmente, a saber, determinando o sistema parlamentarista e fixando o mandato de Sarney em quatro anos.

É a partir desse momento, da decisão da Comissão de Sintetização se valer de sua maioria e impor o Primeiro Projeto de Constituição, que o bloco conservador, solidificou-se. Antes fragmentado em diferentes partidos e interesses, agora o bloco conseguia, *“coletar assinaturas e votos suficientes para subverter o Regimento Interno da ANC e, conseqüentemente, votos suficientes para implementar modificações em plenário e passar por cima das decisões comandadas pela esquerda até o momento.”*¹⁵⁸. Freitas, Moura e Medeiros avaliam o erro de cálculo que permitiu esse revés:

A questão é que uma minoria mais organizada tentava impor seu projeto a uma maioria, a princípio, desorganizada. O projeto da esquerda do PMDB só se inviabilizou, em última instância, porque forçou o parlamentarismo e, particularmente, os 4 anos para o Sarney, quando não havia ambiente político para isto. Um erro de cálculo da esquerda do PMDB e particularmente da sua liderança, o senador Mário Covas, parece ter criado as condições para a insurreição que levou à mudança das regras do jogo em momento já avançado dos trabalhos constituintes.¹⁵⁹

No dia 3 de dezembro de 1987, onze meses do início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, por 290 votos a favor, 16 contrários e 4 abstenções, o Regimento Interno era modificado. Analisando as discussões sobre o sistema de governo no âmbito da constituinte, é possível avaliar que, até o momento da virada de mesa, as propostas apresentadas eram variações de parlamentarismo: *“Em alguns momentos predominava um primeiro ministro mais forte nos projetos, em outros os poderes eram mais divididos entre chefe de governo e chefe de Estado. Foi apenas em plenário, após a alteração do regimento interno, que o presidencialismo prevaleceu.”*¹⁶⁰

¹⁵⁷ FREITAS, Rafael; MOURA, Samuel; MEDEIROS, Danilo. **Procurando o Centrão: direita e esquerda na Assembléia Nacional Constituinte 1987-88**. 2009. CEBRAP – Biblioteca Virtual. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/381_artigo.pdf>. Acesso em 29 dez. 2020.p. 16.

¹⁵⁸ Ibidem. p. 19.

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ MARTINS, Rodrigo. **O Processo Decisório na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88: a Escolha do Sistema de Governo**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:

Martins problematiza com maior profundidade o revés que a proposta parlamentarista sofreu no decurso da constituinte, pois analisa com maior detalhamento o comportamento dos partidos em relação aos embates referentes ao sistema de governo. Para o autor, pode-se elencar quatro grupos: uma esquerda presidencialista, representada pelo PT e PDT; um agrupamento de esquerdas parlamentaristas, constituído pelo PCdoB, PCB, PSB e a ala progressista organizada dentro do PMDB – parte desse agrupamento em breve formará o PSDB; o terceiro grupo, formado pelo PFL, entre os mais conservadores, majoritariamente presidencialista e próximo ao presidente José Sarney; e o último agrupamento, ambíguo na questão do sistema de governo, apesar de comporem maioria presidencialista, formado pelo PMDB, PDS e PTB.¹⁶¹

Analisando tais agrupamentos, o autor especula suas motivações perante o tema sob três perspectivas, a saber: a influência de forças precedentes à Constituinte sobre os grupos da Assembleia; o fator da imparcialidade, que mesmo debilitada, como vimos, caracteriza toda assembleia constituinte; e o cálculo estratégico sobre os interesses próprios, que determinam as escolhas de alguns partidos. Posto isto, avalia a influência do presidente, dos militares e dos conservadores para a manutenção o presidencialismo e a defesa de um mandato de cinco anos para o presidente: os conservadores defendendo com tal proposta a continuidade do clientelismo e fisiologismo marcante em sua política, e os militares acreditando que no presidencialismo poderiam garantir a manutenção de sua influência sobre o sistema político. Sobre a imparcialidade, Martins avalia o peso dos argumentos normativos, das discussões sobre os desenhos institucionais no processo constituinte de 1987-1988, “*com base em ideias e valores, e não apenas em interesses de curto prazo*”¹⁶², enquadrando, nessa perspectiva, sobretudo, a ala progressista parlamentarista, composta pelo PCdoB, PCB, PSB e o futuro PSDB. E por último, os que se relacionam ao imediatismo de seus interesses, impondo à escolha do sistema de governo seu cálculo político. Nesse aspecto, avalia o autor que tanto o PT¹⁶³ como o PDT aderiram ao presidencialismo movidos pelo “*pragmatismo do momento, guiados pelos interesses imediatos e diante da possibilidade clara de chegarem à presidência*”

<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-11042014-101746/pt-br.php>>. Acesso em: 25 set. 2020. p. 58.

¹⁶¹ MARTINS, Rodrigo. **O Processo Decisório na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88: a Escolha do Sistema de Governo**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-11042014-101746/pt-br.php>>. Acesso em: 25 set. 2020.

¹⁶² Ibidem., p. 55.

¹⁶³ Apesar de Martins inserir o Partido dos Trabalhadores nesse campo, é oportuno ponderar se a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, no momento da ANC, já representava para o partido uma candidatura forte, com real possibilidade de vitória para a Presidência da República.

da república, uma vez que estes dois partidos possuíam dois fortes concorrentes ao cargo, Lula e Brizola.”¹⁶⁴

Terminados os trabalhos da Comissão de Sintetização, sem, entretanto, uma definição do sistema de governo para o país, coube ao plenário definir o impasse. A emenda Humberto Lucena (peemedebista – antigo político do PSD e MDB – e, naquele momento, presidente do Senado), que determinava a continuidade do presidencialismo, foi votada em 22 de março de 1988, estabelecendo, no âmbito da Constituinte, vitória incontestável aos presidencialistas. Por 61,5% dos votos favoráveis, 37,9% contrários e 0,5% abstenções, a continuidade do sistema presidencialista estava determinada pela nova Constituição Federal.

Derrotados em sua proposta parlamentarista, coube aos partidários dessa corrente a busca por alternativas. E, filiando-se a uma discussão que até aquele momento era pautada por alguns presidencialistas, a saber, a importância de uma aprovação plebiscitária à mudança de sistema de governo,¹⁶⁵ buscaram, nos momentos finais do processo constituinte, aprovar a realização de um plebiscito sobre o tema. O esforço para aprovar o plebiscito e uma nova chance ao parlamentarismo no Brasil, entretanto, levaria a configuração de uma estranha consulta à população. Sobre esse momento histórico, o fundador do plebiscito de 1993, historiador Luiz Felipe de Alencastro, criticamente, detalhava os eventos em coluna da Folha de São Paulo.

À medida que a opinião autorizada do senador Fernando Henrique admitia que a Constituição encerra “equivocos” não será despropositado lembrar a origem do plebiscito.

As manobras do Centrão na Constituinte contribuíram para a derrota do projeto parlamentarista elaborado pela Comissão de Sistematização. Ato contínuo caiu também a emenda do senador Richa, prevendo uma consulta sobre o sistema de governo em 1993. De golpe, os parlamentaristas ficaram, na sessão de 3 de junho de 1988, dia em que foram votados os cinco anos para Sarney, sem nenhum recurso. Foi então que se procedeu à fusão da emenda do senador Richa, sobre sistema de governo, com a emenda do deputado Cunha Bueno, sobre a forma de governo, a qual havia sido objeto de um pedido regular de destaque para votação em plenário. Em consequência, no final deste mesmo dia 3 de junho foi aprovado o art. 2º das Disposições Transitórias.

Redigido com uma construção gramatical rudimentar – reveladora do afobamento com que foi concebido –, o artigo 2º gerava uma certeza patética e uma perplexidade abissal. Uma certeza: a proposta monárquica, tornada folclórica pela sua ausência da política brasileira nos últimos cem anos, ganhava, de graça – nas costas dos democratas de todas as tendências que deram seu suor e seu sangue para derrubar a ditadura –, o

¹⁶⁴ MARTINS, Rodrigo. **O Processo Decisório na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88: a Escolha do Sistema de Governo**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-11042014-101746/pt-br.php>>. Acesso em: 25 set. 2020. p. 56.

¹⁶⁵ *Ibidem*. p. 63.

direito de se apresentar como alternativa à República. A perplexidade: na sua sintaxe troncha o plebiscito propunha opções tão amplas e, ao mesmo tempo, tão vazias de conteúdo, que a tendência vencedora poderia, extrapolando o escopo de sua vitória, reconstruir todo o edifício institucional.”¹⁶⁶

Cabe aqui ressaltar o papel desempenhado pelo deputado monarquista Cunha Bueno (PDS-SP), no processo de aprovação da proposta do plebiscito de 1993. Tanto a pesquisa de Carvalho¹⁶⁷, como de Németh-Torres¹⁶⁸, que se debruçaram sobre a frente monarquista, indicam essa atuação. Carvalho ressalta, ainda, a natureza dessa aliança entre parlamentaristas e monarquistas. Segundo a historiadora:

Os parlamentaristas uniram-se aos monarquistas de forma estratégica: eles viram na emenda uma nova oportunidade para a mudança do sistema de governo, pois acreditavam que seria possível o parlamentarismo vencer no voto popular. Porém, essa aliança feita para a aprovação da emenda, durante a realização do plebiscito foi desmanchada, ficando os monarquistas isolados na disputa. Para os parlamentaristas, a emenda monarquista fora apenas um trampolim para a realização do plebiscito para decidir o sistema de governo.¹⁶⁹

Além do plebiscito aprovado – como vimos, por meio de uma manobra política dos parlamentaristas, valendo-se de outra proposta, até então, sem apoio dos constituintes e sem lastro significativo na sociedade –, a nova Constituição garantia, também, a sua revisão após cinco anos de promulgada. Veremos que tais processos, o plebiscito e a revisão constitucional, marcados para 1993, vão pautar, significativamente, os debates e opiniões da Folha de São Paulo e do O Globo nos primeiros anos de 1990.

Uma outra consequência da disputa entre parlamentaristas e presidencialistas na constituinte foi a instituição das medidas provisórias como instrumento legislador para o poder Executivo – em continuidade à prática do regime militar (decreto-lei) –, além de sua capacitação para solicitar urgência nos projetos de lei em votação. Segundo Abranches, a Constituição “*incorporou elementos centralizadores oriundos do regime militar e alterou em*

¹⁶⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O fardo dos bacharéis. **Folha de São Paulo**. Opinião. Tendências/Debates. n. 23328, 14 fev. 1993, p. 1-3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

¹⁶⁷ CARVALHO, Andreza Pires de. **Voto Rebelde é na Monarquia!**: a disputa entre monarquistas x republicanos e parlamentaristas x presidencialistas no plebiscito de 1993. 2018. 59 p. Monografia (Graduação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189308/001086923.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

¹⁶⁸ NÉMETH-TORRES, Geovani. A odisseia monarquista no plebiscito nacional de 1993. **Revista Veredas da História**, UFSJ-Lavras-MG, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/download/6/6>. Acesso em: 16 out. 2019.

¹⁶⁹ CARVALHO, Andreza Pires de. op. cit., p. 30.

aspectos fundamentais o equilíbrio de forças entre Executivo e Legislativo, em favor da Presidência da República.”¹⁷⁰

As críticas às medidas provisórias do poder Executivo serão recorrentes nos jornais analisados. Sobre suas justificativas, pode-se ilustrar a explicação de sua aprovação no contexto da Constituinte, com a fala do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS): *“Porque naquele momento nós estávamos com o regime parlamentarista na votação. E pensamos que se fosse no regime parlamentarista não precisaríamos fazer uma limitação.”*. A entrevista com o deputado demonstra o avanço que a proposta parlamentarista alcançou nos processos constituintes, como também, as marcas que sua posterior reprovação causou na nova Constituição. *“Quando caiu o parlamentarismo, já não se poderia, por força regimental mudar os textos votados anteriormente. A única adequação efetuada no texto foi a supressão das referências ao Primeiro-Ministro.”*¹⁷¹

O que se pode perceber, é que os embates e manobras, tanto de parlamentaristas como de presidencialistas, imprimiram à Constituição aspectos que ultrapassam uma simples escolha de sistema de governo, por caracterizar uma fusão de particularidades de ambos os modelos. Sendo assim, sob forte influência governista, ainda assombrada por certa tutela militar, e possuidora de uma composição essencialmente conservadora e patronal – *“Segundo alguns autores, os interesses do capital, presentes na Constituinte, chegavam a atingir 42,25% do total de participantes, ao passo que os interesses trabalhistas somente 12,15%”*¹⁷² – a Assembleia Nacional Constituinte produziu, finalmente, o texto constitucional, que em seus parágrafos, incisos e alíneas, espelhavam os antagonismos da elite brasileira. Tal descompasso era provocado pelo debate ideológico que permeava o momento, *“(...) o próprio empresariado, embora progressivamente organizado e disputando palmo a palmo seus interesses, expressava divergências significativas, como aquela que contrapunha desenvolvimentistas a neoliberais.”*¹⁷³

Os dois projetos em disputa, o antigo e aparentemente esgotado desenvolvimentismo e o novo e “promissor” neoliberalismo, não conseguiram imprimir com clareza suas insígnias na Carta Constitucional, produzindo ao final um texto difuso no tocante a um projeto para o Brasil. Analisando a influência das ideias liberalizantes sobre a Carta Constitucional,

¹⁷⁰ ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 75.

¹⁷¹ FERRO, Núbia. Regulamentação de MP’s é necessária. **O Globo**. O País. n. 20927. 10. mar. 1991. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

¹⁷² MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. 4 ed. **História do Brasil recente** (1964-1992). São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 90.

¹⁷³ Ibidem.

Mendonça e Fontes ressaltam que o “*debate constitucional apontava para um estranho consenso anti-Estado*”, e “*na falta de projetos nacionais claramente formulados, um "consenso" deste tipo facilmente derivaria – como ocorreu – para o desmantelamento das instituições públicas.*”¹⁷⁴

Por fim, como vimos, elaborada majoritariamente por uma Assembleia Nacional Constituinte conservadora, influenciada pelo poder Executivo, e ainda permeada por uma certa pressão do regime autoritário anterior, a Constituição promulgada sustentava importantes elementos progressistas, fruto dos seus momentos iniciais, descentralizados, sob direção de setores mais progressistas do PMDB e apoiados pelos poucos representantes dos partidos de esquerda. Conseguiram imprimir à Carta Constitucional significativas conquistas para os trabalhadores e suas organizações, capazes de permanecer após a organização dos setores conservadores, que, nos momentos finais da Assembleia Nacional Constituinte, demonstraram sua capacidade de contrapor-se às pautas mais progressistas, demonstrando que o velho antagonismo de interesses presente na sociedade brasileira estava longe de ser superado e marcava nitidamente a nova Constituição Federal. O avanço das conquistas sociais, presente no bojo de uma Constituinte predominantemente conservadora, indicava, sobretudo, a profundidade da crise entre as frações das classes dominantes, ocasionada pelo esgotamento do modelo desenvolvimentista de acumulação, minando a “*unidade entre as frações do bloco no poder, cujas dissensões permitiram o avanço político das forças de esquerda*”¹⁷⁵. Mendonça e Fontes, avaliam que, justamente por seu caráter antagônico, após aprovada a Constituição, um “*vácuo de poder se formava em seu rastro, vindo a permitir a ascensão meteórica de um projeto vazio como o de Collor.*”¹⁷⁶

Fechando um longo período de impedimento e representando uma novidade para muitos brasileiros – as últimas eleições diretas para presidente ocorreram em 1960 –, as eleições de 1989 apresentaram um extenso cardápio de escolha ao eleitorado: vinte e dois candidatos. A evidente fragmentação entre os partidos, decorrente de escassas coligações na escolha de seus presidentiáveis, indicou, mais uma vez, a ausência de unidade entre as classes e frações de classes no tocante a um projeto nacional. As eleições demonstraram que a crise

¹⁷⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. 4 ed. **História do Brasil recente** (1964-1992). São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 91.

¹⁷⁵ MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, v.13, n.11. 2011. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390/23725>. Acesso em: 07 out. 2020. p. 100.

¹⁷⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. op. cit. p. 91.

de hegemonia da burguesia brasileira¹⁷⁷, provocada, sobretudo, pelo colapso do modelo econômico, prosseguia incólume, gerando uma nova e perigosa situação. Sobre essa etapa do processo político nacional, Gramsci nos remete ao seu entendimento ao detalhar, no âmbito da representação partidária, as consequências de uma crise de hegemonia da classe dirigente:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos.¹⁷⁸

O resultado do primeiro turno das eleições, deixou claro que os velhos caciques da política perdiam espaço, pelo menos, nas disputas acerca da presidência da República. O confronto no segundo turno das eleições foi travado entre o sindicalista metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e o governador de Alagoas Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN)¹⁷⁹. Esse último, valendo-se da oposição da elite nacional ao programa de governo e à base social que suportavam Luís Inácio Lula da Silva, contou, no segundo turno, com o apoio desta elite e de grupos de comunicação. Nesse sentido, oportuno lembrar das acusações contra a Globo de favorecimento à Collor durante a campanha eleitoral.¹⁸⁰ Em uma disputa acirrada, Fernando Collor vence o pleito com 53,03%, sobre 46,97% de Lula, e se torna o primeiro presidente eleito diretamente pela população, após o período militar.

Dono de um programa eleitoral centralizado em uma forte oposição ao governo Sarney e na “caça aos marajás” (funcionalismo público corrupto e ineficiente), iniciada quando governador, em Alagoas, Collor alicerçou sua campanha em uma superficial promessa de moralização e modernidade, ultrapassando na corrida eleitoral figuras de peso do

¹⁷⁷ MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, v.13, n.11. 2011. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390/23725>. Acesso em: 07 out. 2020.

¹⁷⁸ GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In **Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 3. 2011a. p. 60.

¹⁷⁹ Diferente de Luís Inácio Lula da Silva, que inicia sua trajetória política nas greves e reorganização da classe trabalhadora e a partir dessa base, eleito em 1987 deputado federal, Fernando Collor percorreu o trajeto da política formal, tendo sido nomeado prefeito pelo ARENA em 1979 e deputado federal pelo PDS, em 1982, antes de ser eleito governador de Alagoas, pelo PMDB. As trajetórias e filiações de ambos os candidatos na disputa de segundo turno, deixam evidente o caráter polarizador das eleições.

¹⁸⁰ BARBOSA, Thomaz Henrique; MARTIN, Victor Henrique. **Mídia e Poder: Fernando Collor e a Rede Globo nas eleições presidenciais de 1989**. 2012. Monografia (Especialização em Comunicação Social). Universidade do Vale do Paraíba. Faculdade de Ciências Sociais, Artes e Comunicação. São José dos Campos, 2012. Disponível em: <biblioteca.univap.br/dados/00002e/00002e79.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

cenário político como, por exemplo, Leonel Brizola e Ulysses Guimarães. Além das acusações de corrupção e despreparo, o candidato atacava a “*condução da política econômica do Governo Sarney, especialmente no que se refere aos valores da dívida externa*”, e sobre a caça aos marajás, a associava a um “*símbolo máximo da ineficiência, do gigantismo e irracionalidade do Estado brasileiro*”¹⁸¹

Necessário se faz analisar a conjuntura que cerca o referido momento político. Se observarmos o contexto internacional, verificamos que o desgaste do modelo de Estado de bem-estar social, que orientou economicamente os principais países do bloco capitalista desde os anos de 1940, dava lugar ao modelo neoliberal. Desta forma, o antigo sistema econômico, que com firme participação do Estado na economia tinha como objetivo norteador “*proporcionar ao conjunto dos cidadãos padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais.*”¹⁸², era substituído por um sistema que defendia, como elemento primordial ao receituário econômico, a livre atuação das forças de mercado. Desta maneira, os neoliberais defendiam, essencialmente, “*o término do intervencionismo do Estado, a privatização das empresas estatais e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais, [além da] abertura da economia e sua integração mais intensa no mercado mundial.*”¹⁸³

Engendrado logo após a Segunda Guerra, o neoliberalismo encontrou na recessão mundial, detonada em 1973, possibilidades concretas para se materializar em políticas de Estado. Tendo como laboratório inicial o regime autoritário chileno (1973) e, ganhando hegemonia quando adotado por países de capitalismo avançado como a Inglaterra (1979) e os Estados Unidos (1980), o neoliberalismo avançou, mundialmente, como receituário econômico a ser seguido pelos demais países de orientação capitalista. Na América Latina, após a experiência chilena, foi implementado na Bolívia (1985), México (1988), Argentina (1989), Venezuela (1989), Peru (1990) e Brasil (1990).¹⁸⁴

Soma-se a esse momento outra transformação crucial. Simultaneamente à nova concepção liberal, o mundo assistia ao desmoronamento dos alicerces do bloco comunista,

¹⁸¹ ALMEIDA, Monica Piccolo. **A trajetória de Fernando Collor rumo à Presidência**: estratégias eleitorais televisivas. XXVII - Simpósio Nacional de História. ANPHU. Natal. 22 a 26 de julho, 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4507/2013_almeida_trajetoria_fernando_collor.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 out. 2020. p. 8.

¹⁸² SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 313.

¹⁸³ *Ibidem*. p. 591.

¹⁸⁴ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1995.

iniciado em 1989 com a emblemática queda do muro de Berlim, e em 1991 a dissolução da própria União Soviética. Tais eventos, traduziram-se na abertura de uma intensa crise em parte significativa da esquerda mundial, somando-se a esperada ofensiva dos ideólogos capitalistas, e ao propagandeado fim da história – proposto por Francis Fukuyama, em 1992 –, o início da nova década significou para parcela significativa da esquerda uma reformulação programática, como também a reorientação de todo o debate político da época. A fragilidade como se apresentava a alternativa socialista, somada à vigorosa afirmação de supremacia da ordem democrática capitalista, contribuíam significativamente para a consolidação das premissas do novo liberalismo, que teve, inclusive, alguns de seus pressupostos gradativamente defendidos por parcela da esquerda, como por exemplo a importância da credibilidade do país com os investidores externos, no que concerne às exigências do capital financeiro.¹⁸⁵

Indispensável evidenciar esses fatos mesmo que superficialmente, conforme permitido pelas limitações dessa pesquisa. Prosseguindo, o aparente rompimento de antigos paradigmas, como o papel do Estado na condução da economia, ou de um outro modelo possível de confrontar do capitalismo, impactam radicalmente o cenário político. Além da ascensão do capital financeiro – capital portador de juros –, em detrimento do capital produtivo, cabe ainda ressaltar: os processos de globalização; as transformações geradas pela Terceira Revolução Industrial – firmada pelos processos de automação das produções e tecnologias de informação –; e a consequente precarização do trabalho, como fatores característicos da conjuntura mundial e brasileira no início dos anos 1990.

Em sintonia com o novo momento social, político e econômico que se afirmava, ao assumir a presidência em março de 1990, de imediato, Collor inicia um novo programa econômico. Com um intuito de “modernização” da economia, o Plano Collor – implementado em março de 1990 –, surpreendeu, ao confiscar e congelar os ativos financeiros dos brasileiros. Somando-se a esta medida, outras ações, que reforçavam a distinção do referido plano com as tentativas anteriores de estabilização econômica, foram postas em prática. Dentre elas, sintetizando: um programa de privatizações; a desindexação dos preços e salários – obedecendo à livre movimentação do mercado e negociação entre capital e trabalho –; manutenção da moratória e abertura da economia ao capital internacional; reforma administrativa com o intuito de reduzir o funcionalismo público; e o cancelamento dos

¹⁸⁵ PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In OLIVEIRA, Francisco de.; BRAGA, Ruy.; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

subsídios fiscais.¹⁸⁶ Tal receituário, mesmo que contendo parcialmente algumas medidas do governo de José Sarney, impunha-se como programa de governo com Fernando Collor de Mello. A redução do papel regulador do Estado sobre a economia, a diminuição e o sucateamento de suas estruturas pelo corte de gastos e, principalmente, as privatizações das empresas públicas, tipificavam o perfil neoliberal do referido governo.

A falta de apoio suficiente da sociedade política –o Plano Collor foi imposto por medidas provisórias–, somada à sua impopularidade gerada no forte impacto negativo sobre a vida da população, como também a repulsa de parcela significativa da elite nacional às transformações econômicas apresentadas, minaram qualquer possibilidade de sucesso.

O Plano Brasil Novo (ou Plano Color como foi popularmente chamado), conheceu uma segunda edição. Tanto o primeiro como o segundo plano, ocorreram tendo a ministra Zélia Cardoso de Mello à frente do Ministério da Fazenda. O Plano Collor II (jan. 1991) modificou ferramentas de controle fiscal, e seguiu com os congelamentos de preços, porém não conseguiu, de forma consistente, estabilizar a economia. Com a substituição da ministra, em maio de 1991, por Marcílio Marques Moreira e, mais uma vez, a execução de um novo plano, conhecido como Plano Marcílio (mai. 1991) – último antes do Plano Real (jul. 1994) –, o governo Collor buscou, sem sucesso, pela elevação das taxas de juros e controle maior sobre a política fiscal, resolver o drama inflacionário. O fracasso dos planos em reduzir a inflação, somou-se à recessão, agravada pelo efeito colateral de suas medidas.

Simultaneamente aos fracassos na área econômica, seguia a fragmentação do apoio político ao governo nos domínios do Congresso. A dificuldade de formar uma base parlamentar sólida no início de seu mandato confirmou-se nas eleições seguintes, realizadas em outubro de 1990. A renovação do Congresso afirmava, não apenas a tendência à fragmentação partidária, mas também a falta de unidade em torno de um projeto político e econômico. Reconstituindo os dois primeiros anos do governo Collor, observamos inúmeras e inócuas tentativas do presidente de formar bases de apoio em torno de seu governo.

A frágil posição do governo, justificada, sobretudo, por um cenário de urgência econômica, no qual a própria elite disputava a hegemonia entre suas frações, impossibilitava vislumbrar, dentro dos caminhos previsíveis, a composição de uma coalizão capaz de assegurar governabilidade. Na falta desse caminho, as possibilidades abertas pela Constituição instigava governo, parlamentares e, até mesmo, os jornais, à sugestão de atalhos aparentemente oportunos.

¹⁸⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. 4 ed. **História do Brasil recente** (1964-1992). São Paulo: Editora Ática, 1996.

4.1 A busca pela antecipação

Imerso neste cenário de fragmentação e incerteza política e econômica, o observado no estudo das fontes desta pesquisa, foi que a possibilidade aberta, tanto de uma revisão da Constituição como de um plebiscito para a escolha do regime e sistema de governo, atravessou o debate dos políticos, sendo por eles apresentada, constantemente, como instrumento para a superação da crise. As primeiras tentativas de antecipação dessas possibilidades surgem do próprio governo, com a intenção da antecipação da revisão constitucional, como noticiou O Globo, em janeiro de 1991: *“Com a inflação golpeando o Plano Collor e na ausência de uma nova desculpa sazonal, discutir a reforma constitucional em 91 chega a ser oportuno para o Governo, na medida em que isso ocupa o noticiário e distrai as atenções.”*¹⁸⁷ A proposta de revisão constitucional, antes do previsto pela própria Constituição, dividiu os parlamentares.

Mesmo o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, optando pelo recuo ante a proposta – provavelmente atento aos ânimos do Congresso –, não impediu que a pecha de oportunista, de estar *“incentivando a reforma para adequar a Constituição a seus interesses”*¹⁸⁸, recaísse sobre o governo. A falta de apoio ao tema era visível, inclusive, entre sua base aliada: *“A resistência parte até mesmo dos partidos aliados ao Governo, como PFL e PRN, cujos líderes consideram arriscada e precipitada a proposta de instalar um processo constituinte de olho na resolução de problemas emergenciais decorrentes da atual crise econômica.”*¹⁸⁹

Da mesma forma que a revisão constitucional apresentava-se como uma oportunidade para o poder Executivo, a antecipação do plebiscito mostrava-se, para muitos políticos, oportuna à superação de um presidencialismo cada vez mais decadente. Sobre isso, Abranches indica uma curiosa feição das crises políticas brasileiras:

As crises políticas brasileiras se parecem. Quando chegam próximo do pico, esquece-se a conjuntura e o governo, e se começa a falar na “crise do presidencialismo”. Os parlamentaristas se assanham e se apressam a apresentar proposta de mudança de regime. Os mais sensíveis aos tremores tectônicos mencionam crise institucional. Foi assim no governo Collor, o primeiro da Terceira República [sexta, ou Nova República,

¹⁸⁷ CRUVINEL, Tereza. Conveniência. **O Globo**. O País. Panorama Político. n. 20864. 06, jan. 1991. p.2. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

¹⁸⁸ REDAÇÃO. Passarinho minimiza declaração de Collor. **O Globo**. O País. n.20864. 06, jan. 1991. p.3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

¹⁸⁹ LIMA, Maria. Congresso resiste a revisão da Carta. **O Globo**. O País. n.20871. 13, jan. 1991. p.3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

como usualmente denominado], seria assim nas crises políticas mais graves nos governos que se seguiram.¹⁹⁰

De intensidade proporcional ao aumento da fragilidade política do governo, alimentada pelos fracassos na economia, a pressão pela antecipação do plebiscito de 1993 ganhava os corredores do Congresso. O Ministro Passarinho alertava sobre as condições de uma possível antecipação do *Plebiscito do Parlamentarismo* – como descrito recorrentemente pelos jornais – ventilada no Congresso, de acordo com O Globo:

O Presidente Fernando Collor só vai aceitar a antecipação do plebiscito que decidirá sobre a adoção do parlamentarismo, se a implantação do novo regime ficar para o próximo governo. Por isso, o Palácio do Planalto só aceita a discussão nos termos em que está colocada no projeto do Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) – antecipação do plebiscito e da revisão constitucional, mas vigência a partir de 1995.¹⁹¹

Independente das exigências de Collor, seu desgaste era patente, e explorado tanto pelos políticos como pelos jornais, que diferentemente do governo – que dada a carência de uma coalizão forte, via na antecipação da revisão constitucional a possibilidade de materializar seu plano de governo – defendiam a antecipação do plebiscito como solução para os problemas impostos por um governo cada vez mais fragilizado. Em matéria para Folha de São Paulo, Gilberto Dimenstein ilustra como o parlamentarismo pode ser usado diante do colapso produzido pelo governo.

O fracasso precoce de Collor leva a elite parlamentar e empresarial à convicção de que se a situação deteriorar muito, corre-se o risco de implantação não menos precoce do parlamentarismo – um golpe, na verdade. Até lá, muita gente já terá quebrado, outros milhares de trabalhadores estarão nas ruas e fortunas em dólares estarão depositadas em bancos da Europa e Estados Unidos. O “golpe” é uma aposta muito alta.¹⁹²

No meio político, tal avaliação é confirmada, por exemplo, com Fernando Henrique Cardoso, que após reunião com parlamentaristas em Brasília, defende que uma “*missão de deputados e senadores leve a idéia da antecipação do plebiscito sobre sistema de governo a Collor no Planalto*”¹⁹³. Na mesma semana, enfatizando a polarização do momento, o

¹⁹⁰ ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 107.

¹⁹¹ MORENO, Jorge Bastos. Congresso não monopolizará projeto. **O Globo**. O País. n. 20934. 17, mar. 1991. p.10. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

¹⁹² DIMENSTEIN, Gilberto. O segredo da pasta de dente. **Folha de São Paulo**. Opinião. n. 22621. 10, mar. 1991. p.1-2. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 05 out. 2020.

¹⁹³ REDAÇÃO. Proposta singela. **Folha de São Paulo**. brasil. Painel. n. 22677. 5, mai. 1991. p. 1-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 05 out. 2020.

governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, denuncia que a decisão de “*implantar o parlamentarismo no meio de uma crise de governo é golpe*”, acrescentando que a “*oposição ainda não embarcou nessa canoa, mas vai embarcar mais adiante*”¹⁹⁴. A redação do jornal sintetiza o momento político, informado que a “*adoção do parlamentarismo não é uma unanimidade, mas sua discussão como alternativa já se tornou uma constante entre lideranças empresariais e políticas – e militares.*”¹⁹⁵

É nesse contexto de crise econômica e política, que os parlamentaristas vão se organizar. As eleições de 1990, que renovaram o Congresso, deixou claro o seu perfil parlamentarista, como demonstrou pesquisa do O Globo tendo como principal preocupação o tema: “*A aprovação ao parlamentarismo foi o item de maior apoio entre os parlamentares entrevistados: 68 por cento (246 deputados e 30 senadores) declararam-se parlamentaristas, enquanto apenas 23 por cento (84 deputados e dez senadores) mostraram-se contrários a esse sistema de governo.*”¹⁹⁶

Renovado o Congresso, como também, ampliada a lista de fracassos do governo, observa-se a tese da antecipação do plebiscito ganhar movimentação parlamentar. Ainda em maio de 1991, o grupo presidencialista do PMDB, reunido em torno do ex-Governador de São Paulo Orestes Quécia e do atual Luiz Antônio Fleury Filho, avaliava a proposta do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), de revisão nas disposições transitórias constitucionais, que buscava antecipar o plebiscito sobre forma e sistema de Governo. Nessa ocasião, o deputado alertava para a inexistência de uma definição clara sobre o tipo de parlamentarismo ou monarquia pretendido para o plebiscito. Sua proposta visava fixar o plebiscito para 28 de março de 1993, data, inclusive, que garantiria o apoio dos parlamentaristas. O plebiscito colocaria para a população a escolha entre república presidencialista ou parlamentarista, monarquia constitucional ou monarquia constitucional parlamentarista. O Congresso “*teria que decidir 90 dias antes do plebiscito o tipo de sistema a ser votado e, 30 dias após a promulgação do resultado das urnas, realizar a revisão constitucional num prazo máximo de 90 dias, em sessão unicameral e pelo voto da maioria absoluta.*”¹⁹⁷

¹⁹⁴ REDAÇÃO. Reação. **Folha de São Paulo**. brasil. Painel. n. 22677. 5, mai. 1991. p. 1-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 05 out. 2020.

¹⁹⁵ REDAÇÃO. Espalhando. **Folha de São Paulo**. brasil. Painel. n. 22677. 5, mai. 1991. p. 1-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 05 out. 2020.

¹⁹⁶ REDAÇÃO. Congresso terá 68% de parlamentaristas. **O Globo**. O País. n. 20885. 27, jan. 1991. p.12. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 05 out. 2020.

¹⁹⁷ REDAÇÃO. Presidencialistas do PMDB discutem data do plebiscito. **O Globo**. O País. n. 21004. 26, mai. 1991. p.4. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 05 out. 2020.

Mais à frente, em agosto 1991, o senador José Richa (PSDB-PR) apresentava, também sem sucesso, uma proposta de emenda mais ousada, visando antecipar o plebiscito para abril de 1992. A vinculação da proposta às derrotas do governo era sabida e divulgada, como publicizado pela Folha de São Paulo: *“A antecipação do plebiscito do parlamentarismo para começo de 92 é cogitada com discrição no Congresso para caso de a crise piorar. Se aprovado, o sistema deve vigorar imediatamente, dizem alguns parlamentares.”*¹⁹⁸

Nessa ocasião, é possível perceber como o tema dividia os parlamentares. O Diretório Nacional do PT, por exemplo, em maio de 1991, definia posição contrária a antecipação do plebiscito de 1993 para 1992. O presidente do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, argumentava que uma antecipação do plebiscito poderia abrir uma crise institucional no país. Para o deputado Aluizio Mercadante (PT-SP), a antecipação *“Seria um golpe branco das elites, via Congresso Nacional contra o Governo Collor.”*¹⁹⁹

A dificuldade de aprovação das emendas era significativa, para mudar a Constituição são necessários 3/5 dos votos, tanto na Câmara, como no Senado, ou seja, era preciso os votos de 302 deputados e 48 senadores.²⁰⁰ Para mitigar a resistência à aprovação da antecipação do plebiscito, optou-se pela separação das pautas do plebiscito e da revisão constitucional: *“Um líder do PMDB explicava: Se unificarmos a emenda aumenta o atrito e cai sua velocidade”*²⁰¹

Apesar das manobras, a tentativa não teve sucesso e a emenda do Senador José Richa não foi aprovada. Segundo o senador, a proposta foi boicotada pelo presidente por medo: *“Collor não acreditou no nosso compromisso de que o mandato dele seria preservado. Teve receio e cedeu às pressões dos presidencialistas – comentou o Senador”*²⁰². É possível, nesse momento, ter uma clara noção da polarização que a disputa “presidencialistas versus parlamentaristas” já provocava no Congresso. Sendo a identificação com o sistema de governo um mero pressuposto de unidade para outros fins que os evocados na disputa do plebiscito.

¹⁹⁸ REDAÇÃO. Divisão de poderes. **Folha de São Paulo**. brasil. Painel. n. 22796. 1, set. 1991. p. 1-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 05 out. 2020.

¹⁹⁹ REDAÇÃO. PT é contra antecipação do plebiscito para 1992. **O Globo**. O País. n. 20997. 19, mai. 1991. p.9. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 05 out. 2020.

²⁰⁰ REDAÇÃO. Proposta de plebiscito-já torna-se maneira de dividir poder de Collor. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22838. 13, out. 1991. p. 1-8. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 05 out. 2020.

²⁰¹ REDAÇÃO. Lei da física. **Folha de São Paulo**. brasil. Painel. n. 22859. 3, nov. 1991. p. 1-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 05 out. 2020.

²⁰² REDAÇÃO. Richa: “Collor não teve atitude de estadista”. **O Globo**. O País. n. 21172. 10, nov. 1991. p.4. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 05 out. 2020.

Ainda esta semana o grupo parlamentarista, integrado por deputados e senadores de vários partidos, estará reunido em Brasília para avaliar a derrota da Emenda Richa. Durante o encontro, o Senador paranaense está decidido a propor que o grupo passe a votar contra o Governo “em projetos como o Emendão ou a reforma tributária”. Richa frisou que esta é uma posição pessoal, que não foi ainda discutida.

– Será pressão contra pressão. Nem nós, do bloco parlamentarista, nem o Governo, temos 60% do Congresso para aprovar mudanças na Constituição. O presidente terá que negociar – disse o Senador.²⁰³

Apesar da derrota, os parlamentaristas não desistiram da antecipação do plebiscito, apostando, logo após o insucesso, em outra proposta: “*na aprovação, pela Câmara, da emenda José Serra, que marca a consulta para 7 de setembro do ano que vem*”²⁰⁴. Apesar de Collor ser um defensor do parlamentarismo, a posição do governo, todavia, não mudou. A Folha de São Paulo informava sobre os bastidores do governo, no que se refere a disputa em questão:

O presidente Fernando Collor de Mello foi convencido por Passarinho de que, junto com a aprovação do parlamentarismo, virá a campanha pela redução de seu mandato. O temor é compartilhado pelos ministros militares, que apoiam a ofensiva antiparlamentarista, que inclui a decisão de enterrar também a emenda Serra, em tramitação na Câmara. A proposta é de autoria do deputado José Serra (PSDB-SP).²⁰⁵

Diante da ofensiva governamental, os parlamentaristas tanto buscaram ajustar a proposta da emenda Serra, como tentaram uma aproximação com o presidente. A proposta foi aventada ao discutirem à noite, no apartamento do Senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), a nova tática, que consistia em antecipar o plebiscito para abril de 1993, e iniciar a revisão em setembro. O deputado parlamentarista, Roberto Magalhães (PFL-PE), relator da Emenda Serra, garantiria essa aproximação com o presidente, discutindo a proposta pessoalmente com Collor antes de sua apresentação.²⁰⁶ Independente dos avisos de Passarinho e de seus ministros militares, a fragilidade do governo, por outro lado, não deixava margem de manobra ao presidente. Confirmando isso, os acenos do governo à proposta não demoraram. O ministro Jorge Bornhausen, parlamentarista, pontuando os aspectos positivos

²⁰³ REDAÇÃO. Richa: “Collor não teve atitude de estadista”. **O Globo**. O País. n. 21172. 10, nov. 1991. p.4. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 05 out. 2020.

²⁰⁴ CRUVINEL, Tereza. *Terceiro Turno*. **O Globo**. Segunda Página. Panorama Político. n. 21172. 10, nov. 1991. p.2. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 05 out. 2020.

²⁰⁵ SOUZA, Josias de; DIMENSTEIN, Gilberto. Collor vai “minar” plebiscito na Câmara. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22866. 10, nov. 1991. p. 1-16. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 05 out. 2020.

²⁰⁶ CRUVINEL, Tereza. Reagrupados. **O Globo**. Segunda Página. Panorama Político. n. 21179. 17, nov. 1991. p.2. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 05 out. 2020.

da proposta apresentada, garantia que o governo não iria impor restrições ao substitutivo do deputado Roberto Magalhães.²⁰⁷

Nos domínios do Congresso, a proposta era acelerada ao máximo pelo grupo parlamentarista. O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) buscou garantir, com o Presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), a decisão do plenário antes do recesso parlamentar. Os parlamentaristas sabiam que, independente da prometida neutralidade de Collor, enfrentariam a oposição tanto dos presidencialistas, que consideravam a antecipação do plebiscito uma manobra para beneficiar o parlamentarismo, como também dos monarquistas, pela diminuição do tempo de campanha e pela data proposta, 21 de abril, feriado que lembra a morte da Tiradentes, personagem histórico contrário a monarquia.²⁰⁸

Após percorrer os domínios da Câmara e do Senado, sofrendo a intervenção direta de deputados e senadores, a emenda que antecipou o plebiscito foi aprovada em julho de 1992. Entretanto, tais intervenções deixavam seus vestígios na emenda. Objeto de preocupação do governo, a revisão constitucional não passaria ilesa ao debate parlamentar, quando outros cálculos políticos eram feitos.

O acordo que permitiu à Câmara aprovar a antecipação do plebiscito, na semana passada, sacrificou um destaque do PT, marcando para 5 de outubro do ano que vem o início da reforma. E como a Constituição diz apenas que ela deve ser feita cinco anos após sua promulgação (que foi em 5 de outubro de 1988), nenhuma data está assegurada:

– Cinco anos depois é algo vago. Pode ser um dia, um ano ou um século depois daquela data – diz Magalhães [deputado Roberto Magalhães (PMDB-PE)].

O entrave essencial, entretanto, é o fato de que as forças governistas não a desejam. Se for conseguida agora a reforma fiscal, será melhor para o Governo não arriscar numa reforma de resultados imprevisíveis. Dependendo da conjuntura política, em vez de conseguir avanços modernizantes, poderiam ocorrer prejuízos para o que for conseguido agora.

Já o empresariado tem muito interesse em que a reforma venha. Há muitos aspectos que eles gostariam de ver modificados, em capítulos que vão dos direitos sociais dos trabalhadores à participação do capital estrangeiro na economia.²⁰⁹

²⁰⁷ LOBO, Cristiana Mendes. Sob encomenda. **O Globo**. Segunda Página. Panorama Político. n. 21270. 12, fev. 1992. p.2. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 05 out. 2020.

²⁰⁸ CARVALHO, Andreza Pires de. **Voto Rebelde é na Monarquia!**: a disputa entre monarquistas x republicanos e parlamentaristas x presidencialistas no plebiscito de 1993. 2018. 59 p. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189308/001086923.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

²⁰⁹ CRUVINEL, Tereza. Reforma ameaçada. **O Globo**. Segunda Página. Panorama Político. n. 21424. 19, jul. 1992. p.2. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 06 out. 2020.

A crise aberta entre as frações da classe dominante, mais uma vez ficou visível. A falta de garantias fez com que parte dos representantes políticos das pautas “modernizantes”, precisamente aquelas vinculadas às reformas neoliberais, hesitasse em enfrentar a revisão constitucional. Independente dos cálculos políticos e intervenções do governo, o estágio da crise política e econômica avançou, arruinando a popularidade do presidente e seu apoio parlamentar. As denúncias de corrupção, que se propagavam em diversos setores do governo, evidenciavam as dificuldades de Collor chegar ao fim do seu mandato.

4.2 A organização da frente parlamentarista

Como vimos, a organização dos parlamentares na defesa das propostas elencadas pelo plebiscito, revigorou-se com o novo congresso. Em junho de 1991, o DataFolha-Idesp informava a preferência de 68% dos congressistas ao parlamentarismo, enquanto 26% revelaram-se presidencialistas e 2% monarquistas (em sua maior parte, abrigados no PDS e PDC).²¹⁰

No que diz respeito à organização da sociedade política no Congresso para a disputa do plebiscito, temos a composição das primeiras frentes parlamentares. É notório que antes dessas frentes se constituírem em movimentos maiores, estendendo sua organização à sociedade civil, os políticos – e os jornais pesquisados, que reverberavam suas ações – já atuavam individualmente e em grupos, no Congresso e fora dele. Um exemplo disso foi a reunião noturna na residência do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), para discussão de pauta ligada ao planejamento das táticas possíveis de garantir a aprovação da antecipação do plebiscito, defendida pela Emenda Serra. E do lado presidencialista, a reunião do PMDB, organizado por Orestes Quécia, para avaliar a proposta de antecipação do plebiscito, de autoria do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). Aliás, em termos de ações individuais, principalmente nesse período anterior à organização das grandes frentes para a disputa do plebiscito, é marcante a ação do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). O Globo, em maio de 1991, relatou o início da peregrinação de Ulysses em destacadas entidades da sociedade civil, para propagar as ideias parlamentaristas.

Tal como fazia nos tempos do regime militar, o Deputado Ulysses Guimarães começará a semana com um giro pelas universidades brasileiras. Como “mascote” do parlamentarismo, defenderá a mudança

²¹⁰ REDAÇÃO. Casa é parlamentarista e aceita dissolução. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22726. 23, jun. 1991. p. 1-10. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 06 out. 2020.

do sistema de governo junto à juventude. Depois, pretende procurar sindicatos, empresários, a Igreja, a OAB, a ABI e outras entidades que formam opinião.²¹¹

Ulysses Guimarães contou com destacada cobertura dos jornais pesquisados, tendo espaço constante neles, sobretudo, para as matérias sobre o plebiscito. A Folha de São Paulo, também noticiava as ações de Ulysses: *“Recém-convertido ao parlamentarismo, Ulysses já está dando aula sobre o assunto. Na sua peregrinação em defesa do novo regime, tem previstas nos próximos dez dias palestras em universidades dos três Estados do sul.”*²¹² Sua jornada por instituições e associações de classe continuaram a ser noticiadas e, possivelmente, fruto dessa ação individual e dessa cobertura jornalística, Ulysses Guimarães, o “mascate do parlamentarismo”, terminou se destacando e representando, simbolicamente, parte da luta por esse sistema de governo. Nesse sentido, outro deputado teve papel semelhante. O deputado Cunha Bueno (PDS-SP), representando os monarquistas, grupo minoritário do Congresso, apesar da menor cobertura dada pelos jornais, concentrou a representação da luta pelo retorno do regime monárquico no campo parlamentar, como lembra o historiador Geovani Németh-Torres: *“diferente de parlamentaristas e presidencialistas, a monarquia não tinha lobby de grupos ou partidos políticos, sendo defendida quase exclusivamente pelo Deputado Cunha Bueno.”*²¹³

A proximidade com o plebiscito alertava os deputados da necessidade da construção de grandes frentes, que superassem as fronteiras do Congresso e chegassem à sociedade civil. Em março de 1991, O Globo informava da ação dos monarquistas nesse sentido.

Enquanto os parlamentaristas debatem o plebiscito, os monarquistas saem na frente. Em abril, dão início a uma campanha em todo o Brasil para o restabelecimento do império. Com o auxílio de um jornal, diretórios e adesivos, eles esperam ter sucesso em 7 de setembro de 1993, data que a Constituição estabeleceu para a consulta popular sobre o regime (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que devem vigorar no País.²¹⁴

²¹¹ CRUVINEL, Tereza. Tudo outra vez. **O Globo**. Segunda Página. n. 20983. 05, mai. 1991. p.2. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

²¹² REDAÇÃO. Professor-viajante. **Folha de São Paulo**. brasil. Pánel. n. 22698. 26, mai. 1991. p. 1-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 08 out. 2020.

²¹³ NÉMETH-TORRES, Geovani. A odisseia monarquista no plebiscito nacional de 1993. **Revista Veredas da História**, UFSJ-Lavras-MG, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/download/6/6>. Acesso em: 16 out. 2019. p. 9.

²¹⁴ TAVES, Rodrigo França; BEZERRA, Mucio. A briga em que corre o sangue azul. **O Globo**. Grande Rio. n.20948. 31, mar. 1991. p.18. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

A frente parlamentarista, alertada com frequência pelos jornais da necessidade de organização, após a finalização de um primeiro movimento de campanha publicitária – impulsionadas, sobretudo, pela peregrinação de Ulysses Guimarães –, em 27 de maio de 1991, em São Paulo, lançou seu movimento nacional.

O próximo passo será a formação de monitores parlamentaristas que serão recrutados na sociedade civil voluntariamente. Eles terão cursos de formação e serão conhecidos como os “animadores” do movimento. A campanha chega ao Rio em um mês. (...)

Segundo ele [José Gregori, coordenador adjunto do movimento], o balanço feito pelos parlamentaristas nos primeiros 40 dias de campanha “não deixou dúvidas de que o parlamentarismo tornou-se em pouco tempo um tema nacional”.²¹⁵

O jornal informou, ainda, que no ato parlamentarista serão distribuídas cartilhas aludindo à relação do presidencialismo, na história brasileira, com o regime militar: “*Nas cartilhas, a figura do presidente da República no regime presidencialista aparecerá sozinha, terá traços autoritários e trajará ocasionalmente uma farda e um quepe, lembrando os tempos dos governos militares*”²¹⁶. As caricaturas, a falta de aprofundamento aos conceitos abordados do plebiscito, não serão exclusividade da frente parlamentarista. Aliás, mesmo cometendo esse desvio, veremos adiante, que uma das acusações lançadas à frente, no contexto da avaliação de sua derrota no plebiscito, foi ter teorizado demais, enquanto as outras frentes trabalharam suas campanhas buscando uma linguagem simples e abusando de simplificações grosseiras.

Apesar dos primeiros movimentos de organização do seu rival parlamentarista, o grupo dos políticos presidencialistas não avançou numa organização mais centralizada, excetuando-se o jantar na residência do deputado Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), tendo como convidados, além de inúmeros parlamentares paulistas, o governador Luiz Antônio Fleury Filho, e o ex-governador Orestes Quéricia, não verificamos, nesse primeiro momento, nenhum outro esforço de organização que se destaque. No encontro, como já observamos, foi decidido os movimentos dos políticos em relação ao requerimento do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), sobre definições dos sistemas de governo e a antecipação do plebiscito.

Sem uma organização centralizada, a campanha presidencialista contou apenas com os movimentos desarticulados dos seus principais políticos. A razão principal dessa

²¹⁵ LOPES, Terezinha. Parlamentaristas lançam em São Paulo Movimento Nacional. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22699. 27, mai. 1991. p. 1-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 08 out. 2020.

²¹⁶ Ibidem.

fragmentação foi a incompatibilidade entre as lideranças, a saber, fortes políticos que traçavam seus próprios projetos relacionados à corrida presidencial. “*Os presidencialistas enfrentam um sério problema: a rivalidade – e em alguns casos, hostilidade – entre alguns dos principais líderes antiparlamentaristas.*”.²¹⁷ Já em novembro de 1992, quando ainda desarticulados, a Folha detalhava a situação:

O presidente do PMDB, Orestes Quércia, já afirmou que não participará de campanha ao lado de Antônio Carlos Magalhães (PFL), Leonel Brizola (PDT) ou Paulo Maluf (PDS)²¹⁸. Os três também não mostram o menor interesse em aparecer de mãos dadas com Quércia. “Cada um fará campanha por conta própria”, diz o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), ligado a Brizola e autor da emenda presidencialista no Congresso constituinte.²¹⁹

Se para os presidencialistas as disputas políticas pré-existente minavam o desenvolvimento de uma campanha unificada, para os monarquistas essa disputa era de longa data. A divisão em dois ramos da família monárquica dos Orleans e Bragança gerou a disputa entre os herdeiros do possível trono brasileiro. Recuperando da história os conflitos dinásticos, o país assistiu à disputa entre os descendentes da família real. Pelas regras da sucessão real, o novo rei seria Dom Pedro Gastão, “*caso seu pai não tivesse renunciado aos 30 anos para se casar com uma plebeia. Dom Luiz defende a tese de que, assim, os herdeiros naturais perderam seus direitos e a cadeia de sucessão passou para os descendentes de seu pai*”.²²⁰ Principal representante político dessa contenda, Cunha Bueno recomendava uma forma menos empoeirada, sugerindo que “*caberá ao povo o reconhecimento do príncipe herdeiro*”.²²¹ Essa saída, porém, não resolveu o cisma entre os monarquistas e a dúvida permeou todo o processo plebiscitário.²²²

Ao problema da sucessão dinástica e do ringue eleitoral dos presidencialistas, juntou-se no contexto do plebiscito, o problema dos parlamentaristas: no que votar. Isto porque, enquanto para os monarquistas o imbróglio foi a definição de um rei, e para os

²¹⁷ GREENLEES, Andrew; SILVA, Eumano. Em crise, presidencialistas preparam reação. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23223. 01, nov. 1992. p. 1-9. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 08 out. 2020.

²¹⁸ Apesar de indicado como presidencialista, o Globo informou, em novembro de 1991 a conversão de Maluf ao parlamentarismo. CRUVINEL, Tereza. Cristão novo. **O Globo**. Segunda Página. Panorama Político. n. 21186. 24, nov. 1991. p. 2. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

²¹⁹ GREENLEES, Andrew; SILVA, Eumano. op. cit.

²²⁰ TAVES, Rodrigo França; BEZERRA, Mucio. A briga em que corre o sangue azul. **O Globo**. Rio. n. 20948. 31, mar. 1991. p. 18. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

²²¹ Ibidem.

²²² NÉMETH-TORRES, Geovani. A odisseia monarquista no plebiscito nacional de 1993. **Revista Veredas da História**, UFSJ-Lavras-MG, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/download/6/6>. Acesso em: 16 out. 2019.

presidencialistas foi a concentração de presidenciáveis na frente, para os parlamentaristas o grande problema, que se estendeu até o plebiscito, foi estabelecer os contornos práticos da proposta, ou seja, qual modelo de parlamentarismo se desejava para o Brasil.

Essa foi a questão em aberto que dividiu a frente em várias correntes de opinião. Já nos primeiros jornais pesquisados observamos esse tema, quando do apoio de José Sarney ao parlamentarismo.

– Apoiarei um modelo autenticamente parlamentarista, não uma utopia assembleísta. Nossa inspiração deve ser o modelo francês, com voto distrital e dissolução da Câmara, sempre que o gabinete perder a sustentação.

Modelo francês é agora a citação preferida dos parlamentaristas, de Delfim Netto a José Serra. (...)

Na vanguarda do movimento, o Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) recebeu com enorme satisfação a declaração de Sarney. Os dois, na Constituinte, somaram forças para manter o presidencialismo. Mudaram com as circunstâncias.²²³

O parlamentarismo em sua vertente francesa também foi apoiado pela Folha de São Paulo, moldando, inclusive, uma de suas pesquisas: *“A alternativa oferecida pelo DataFolha aos pesquisados aproxima-se mais do modelo francês, em que o presidente possui poderes reais de governo.”*²²⁴ Mas, longe de ser um consenso, outros modelos de parlamentarismo aparecem nas páginas dos periódicos, como por exemplo, o alemão. A Folha de São Paulo informou sobre a proposta apresentada para a discussão interna da Frente Parlamentarista Nacional:

Se o parlamentarismo for aprovado no plebiscito de abril próximo, os futuros governos só poderão ser derrubados por meio de uma moção de censura, se, no mesmo ato, o Parlamento aprovar também o nome do novo primeiro-ministro e o seu programa de governo. Essa é pelo menos a proposta inicial da Frente Parlamentarista Nacional, hoje presidida pelo senador José Richa (PSDB-PR). Trata-se de cópia do sistema alemão, que prevê a chamada “censura construtiva”, de forma a evitar que se produza um vácuo de poder entre a derrubada de um gabinete e a formação e aprovação de outro.²²⁵

A matéria informa que a frente parlamentarista não possui a intenção de *“ter um projeto pronto e acabado para o plebiscito”*, e parte para a crítica, indicando que isso *“significa que o eleitor votará no escuro, sem saber exatamente que forma de*

²²³ CRUVINEL, Tereza. A sedução francesa. **O Globo**. Segunda Página. Panorama Político. n. 20976. 28, abr. 1991. p. 2. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

²²⁴ FEUERWERKER, Alon. Cresce apoio ao parlamentarismo e a República. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22677. 05, mai. 1991. p. 1-7. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 14 out. 2020.

²²⁵ ROSSI, Clóvis. Parlamentaristas defendem modelo alemão. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23258. 06, dez. 1992. p. 1-12. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 14 out. 2020.

parlamentarismo será afinal adotada se aprovado na consulta popular.”²²⁶ Nesse contexto, observa-se que esse debate também ocorreu na seção *Opinião* de O Globo:

(...) Sou republicano por convicção, e penso que o sistema mais adequado às realidades de nosso sofrido país seria o da República, com parlamentarismo misto, ou semi-presidencial (a exemplo de França, Portugal, Áustria e Finlândia), em que o Presidente eleito pelo voto direto, retém alguns poderes relevantes, sendo o Gabinete responsável perante ele e perante o Congresso. Porém, na hipótese de o povo preferir a Monarquia, lembro que inexistente qualquer obrigação de a Nação se sujeitar às “linhas legítimas” dos Orleans e Bragança. O Congresso Constituinte, soberano, pode investir na chefia do Estado qualquer pessoa que considere habilitada para o trono – dentro ou fora da Casa referida. Logo, despiendo a meu ver da “renúncia” do pai de D. Pedro Gastão no começo do século (...) ²²⁷

A pretexto de manterem sua unidade, o grupo parlamentarista preteriu, até o plebiscito, uma definição sobre o tema. Entretanto, a falta de contornos mínimos à proposta impedia um bom desenvolvimento da campanha, além de expor a frente parlamentarista à crítica de deixar os eleitores no escuro, ou pior, de assinarem um cheque em branco aos parlamentares. O Globo informou a tentativa de Ulysses Guimarães de estabelecer contornos mínimos à proposta parlamentarista, informando que o deputado buscou “*discutir com seus colegas parlamentaristas um modelo básico do sistema de gabinete. Não seria muito detalhado, mas contendo pontos básicos como eleição direta do presidente da República, possibilidade de dissolução da Câmara e período do mandato.*”²²⁸. A falta de definição sobre o tema, levou a protestos mais contundentes. Em 17 de janeiro de 1993, sem um detalhamento de que tipo de parlamentarismo se pretendia, O Globo publicava a posição do governador de Pernambuco. Segundo o jornal:

Um dos primeiros governadores a defender o parlamentarismo, Joaquim Francisco (sem partido-PE), anunciou ontem que não participará da campanha do plebiscito se não houver definição do modelo de regime que se pretende adotar no Brasil. Para o governador, os defensores da mudança no sistema de governo precisam chegar a um consenso sobre o parlamentarismo que consideram ideal para o país e acertar detalhes sobre comando e estratégias da campanha:

– Essa indefinição deixa o povo perplexo. Há várias questões em aberto que precisam ser respondidas antes que a campanha vá às ruas.

Na opinião de Joaquim, o modelo que melhor se adequaria à realidade brasileira é o parlamentarismo existente no Canadá, restrito apenas à

²²⁶ ROSSI, Clóvis. Parlamentaristas defendem modelo alemão. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23258. 06, dez. 1992. p. 1-12. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 14 out. 2020.

²²⁷ OPINIÃO. **O Globo**. Carta dos Leitores. n. 20990. 12, mai. 1991. p. 6. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

²²⁸ LOBO, Cristiana Mendes. Concentração. **O Globo**. Segunda Página. Panorama Político. n. 21354. 10, mai. 1992. p. 2. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

esfera federal. Ele defende eleição direta para presidente, num só turno, com voto proporcional.²²⁹

Mesmo depois do protesto do governador de Pernambuco, a frente parlamentarista não se ateve em aumentar a miríade de possibilidades e apresentou mais um modelo possível ao caso brasileiro, o indiano. Como ocorreu em Londrina, no lançamento da frente parlamentarista no norte do Paraná. O “*senador José Richa (PSDB-PR), disse ontem (...) que o parlamentarismo da Índia é um exemplo para o Brasil.*”²³⁰

Com a temperatura da disputa subindo quanto mais próxima ficava a data do plebiscito, o presidente da frente parlamentarista, José Richa, diante das acusações e críticas, publicou na Folha de São Paulo uma coluna. O senador, que no jornal dominical anterior elogiava o modelo de parlamentarismo indiano, argumentava que a frente parlamentarista possuía sim um modelo, fruto de inúmeros debates: “*Além de existir, o nosso modelo tem perfil próprio, distinto dos modernos diplomas europeus, especialmente no que se refere ao desenho institucional do Poder Executivo (...)*”²³¹ O modelo pensado pelos parlamentaristas, segundo Richa, levava em conta a experiência de 1961/63, tendo o cuidado de delinear precisamente os limites das atribuições do presidente e do primeiro-ministro. Sendo assim, no parlamentarismo brasileiro, o presidente:

Ao exercer as funções de chefe de Estado, representa a nação brasileira, é o grande árbitro das questões político-institucionais, o comandante supremo das Forças Armadas, competindo-lhe, por indicação do governo, nomear e promover os oficiais-generais e designá-los para os cargos que lhes são privativos. Sua esfera de ação é mais extensa: é ele quem indica o primeiro-ministro, nomeia-o e o exonera, e do mesmo modo procede com relação aos ministros que o chefe de Governo escolher. A própria dissolução da Câmara está entre as suas prerrogativas. O fato de ser escolhido em eleições diretas, por maioria simples, para um mandato de seis anos, permitida a recondução, confere-lhe papel de relevo no ordenamento institucional.²³²

Sobre a tarefa de governar, Richa explica que esta responsabilidade é exercida pelo Conselho de Ministro, constituído pelo primeiro-ministro e demais ministros de Estado, que, na proposta brasileira, não precisam possuir mandatos parlamentares.

²²⁹ REDAÇÃO. Joaquim: consenso sobre modelo. **O Globo**. O País. n. 21606. 17, jan. 1993. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

²³⁰ MASCHIO, José. Índia é exemplo para o Brasil, afirma Richa. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23328 14, fev. 1993. P. 1-15. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 14 out. 2020.

²³¹ RICHA, José. O nosso modelo Parlamentarista. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23335 21, fev. 1993. p. 1-3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 14 out. 2020.

²³² Ibidem.

Condição essencial para a nomeação do primeiro-ministro é a aprovação prévia de seu programa de governo pela Câmara dos Deputados, o que desde logo afasta postulações inconsequentes. E nisso o parlamentarismo diferencia-se do sistema presidencial. (...)

Se o programa e o nome do primeiro-ministro forem recusados por duas vezes, a Câmara, pelo voto da maioria absoluta, pode escolher um terceiro, devendo então o presidente da República nomeá-lo. Não alcançada a maioria, o presidente tanto poderá nomear o mais votado, quanto dissolver a Câmara, hipótese em que convocará eleições extraordinárias para em até noventa dias. A dissolução ainda ocorre se o primeiro-ministro, em exposição motivada, a propuser ao presidente da República, sob o fundamento de que a maioria parlamentar que aprovou o programa de governo recusa-se a apoiar a sua execução. A Câmara, entretanto, não será dissolvida durante a vigência dos estados de sítio e de defesa.

A exoneração do primeiro-ministro e a destituição do Conselho de Ministros ocorrerão sempre que a Câmara dos Deputados negar voto de confiança, ou aprovar moção de censura construtiva. (...) Não se trata de uma moção de censura qualquer: deverá conter simultaneamente a indicação do nome do novo primeiro-ministro e do seu programa de governo. De qualquer modo a propositura não poderá ocorrer antes de seis meses, contando da posse do primeiro-ministro. Rejeitada, é vedado aos seus subscritores oferecer outra nos seis meses seguintes. Proíbe-se a iniciativa de mais de três moções de censura, na mesma sessão legislativa. Com isso, inibem-se as propostas aventureiras, destinadas tão só a produzir crises artificiais.²³³

A detalhada exposição do senador José Richa buscou encerrar a crítica frequente que a frente parlamentarista sofria. Entretanto, a proximidade do plebiscito, já que a publicação ocorreu no final de fevereiro de 1993, não permitiu que o esclarecido modelo do senador reverberasse nos jornais. É provável, que a imagem do parlamentarismo, como uma proposta repleta de lacunas em aberto, incertas, imagem que os presidencialistas divulgavam em sua campanha, tenha permanecido como mera opinião para muitos eleitores.

Importante lembrar, que a discussão motivada pelas lacunas em aberto, ou não divulgada com a ênfase necessária pelos parlamentaristas, contribuiu, ainda mais, para o entrelaçamento da questão relativa ao modelo de parlamentarismo ideal para o Brasil com outros debates não menos importantes repercutidos nos jornais e no meio político da época, como, por exemplo, o sistema de voto e a reforma partidária. Sobre essas possibilidades, diversas matérias, editoriais e colunas foram publicadas em ambos os jornais. Somou-se a essa discussão, a sub-representação de alguns estados na Câmara, sobretudo, o estado de São Paulo. Portanto, veremos nos jornais, entre as discussões dos possíveis modelos de parlamentarismo, propostas que ultrapassavam o tema, alcançando a revisão constitucional por vir, com o objetivo de modificar, ainda mais, o regramento político.

²³³ RICHA, José. O nosso modelo Parlamentarista. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23335 21, fev. 1993. p. 1-3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 14 out. 2020.

Retornando à organização dos políticos da frente parlamentarista, o intuito desses políticos em alcançar a sociedade civil corrobora as reflexões de Antonio Gramsci. A interação desses políticos com outros ambientes da sociedade, como as suas disputas nos ambientes intraestatais, comprova isso. Tendo em vista essa perspectiva abrangente sobre o Estado e a sociedade civil (Estado Ampliado), observa-se uma fração dos parlamentares, voltar-se à sociedade civil no intuito de agremiar associações (aparelhos privados de hegemonia) e indivíduos (intelectuais) em torno de sua proposta.

Oportuno ressaltar a característica peculiar desse movimento. Surgida, inicialmente, de um projeto da sociedade política, que fracassou ao buscar no contexto da constituinte firmar-se como política de Estado, a ideia do parlamentarismo não possuía lastro significativo na sociedade civil. Nesse contexto, além dos políticos defensores dessa proposta, destaca-se os veículos de imprensa, dentre eles a Folha de São Paulo e O Globo, como importantes trincheiras no campo da sociedade civil, que atuaram em defesa da proposta. Uma vez alinhados a esse objetivo, os jornais cumpriram o papel que Gramsci tão bem avaliou: o de criar a opinião pública. Função já explorada neste estudo²³⁴: *“O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. (...)”*. Partindo-se da premissa gramsciana, observa-se o papel estratégico que os jornais representam na construção da opinião pública – *“por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional (...)”*.²³⁵

Desse modo, tanto O Globo como a Folha de São Paulo empenharam-se na construção da opinião pública sobre o parlamentarismo. Os jornais, não apenas deram demasiada cobertura às ações dos políticos parlamentaristas, como também abrigaram, com frequência, em suas páginas, informações e opiniões sobre tal sistema.

É relevante, para avaliar tais afirmações, que se quantifique, no âmbito do período analisado nesta pesquisa (janeiro de 1991 a abril de 1993), as intervenções dos jornais sobre o plebiscito, demarcando aquelas imparciais, como também as de apoio ao parlamentarismo, ao presidencialismo e à monarquia.

De todas as 1.042 matérias analisadas nos jornais O Globo e Folha de São Paulo, mais especificamente, das 864 matérias das colunas alvo desta pesquisa, foram encontrados 533

²³⁴ Página 57.

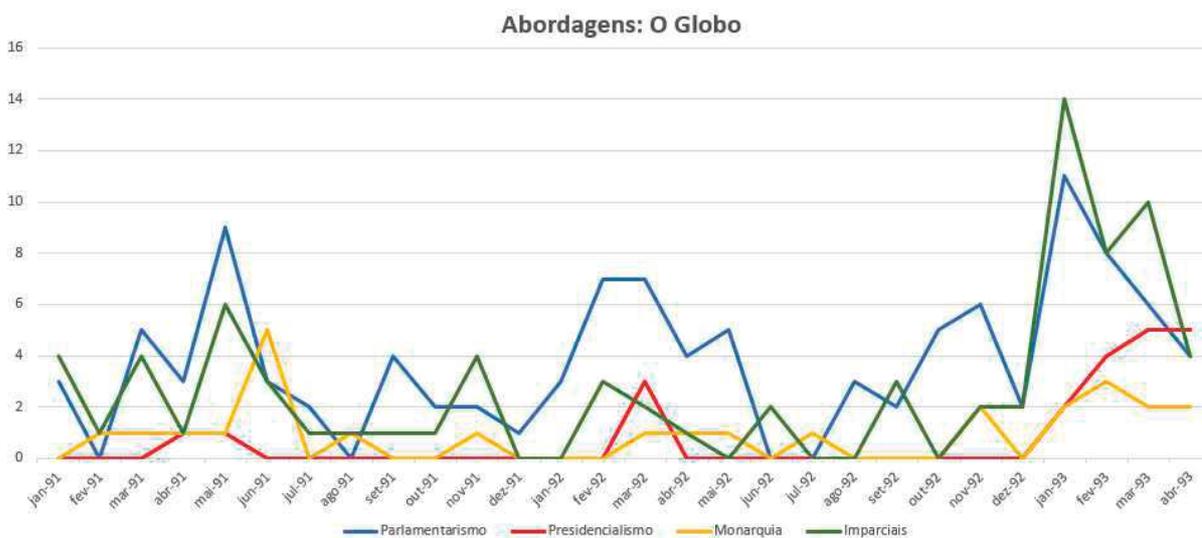
²³⁵ GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In **Maquiavel**: notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 3. 2011a. p.265.

textos que se referem, de alguma forma, a regime e/ou sistema de governo. Portanto, sobre esses textos, produzidos por editores, jornalistas, colunistas e leitores, cabe uma análise quantitativa, com vistas a identificar o espaço real dado por cada um dos jornais aos temas do Plebiscito de 1993. Para tal, necessária se faz a análise do Gráfico 1 e do Gráfico 2.²³⁶

²³⁶ Tal análise, para enquadramento dos textos dos jornais, foi baseada em pelo menos um dos seguintes critérios: a redação do texto fala bem, exclusivamente, de um específico modelo de regime ou sistema de governo; o texto traz informação exclusiva de um modelo; o texto evidencia um modelo em detrimento de outros apresentados, fornecendo maior espaço no texto e atributos a ele. Também foram computados os textos que não especificam uma preferência clara, mas são críticos a um modelo de regime ou sistema específico.

GRÁFICO 1

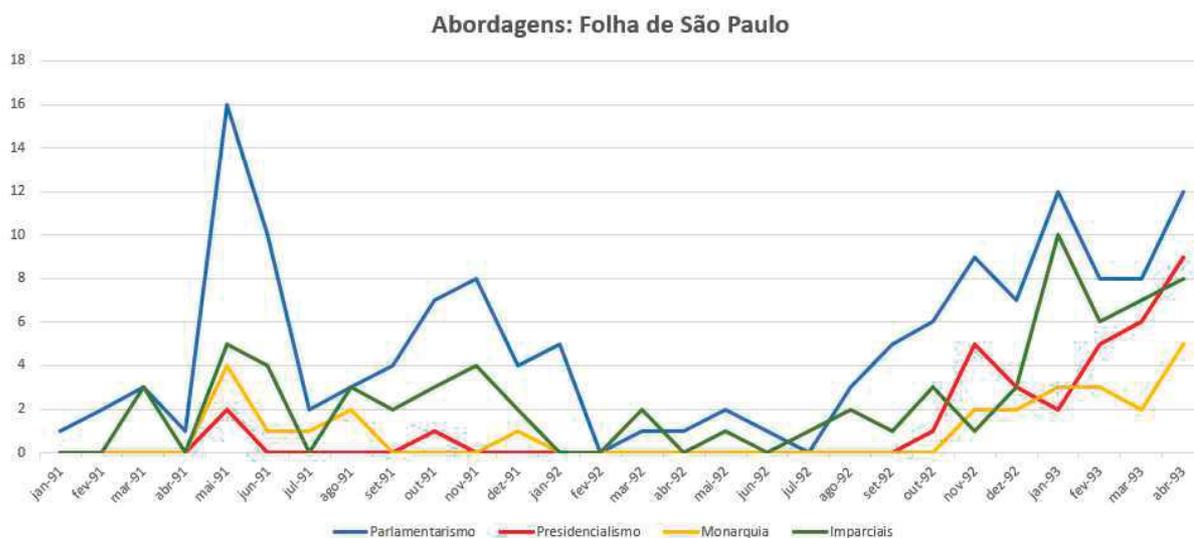
O Globo: Abordagem sobre regime/sistema de governo
 Colunas analisadas: Brasil, O País, Opinião, Segunda Página
 Período: janeiro de 1991 a abril de 1993.



Referências: Parlamentarismo, 107 (46,1%); Presidencialismo, 21(9,1%); Monarquia, 26 (11,2%); imparcial, 78 (33,6%). Total de matérias destinadas a regime e/ou sistemas de governo: 232.

GRÁFICO 2

Folha de São Paulo: Abordagem sobre regime/sistema de governo
 Colunas analisadas: Política, Brasil, opinião, Ombudsman.
 Período: janeiro de 1991 a abril de 1993.



Referências: Parlamentarismo, 141 (51,8%); Presidencialismo, 34 (12,5%); Monarquia, 26 (9,6%); imparcial, 71 (26,1%). Total de matérias destinadas a regime e/ou sistemas de governo: 272.

NOTA – Matérias que não definem preferência, mas são negativas a um regime ou sistema de governo²³⁷:

Folha de São Paulo: Parlamentarismo, 6; Presidencialismo, 6; Monarquia, 11. Total: 23.

O Globo: Parlamentarismo, 5; Presidencialismo, 0; Monarquia, 1. Total: 6.

²³⁷ O período compreendido nesta análise específica foi de julho de 1991 a abril de 1993.

Podemos concluir que ambos os jornais desempenharam, predominantemente, o papel de “jornalismo de opinião” nas disputas acerca do plebiscito, e que também destacaram seu apoio ao parlamentarismo. Outra observação pertinente refere-se aos textos imparciais que ocuparam, em ambos os jornais, a segunda posição em número de publicação. Além disso, observa-se dois momentos em que ambos os jornais se dedicaram com mais afinco a publicações de textos inclinados ao parlamentarismo. O primeiro deles, relativo a um pico de textos que ocorre em maio de 1991, época em que os jornais evidenciavam a crise, tanto política como econômica, do governo de Fernando Collor de Mello. Nessa ocasião, a ideia de mudança de sistema de governo como alternativa a Collor foi reverberada nos periódicos. No mesmo mês e ano citados, também ocorre o lançamento do movimento parlamentarista, com Ulysses Guimarães à frente. O segundo momento de intensificação de textos com inclinação ao parlamentarismo, verificado em ambos os jornais, deu-se a partir dos últimos dez meses anteriores ao plebiscito de 1993.

O jornal Folha de São Paulo mostrou-se mais aguerrido na sua produção jornalística, tanto no total de textos relativos ao plebiscito, como na evidência de sua inclinação ao parlamentarismo. Além disso, também mostrou-se mais “partidário” à causa parlamentarista, quando se observa, que mesmo nos três meses finais de campanha, quando a derrota parlamentarista já estava certa, o jornal manteve a preponderância ao parlamentarismo, ocorrendo somente a mudança, na segunda posição, entre os textos imparciais e os textos voltados ao presidencialismo, que na reta final se tornaram o segundo modelo em evidência na Folha de São Paulo.

O Globo, por sua vez, em relação ao plebiscito de 1993, mostrou-se um periódico menos aguerrido ao parlamentarismo, se comparado à Folha de São Paulo. Apesar do parlamentarismo estar também em evidência nesse jornal, chama a atenção o volume de textos imparciais. Outra observação pertinente refere-se às publicações relativas aos meses finais do plebiscito. O jornal toma postura contrária à da Folha de São Paulo, diminuindo suas publicações sobre o plebiscito, como também dando maior ênfase, no último mês, à proposta presidencialista, opção vencedora da disputa.

Além do fator “quantidade”, aqui mensurado, outra característica importante dos jornais, que chama atenção, é sua forma de pautar as ações necessárias à frente parlamentarista, criticando, alertando ou instruindo os seus políticos. O paralelismo com o revolucionário e pensador italiano também aqui torna-se pertinente. Pensando a imprensa italiana da sua época, Gramsci definiu o papel dos jornais em seu país: “*eles cumprem duas funções – a de informação e de direção política geral, e a função de cultura política,*

literária, artística, científica, que não tem um seu órgão próprio difundido (a pequena revista para a média cultural)".²³⁸ Retomando o caso analisado nesta pesquisa, observa-se que o movimento parlamentarista, dada sua característica suprapartidária, encontrou dificuldade de centralização, como se constata, possivelmente, pela ausência de definição clara e objetiva de um modelo de parlamentarismo para o país. O preenchimento dessa lacuna, o cumprimento de direção intelectual do movimento, diversas vezes será tomado pelos periódicos. Recorrendo novamente a Gramsci: "*Na Itália, pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos.*"²³⁹

4.3 Um impeachment na reta final

A crise de hegemonia instaurada entre as elites brasileiras, desde o colapso do modelo desenvolvimentista, definiu a atmosfera política do país que Collor governou. Seu programa de governo, apesar do apoio providencial das elites no enfrentamento ao projeto popular de Luiz Inácio Lula da Silva, estava longe de estabelecer consenso entre as mesmas. Apesar disso, o Governo Collor conseguiu, inicialmente, certo equilíbrio dentro da instabilidade que o momento produzia, conseguindo "*evitar que as forças majoritárias no Congresso se reunissem numa sólida coalizão de veto contra ele. Mas em momento algum, suas posições coincidiram com as posições dominantes do Legislativo.*"²⁴⁰

A observação apontada por Abranches ressalta a falta de unidade das elites em torno do projeto governamental. O autor aprofunda a sua análise ao especificar as posições de importantes partidos em relação ao governo. O PFL lhe dava apoio, mas preservava um certo distanciamento, proveniente da desconfiança de alguns posicionamentos políticos do presidente, cujo temperamento tempestivo impunha a cautela. Já o PDT de Brizola manteve uma certa aproximação com o governo, conferindo-lhe apoio em alguns momentos. O PSDB, apesar de apoiar a maior parte das ações da área econômica, oscilava entre o apoio e a oposição, enquanto o PMDB, dividido, encontrava-se nos dois extremos em relação ao governo Collor.²⁴¹

²³⁸ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais**: o princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2. 2011b. p. 218.

²³⁹ Ibidem.

²⁴⁰ ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 113.

²⁴¹ ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

A fragilidade da base de apoio ao governo foi confirmada, de forma contundente, no final de 1991, quando do reajuste de 147% nos benefícios da previdência, que o governo relutava em conceder. Esse embate entre governo e Congresso, envolvendo também o judiciário, além de infringir pesada derrota a Collor, detonava de vez o débil equilíbrio anterior. É nesse cenário de fragilidade, inclusive, que ocorre o recuo do governo ao aceitar a antecipação do plebiscito. O apoio de Collor à Emenda de José Serra, importante lembrar, garantia a preservação de seu mandato, definindo o novo sistema de governo, se derrotado o presidencialismo, somente no início de 1995.

Pertinente ressaltar, que à disputa em torno do reajuste da previdência somava-se um complicado contexto para o governo. As malogradas tentativas de estabilizar a economia, como as manobras frustradas de estabelecer maioria ante um projeto político para o país, abalavam o apoio popular ao presidente, e piorava, ainda mais, sua relação com o Congresso. Junte-se a isso as denúncias de corrupção que avolumavam os noticiários.

Em setembro de 1991, o jornal o Globo trouxe um balanço sobre as acusações que atingiam o governo: “*Só na última semana, atendendo a solicitação de parlamentares e a denúncia da imprensa, a Procuradoria e o TCU aprovaram, separadamente, a abertura de quatro inquéritos.*”²⁴². O jornal também informou que no ano de 1990 somente duas ações de irregularidades foram investigadas contra o governo. As quatro denúncias a que se referiu o jornal são: a renegociação das dívidas de usineiros com o Branco do Brasil; informações privilegiadas em operações de compra de café na Bolsa de Valores de Nova York; irregularidades na Legião Brasileira de Assistência (LBA), coordenada pela primeira-dama; e possíveis atos de corrupção nos recursos de compra de merenda escolar. A cobertura dos veículos de imprensa às denúncias de corrupção desgastava ainda mais o governo, e chegou a seu ápice com as acusações do irmão do presidente ao tesoureiro de campanha de Collor, Paulo César Farias, o “PC Farias”, que culminou com a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), em 26 de maio de 1992, para investigar as denúncias.

Os desdobramentos dessa investida enfraqueceram o apoio parlamentar à Collor, reduzindo sua coalizão a um grupo minoritário no Congresso. O pedido de investigação protocolado pelo PT ganhou o apoio de partidos de relevância, como o PDT, PSDB e o PMDB.²⁴³. As acusações apontavam o poder que o tesoureiro de campanha de Collor exercia no governo, denunciando sua influência em diversas áreas e atuação em esquemas de

²⁴² REDAÇÃO. Justiça abriu 4 inquéritos na última semana. **O Globo**. O País. n. 21102. 01, set. 1991. p. 10. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

²⁴³ ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

corrupção junto a empresários. As investigações alcançaram Collor, ao evidenciar que diversas contas pessoais do presidente eram pagas pelo tesoureiro. A tentativa de isolar o PC e poupar o governo não teve êxito, e o escândalo acabou tragando Collor. Os pronunciamentos do presidente em rede nacional de rádio e televisão já não possuíam o mesmo efeito sobre a população. As tentativas de rebater as denúncias amplificadas pela imprensa não tiveram resultado positivo, e não demorou para o desgaste de Collor ganhar as ruas. Somado a tal agravamento de imagem, um novo plebiscito surgiu em alguns ambientes da sociedade.

No próximo sábado, dia 25, PT e PCdoB promovem uma passeata pelas ruas de Campinas em repúdio à corrupção no governo federal e em apoio às apurações da CPI do caso PC. No dia 28, o Sindicato dos Servidores da Unicamp promove um plebiscito na universidade para saber se o presidente Collor deve permanecer ou não no cargo.²⁴⁴

Com o cerco fechando, a sociedade política buscava alternativas. O vice-presidente, Itamar Franco, passou a ter cobertura maior dos meios de comunicação, e a ser frequentemente procurado pelos políticos. A relação entre o presidente e seu vice, desde a campanha, não eram boas, e nesse cenário conflituoso, tal fator desfavorável passou a ser realçado pelo vice. Com a inclusão do nome do presidente no relatório da CPMI (ou CPI como popularmente é denominada), o impeachment torna-se visível no horizonte político do país, com os partidos mobilizando-se para organizar a sucessão presidencial ou, no caso dos partidos da base aliada, aumentar os custos do apoio político prestado ao governo, destacando-se o velho recurso das concessões de rádio e TV.

O PFL aumentava a pressão pelo uso de recursos públicos e concessões de rádio e TV para barrar o impeachment. O ministro da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, disse que chegara “a hora de abrir os cofres”. A renovação das concessões já havia começado e o ministro Calmo Sá, do Desenvolvimento Regional, ligado ao PFL da Bahia, passou a fazer liberações em volumes vultuosos.²⁴⁵

Foi nesse contexto, já de ruptura, que ocorreu no Senado a aprovação da Emenda Serra, que antecipava para 21 de abril o plebiscito sobre regime e sistema de governo para o país. Entretanto, mesmo no calor da vitória dos parlamentaristas com a Emenda Serra, a atenção e a mobilização da sociedade estava em outro lugar, no Impeachment de Collor.²⁴⁶

²⁴⁴ REDAÇÃO. Plebiscito. **Folha de São Paulo**. Opinião. Folha Sudeste. n. 23118. 19, jul. 1992. p. 11-2. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 16 out. 2020.

²⁴⁵ ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 121.

²⁴⁶ ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Buscando definir a disputa política, Collor cometeu um erro fatal ao acreditar que a população o defendia, e que atenderia seus chamados. Ao participar de um encontro com taxistas, o presidente conclamou o povo a sair às ruas. “*Collor deu um murro no púlpito e reviveu o tom da campanha de 89. Num improviso inesperado, pediu a "todo o Brasil" que vá às ruas, no próximo domingo, vestido com as cores da bandeira, para mostrar que os defensores do impeachment estão em minoria.*”²⁴⁷

O resultado ao chamado de Collor foi prontamente atendido, mas por aqueles que desejavam justamente o contrário: seu impeachment. As mobilizações para saída do presidente, após seu chamado, ganharam dimensões gigantescas, com destacada participação da juventude, num movimento que ficou conhecido como os “caras-pintadas”. A pressão das ruas sobre a sociedade política tombou a balança contra Collor no ambiente parlamentar.

Simultaneamente ao ritmo crescente das mobilizações para o impeachment do presidente, sua base parlamentar dissipava-se. As mobilizações ganharam amplos segmentos da sociedade civil, transformando-se em um movimento de massas, reeditando, nesse sentido, o movimento pelas Diretas Já. Maciel, ao observar o movimento pelo impeachment, chama a atenção para a centralidade das bandeiras de perfil ético em detrimento daquelas que buscavam uma alternativa ao plano de governo de Collor, em outras palavras, contra as políticas neoliberais.

Sob a liderança das forças políticas e sociais que apoiaram a candidatura Lula em 1989, a campanha apresentou um perfil anti-neoliberal em alguns aspectos, no entanto prevaleceram as bandeiras da probidade administrativas, da anticorrupção e da “ética na política” como conteúdo ideológico fundamental. Mesmo setores da mídia que apoiaram a candidatura Collor vigorosamente em 1989, como Rede Globo e a Revista Veja, agora se integravam à campanha reforçando a separação entre a defesa do impeachment e o questionamento da agenda neoliberal (Fonseca, 2005, p, 366-378). A centralidade da questão ética na luta e no discurso das forças oposicionistas indica a inflexão moderada sofrida no movimento social das classes subalternas após a derrota de 1989, principalmente na CUT e no PT.²⁴⁸

As diversas derrotas, simbólicas e materiais, sofridas pelos movimentos dos trabalhadores, somado ao avanço do novo ideário liberal, permitiram, sem dificuldades, que a

²⁴⁷ REDAÇÃO. Aos berros, Collor pede que o Brasil use verde-amarelo. **Folha de São Paulo**. Acervo on-line. 14, ago. 1992. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_14ago1992.htm>. Acesso em: 16 out. 2020.

²⁴⁸ MACIEL. David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, v.13, n.11. 2011. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390/23725>. Acesso em: 07 out. 2020. p. 104.

sucessão de Collor fosse encabeçada pelo seu vice, Itamar Franco, e que esse desse prosseguimento às reformas neoliberais.

Em 1992, ainda no governo Itamar, a diretoria da área externa do Banco Central, em meio às negociações para internacionalizar o mercado brasileiro de títulos públicos e securitizar a dívida externa, encarregava-se também, na surdina, de promover a desregulamentação do mercado financeiro brasileiro e a abertura do fluxo internacional de capitais.²⁴⁹

Collor foi afastado da presidência pela Câmara dos Deputados em 28 de setembro de 1992. Itamar Franco, que estava desde maio fora do PRN, ainda sem partido, encontrava-se com certo grau de neutralidade para compor sua base de sustentação. Tomou posse de fato, abandonando a interinidade, em 29 de dezembro, quando o Senado, iniciando o julgamento de Collor, foi surpreendido com sua renúncia. A renúncia, porém, não livrou Collor de ter seus direitos políticos cassados por oito anos.

O desgaste político de Collor, seu fracasso na área econômica, as denúncias de corrupção e o processo de impeachment do primeiro presidente eleito pelo voto direto após o período autoritário, além de mobilizar a sociedade em um novo movimento de massas, animava a frente parlamentarista, que via na derrocada do governo Collor, um forte motivo para a erosão do apreço popular ao sistema presidencialista. Quando essa população era confrontada pelas pesquisas que miravam, além da popularidade do presidente, o regime e o sistema de governo para o plebiscito do ano seguinte, a confirmação do regime republicano e do parlamentarismo era elencada, por defensores desse sistema, como a confirmação de tal hipótese. Tal percepção também pode ser comprovada na seção *Opinião* de O Globo: “*A propósito da crise porque passam o Governo brasileiro e o sistema presidencialista, nada melhor do que se voltar a discutir a fórmula parlamentarista para o Brasil.*”²⁵⁰

Precipitando o fim dos bons ventos, no auge da afirmação parlamentarista, a frente defensora dessa proposta foi abalada pela perda de um de seus quadros mais significativos, o mascote do parlamentarismo foi vitimado em um acidente aéreo. Ulysses Guimarães morreu em 12 de outubro de 1992, em um acidente de helicóptero em Angra dos Reis-RJ. Seu corpo não foi encontrado. A morte de Ulysses, em um momento de transição política delicada, contribuía ainda mais para a excepcionalidade do momento. Além disso, sua ausência acirrou as disputas internas do PMDB, e tanto seu nome como seu projeto de partido parlamentarista,

²⁴⁹ PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In OLIVEIRA, Francisco de.; BRAGA, Ruy.; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 121.

²⁵⁰ OPINIÃO. **O Globo**. Carta dos Leitores. n. 21473. 06, set. 1992. p. 6. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 16 out. 2020.

logo foram encampados por outro político. O governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho (PMDB), além de romper politicamente com o presidente do partido e aliado, Orestes Quércia (PMDB), aderiu também a proposta parlamentarista.

O governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho (PMDB), anuncia nos próximos dias a criação da Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães. É o primeiro passo de uma articulação que, por enquanto, visa a fortalecer o movimento pela mudança do sistema de governo no plebiscito de abril de 93. Mas o projeto de Fleury e seus aliados vai além: os diversos setores do movimento parlamentarista se uniriam para formar um novo partido político, que lançaria o governador paulista como candidato à Presidência da República em 94, dentro do sistema parlamentar de governo.²⁵¹

A matéria da Folha lembrou que a gestão do governador não estava em bom momento. A chacina promovida, em 2 de outubro de 1992, pelas forças de segurança na Casa de Detenção de São Paulo, que assassinou 111 detentos – conhecido como *Massacre do Carandiru* –, somada a tensões na Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), colocavam em cheque a política carcerária do governo de Fleury, e “ameaçavam desgastar de vez o governo estadual e agravar a sensação de paralisia de sua ação política”²⁵². A saída parlamentarista, nesse caso, de acordo com o jornal, cumpria a tarefa de reanimar e reorganizar as bases de um político desgastado por um governo estadual em crise.

4.4 Um debate entre ruídos: afinal, para quê parlamentarismo?

Com a proximidade do plebiscito, os meses finais de 1992 foram marcados por um aumento dos debates em torno dos modelos de regime e sistema de governo para o Brasil. Sobre esse debate, um leque diverso de columnistas escreveu em ambos os jornais. Jornalistas, políticos, sociólogos, historiadores, filósofos, escritores, empresários, leitores, são alguns exemplos dessa diversidade. É constatado, porém, que esse debate permaneceu, na maior parte do tempo analisado por esta pesquisa, quase em via única. O parlamentarismo e suas benesses eram debatidos nos jornais quase sem contraditório, quando muito, uma matéria sobre o regime monárquico quebrava a regra ou, mais raro, alguma matéria descrevendo as qualidades do presidencialismo, fruto de algum debate²⁵³. Foi na passagem dos anos de 1992 e 1993, sobretudo, no mês de janeiro de 1993, que saltou à vista uma tendência ao

²⁵¹ GREENLEES. Andrew. Fleury articula sua candidatura para 94. **Folha de São Paulo**. Brasil. n. 23216. 25, out. 1992. p. 1-5. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 16 out. 2020.

²⁵² Ibidem.

²⁵³ Os Gráficos 1 e 2, já apresentados nesse estudo, permitem a visualização dessa discrepância.

nivelamento. Os argumentos entre os modelos se tornam mais fartos nas páginas dos jornais, sendo possível perceber, com maior clareza, o debate que se formou entre as propostas nos periódicos.

Analisando as argumentações para a adoção do parlamentarismo no Brasil, observa-se, no conjunto de seus defensores uma série de argumentos, ora o justificando por seu aspecto moderno, pelos exemplos de estabilidade política dos países que possuem esse sistema, por seu aspecto mais democrático, por sua eficiência na cobrança dos políticos e, conseqüentemente, a diminuição da corrupção; ora por aspectos mais inclinados ao ambiente econômico, defendendo que tal regime é mais barato, que a estabilidade política que ele ocasiona se converte em estabilidade financeira, atacando, inclusive, a inflação.

Ainda no início do ano de 1991, destaca-se na seção *Opinião* da Folha de São Paulo: “*A Constituição de 1988 escolheu um modelo político que requer eleições muito caras e que incentivam a irresponsabilidade. Seria diferente no parlamentarismo puro com voto distrital. Caos econômico não combina com estabilidade política (...)*”²⁵⁴. Sobre a pretensa característica de estabilidade política e econômica do parlamentarismo, Ulysses Guimarães em coluna para o Globo, sintetizou:

A falência do Estado brasileiro, basicamente, decorre da disfuncionalidade de seus três poderes políticos: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.” (...) Parlamentarismo quer dizer eficiência ou rua. Prazo não é eficiência, prazo não gera competência, a eficiência é a matriz da competência. Prazo ou mandato com prazo certo, para chefe do governo e deputados não pode ser equivalente à eficiência. (...) A crise da governabilidade não acarreta a crise do regime: cai o governante incapaz, não a democracia, como no presidencialismo. (...) Não propomos pálio de milagres. (...) Propomos corrigir erros clamorosos e históricos, sabemos que o parlamentarismo também pagará o duro preço da falibilidade humana. Mas errará menos, como provam as democracias parlamentaristas em todo mundo, que beneficiam 95% das nações com estabilidade democrática, com partidos organizados e responsáveis, com maiores salários reais, maior desenvolvimento, conseqüentemente mais empresas e mais empregos, com inflação inexistente ou tolerável.”²⁵⁵

A eficiência é um dos pilares de diversas intervenções, José Serra também expôs suas observações sobre a superioridade do regime de gabinete:

No parlamentarismo há um grande incentivo à “eficácia”, pois a existência do governo depende da maioria do Congresso, é formado a partir dessa maioria. Note-se que, diante de eventuais e reiteradas dificuldades para compor maioria que respalde um gabinete ministerial, o

²⁵⁴ OPINIÃO. **Folha de São Paulo**. Painel do Leitor. n. 22621. 10, mar. 1991. p. 1-3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 17 out. 2020.

²⁵⁵ GUIMARÃES, Ulysses. Sem cidadania não há democracia. **O Globo**. Opinião. n. 21298. 15, mar. 1992. p.7. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 16 out. 2020.

Parlamento poderá ser dissolvido, ameaça que influirá poderosamente para incitar a estabilidade de uma coalisão governamental.²⁵⁶

Outra destacada linha argumentativa, refere-se ao caráter democrático do parlamentarismo quando comparado ao seu rival. Aqui, na maior parte das vezes, as críticas se assentam na experiência imediata com Collor, com o chamado presidencialismo imperial, baseado em medidas provisórias, tão criticado pelos jornais. Luiz Garcia argumentou sobre esta questão em O Globo:

O presidente, diferentemente do primeiro-ministro (que divide responsabilidades com o Gabinete e o Parlamento), é forçado pela natureza do sistema a agir imperialmente, tenha ou não temperamento para isso. O primeiro-ministro manda enquanto lidera, e o presidente manda de qualquer maneira, lidere ou não. (...) O presidencialismo tem esses traços e não há como se livrar deles sem redefini-lo; é bom lembrar que variadas experiências com formas aguadas do sistema têm-se revelado piores que o soneto.²⁵⁷

Seguindo mesma linha, o deputado José Genoíno (PT-SP) afirmou que *“A reforma da política terá de colocar no centro a questão da reformulação do sistema de governo, substituindo o presidencialismo imperial por um regime parlamentarista que democratize o poder, sem tornar o Presidente da República uma figura meramente decorativa.”*²⁵⁸

A aproximação entre o parlamentarismo e as demandas dos trabalhadores ocorreu entre sindicalistas e políticos, chegando inclusive em alguns casos à associação com o socialismo. Luiz Antônio de Medeiros, presidente da Força Sindical, lista mudanças importantes de interesse dos trabalhadores para a modernização da política no Brasil, *“a moralização das campanhas eleitorais (para impedir a profanação da vontade popular) e, como coroamento, a implantação do parlamentarismo. A modernização do sistema de representação incluiria também instituições como os sindicatos patronais e de trabalhadores.”*²⁵⁹. Ainda nesse campo, quando da crise no interior do PCB e sua consequente divisão, Roberto Freire era entrevistado sobre a criação de um novo partido. *“Vamos nos voltar para o movimento trabalhista e defender o parlamentarismo. Será um*

²⁵⁶ SERRA, José. Presidencialismo, o governo fraco. **Folha de São Paulo**. Opinião. n. 23272. 20, dez. 1992. p. 1-3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 17 out. 2020. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 17 out. 2020.

²⁵⁷ GARCIA, Luiz. Antes do segundo ato. **O Globo**. Opinião. n. 21459. 23, ago. 1992. p. 7. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

²⁵⁸ GENOÍNO, José. Reforma política. **O Globo**. O País. n. 21011. 02, jun. 1991. p.7. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

²⁵⁹ MEDEIROS, Luiz Antônio. Um projeto para o Brasil. **O Globo**. O País. n. 21249. 26, jan. 1992. p.8. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

misto de PT e PSDB, porque os dois partidos agora defendem o que nós pregamos desde o ano passado: o socialismo democrático – disse Freire antes da confusão.”²⁶⁰

Se o parlamentarismo para uns era sinônimo de maior democracia, e com isso próximo a concepções de um socialismo democrático, para outros, era um sistema adequado à “construtiva” força dos mercados, tão almejada no alvorecer da década pelos liberais. Roberto Campos alertava para a necessidade imperativa de reformas tanto de ordem econômica como política. Para o colunista, o Brasil permanecia em um estágio de triste atraso diante das reformas liberalizantes. Em uma de suas colunas, Campos exemplificava: *“Basta dizer, por exemplo, que a privatização de empresas estatais, hoje consensual na América Latina (para não falar na Europa Oriental, possuída de uma fúria privatizante), é ainda passionavelmente questionada no Brasil”*. Para Campos, o país se encontrava em meio a três ordens de crise: econômica, política e moral. *“O desapontamento político, porque redescobrimos a democracia política, mas não conseguimos operar a convivência política. O sistema partidário é caótico.”*²⁶¹. Mas adiante, o colunista lista algumas condições necessárias para possibilitar a viabilidade de um sistema parlamentarista para o Brasil.

Sob certos aspectos, até regredimos. Três das condições de fortalecimento partidário – o voto distrital, a fidelidade partidária e a exigência de um quórum expressivo de votos, para que os partidos participem do parlamento – já figuram como dispositivos constitucionais, revogados todos pela nova Constituição. Todos eles terão que ser ressuscitados, se quisermos falar seriamente na aventura parlamentarista. O desapontamento econômico provém do duplo fracasso: não conseguimos debelar a inflação e o nacional-populismo se revelou incapaz de promover a retomada do desenvolvimento. O Brasil é um caso de modernização abortada.²⁶²

Juntamente a esse grupo de jornalistas, colunistas e leitores, os jornais também abriram espaço aos debates entre acadêmicos. Para ilustrar esse espaço de argumentação que viveu nos periódicos, temos o debate, na Folha de São Paulo, entre os professores de ciência política da USP, professor José Álvaro Moisés e professor Leôncio Martins Rodrigues, o primeiro, um defensor do parlamentarismo, e o segundo, do presidencialismo.

Para Moisés, o sistema presidencialista concentra excessivos poderes e acentua uma independência do governo em relação aos anseios da população: *“O parlamentarismo vai exigir seriedade dos partidos*

²⁶⁰ REDAÇÃO. Renovadores confiam na mudança. **O Globo**. O País. n. 21249. 26, jan. 1992. p. 13. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

²⁶¹ CAMPOS, Roberto. A modernização abortada. **O Globo**. Opinião. n. 21123. 22, set. 1991. p. 7. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

²⁶² Ibidem.

políticos e permitir um maior controle da sociedade sobre o Estado”, afirma.

Rodrigues acredita que mais uma mudança, dessa vez de regime político, só serve para introduzir uma *“enorme instabilidade, insegurança e imprevisibilidade”* na sociedade. *“Nem bem aprendemos a votar para presidente em eleição direta, muda-se novamente as regras do jogo.”*

Moisés diz que o parlamentarismo oferece mecanismos para que o governo preste contas à sociedade. A possibilidade de dissolução do parlamento seria um desses mecanismos. Rodrigues duvida que isso possa ocorrer.²⁶³

Em menor volume, as argumentações em defesa do parlamentarismo monárquico e do presidencialismo, também ocorreram. Em relação ao regime monárquico, O Globo, em matéria que detalhou as brigas entre os candidatos ao trono, informava uma possível filiação do deputado Delfim Netto ao movimento monárquico²⁶⁴. Como os parlamentaristas republicanos, o deputado também apresentava o regime monárquico como menos oneroso ao país. *“O Deputado Delfim Netto (PDS-SP) diz que a relação custo-benefício torna o regime mais viável do que a república. – Sai muito mais barato para os cofres públicos manter um rei do que um presidente – diz.”*²⁶⁵

Outras características positivas da monarquia são apresentadas nas páginas dos jornais pesquisados. Em entrevista à Folha de São Paulo, o ex-embaixador José Osvaldo Meira Penna afirmou que a monarquia *“pode garantir mais estabilidade às instituições, ao evitar a crise sucessória nas trocas de chefe de Estado.”*²⁶⁶ De fato, a estabilidade será um dos pilares levantados pelos monarquistas, e seguindo a lista de qualidades, a historiadora Andreza Pires Carvalho, lembra a defesa do caráter democrático da monarquia, propagandeado pelos defensores desse regime de governo, nos programas eleitorais vinculados na televisão.

Essa ideia de associar regimes presidencialistas a regimes autoritários também será abordada pela frente monarquista, conforme é possível verificar no argumento utilizado por eles, de que *“a falta de um poder moderador neutro tem acarretado crises seguidas de rupturas constitucionais, como o golpe que aconteceu em 1964 e nos colocou numa ditadura de 21 anos.”* Para eles, *“o golpe militar de 15 de novembro*

²⁶³ REDAÇÃO. Debate mobiliza cientistas políticos. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22684. 12, mai. 1991. p. 1-4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 18 out. 2020.

²⁶⁴ Em entrevista para Folha de São Paulo, Delfim Netto afirma não ser monarquista e define claramente sua posição em relação ao Plebiscito: *“(...) acho que temos que introduzir o parlamentarismo no estilo francês, com eleição de presidente. Então, com uma boa lei partidária e uma boa lei eleitoral e a introdução do parlamentarismo, a política fica organizada.”* FARIA, Tales. Delfim defende volta ao discurso liberal. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22880. 24, nov. 1991. p. 1-9. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

²⁶⁵ REDAÇÃO. Jornais e adesivos vão dar início a campanha. **O Globo**. Rio. n. 20948. 31, mar. 1991. p. 18. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 22 out. 2020.

²⁶⁶ TUPYNAMBÁ. José Paulo. Monarquia dá mais garantias às instituições, diz ex-embaixador. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22677. 5, mai. 1991. p. 1-14. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 22 out. 2020.

[de 1889] fora o primeiro de uma série de golpes que culminaria com o de 1964.”²⁶⁷

A redução da corrupção também será elencada como uma das virtudes do regime real. De acordo com a afirmação de um dos candidatos ao trono brasileiro, D. Luiz de Orleans e Bragança, publicada na Folha de São Paulo: “*A corrupção não é uma coisa intrínseca à mentalidade brasileira. Ela veio com a queda da Monarquia e a entrada da República*”²⁶⁸

Outro esforço monarquista foi o de aproximar o conceito de regime monárquico à estabilidade econômica, outra urgência dos brasileiros à época. Segundo matéria vinculada em O Globo, economistas e empresários monarquistas estariam buscando “*no fundo do baú provas de que a economia no tempo de nossos bisavós era muito mais saudável. Alguns acreditam que só um rei, com seu poder moderador, pode garantir a estabilidade política necessária ao crescimento econômico.*”²⁶⁹

No que se refere aos presidencialistas, apesar do pouco espaço nos periódicos e, também, da falta de organização dos parlamentares dessa corrente, a proximidade com o plebiscito os incentivou à organização e ao debate. Em janeiro de 1993, o professor de ciência política da Unicamp, Luciano Martins, escreveu para a Folha de São Paulo, após investigar o embate parlamentarismo *versus* presidencialismo. Adepto do regime presidencial, Martins desmembra a questão em três importantes aspectos: qual é o melhor sistema de governo; como instalar tal sistema nas condições concretas do país; e qual o motivo por trás da defesa do parlamentarismo? Sobre a primeira questão, o sociólogo observa não haver solução, os dois sistemas possuem qualidades e defeitos, mas aproveita para corrigir afirmações, até então feitas, como aquela que classifica o parlamentarismo de superior, por ter como dispositivo a dissolução da Câmara ou a queda do primeiro-ministro, em pretensa garantia de rotatividade no poder, atribuindo, assim, maior segurança ao processo democrático.

A dissolução da Câmara, por exemplo, pode ser utilizada apenas para reforçar quem está no poder. Foi graças a isso que a sra. Thatcher manteve-se 12 anos no governo, tempo maior que o do mandato de qualquer presidente de país civilizado – e apesar da devastação social que provocou. (...) Não há, de outro lado, nenhuma relação causal – e isso até o deputado José Serra, parlamentarista convicto, reconhece em artigo

²⁶⁷ CARVALHO, Andreza Pires de. **Voto Rebelde é na Monarquia!**: a disputa entre monarquistas x republicanos e parlamentaristas x presidencialistas no plebiscito de 1993. 2018. 59 p. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189308/001086923.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2021. p. 46.

²⁶⁸ REDAÇÃO. Frases. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22894. 08, dez. 1991. p. 1-4. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 22 out. 2020.

²⁶⁹ REDAÇÃO. Monarquistas vêm no rei a salvação da economia. **O Globo**. Primeira Página. n. 21606. 17, jan. 1993. p. 1. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 30 out. 2020.

recente nesta mesma página – entre qualquer dessas duas formas de governo com: democracia, estabilidade política, governabilidade, eficiência decisória ou maior sensibilidade social por parte do poder. Parlamentarismo e presidencialismo funcionam mal ou bem não por suas qualidades ou defeitos em si, mas por sua maior ou menor adequação aos contextos nacionais e históricos em que se situam.²⁷⁰

O professor prossegue ao analisar a realidade do Brasil e dos países que chegaram à fórmula parlamentarista, concluindo, após análise, sobre o importante papel da sociedade organizada, como dos partidos organizados, na construção de sistemas parlamentaristas, e indaga: “*em relação a esses suportes previamente indispensáveis ao parlamentarismo – sociedade organizada e partidos políticos –, qual é a situação hoje existente no Brasil?*”²⁷¹

Sobre a vontade de parte da sociedade política em instaurar o parlamentarismo no Brasil, Luciano Martins avalia estar ligada a dois fatores. De um lado, ligada à última eleição, aos cálculos eleitorais de poderosos políticos, “*perceberam que são remotas suas chances de chegarem ao poder presidencial através do voto majoritário; de outro, porque a aventura de Collor e sua quadrilha compreensivelmente assustou todo mundo.*” O professor conclui ao avaliar os riscos da solução proposta pelos parlamentaristas: “*Mas para evitar novas aventuras pessoais desse tipo, valerá correr o risco de embarcarmos numa aventura institucional?*”²⁷²

Além das análises dos acadêmicos, os políticos também defenderam o sistema presidencialista nas páginas dos jornais. Ainda em janeiro de 1993, Darcy Ribeiro (PDT-RJ) teve o seu manifesto, aprovado por parlamentares presidencialistas, servindo de norteador para a campanha da Frente Presidencialista. “*O documento associa o presidencialismo à democracia, à modernidade e ao equilíbrio dos poderes; enquanto descreve um parlamentarismo atrelado ao fisiologismo e à inoperância, nocivo à implantação de projetos de longo prazo.*”²⁷³

O senador Marco Maciel (PFL-PE) utilizou outro argumento. Ao invés de associar o presidencialismo às crises enfrentadas no país, o senador argumentou por outro ângulo, demonstrando a superioridade do presidencialismo em enfrentar e vencer tais crises.

Vou mais além: a capacidade que o presidencialismo exibiu em administrar a crise foi superior, talvez, à do sistema de gabinete, o parlamentarismo. (...) Tudo isso me faz reforçar a tese de que, por ocasião

²⁷⁰ MARTINS, Luciano. A aventura parlamentarista. **Folha de São Paulo**. opinião. n. 23286. 03, jan. 1993. p. 1-3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 30 out. 2020.

²⁷¹ Ibidem.

²⁷² Ibidem.

²⁷³ REDAÇÃO. Manifesto associa presidencialismo à democracia. **O Globo**. O País. n. 21613. 24, jan. 1993. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 30 out. 2020.

do plebiscito, o presidencialismo estará em situação privilegiada, porque conseguimos superar a crise política brasileira de forma pacífica e ordenada, evidenciando que o modelo que adotamos é o melhor para a Nação.²⁷⁴

Em uma perspectiva à esquerda, a defesa do presidencialismo ocorreu para evidenciar a diminuição do poder do voto popular no parlamentarismo, retirando poderes do presidente eleito diretamente pela população. Nesse aspecto, muitos políticos vão argumentar. Alguns teóricos, como Mangabeira Unger, aprofundam mais a questão.

O pessoal que manda no Brasil quer instituir no país um sistema de governo chamado parlamentarismo. Dá quase todo o poder ao Congresso. O governo tem que fazer tudo o que o Congresso quer. (...)

Dizem que o parlamentarismo daria menos instabilidade no Brasil do que o presidencialismo tem dado. A curto prazo, não deixa de ser verdade. Fecha o poder no clube dos políticos. Põe a tampa no caldeirão que ferve. É estável – até explodir. Por que não deixam essa e enfrentam as verdadeiras causas da instabilidade? Quais são? O egoísmo e a estupidez das elites, que resistem a todas as reformas democratizantes; o controle da informação e da televisão, que dificulta ao povo entender o que acontece até que é tarde demais; a pobreza, que leva ao desespero quando não se vê o caminho da subida. (...)

Nosso presidencialismo tal como está não é nenhuma maravilha, embora muitíssimo melhor, para nós agora, do que o parlamentarismo.²⁷⁵

Parte significativa das defesas e ataques a regimes e sistemas de governo, no interior dos jornais analisados, foram feitos pela sociedade política. Os periódicos, de certa forma, tornaram-se extensão da tribuna da sociedade política, situação que, além de ilustrar os limites imprecisos das fronteiras entre a sociedade política e civil, deixa claro o lugar estratégico que os jornais constituem nas disputas pela formação da opinião pública. Portanto, cabe verificar, na perspectiva dos jornais, quais políticos tiveram maior espaço nos veículos, a fim de estabelecer, em contornos mais claros, a interseção estabelecida entre esses aparelhos privados de hegemonia (numa acepção gramsciana) e a sociedade política, estabelecendo, com isso, elementos para maior compreensão do agrupamento que defendeu o parlamentarismo nos embates referentes ao plebiscito de 1993.

Com base nos dados das mesmas colunas dos jornais utilizados na análise anterior (gráficos 1 e 2), e no mesmo recorte temporal, a saber, o período de janeiro de 1991 a abril de 1993, cabe evidenciar, pelos jornais analisados, a filiação da sociedade política a um dos modelos apresentados no plebiscito de abril, afirmando a preferência dos políticos quando ao

²⁷⁴ MACIEL, Marco. As virtudes do presidencialismo. **O Globo**. Opinião. n. 21627. 07, fev. 1993. p. 7. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 30 out. 2020.

²⁷⁵ UNGER, Roberto Mangabeira. Voto direto neles. **Folha de São Paulo**. Opinião. n. 23335. 21, fev. 1993. p. 1-3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 30 out. 2020.

modelo de regime e sistema de governo (gráficos 3, 4, 5 e 6). A seleção se baseou em textos que deixavam claro, de forma literal, a preferência do político, não entrando nessa contabilidade, portanto, textos que evidenciavam um político sem determinar sua preferência quanto ao regime ou sistema de governo, mesmo que o texto tivesse tendência a favorecer algum modelo.

A sequência de gráficos a seguir constituem uma amostra do enlace da sociedade política aos aparelhos privados de hegemonia, nesse caso, dois importantes jornais de circulação nacional. Pode-se, com tal estratégia, alcançar uma aproximação das relações estabelecidas entre jornais e políticos, para identificar, pelas publicações, os políticos que tiveram maior destaque em seus posicionamentos relativos ao plebiscito.

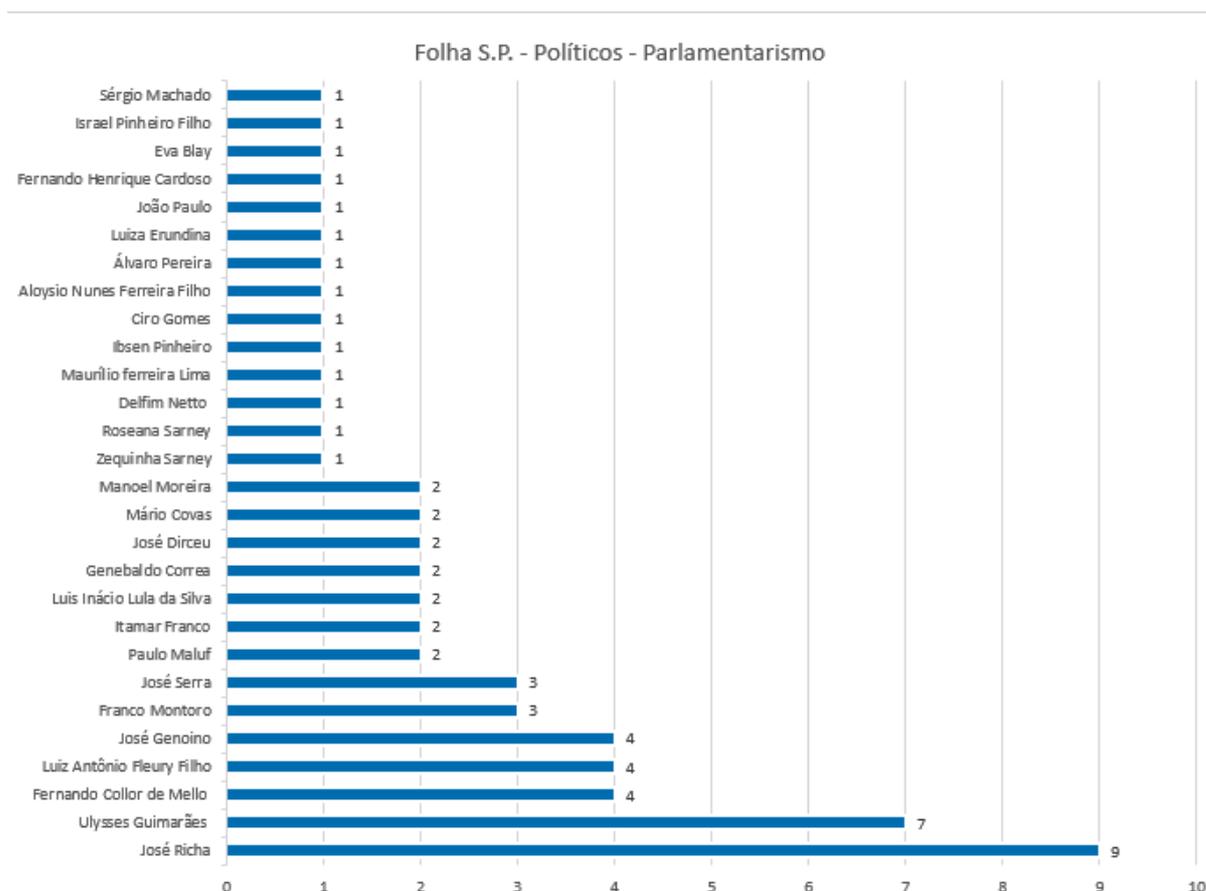
GRÁFICO 3

Folha de São Paulo: Políticos que foram citados como defensores do sistema *parlamentarista* de governo.

Colunas analisadas: Política, Brasil, Opinião, Ombudsman.

Período: janeiro de 1991 a abril de 1993

Políticos: Presidente; Vice-Presidente; Senadores; Deputados Federais; Ministros; Governadores; Presidentes de partidos; Políticos relevantes.



Total de políticos citados: 28 políticos.

Total de citações de preferências de políticos parlamentaristas: 62

Políticos mais citados: José Richa (PSDB), 14,5%; Ulysses Guimarães (PMDB), 11,3%; Fernando Collor de Mello (PRN), 6,5%; Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), 6,5%; José Genoíno (PT), 6,5%; Franco Montoro (PSDB), 4,8%; José Serra (PSDB), 4,8%.

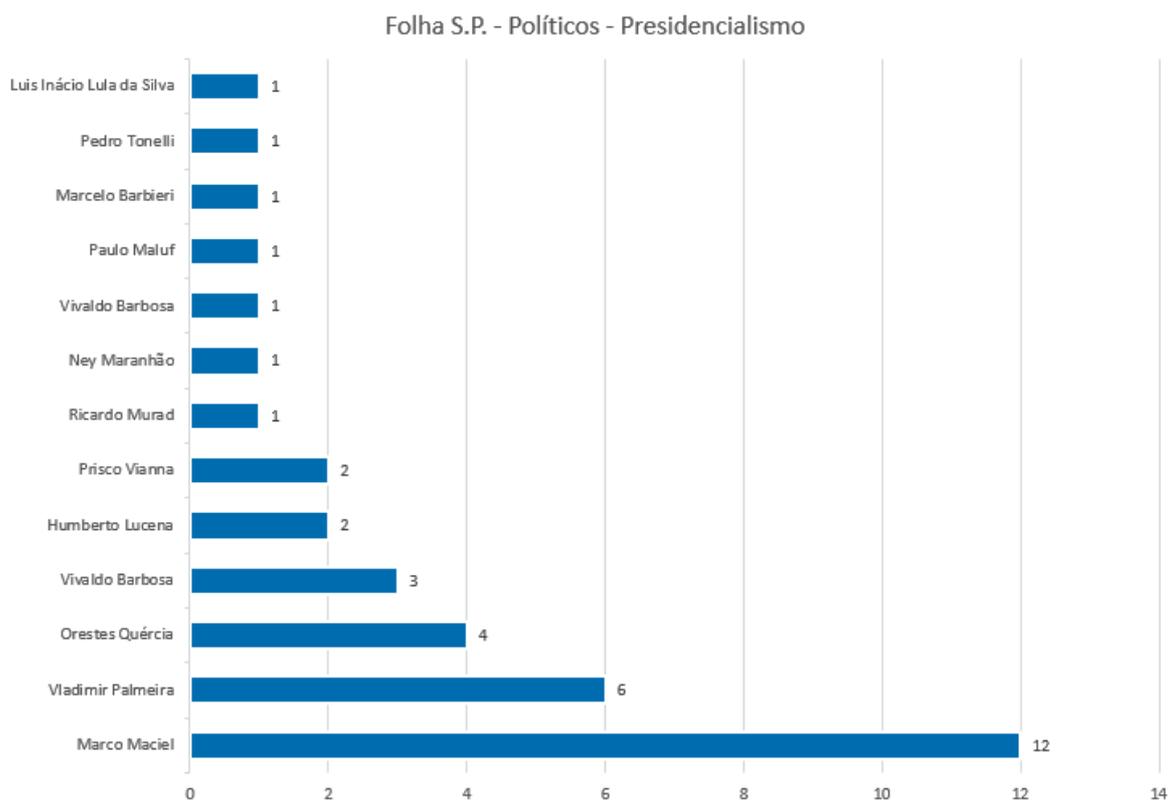
GRÁFICO 4

Folha de São Paulo: Políticos que foram citados como defensores do sistema *presidencialista* de governo.

Colunas analisadas: Política, Brasil, opinião, Ombudsman.

Período: janeiro de 1991 a abril de 1993

Políticos: Presidente; Vice-Presidente; Senadores; Deputados Federais; Ministros; Governadores; Presidentes de partidos; Políticos relevantes.



Total de políticos citados: 13 políticos.

Total de citações de preferências de políticos presidencialistas: 36

Políticos mais citados: Marco Maciel (PFL), 33,3%; Vladimir Palmeira (PT), 16,7%; Orestes Quércia (PMDB), 11,1%; Vivaldo Barbosa (PDT), 8,3%; Humberto Lucena (PMDB), 5,6%; Prisco Vianna (PDS), 5,6%.

Folha de São Paulo: Políticos que foram citados como defensores do *regime monárquico* de governo.

Colunas analisadas: Política, Brasil, opinião, Ombudsman.

Período: janeiro de 1991 a abril de 1993

Políticos: Presidente; Vice-presidente; Senadores; Deputados Federais; Ministros; Governadores; Presidentes de partidos; Políticos relevantes.

O único político citado, tendo confirmada essa preferência, foi o deputado Cunha Bueno (PDS, s/partido), sua preferência foi diretamente citada 3 vezes durante o período analisado.

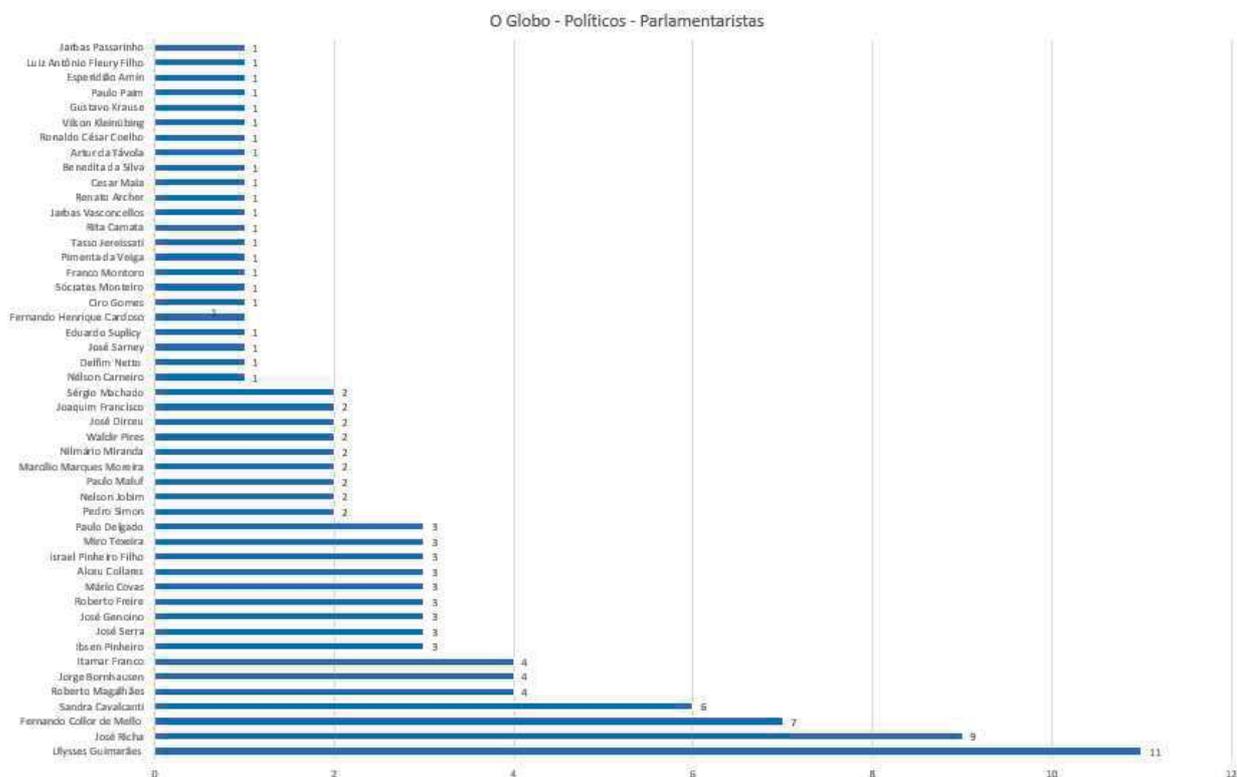
GRÁFICO 5

O Globo: Políticos que foram citados como defensores do sistema *parlamentarista* de governo.

Colunas analisadas: Brasil, O País, Opinião, Segunda Página.

Período: janeiro de 1991 a abril de 1993

Políticos: Presidente; Vice-Presidente; Senadores; Deputados Federais; Ministros; Governadores; presidentes de partidos; Políticos relevantes.



Total de políticos citados: 48 políticos.

Total de citações de preferências de políticos parlamentaristas: 113

Políticos mais citados: Ulysses Guimarães (PMDB), 9,7%; José Richa (PSDB), 8,0%; Fernando Collor de Mello (PRN), 6,2%; Sandra Cavalcanti (PFL), 5,3%; Roberto Magalhães (PFL), 3,5%; Jorge Bornhausen (PFL), 3,5%; Itamar Franco (s/partido), 3,5%.

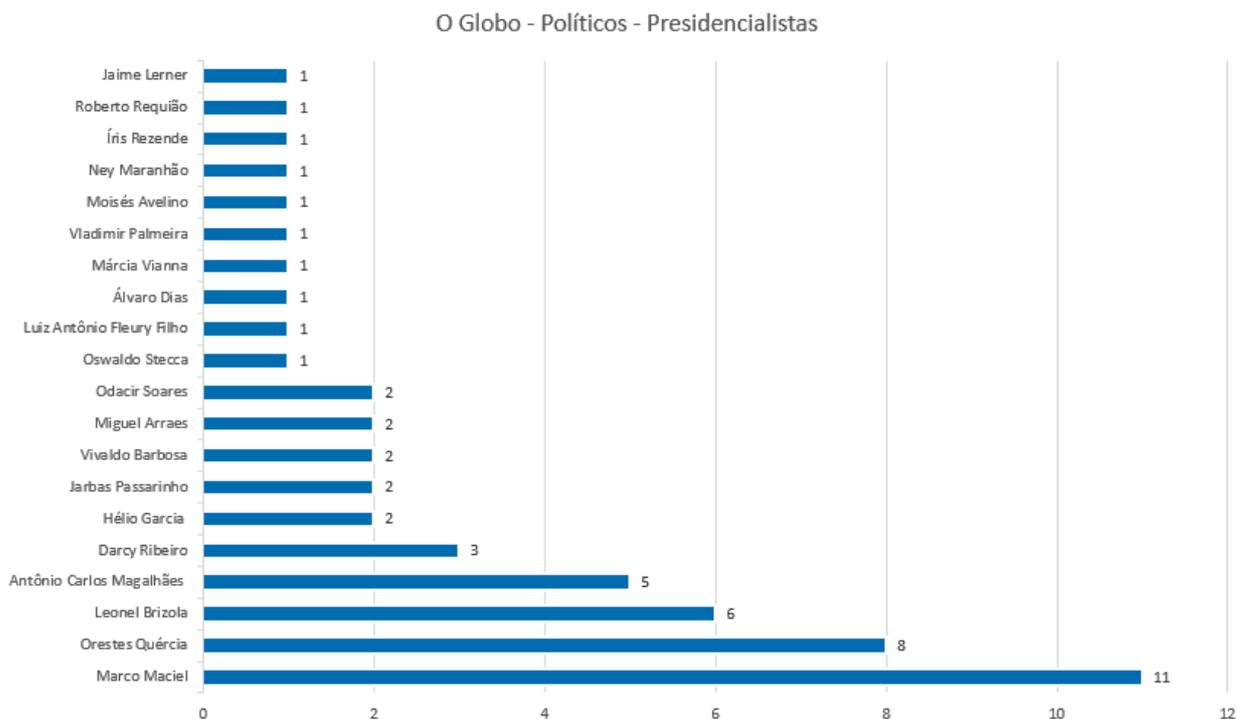
GRÁFICO 6

O Globo: Políticos que foram citados como defensores do sistema *presidencialista* de governo.

Colunas analisadas: Brasil, O País, Opinião, Segunda Página.

Período: janeiro de 1991 a abril de 1993

Políticos: Presidente; Vice-Presidente; Senadores; Deputados Federais; Ministros; Governadores; Presidentes de partidos; Políticos relevantes.



Total de políticos citados: 20 políticos.

Total de citações de preferências de políticos presidencialistas: 53

Políticos mais citados: Marco Maciel (PFL), 20,8%; Orestes Quércia (PMDB), 15,1%; Leonel Brizola (PDT), 11,3%; Antônio Carlos Magalhães (PFL), 9,4%; Darcy Ribeiro (PDT), 5,7%.

O Globo: Políticos que foram citados como defensores do *regime monárquico* de governo.

Colunas: Brasil, O País, Opinião, Segunda Página.

Período: janeiro de 1991 a abril de 1993

Políticos: Presidente; Vice-Presidente; Senadores; Deputados Federais; Ministros; Governadores; Presidentes de partidos; Políticos relevantes.

O único político citado, tendo confirmada essa preferência, foi o deputado Cunha Bueno (PDS, s/partido), sua preferência foi diretamente citada 8 vezes durante o período analisado.

A primeira observação a fazer refere-se à intensidade e diversidade da abertura do jornal O Globo à sociedade política. Atingindo quase o dobro de políticos citados pela Folha de São Paulo – na perspectiva parlamentarista, essa diferença alcança o total de 48 políticos expostos em O Globo, contra 28 na Folha de São Paulo, sendo que nas outras opções do plebiscito verifica-se a mesma tendência –, O Globo apresenta, com as ferramentas de análise utilizadas, uma diferença de atuação nos embates relativos ao plebiscito. Enquanto a Folha de São Paulo, como vimos na primeira sequência de gráficos, atuou na construção de maior número de matérias tendo como eixo o parlamentarismo, O Globo se destaca pelo espaço concedido aos políticos parlamentaristas. Tal tendência, demonstrada pelos gráficos, é perceptível na leitura sequencial dos jornais. Cabe ainda ressaltar, que esta privilegiada abertura aos políticos converteu-se, conseqüentemente, em maior número de citações no referido jornal, que manteve, proporcionalmente, um maior volume de políticos em evidência. Enquanto na Folha de São Paulo, relacionadas ao parlamentarismo, tem-se 62 citações para 28 políticos, no O Globo, tem-se 113 citações para 48 políticos.

Em relação aos políticos mais evidenciados, os jornais diferem pouco, quando analisados os quatro nomes mais citados em cada opção do plebiscito. Ulysses Guimarães (PMDB), José Richa (PSDB) e Fernando Collor de Mello (PRN) aparecem nos três primeiros lugares na opção parlamentarista, em ambos os jornais. O quarto lugar difere nessa preferência, Luiz Antônio Fleury (PMDB) ocupa essa posição na Folha de São Paulo, enquanto Sandra Cavalcante (PFL), em O Globo.

Em relação à opção presidencialista, verifica-se maior alteração de políticos nos quatro primeiros lugares no número de citações. A Folha de São Paulo evidencia mais Marco Maciel (PFL), e depois Vladimir Palmeira (PT), Orestes Quécia (PMDB) e Vivaldo Barbosa (PDT). Já O Globo, o presidencialista mais citado também foi Marco Maciel (PFL), destacado articulador da frente presidencialista, depois tem-se Orestes Quécia (PMDB), Leonel Brizola (PDT) e Antônio Carlos Magalhães (PFL).

Nos jornais analisados, os monarquistas foram representados na sociedade política pelo deputado Cunha Bueno (PDS/sem partido), não tendo, nas colunas analisadas, afirmativa direta de adesão de outro político à monarquia, pelos menos dentro do escopo de políticos observados nessa análise, a saber: presidente, vice-presidente, senadores, deputados federais, ministros, governadores, presidentes de partidos e políticos relevantes no cenário nacional. A análise quantitativa corrobora, assim, com as afirmações de Carvalho, de que a frente do *“Parlamentarismo com Monarquia ficou isolada e sem o apoio de nenhum partido, o único*

*parlamentar que se associava a essa frente era o deputado, na época da realização do plebiscito sem partido, Cunha Bueno.”*²⁷⁶

Cabe ainda uma contraprova das análises feitas. Pautado, exclusivamente, nas matérias que informam as preferências dos políticos, o levantamento anterior deixa lacunas, uma vez que nessas publicações focadas no plebiscito, muitos políticos ganharam espaço sem ter reveladas suas preferências. Pode-se, portanto, quantificar os políticos citados, nas matérias referentes ao plebiscito, independente se, naquela matéria, sua preferência foi revelada. Como já possuímos as preferências de muitos políticos, verificadas anteriormente nos jornais, pode-se apurar os políticos mais citados nas matérias analisadas e averiguar, assim, a abertura que os referidos jornais deram as correntes em disputa no plebiscito de 1993. Como nesse caso tem-se um aumento significativo dos dados, um mínimo de citações foi estabelecido. Desta forma, optou-se por analisar a quantidade de políticos que, pelo menos, foram citados em duas matérias nos referidos jornais. Para efeito de comparação visual, o recorte foi outro, elencando os trinta políticos mais citados foi possível estabelecer um gráfico mais adequado para a análise.

²⁷⁶ CARVALHO, Andreza Pires de. **Voto Rebelde é na Monarquia!**: a disputa entre monarquistas x republicanos e parlamentaristas x presidencialistas no plebiscito de 1993. 2018. 59 p. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189308/001086923.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2021. p. 40.

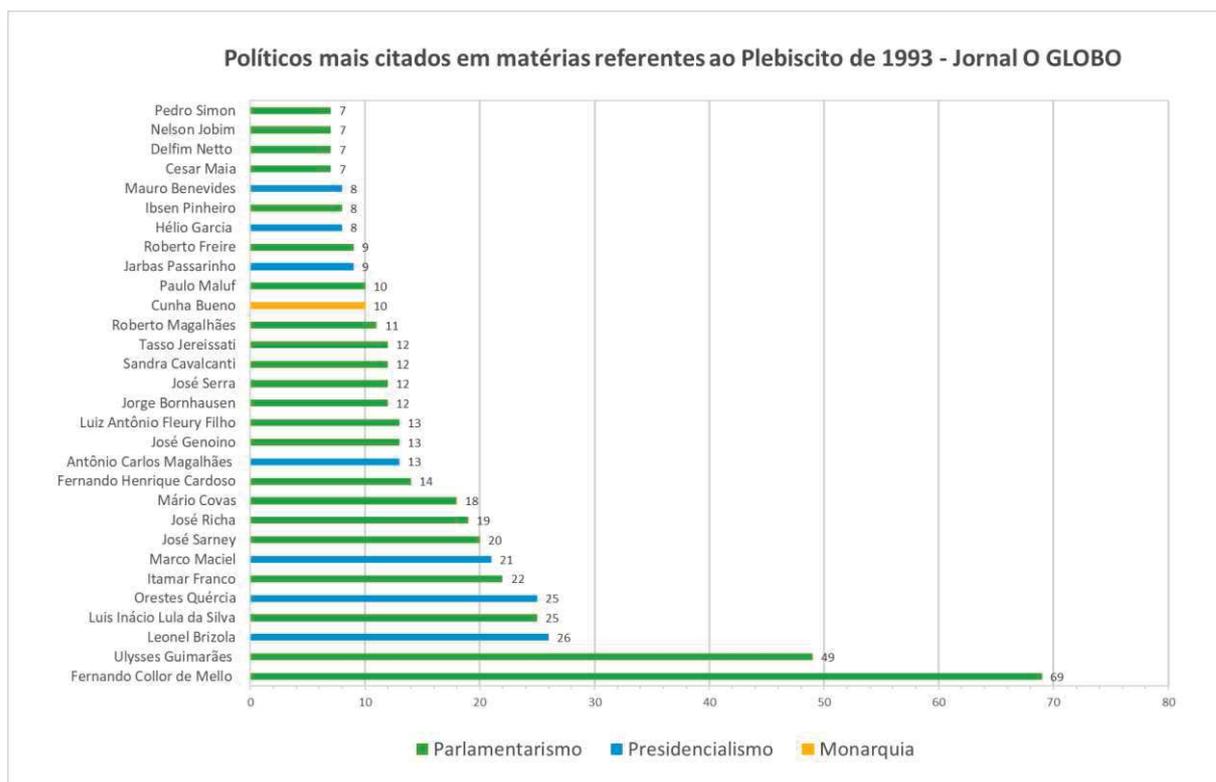
GRÁFICO 7

O Globo: Os trinta políticos mais citados em matérias que abordam o plebiscito de 1993.

Colunas analisadas: Brasil, O País, Opinião, Segunda Página.

Período: janeiro de 1991 a abril de 1993

Políticos: Presidente; Vice-Presidente; Senadores; Deputados Federais; Ministros; Governadores; Presidentes de partidos; Políticos relevantes (incluindo candidatos ao trono).



Dentre os trinta mais citados temos: Fernando Collor de Mello (PRN), 69; Ulysses Guimarães (PMDB), 49; Leonel Brizola (PDT), 26; Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 25; Orestes Quéricia (PMDB), 25; Itamar Franco (s/Partido), 22; Marco Maciel (PFL), 21; José Sarney (PMDB), 20; José Richa (PSDB), 19; Mário Covas (PSDB), 18; Fernando Henrique Cardoso (PSDB), 14; Antônio Carlos Magalhães (PFL), 13; José Genoíno (PT), 13; Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), 13; Jorge Bornhausen (PFL), 12; José Serra (PSDB), 12; Sandra Cavalcanti (PFL), 12; Tasso Jereissati (PSDB), 12; Roberto Magalhães (PFL), 11; Cunha Bueno (s/Partido), 10; Paulo Maluf (PDS), 10; Jarbas Passarinho (PDS), 9; Roberto Freire (PPS), 9; Hélio Garcia (PTB), 8; Ibsen Pinheiro (PMDB), 8; Mauro Benevides (PMDB), 8; Cesar Maia (PMDB), 7; Delfim Netto (PDS), 7; Nelson Jobim (PMDB), 7; e Pedro Simon (PMDB), 7.

TABELA 1

O GLOBO - Total de políticos que, pelo menos, em duas matérias foram citados					
	Parlamentaristas	Presidencialistas	Monarquistas	Sem preferência conhecida	TOTAL
Políticos	43 (53,7%)	17 (21,2%)	3 (3,7%)	17 (21,2%)	80
Total de citações	449 (73,9%)	138 (22,7%)	20 (3,3%)		607

Nota – 164 políticos, ao todo, foram citados em matérias referentes ao plebiscito de 1993.

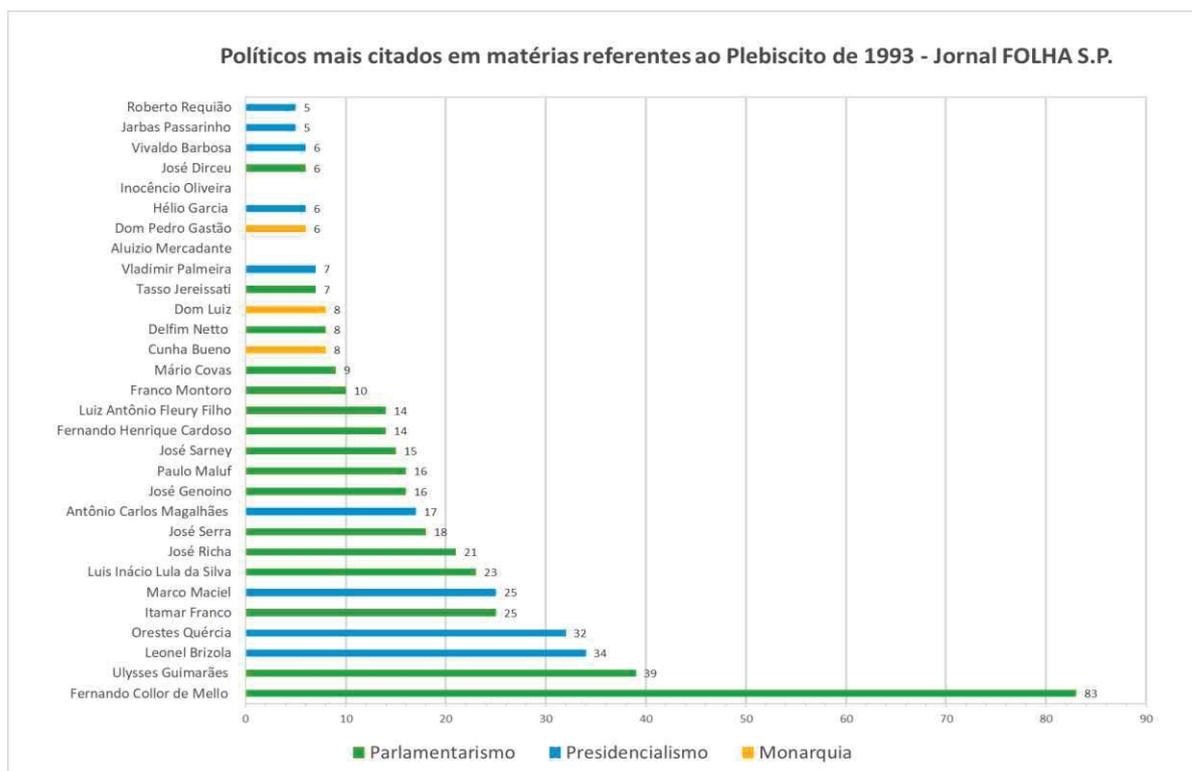
GRÁFICO 8

Folha de São Paulo: Os trinta políticos mais citados em matérias que abordam o plebiscito de 1993.

Colunas analisadas: Política, Brasil, opinião, Ombudsman.

Período: janeiro de 1991 a abril de 1993

Políticos: Presidente; Vice-Presidente; Senadores; Deputados Federais; Ministros; Governadores; Presidentes de Partidos; Políticos relevantes (incluindo candidatos ao trono).



Dentre os citados temos: Fernando Collor de Mello (PRN), 83; Ulysses Guimarães (PMDB), 39; Leonel Brizola (PDT), 34; Orestes Quércia (PMDB), 32; Itamar Franco (s/Partido), 25; Marco Maciel (PFL), 25; Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 23; José Richa (PSDB), 21; José Serra (PSDB), 18; Antônio Carlos Magalhães (PFL), 17; José Genoíno (PT), 16; Paulo Maluf (PDS), 16; José Sarney (PMDB), 15; Fernando Henrique Cardoso (PSDB), 14; Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), 14; Franco Montoro (PSDB), 10; Mário Covas (PSDB), 9; Cunha Bueno (s/Partido), 8; Delfim Netto (PDS), 8; Dom Luiz (s/Partido), 8; Tasso Jereissati (PSDB), 7; Vladimir Palmeira (PT), 7; Aluizio Mercadante (PT), 6; Dom Pedro Gastão (s/Partido), 6; Hélio Garcia (PTB), 6; Inocêncio Oliveira (PFL), 6; José Dirceu (PT), 6; Vivaldo Barbosa (PDT), 6; Jarbas Passarinho (PDS), 5; Roberto Requião (PMDB), 5.

TABELA 2

Folha de São Paulo - Total de políticos que, pelo menos, em duas matérias foram citados					
	Parlamentaristas	Presidencialistas	Monarquistas	Sem preferência conhecida	TOTAL
Políticos	38 (52,7%)	16 (22,2%)	3 (4,1%)	15 (20,8%)	72
Total de citações	387 (68%)	160 (28,1%)	22 (3,8%)		569

Nota - 127 políticos, ao todo, foram citados em matérias referentes ao plebiscito de 1993.

Os novos levantamentos comprovam a tendência anteriormente apontada. O jornal O Globo continua mantendo destaque na abertura dada à sociedade política. Fato comprovado tanto na amostragem analisada, 80 políticos contra 72 do jornal Folha de São Paulo, quanto, principalmente, no total de políticos citados, 164 contra 127 do periódico paulista. Apesar de percentualmente a distribuição dos políticos permanecer muito próxima – ambos os jornais priorizam os políticos parlamentaristas, em detrimento dos presidencialistas e monarquistas, com mais de 50% dos analisados sendo partidários daquele sistema de governo –, o jornal O Globo ganha dianteira, quando comparado o volume de citações, chegando a 449 citações de políticos parlamentaristas (representando 73,9% das citações totais relativas a uma das três correntes do plebiscito), enquanto no jornal Folha de São Paulo tem-se 387 citações de políticos dessa corrente (representando 68% do total).

Em relação aos políticos mais evidenciados, mantendo a quantidade da análise anterior, para efeito de comparação, tem-se, entre os quatro mais citados, Fernando Collor de Mello (PRN), Ulysses Guimarães (PMDB) e Leonel Brizola (PDT) nas primeiras três posições, e no quarto lugar uma alteração entre os jornais: enquanto em O Globo tem-se Orestes Quércia (PMDB), na Folha de São Paulo, além de Orestes Quércia, tem-se empatado com ele, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Dentre os parlamentaristas, tem-se nos dois primeiros lugares, Fernando Collor de Mello (PRN) e Ulysses Guimarães (PMDB), mas tanto a terceira como a quarta posição se altera nos jornais, enquanto em O Globo tem-se Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Itamar Franco (s/Partido), respectivamente, como terceiro e quarto mais citados, na Folha de São Paulo, constata-se o contrário.

Em relação aos presidencialistas, os quatro mais citados nos dois jornais são: Leonel Brizola (PDT), Orestes Quércia (PMDB), Marco Maciel (PFL) e Antônio Carlos Magalhães (PFL). Em relação aos monarquistas, nessa análise mais ampliada, levando-se em conta os concorrentes ao trono como integrantes dessa categoria “política”, observa-se uma maior abertura a essa corrente no jornal Folha de São Paulo, que além de apresentar o deputado monarquista Cunha Bueno (s/partido) entre os trinta mais citados – como no jornal O Globo -, também ganham destaque, nessa elite, os dois concorrentes ao trono brasileiro: Dom Luiz, sendo citado em oito matérias, e Dom Pedro Gastão, que aparece em seis delas.

Uma vez observado o comportamento dos jornais em relação aos políticos, cabe aprofundar essa relação para os partidos aos quais esses políticos são filiados, o que será feito à frente. Emaranhado em um contexto de urgências, tanto aquelas de natureza econômica, como as de natureza política, principalmente as ligadas ao aspecto moral da política – em vista dos escândalos de corrupção na época –, o debate entre as propostas do plebiscito deu-se

em ambiente pouco propício à reflexão. Analisando os jornais O Globo e Folha de São Paulo, observa-se a atuação, em sentido contrário, dos acadêmicos²⁷⁷, que junto a outros poucos colonistas e políticos, aprofundaram mais as questões em torno do plebiscito. O ruído causado pelas definições rasas dos regimes e sistemas de governo, somado as mútuas acusações entre as frentes, contribuíram para confundir ainda mais o eleitorado, que, já na entrada do ano de 1993, revelaram significativas dúvidas em relação às propostas do plebiscito a ser realizado no mês de abril.

4.5 A derrota do parlamentarismo

Vice de Collor e agora presidente da República, visando a sustentação de seu governo, o mineiro Itamar Franco conseguiu, durante o restante do mandato que herdou, estabelecer um mínimo equilíbrio entre as forças políticas. Como já observado, o contexto entre as elites nacionais era de ruptura e acirrada disputa. Sobre a base política que sustentou esse providencial equilíbrio, Abranches a especifica como uma “coalizão de rescaldo”, “*O objetivo central da coalizão era mitigar os danos decorrentes do trauma do impeachment e administrar seus efeitos colaterais continuados no sistema político e na sociedade.*”²⁷⁸ Para ilustrar a afirmação do autor, O Globo noticiava, em setembro de 1992, o acolhimento de Itamar por parte dos políticos, noticiando a iniciativa de senadores em preparar o vice-presidente para assumir o lugar de Collor:

Além de elaborar um programa mínimo, o grupo – que já está sendo conhecido como ‘a República dos senadores’ – dedica-se a abrir canais políticos e empresariais para o vice.

Na última quarta-feira, o grupo estabeleceu as condições para que Itamar tenha apoio amplo no Congresso, se assumir o Governo: ele não deve se

²⁷⁷ Não constituindo elemento principal de análise nesta pesquisa, pode-se, entretanto, destacar a atuação de inúmeros acadêmicos que no período estudado tiveram presença em matérias voltadas ao plebiscito. Posto isso, dentro da lista de intelectuais que atuaram de alguma forma nos jornais, é possível citar: **Amaury Souza**, Cientista Político; **Antônio Barros de Castro**, Economista (UFRJ); **Aspásia Camargo**, Socióloga (FGV); **Bolívar Lamounier**, Cientista Político (IDESP); **Fábio Konder Comparato**, Jurista e advogado (USP); **Francisco Werffort**, Cientista político (USP); **José Álvaro Moisés**, Cientista Político (USP); **José Arthur Giannotti**, Filósofo (USP); **Jose Márcio Camargo**, Economista (PUC/RIO); **Julian Chacel**, Economista (FGV); **Leôncio Martins Rodrigues**, Cientista Político (USP/Unicamp); **Lucia Hippolito**, Historiadora/Cientista Política; **Luciano Martins de Almeida**, Sociólogo (Unicamp); **Luiz Carlos Bresser Pereira**, Economista/Cientista Político (FGV); **Luiz Felipe de Alencastro**, Historiador (Cebap/Unicamp); **Maria Hermínia Tavares de Almeida**, Cientista Política (USP); **Maria Victória Benevides**, Faculdade de Educação (USP); **Mário Henrique Simonsen**, Economista (FGV); **Paulo Sérgio Pinheiro**, Cientista Político (USP); **Peter Flynn**, Cientista Político/Historiador (Universidade Glasgow -Escócia); **Renato Janine Ribeiro**, Filósofo (USP); **Roberto Mangabeira Unger**, Cientista Social (Harvard-EUA).

²⁷⁸ ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 149.

apoiar num só partido ou facção, não pode interferir no plebiscito sobre sistema de governo, marcado para abril de 1993, nem nas eleições de 1994.²⁷⁹

Os conselhos da “República dos senadores” tiveram boa acolhida pelo mineiro, o que se pode notar na composição de seu ministério.²⁸⁰ Outra posição afinada aos conselhos dos senadores foi a relutância do presidente em nomear seu segundo e terceiro escalão, evitando desgaste com os partidos de sua base. *“Consciente de que um mau passo pode colocar a perder as alianças concretizadas no primeiro escalão, o presidente Itamar Franco está seguindo sua cartilha mineira. Dá a entender que não tem pressa para fazer nomeações.”*²⁸¹

Fortemente pressionado pela urgência inflacionária – a inflação acumulada de 1993 chegou à marca de 2567,46% –, e circunscrito por essa emergencial “coalizão de rescaldo”, o governo de Itamar foi caracterizado por relevantes eventos e transformações que marcaram a história da Nova República. Além de prosseguir com as mudanças econômicas “modernizantes” de orientação neoliberal, em seu governo tivemos o plebiscito sobre regime e sistema de governo, a revisão constitucional e a criação e implementação do Plano Real.

Passados os percalços do impedimento presidencial e da instalação de um novo governo e uma nova coalizão, o movimento parlamentarista, no início de 1993, apresentava ares de preocupação. É fato que, até aquele momento, as pesquisas de opinião vinham em escalada a seu favor. Em uma breve retrospectiva, observa-se que, em maio de 1991, o parlamentarismo era a preferência de 53% dos entrevistados, enquanto a manutenção do presidencialismo era a escolha de 35%. A pesquisa do DataFolha lembra que, em 1987, essa diferença era menor, ainda em favor do parlamentarismo: 43% contra 36%. A pesquisa de maio também revelou a preferência pela república: 62% contra os 13% que apoiavam o

²⁷⁹ REDAÇÃO. ‘República de senadores’ abre portas para Itamar. **O Globo**. O País. n. 21473. 06, set. 1992. p. 4. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

²⁸⁰ O governo Itamar iniciou sua administração compondo um time de ministros partidariamente diverso, apoiado, sobretudo, no PSDB, PFL e PMDB. O agrupamento ministerial do novo presidente, entretanto, não foi tranquilo, um exemplo disso pode ser exemplificado pela troca elevada de ministros na pasta da Fazenda durante seu mandato, que chegou a possuir seis diferentes ministros. O mais famoso deles, o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), herdou a paternidade do novo Plano econômico, o Plano Real, responsável pela solução da urgência inflacionária no Brasil. Com o reconhecimento do Real, Fernando Henrique Cardoso ultrapassaria seus adversários no pleito de 1994, chegando à presidência da República no fim daquele ano. ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

²⁸¹ CHAGAS, Helena. Casa de Marimbondo. **O Globo**. Segunda Página. Panorama Político. n. 21508. 11, out. 1992. p. 2. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

retorno da monarquia, sendo que, em 1988, o apoio ao regime monárquico apresentou resultado de 21%.²⁸²

Se em maio de 1991, os resultados incentivavam os parlamentaristas, em março de 1992, a sondagem com empresários de São Paulo fortaleceu, ainda mais, o ânimo dos adeptos ao regime de gabinete. Pesquisa mais ampla sobre as tendências do empresariado paulista – motivada pela eleição da presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Centro das Indústrias (CIESP) –, realizada pelo DataFolha, revelou que 56% do empresariado paulista mostrou-se favorável ao parlamentarismo, enquanto 37% optou pela manutenção do presidencialismo.²⁸³

O ânimo dos parlamentaristas sofreu significativo revés ao final de 1992, mais precisamente em dezembro daquele ano, quando uma nova pesquisa do DataFolha demonstrou significativa redução na adesão ao parlamentarismo, revelando que a disputa estava praticamente empatada. Nessa ocasião, o parlamentarismo continuava na dianteira com 38% das intenções de voto, mas seu rival já demonstrava intenção de ultrapassá-lo com 35% das intenções.²⁸⁴

O Globo, em 24 de janeiro de 1993, noticiou o resultado de sua pesquisa, com a INFOGLOBO informando a preferência de cariocas e paulistas. De acordo com o jornal:

Respectivamente, 44,83% e 53,74% dos entrevistados no Grande Rio e em São Paulo apontam o parlamentarismo como o melhor sistema de governo. Em relação a consulta similar realizada no ano passado, permaneceu praticamente inalterada a preferência pelo parlamentarismo no Rio (46,78% contra 44,83%). Em São Paulo, essa preferência aumentou de 38,95% para 53,74%.

Mais de um terço das pessoas entrevistadas no Rio (39,17%) são adeptas do presidencialismo, enquanto em São Paulo esse contingente é menor (31,95%). Em relação a 92, aumentou de 30,96% para 39,17%, no Rio, e de 23,14% para 31,95%, em São Paulo, a parcela de presidencialistas.²⁸⁵

Apesar de indicar a vitória parlamentarista, a pesquisa quando analisada com maior cautela, indica outra importante tendência. Além de informar sobre a queda da preferência ao regime monárquico (no Rio, 22,25% em 1992, para 16% em 1993; e em São Paulo, 37,80%

²⁸² FEUERWERKER, Alon. Cresce apoio ao parlamentarismo e à República. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22677.05, mai. 1991. p. 1-7. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

²⁸³ RODRIGUES, Fernando. Maioria dos empresários é a favor do parlamentarismo. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 22985.08, mar. 1992. p. 1-5. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

²⁸⁴ REDAÇÃO. Saídas para crises diferenciam sistemas. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23307. 24, jan. 1993. p. 1-13. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

²⁸⁵ REDAÇÃO. Parlamentarismo é o preferido. **O Globo**. O País. n. 21613. 24, jan. 1993. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

em 1992, para apenas 14,31% no ano seguinte)²⁸⁶, também indicou o crescimento à preferência do sistema presidencial nos dois poderosos centros político-empresariais do país. Essa tendência, como veremos, continuou e de forma acelerada.

A virada de mesa, definitiva, veio em fevereiro. Mesmo apelando as possibilidades da margem de erro, a Folha de São Paulo informava os novos indicadores, 36% preferem o presidencialismo, enquanto 33% o parlamentarismo. Sobre o regime, a República continua soberana entre os brasileiros, com 69% das intenções, enquanto a monarquia aparece com 13%.²⁸⁷

O jornal avaliou para seus leitores os possíveis motivos do revés e as possibilidades abertas para a retomada da dianteira.

Os resultados mostram que o horário gratuito no rádio e na TV – a partir de 19 de fevereiro – será decisivo mais uma vez, a exemplo do que ocorre nas eleições. Os parlamentaristas precisam recuperar as preferências perdidas e avançar sobre os indecisos. As dificuldades, no entanto, já são comentadas entre os próprios dirigentes parlamentaristas.

Em primeiro lugar, avaliam que a campanha não conseguiu romper uma característica elitista. Outro obstáculo é a falta de uma resposta convincente para o principal argumento presidencialista: o voto direto, no parlamentarismo, elege um presidente que não manda. Em terceiro lugar está o fato de que, apesar do processo de impeachment, os parlamentaristas acreditam que persiste uma forte desconfiança do eleitorado em relação a deputados e senadores.

A pesquisa traz outra preocupação para a frente parlamentarista. Caiu a preferência pelo sistema nas capitais e regiões metropolitanas, justamente onde há melhor índice de escolaridade. É nessas áreas que o grupo espera conseguir os melhores resultados. Os primeiros dias da campanha, no entanto, parecem ter produzido efeito contrário.²⁸⁸

A tendência de crescimento do presidencialismo se confirmou. A virada de mesa em 7 de fevereiro tornava-se definitiva um mês depois. A pesquisa do DataFolha, de 7 de março de 1993, informava a preferência ao presidencialismo, “*transformando em opção da maioria absoluta do eleitorado: 52%. O parlamentarismo ficou com 26%, e os indecisos, 19%.*”²⁸⁹ A mesma página informava a nova fase da campanha presidencialista, a defesa da República contra a Monarquia.²⁹⁰ A monarquia, nessa pesquisa de opinião, alcançou 17% das intenções

²⁸⁶ REDAÇÃO. Parlamentarismo é o preferido. **O Globo**. O País. n. 21613. 24, jan. 1993. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

²⁸⁷ REDAÇÃO. Cai a preferência pelo parlamentarismo. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23321. 07, fev. 1993. p. 1-8. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

²⁸⁸ Ibidem.

²⁸⁹ REDAÇÃO. Presidencialistas já são maioria absoluta. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23349. 7, mar. 1993. p. 1-13. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

²⁹⁰ FERREIRA, Roger. Estratégia agora é defender a República. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23349. 7, mar. 1993. p. 1-13. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

de votos, e a República 55%.²⁹¹ A Folha de São Paulo também explorou o ânimo dos brasileiros em relação ao plebiscito de abril, constatando a forte apatia diante das escolhas do plebiscito, há pouco mais de um mês do escrutínio.

A pesquisa DataFolha mostrou que a maioria do eleitorado (51%) está desmotivada: não votaria no plebiscito, se o voto não fosse obrigatório. Nas vésperas do segundo turno da eleição presidencial, 89% dos brasileiros diziam que votariam mesmo que não fossem obrigados.²⁹²

O pesquisador Marcus Figueiredo, ainda em 1993, colabora ao comparar o comportamento do eleitorado nos plebiscitos de 1963 e 1993, indicando possíveis diferenças que justifiquem o comportamento eleitoral de 1993.

A clareza da expressão do eleitorado de 1963 reflete a natureza da campanha pelo “não”, onde o eleitorado respondeu com firmeza o apelo ao fim do golpe branco sobre o presidente João Goulart. Em 1993, a opção pelo presidencialismo diminuiu em 21%. Entretanto, a opção pelo parlamentarismo não cresceu na mesma proporção. Ademais, pelas pesquisas de opinião divulgadas em 1992 e 1993, observamos que a opção pelo parlamentarismo chegou a cativar a maioria relativa do eleitorado, mas após o episódio Collor e principalmente durante os dois meses de campanha publicitária, perdeu adeptos.²⁹³

Uma possível explicação para parcela dessa apatia pode ser credenciada ao desconhecimento sobre os temas do plebiscito. Com a aproximação da votação e os resultados das pesquisas indicando que boa parte dos brasileiros desconheciam os conceitos dos regimes e sistemas de governo elencados, as críticas ao plebiscito, principalmente à sua antecipação, avolumaram. O empresário Antonio Ermínio de Moraes abria sua coluna na Folha de São Paulo, evidenciando essa questão: *“Pesquisa recente revela que 63% dos brasileiros não sabe o que é parlamentarismo e quase 60% não sabe o que é presidencialismo. Ou seja, os dois sistemas são igualmente ignorados.”*²⁹⁴

Soma-se à dificuldade do eleitorado em compreender o que estava em jogo, as dificuldades nas campanhas das três frentes. *“Falta dinheiro para a campanha, a propaganda nos meios de comunicação não está empolgando o eleitorado, e o tempo é curto para botar a campanha nas ruas. Não deu tempo também para alcançar um consenso sobre o modelo de*

²⁹¹ REDAÇÃO. Presidencialistas já são maioria absoluta. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23349. 7, mar. 1993. p. 1-13. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

²⁹² Ibidem.

²⁹³ FIGUEIREDO, Marcus. Os plebiscitos de 1963 e 1993 e a participação eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas. v.1, n.1. 1993. Disponível em: <www.cesop.unicamp.br/vw/1IErOMDM_MDA_e1154_/v1n1a01.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018. p. 3.

²⁹⁴ MORAES, Antonio Ermínio. É hora de refletir. **Folha de São Paulo**. Opinião. n. 23314. 31, jan. 1993. p. 1-2. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

cada sistema proposto”²⁹⁵. Na reta final ao plebiscito, os políticos percebiam que as tarefas e os desafios demandados pelo pleito eram bem maiores que o esperado. “*Agora, não adianta chorar sobre o leite derramado*”²⁹⁶. A frase de Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), publicada no O Globo, exemplifica bem o estado de espírito de muitos parlamentares. Ocorreram, nesse contexto, tentativas de adiamento do plebiscito no Supremo Tribunal Federal (STF), contestando a inconstitucionalidade da antecipação, porém, sem sucesso²⁹⁷. José Serra (PSDB-SP), entretanto, manteve-se firme diante as acusações em relação a impertinência da antecipação e “*jura que não está arrependido*”:

Quando antecipamos o plebiscito, não sabíamos que haveria o impeachment. Mas, se tivéssemos deixado para setembro, haveria os mesmos problemas. Só Deus sabe o que estará acontecendo em setembro. Acho que haverá empolgação com a campanha a partir de agora – diz Serra.²⁹⁸

Se para os políticos, o plebiscito tornou-se um desafio maior que o calculado, para os jornais não foi diferente. O Ombudsman da Folha de São Paulo avaliou bem os desafios do plebiscito de abril para a imprensa:

Depois de tantas eleições calcadas no apelo pessoal dos candidatos, fica difícil imaginar como a imprensa conseguirá tornar atraente a cobertura do plebiscito sobre forma e sistema de governo. Essa parece ser a menos “jornalística” das campanhas. Não há candidatos em choque direto pelo poder imediato, não cabe o figurino de denúncias bombásticas que alimenta o noticiário, não se acena com realizações concretas para a população.²⁹⁹

O Ombudsman além de mapear o desafio, e a complexidade dos temas a serem esclarecidos, elogiou a iniciativa da Folha de São Paulo em publicar o encarte *O Guia do Plebiscito* com informações sobre os regimes e sistemas de governo. O Globo também modificou sua organização interna, inserindo colunas especialmente destinadas ao plebiscito. Todavia, mesmo com certo empenho dos jornais na busca do esclarecimento, os programas das frentes contribuía em sentido contrário.

²⁹⁵ CHAGAS, Helena; LIMA, Maria. Os prisioneiros da armadilha de abril. **O Globo**. O País. n. 21655. 07, mar. 1993. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

²⁹⁶ Ibidem.

²⁹⁷ REDAÇÃO. STF ainda apreciará a data do plebiscito. **O Globo**. O País. n. 21655. 7, mar. 1993. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

²⁹⁸ REDAÇÃO. A esperança na força da TV. **O Globo**. O País. n. 21655. 07, mar. 1993. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

²⁹⁹ SANTOS, Mario Vitor. Os desafios do plebiscito. **Folha de São Paulo**. Opinião. Ombudsman. n. 23300. 17, jan. 1993. p. 1-6. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

– As campanhas na TV não estão sendo feitas de forma positiva para que se escolha o melhor. Mas sim para apontar apenas os defeitos do adversário. Se continuar esse nível de esclarecimento, esse plebiscito será um blefe – afirma o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, outro parlamentarista desanimado.³⁰⁰

Apesar do empenho dos jornais em esclarecer o eleitorado, também foi verificado neles movimento em sentido contrário, destinando à pauta do plebiscito posição secundária. Um exemplo desses momentos, possivelmente o mais destacado deles, pode ser atribuído à campanha da pena de morte, quando, inclusive, um plebiscito foi sugerido. Intensificando-se nos primeiros meses de 1993, tal discussão, assentada nas páginas dos jornais, obscureceu a cobertura referente ao plebiscito.

É certo, que em 1991, os jornais já destinavam algum espaço para noticiar movimentos de parlamentares na convocação de um plebiscito sobre pena de morte no Brasil.³⁰¹ Entretanto, a comoção gerada, tanto pelo assassinato da atriz Daniela Perez (22)³⁰², quanto pelo desfecho brutal do sequestro da menina Miriam Brandão (5), em Belo Horizonte - MG, ambos ocorrendo nos últimos dias de dezembro de 1992, impulsionaram políticos, ainda mais, à ideia de um plebiscito para a pena de morte no país. Mesmo não constituindo diretamente o objeto deste estudo, é pertinente uma maior atenção a esse debate, uma vez que disputou a atenção dos leitores na véspera do plebiscito de abril.

Os jornais analisados tiveram condutas diferentes, pois enquanto a Folha de São Paulo se posicionou contra tal plebiscito³⁰³, O Globo defendia a iniciativa. Em 10 de janeiro de 1993, informava a seus leitores a posição de Itamar: *“Chocado com as circunstâncias do assassinato da menina Miriam Brandão, em Belo Horizonte, o presidente Itamar Franco passou a admitir a adoção da pena de morte como solução para conter a escalada de violência e criminalidade no país.”* A influência do O Globo fica evidente na entrevista dada pelo Ministro da Justiça, Maurício Corrêa: *“No momento em que a população começa a pedir uma solução e que se lê um editorial forte como o do Globo, o presidente não pode ficar*

³⁰⁰ CHAGAS, Helena; LIMA, Maria. Os prisioneiros da armadilha de abril. **O Globo**. O País. n. 21655. 07, mar. 1993. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

³⁰¹ CRUVINEL, Tereza. Panorama Político. **O Globo**. O País. n. 20941. 24, mar. 1991. p. 2. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

³⁰² Importante ressaltar o aperfeiçoamento que ocorreu na lei que dispõe sobre crimes hediondos no país. A indignação popular gerada pelo assassinato da atriz motivou a coleta de assinaturas para a alteração da Lei nº8072 de 25 de julho de 1990, a partir da pressão da sociedade civil o homicídio qualificado foi incluído na lei dos crimes hediondos. (Lei nº8930 de 06 de setembro de 1994). BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.930, de 06 de setembro de 1994**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8930.htm>. Acesso em: 23, nov. 2020;

³⁰³ REDAÇÃO. Erro Capital. **Folha de São Paulo**. Opinião. n. 22691. 19, mai. 1991. p. 1-2. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

omisso. Ninguém, mais do que ele, se sente pressionado – disse o ministro.” ³⁰⁴ O posicionamento divergente entre os jornais ampliou, ainda mais, o debate sobre a questão. ³⁰⁵

A posição mais ofensiva do jornal O Globo, como também a cobertura dada pela Folha à discussão gerada sobre o possível plebiscito da pena de morte, indicam que apesar dos jornais disporem de pautas políticas – destacando aqui, como mais importante para os jornais analisados, o parlamentarismo em detrimento do plebiscito da pena de morte – ³⁰⁶, dispõem também de demandas editoriais. Sobre isso, torna-se pertinente aprofundar um pouco mais nas reflexões de Gramsci sobre o jornalismo e, também, sobre seu conceito de jornalismo integral.

Para o pensador italiano, o jornalismo, além de atender às necessidades de uma determinada categoria, divulgando e defendendo suas perspectivas para os demais seguimentos sociais – classes e frações de classes em uma acepção marxista –, também busca estimular entre seus leitores novas necessidades, com o objetivo de aumentar permanentemente seu público leitor. Essa dupla função caracterizou o jornalismo pensado por Gramsci, e recebeu o nome de jornalismo integral. Além dessa observação, outra importante particularidade dos jornais, sublinhada pelo italiano, é a de pensar os seus leitores para além de elementos a se formar, convencer e dirigir, tendo-os também, como um suporte econômico para a empresa editorial.³⁰⁷

A partir dessa compreensão ampliada do jornalismo, voltando ao tema em discussão, observa-se os movimentos aparentemente contraditórios dos jornais, uma vez que um novo e caloroso debate às vésperas do plebiscito, vai de encontro ao esclarecimento e convencimento dos leitores para a escolha do parlamentarismo. Com relação a essa dupla maneira de conceber o leitor, Gramsci esclarece que:

Os dois elementos, na realidade, nem sempre são separáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação. Todavia, quando se constrói um plano editorial, é preciso manter a distinção entre os dois aspectos, a fim de que os cálculos sejam realistas e não de acordo com os próprios desejos.³⁰⁸

³⁰⁴ REDAÇÃO. Itamar admite a pena de morte. **O Globo**. O País. n. 21599. 10, jan. 1993. p. 5. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

³⁰⁵ REDAÇÃO. Barbárie ou Civilização: Programa sobre pena de morte é criticado. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23300. 17, jan. 1993. p. 1-5. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

³⁰⁶ Podemos sustentar tal afirmação, sobretudo, pela cobertura dada até o momento ao parlamentarismo, uma vez que já em 1991, um possível plebiscito sobre a pena de morte já era aventado nos corredores do Congresso, não despertando a mesma energia para cobrir o tema nos veículos de informação analisados neste estudo.

³⁰⁷ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais**: o princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2. 2011b.

³⁰⁸ Ibidem, p. 246.

Se lembrarmos da apatia dos brasileiros em relação ao plebiscito de abril, percebida pelos jornais e demonstrada pelas pesquisas³⁰⁹, é aceitável propor que os periódicos não só aferissem suas apostas no campo político, mas também no econômico. Nesse caso, a pauta política da pena de morte, tanto inclinada ao apoio (O Globo), como ao posicionando contrário (Folha de São Paulo), aparentemente gerou maior retorno dos leitores, quando comparada à pauta do plebiscito de abril. Partindo desse entendimento, percebe-se que, enquanto a primeira demanda política (plebiscito sobre regime e sistema de governo) apresentou baixa correspondência com a variante econômica³¹⁰, a segunda (plebiscito sobre a pena de morte), supostamente, respondia às expectativas econômicas dos jornais. Proposição que é reforçada ao considerar o plano do proprietário de O Globo (Roberto Marinho) em ampliar a cobertura televisiva do tema, divulgado pela Folha de São Paulo: *“a Rede Globo vai continuar consultando a população sobre a adoção da pena de morte no Brasil. A idéia de Marinho é repetir o estilo do programa “Você Decide” na maioria dos Estados, adotado pelo “Globo Repórter”, que foi ao ar sexta-feira.”*³¹¹

A diversidade do corpo editorial levou os dois veículos à reflexão, publicando em suas páginas os empecilhos que o debate sobre a pena de morte interpunha à principal pauta política do momento: o plebiscito sobre regime e sistema de governo. *“Ao ver o parto normal do debate parlamentarismo x presidencialismo ser eclipsado pela cesárea prematura do bate-boca sobre pena de morte, muitos brasileiros por certo identificaram-se na mesma sensação: um enorme e visceral cansaço.”*³¹². A primorosa coluna de Marcelo Leite na Folha de São Paulo, possivelmente exprimiu o sentimento da parcela da sociedade política e civil que, novamente, via as chances de um Brasil parlamentarista dissipar.

É bem conhecido o mito de Sísifo, lendário e astucioso rei de Corinto que, depois de acorrentar a Morte, foi condenado ao castigo eterno de rolar uma pedra até o alto da colina, apenas para vê-la desabar até o sopé.

³⁰⁹ “A pesquisa DataFolha mostrou que a maioria do eleitorado (51%) está desmotivada: não votaria no plebiscito se o voto não fosse obrigatório.” REDAÇÃO. Presidencialistas já são maioria absoluta. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23349. 7, mar. 1993. p. 1-13. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

³¹⁰ Tal afirmação é baseada, além do dado empírico da pesquisa indicando a desmotivação do eleitorado com o plebiscito de abril, também na análise sobre o longo período utilizado pelos jornais para o desenvolvimento dessa necessidade em seus leitores, a saber: o parlamentarismo. O tema foi percebido, nos primeiros jornais alvos dessa pesquisa, ainda no início de 1991. É pertinente supor que os temas elencados pelos jornais em relação ao plebiscito sobre regime e sistema de governo, não tivessem mais o apelo da novidade, ou como expressado pelo ombudsman da Folha de São Paulo (p.139), o longo período de tratamento do tema contribuiu para que matérias sem componentes significativamente polêmicos, fossem ainda menos “jornalísticas”.

³¹¹ REDAÇÃO. Marinho diz que Globo vai repetir estilo. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23300. 17, jan. 1993. p. 1-5. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

³¹² LEITE, Marcelo. Sísifo, a morte e a fadiga. **Folha de São Paulo**. Opinião. n. 23300. 17, jan. 1993. p. 1-2. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

Mudamente, desde o alto, Sísifo contempla e aprende com sua pedra – esta é a imagem que me ocorre ao vê o rolo compressor da pena de morte em ação.

Não há muito o que fazer contra esse pedregulho no meio do caminho da emancipação, contra esse objeto estranho que volta com a regularidade e a vaga ameaça de um cometa. Ainda que traga muita agitação e pouca luz, como o Halley em 1986, pode-se aprender bastante com ele, em especial sobre a sociedade brasileira. Apesar de tudo, e do cansaço. Como se diz em inglês, “no pain, no gain”. Em tradução livre: não há bônus sem ônus.³¹³

A esperança de alguns políticos, de que as propagandas veiculadas na televisão e rádio modificassem o cenário de desinteresse e desinformação, diluíram ao final de fevereiro. Sombreado pelo quadro maior sobre a campeã do carnaval, Salgueiro, O Globo informava em um pequeno box: *“Pesquisas encomendadas pelos presidencialistas mostram que a primeira semana de anúncios das três frentes só criou mais confusão entre os eleitores. E não aumentou o interesse pelo tema.”*³¹⁴

Regulamentada por Itamar Franco, em 4 de fevereiro de 1993, a lei que estabeleceu as normas para o plebiscito garantia às frentes em disputa – parlamentaristas, presidencialistas e monarquistas –, dez minutos diários em televisão para exibição de seus programas.³¹⁵ A Folha de São Paulo realçou a dificuldade em ativar os ânimos do eleitorado: *“Os publicitários das frentes presidencialistas, parlamentaristas e monarquistas ainda procuram fórmulas para atrair e manter a atenção do público para a definição de forma e sistema de governo.”*³¹⁶

As estratégias publicitárias das frentes seguiram caminhos distintos. De acordo com os jornais pesquisados, os presidencialistas evitaram expor, num primeiro momento, os líderes políticos do movimento, focando a campanha nas denúncias ao parlamentarismo, alegando que em tal regime o direito do voto não é respeitado, afirmando que o eleitor, na verdade, *“entrega esse direito a 503 deputados”*. Já os parlamentaristas, decidiram desde o início da campanha, vincular a imagem do parlamentarismo às forças políticas que o apoiam. *“O objetivo, no primeiro programa, é utilizar um “âncora” (apresentador) que mostre as diferentes regiões do país e, em cada uma delas, os grupos políticos que apoiam o movimento”*. O programa também buscou rebater as críticas dos presidencialistas,

³¹³ LEITE, Marcelo. Sísifo, a morte e a fadiga. **Folha de São Paulo**. Opinião. n. 23300. 17, jan. 1993. p. 1-2. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

³¹⁴ REDAÇÃO. Não pegou. **O Globo**. Brasil. Painel. n. 23342. 28, fev. 1993. p. 1-4. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

³¹⁵ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.624, de 04 de fevereiro de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8624.htm>. Acesso em: 22, out. 2020.

³¹⁶ GREENLEES, Andrew. Frentes buscam meio de aumentar interesse. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23342. 28, fev. 1993. p. 1-14. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

principalmente aquela referente ao vazio da proposta, demonstrando que a frente tem, sim, uma proposta de sistema parlamentarista para o Brasil. Os monarquistas, por sua vez, pouparam a família real nos seus primeiros programas. *“A idéia é deixar crescer a curiosidade sobre a Casa de Bragança até uma fase seguinte”*, e prosseguindo em sua linha publicitária, os próximos programas apresentaram *“imagens de arquivo sobre a Monarquia no Brasil e as monarquias constitucionais no mundo”*, seguidas de críticas ao sistema republicano.³¹⁷

As adequações publicitárias das frentes, no decorrer da disputa, não modificaram o caráter superficial que deram aos temas do plebiscito. A desinformação de grande parte da população em relação ao parlamentarismo, presidencialismo, república e monarquia, colocava em xeque a seriedade da consulta. Com o intuito de socorrer o eleitor, o TSE elaborou o seu próprio programa.

A confusão que se estabeleceu com o baixo nível de informação dos programas das frentes parlamentares sobre o plebiscito de 21 de abril está embaralhando a cabeça dos eleitores. Acusações mútuas e deturpações a respeito do que preveem os sistemas parlamentarista e presidencialista de governo e a monarquia – que entrou em cena para tentar substituir a República depois de 104 anos – obrigaram o Tribunal Superior Eleitoral a interferir nas campanhas e produzir programas sobre o plebiscito.³¹⁸

A intervenção do TSE, porém, não mudou o quadro de entendimento e interesse da população pelos temas tratados no plebiscito. *“Apenas 18% viram algum dos pronunciamentos do presidente do STF, Paulo Brossard. Dos que assistiram, 35% acharam-nos ‘muito esclarecedores’, 44% ‘pouco esclarecedores’ e 18% ‘nada esclarecedores’”*. Em relação as propagandas das frentes, *“36% dizem nunca ter assistido ao programa veiculado no horário gratuito”*³¹⁹. Na mesma página, a Folha de São Paulo informava o deslocamento dos eleitores indecisos para a opção presidencialista, ampliando ainda mais sua vantagem, a um mês do plebiscito. *“(...) o presidencialismo tem 61%, contra 25% do parlamentarismo. A República chega a 64%, contra 17% da monarquia.”*³²⁰

O mês de março reforçou, ainda mais, a tendência de vitória do presidencialismo. A adesão oficial do Partido dos Trabalhadores (PT) ao campo presidencialista, ocorreu durante a

³¹⁷ GREENLEES, Andrew. Frentes buscam meio de aumentar interesse. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23342. 28, fev. 1993. p. 1-14. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

³¹⁸ REDAÇÃO. O quebra-cabeças do plebiscito. **O Globo**. O País. n. 21662. 14, mar. 1993. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

³¹⁹ REDAÇÃO. 36% não viram a propaganda. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23363. 21, mar. 1993. p. 1-16. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

³²⁰ FEUERWERKER. Alon. Presidencialismo ganha votos dos indecisos. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23363. 21, mar. 1993. p. 1-16. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

consulta interna do partido, no dia 14 de março de 1993. Até aquele momento, o partido dividia-se, sobretudo, em dois grupos: *“De um lado está a militância que defende o presidencialismo como caminho mais curto para Luís Inácio Lula da Silva chegar ao Planalto. Do outro, as principais lideranças, que querem Lula usando a faixa presidencial no sistema parlamentarista”*³²¹. Tendo a militância petista comparecido na consulta interna em número suficiente para garantir sua vontade, o presidencialismo passou oficialmente a ser defendido pelo Partido dos Trabalhadores, que proibiu todos os seus filiados de defenderem o parlamentarismo, incluindo seus dirigentes e parlamentares.³²²

A decisão petista, tão próxima ao plebiscito, não passou despercebida pelos outros partidos, como também pela frente parlamentarista, que sentia o golpe da decisão do partido de Lula desestruturar qualquer possibilidade de recuperação da frente. O PDT de Leonel Brizola, destacado presidencialista, aproveitou o movimento vacilante dos petistas para traçar posições ao eleitorado, atacando no seu próprio programa eleitoral de TV, dentro do tempo destinado à frente presidencialista, Luís Inácio Lula da Silva e os deputados federais José Dirceu e José Genoíno, acusando-os de traidores do povo. Já a Frente Parlamentarista, buscando minimizar os estragos da definição petista, *“fez editorial no qual afirmou que o plebiscito do PT não representa o interesse da maioria do partido.”*³²³. O PT definiu sua posição e sua participação, a partir daquele momento, nos programas da frente presidencialista, fato que potencializou a campanha, principalmente considerando a força organizacional do partido, vinda dos mais variados lugares da sociedade civil.

Com a derrota à frente, a incipiente e pontual unidade entre os parlamentaristas fragilizou-se, com muitos desembarcando da canoa. Na tentativa vã de um último e forte ato parlamentarista em Campinas-SP, à véspera do plebiscito, a desilusão chegou ao seu ápice.

A campanha da Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães terminou ontem com um comício melancólico nesta cidade, a 90 quilômetros da capital paulista. Apenas 500 pessoas compareceram ao ato público no Largo da Candelária, e políticos antes engajados, como o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, simplesmente faltaram ao encontro. O prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, fez uma rápida passagem e preferiu investir no carisma pessoal, de olho nas eleições de 1994. Sambou e cantou no palanque com a banda Fino do Pagode (...).³²⁴

³²¹ REDAÇÃO. PT, dividido, decide hoje sua opção. **O Globo**. O País. n. 21662. 14, mar. 1993. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

³²² VEIGA, Cristina. PT impõe adesão ao presidencialismo. **O Globo**. O País. n. 21669. 21, mar. 1993. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

³²³ REDAÇÃO. Partido quer direito de resposta ao PDT na TV. **O Globo**. O País. n. 21669. 21, mar. 1993. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

³²⁴ REDAÇÃO. O último fracasso nas ruas. **O Globo**. O País. n. 21697. 18, abr. 1993. p. 5. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

Diante da última pesquisa e do resultado do ato, junto a um boneco de Ulysses Guimarães, o senador Mário Covas (PSDB-SP) atribuiu a esperada derrota ao cansaço da população após o impeachment de Collor: “(...) *as pessoas estão querendo mais tranquilidade, o que prejudica a realização de qualquer mudança no panorama político. Erramos por não informar corretamente os valores do parlamentarismo – alegou Covas.*”³²⁵

A realização do plebiscito ocorreu no dia 21 de abril de 1993, com destacado número de abstenções: 26,64% do eleitorado brasileiro não votou³²⁶. O número de votos brancos e nulos também chamou a atenção, pois somaram 23,49% dos votos apurados para a forma de governo e 19,49% para o sistema de governo. Apesar da baixa participação, o presidencialismo foi confirmado nas urnas, alcançando a marca de 55,41% da preferência eleitoral. O parlamentarismo alcançou apenas 24,79% das preferências. Já na disputa entre a República e a Monarquia, constatou-se o placar de 66,28% para a República e apenas 10,26% de votos para a Monarquia.³²⁷ O Plebiscito definiu, assim, que o regime e o sistema político no Brasil não mudariam.

Comparando dados quantitativos dos plebiscitos de 1963 e 1993, o pesquisador Marcus Figueiredo descredenciou as respostas fáceis da época sobre a baixa motivação do eleitorado ao plebiscito, principalmente as falas que depositavam no eleitorado brasileiro a pecha de alienado.

O que realmente chama a atenção sobre 1993, comparado com 1963, é o enorme aumento de votos em branco e nulos. Não devemos aceitar a explicação fácil de que em 1963 a cédula era bem mais simples do que a usada em 1993. Isto implicaria em anular inteiramente a influência do processo político mais amplo na decisão de Goulart.

Talvez indiferença ou repulsa às questões postas pelos constituintes de 1988 sejam fonte de motivação mais convincente para justificar o comportamento desta parcela, nada desprezível, do eleitorado. A nossa questão não é concordarmos com um ou outro motivo, mas encontrarmos uma resposta ao por quê em 1993 foi produzida tanta indiferença ou repulsa, contrariamente ao que ocorreu em 1963.³²⁸

³²⁵ REDAÇÃO. O último fracasso nas ruas. **O Globo**. O País. n. 21697. 18, abr. 1993. p. 5. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

³²⁶ Para efeito de comparação, as eleições de 1989 tiveram a marca de 11,93% e 14,39% de abstenções no primeiro e segundo turnos, respectivamente. As eleições de 1994, tiveram apenas um turno, com a marca de 17,77% de abstenções do eleitorado brasileiro.

³²⁷ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Plebiscito sobre forma e sistema de governo completa 20 anos no dia 21 de abril. **Jusbrasil**, 2013. Disponível em: <<https://tse.jusbrasil.com.br/noticias/100464619/plebiscito-sobre-forma-e-sistema-de-governo-completa-20-anos-no-dia-21-de-abril>>. Acesso em: 22 out. 2020.

³²⁸ FIGUEIREDO, Marcus. Os plebiscitos de 1963 e 1993 e a participação eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas. v.1, n.1. 1993. Disponível em: <www.cesop.unicamp.br/vw/1IErOMDM_MDA_e1154_/v1n1a01.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018. p. 3.

A derrota da frente parlamentarista foi justificada das mais variadas maneiras por seus políticos. Segundo os jornais pesquisados, para o líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA), a afirmação presidencialista de que “*no parlamentarismo, o eleitor não vota para presidente*”, contribuiu decisivamente para a derrota da frente: “*É uma fraude eleitoral, mas pegou*”, argumentou o deputado. José Serra, além de negar que a antecipação teve papel na derrota, creditou o fracasso ao “*medo do desconhecido*”, afirmando que “*as camadas sociais com mais acesso a informação são parlamentaristas*”. Já para os petistas, o grande fator do desastre foi o conservadorismo na campanha. De acordo com José Dirceu (PT-SP): “*O povo só votaria a favor da mudança se ela estivesse vinculada a reformas, ao desmonte da atual estrutura político-institucional. E isso não aconteceu porque a frente parlamentarista foi dominada pelas forças da direita*”. José Genoíno, outro destacado petista parlamentarista, completou: “*Ao não defender claramente as reformas políticas, os parlamentaristas acabaram estimulando a desconfiança em segmentos da academia e da sociedade que seriam essenciais para a campanha*”. O PCdoB, também parlamentarista, se expressou nessa mesma linha, argumentando que a proposta parlamentarista “*virou coisa de golpista, para tirar o povo da jogada*”, como disse o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP).³²⁹

O presidente da frente parlamentarista, senador José Richa (PSDB-PR), em entrevista para a Folha de São Paulo, além de informar sua disposição de deixar a vida pública, elencou os principais motivos da derrota.

Folha – Mas os parlamentaristas começaram na frente nas pesquisas e depois foram amplamente superados, como explicar?

Richa – O impeachment de Collor (ex-presidente da República Fernando Collor de Mello) atrapalhou demais, pois criou a falsa impressão de que se retira um presidente a qualquer hora. A eleição de Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) para a presidência da Câmara consolidou a imagem negativa do Congresso.

Folha – Por que os srs. não insistiram em que o parlamentarismo é o sistema que permite a dissolução da Câmara?

Richa – Mas nós fizemos isso, cansamos de falar, ao contrário do que dizem alguns críticos.³³⁰

As críticas mais pesadas vieram do deputado Israel Pinheiro Filho (sem partido-MG), que revelou os bastidores da frente, expondo as disputas internas, e elencando nas ações dos bastidores os motivos da derrota. Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo, para o deputado, a morte de Ulysses Guimarães foi um divisor de águas na campanha, “*Ulysses era*

³²⁹ FEUERWERKER, Alon. Parlamentaristas buscam razões da derrota. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23391. 18, abr. 1993. p. 1-8. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

³³⁰ REDAÇÃO. Richa diz que vai abandonar vida pública. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23391. 18, abr. 1993. p. 1-8. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

o ‘*mascate do parlamentarismo*’ e tinha uma estratégia de campanha baseada em frases como ‘*Parlamentarismo é eficiência ou rua*’”. De acordo com o parlamentar, a partir de seu desaparecimento, seu nome foi usado pela frente, mas o comando foi tomado pelos tucanos.³³¹ A matéria da Folha de São Paulo continua:

A campanha na TV foi “uma tragédia”, avalia o deputado, José Richa (PSDB-PR) e Sérgio Machado (PSDB-CE) teriam dado “carta branca” ao publicitário Duda Mendonça, e a campanha foi baseada em critérios apenas “tecnocráticos”. Qualquer crítica passou a ser considerada “opinião de leigo”. “Nem a imagem de Ulysses usaram, pois falaram que era mostrar um velho”, disse Israel.

“Não sei onde acaba a incompetência e começa a má-fé”, afirmou Israel em relação ao programa de TV. Ele não acusa diretamente, mas se refere a Duda Mendonça, que teria usado o programa parlamentarista para “limpar” nacionalmente a imagem do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf (PPR).³³²

Além dos políticos, os jornais tentaram compreender os motivos do fracasso, e aproveitavam o momento para readequar as atenções do público leitor ao próximo evento político de monta, a revisão constitucional, a ser realizada naquele mesmo ano. Em março de 1993, a Folha de São Paulo, certa da derrota à frente, publicava editorial confirmando sua posição parlamentarista, mas lamentando o comportamento da sociedade política:

Seria de estranhar, unicamente, se os integrantes das frentes agissem de modo diverso, não imediatamente condicionados aos interesses de seus partidos de origem. A cada dia se torna mais evidente que os rumos do plebiscito passam a ser determinados por considerações de ordem eleitoral, tendo em vista o pleito presidencial de 1994.³³³

Em relação a revisão constitucional, o jornal criticou a intenção, em maior parcela, entre os presidencialistas, de adiar a revisão prevista para outubro de 1993. “*Ora, para fazer justiça ao inegável anseio da opinião pública por reformas abrangentes é imperioso antecipar, e não adiar, essa revisão.*”. O jornal aproveita para esclarecer os pontos que comporiam o aspecto abrangente da reforma. Nessa lista estavam, além da introdução do voto distrital misto, a “*redução do número de partidos com representação parlamentar; instituição da fidelidade partidária; correta representação proporcional na Câmara; regras transparentes para financiamento de campanhas eleitorais; e extinção do voto*

³³¹ FERREIRA, Roger. O comando era dos tucanos. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 23391. 18, abr. 1993. p. 1-8. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

³³² Ibidem.

³³³ REDAÇÃO. O plebiscito de abril. **Folha de São Paulo**. Opinião. n. 23363. 21, mar. 1993. p. 1-2. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

obrigatório.”³³⁴ O Globo, após o plebiscito, também redirecionava suas atenções para a revisão constitucional, como demonstrado na coluna Panorama Político:

No Congresso, interesses diversos estão atrasando os preparativos informais, como a instalação de uma comissão mista para definir questões preliminares. De nada, porém, adiantará a revisão, se ela não promover rupturas no sistema montado pela Constituinte de 1987. Agora, quando tudo ainda é promessa, há uma certa convergência sobre essa necessidade de cortes radicais. José Genoíno, deputado petista que se destacou na Constituinte em defesa de muita coisa que está aí hoje, até aponta alguns pontos que precisam de abordagem cirúrgica: fim da estabilidade no serviço público, correção da representação dos estados na Câmara, reforma do Judiciário, uma reforma agrária efetiva, mesmo que mínima, e revisão de critérios da Previdência.³³⁵

A matéria prossegue e informa a disposição de setores da esquerda em fazer a revisão. De acordo com o deputado José Genoíno (PT-SP):

- Sem essas mudanças continuaremos chafurdando. A esquerda está disposta a fazer revisões. Mas, se os conservadores se travestirem de lobistas de interesses escusos, acabarão privatizando as Forças Armadas e nós, estatizando o Oceano Atlântico. E o país continuará a chafurdar na crise – diz o deputado.³³⁶

Cabe ainda ressaltar a aproximação das justificativas para a derrota parlamentarista com a levantada pelo estudo de André Singer.³³⁷ Ao pesquisar as disputas em torno da proposta parlamentarista, verificou-se que mesmo apoiando um possível governo de gabinete para o país, ambos os jornais não se furtaram em denunciar os políticos do parlamento. O desgaste institucional, defendido por Singer, pode explicar parcela do fracasso da proposta parlamentarista. Os jornais também avaliaram a incompatibilidade entre desejar um regime ancorado no Congresso e, ao mesmo tempo, ter muitos políticos desse Congresso com sua integridade frequentemente contestada. Como foi explicitado pela Folha de São Paulo, ao avaliar a dificuldade dos políticos parlamentaristas: “*apesar do processo de impeachment, os parlamentaristas acreditam que persiste uma forte desconfiança do eleitorado em relação a deputados e senadores.*”³³⁸

Políticos e jornais buscaram, assim, explicações para o naufrágio do parlamentarismo. Dentre as possíveis causas de tal malogro, a percepção de Figueiredo do eleitorado, apoiando-

³³⁴ REDAÇÃO. Reforma inadiável. **Folha de São Paulo**. Opinião. n. 23370. 28, mar. 1993. p. 1-2. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

³³⁵ CRUVINEL, Tereza. Revisão sem mística. **O Globo**. Segunda Página. Panorama Político. n 21718. 09, mai. 1993. p. 2. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

³³⁶ Ibidem.

³³⁷ SINGER, André. Mídia e democracia. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 58-67, dez./fev. 2000. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revusp/article/download/32891/35461/0>. Acesso em 29 out. 2020.

³³⁸ REDAÇÃO. Cai a preferência pelo parlamentarismo. **Folha de São Paulo**. Brasil. n. 23321. 07, fev. 1993. p. 1-8. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

se na “*indiferença ou repulsa às questões postas pelos constituintes de 1988*”³³⁹, e na distância interposta pelas propostas do plebiscito às demandas reais da sociedade, estabeleceu um paralelo com uma das principais tarefas dos periódicos, como pensado por Gramsci: o de construir a opinião pública³⁴⁰. Tal aproximação evidencia que os jornais empenhados na proposta parlamentarista, como já constatado aqui, Folha de São Paulo e O Globo, falharam no estabelecimento dessa demanda.

Posicionando-se, muitas vezes, como verdadeiros partidos da causa parlamentarista, instruindo, alertando e formando os membros da frente política pluripartidária, os jornais analisados, como visto, não conseguiram criar tal demanda na maior parcela da sociedade civil. Uma vez que se confundiram com uma agremiação partidária, no que se refere aos embates do plebiscito de 1993, cabe a pergunta: quais partidos políticos tiveram maior espaço nos jornais?

Constatada a dimensão e especificidade da abertura dos jornais aos políticos, pode-se conhecer os partidos que tiveram maior espaços tanto na Folha de São Paulo como no jornal O Globo, no que se refere ao plebiscito de 1993. A análise ora formulada baseou-se em matérias das mesmas colunas da Folha de São Paulo até então analisadas, como as colunas Política, Brasil, Opinião e Obudsman, e de O Globo, como as colunas Brasil, O País, Opinião e Segunda Página, no mesmo período: de janeiro de 1991 a abril de 1993.

Buscou-se evidenciar a filiação partidária dos políticos que tiveram suas preferências em relação ao plebiscito reveladas de forma literal. A análise levantada não distingue os políticos segundo suas preferências a modelos propostos pelo plebiscito de 1993, dado que no contexto da maior parte dos partidos, encontram-se distintas tendências a regimes e sistemas de governo. O objetivo dessa seleção é visualizar os partidos com maior destaque nos jornais através de seus políticos, no que se refere às disputas em torno do plebiscito de 1993, com vistas a estabelecer um comparativo da atenção dada aos partidos – segundo o espaço oferecido aos políticos –, pelos jornais em foco. Dessa forma, busca-se visualizar, através desses intelectuais orgânicos (políticos), o perfil da aproximação entre os referidos aparelhos privados de hegemonia, a saber: jornais e partidos.

³³⁹ FIGUEIREDO, Marcus. Os plebiscitos de 1963 e 1993 e a participação eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas. v.1, n.1. 1993. Disponível em: <www.cesop.unicamp.br/vw/IIErOMDM_MDA_e1154_/v1n1a01.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018. p. 3.

³⁴⁰ GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In **Maquiavel**: notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 3. 2011a.

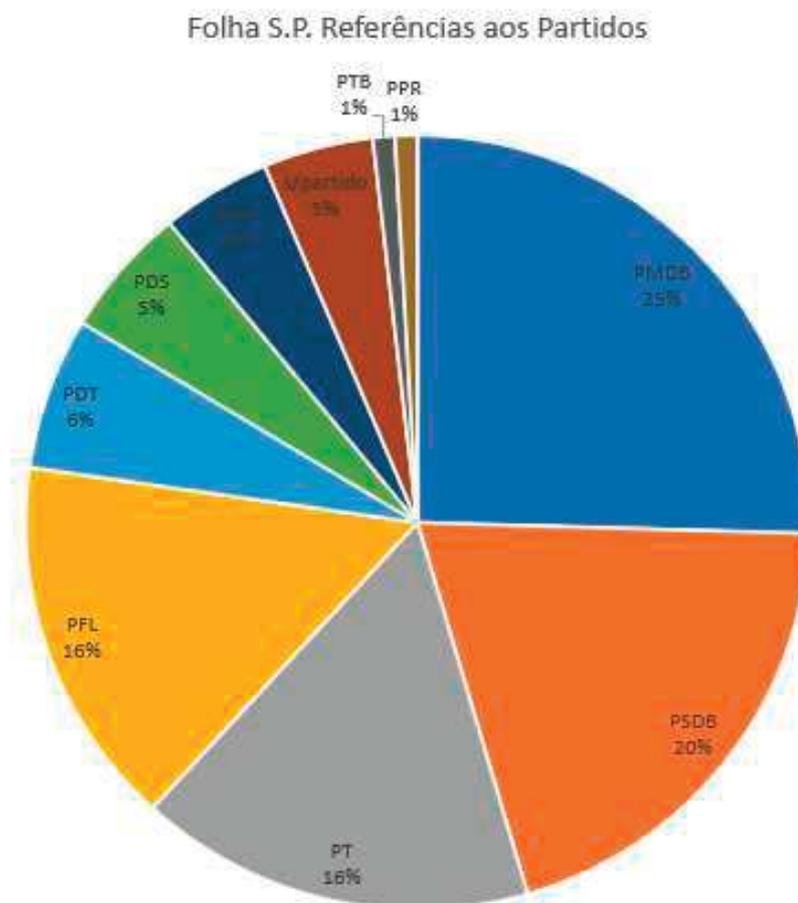
GRÁFICO 9

Folha de São Paulo: Partidos mais representados nas matérias que evidenciaram as preferências dos políticos.

Colunas: Política, Brasil, opinião, Ombudsman.

Período: janeiro de 1991 a abril de 1993

Políticos: Presidente; Vice-Presidente; Senadores; Deputados Federais; Ministros; Governadores; Presidentes de partidos; Políticos relevantes.



Quantidade de vezes que partidos, indiretamente, pela referência a seus políticos, foram evidenciados. Total: 9 partidos, 101 referências.

Partidos mais representados por seus políticos nas matérias sobre o plebiscito: PMDB, 28 (25,5%); PSDB, 22 (20,0%); PT, 18 (16,4%); PFL, 17 (15,5%); PDT, 7 (6,4%); PDS, 6 (5,5%); PRN, 5 (4,5%); s/partido, 5 (4,5%); PTB, 1 (0,9%); PPR, 1 (0,9%).

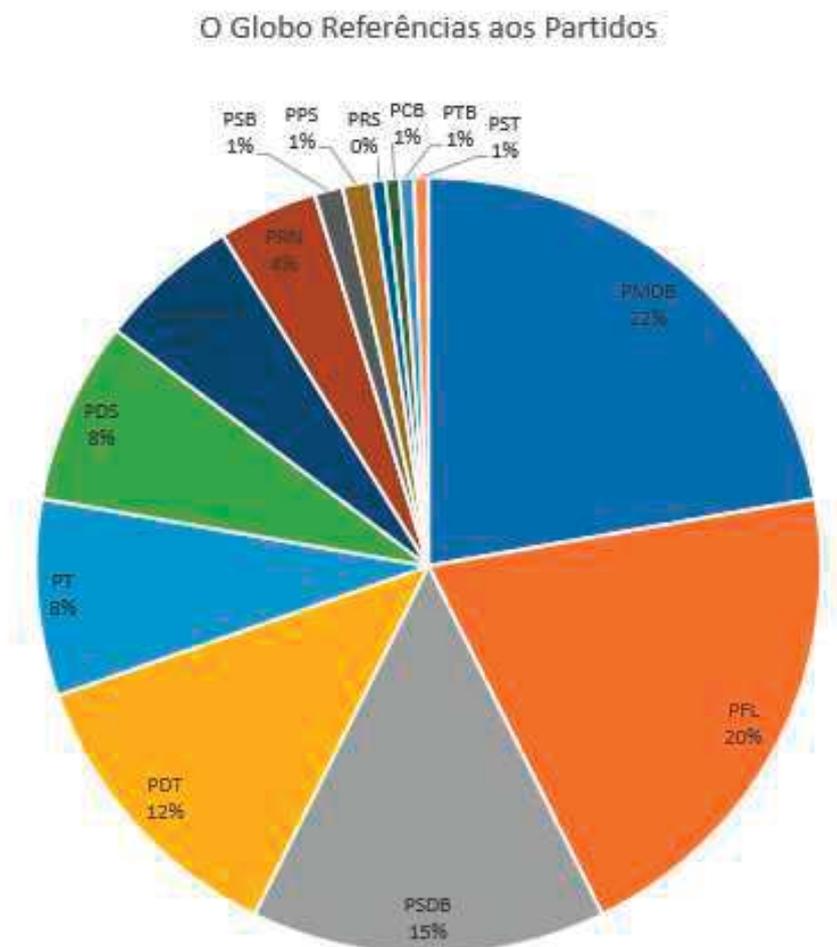
GRÁFICO 10

O Globo: Partidos mais representados nas matérias que evidenciaram as preferências dos políticos.

Colunas: Brasil, O País, Opinião, Segunda Página.

Período: janeiro de 1991 a abril de 1993

Políticos: Presidente; Vice-Presidente; Senadores; Deputados Federais; Ministros; Governadores; Presidentes de partidos; Políticos relevantes.



Quantidade de vezes que partidos, indiretamente pela referência a seus políticos, foram evidenciados.

Total: 13 partidos, 174 referências.

Partidos mais representados por seus políticos nas matérias sobre o plebiscito: PMDB, 38 (22,2%); PFL, 35 (20,5%); PSDB, 25 (14,6%); PDT, 21 (12,3%); PT, 14 (8,2%); PDS, 13 (7,6%); s/partido, 10 (5,8%); PRN, 7 (4,1%); PSB, 2 (1,2%); PPS, 2 (1,2%); PRS, 1 (0,6%); PCB, 1 (0,6%); PTB, 1 (0,6%); PST, 1 (0,6%).

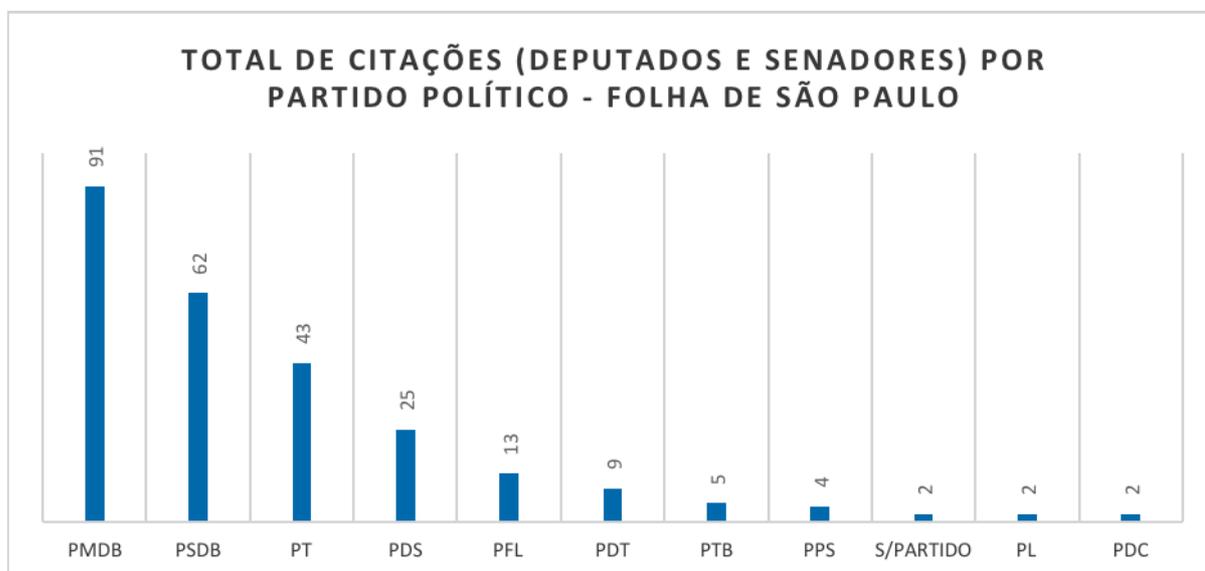
Ao observar a representação partidária correspondente à abertura dos jornais aos políticos, verifica-se diferente disposição dos partidos nos jornais. O Globo, demonstra uma abertura maior aos partidos do campo da direita, posicionamento relativamente minimizado pela Folha de São Paulo. Ambos, evidenciam mais o PMDB, entretanto, o segundo partido mais evidenciado difere nos periódicos: enquanto O Globo dá espaço ao PFL, a Folha de São Paulo privilegia o PSDB. Apesar do PSDB estar inserido no espectro político da direita, é notório que o PFL representa mais essa tendência política. A inclinação menos à direita da Folha de São Paulo fica clara na terceira posição, quando temos em O Globo, o PSDB, e na Folha de São Paulo, o PT – partido que, naquele momento, firmava resistência ao avanço de inúmeros pontos da pauta neoliberal. No entanto, importante lembrar que o PT, dono de uma grande base de apoio popular e disputado até o último momento, tanto pela corrente parlamentarista quanto presidencialista, decidindo por esta na véspera do plebiscito, representa um fator que não pode ser desprezado na reflexão sobre a abertura do jornal aos quadros do partido naquele momento crucial.

É evidente que tais levantamentos são insuficientes para demonstrar a relação estabelecida entre os partidos e os jornais, no tocante ao plano editorial na sua totalidade. Entretanto, no que se refere aos embates em relação ao plebiscito de 1993, tendo como premissa as matérias que evidenciavam as preferências dos políticos, pode-se apoiar nas análises quantitativas apresentadas, para observar as distintas aproximações da Folha de São Paulo e de O Globo com os partidos políticos, e constatar uma maior abertura de O Globo aos partidos, mas com tendência a privilegiar os partidos mais à direita do espectro político. Como também, constatar uma abertura da Folha de São Paulo ao Partido dos Trabalhadores (PT) como possível elemento estratégico na defesa da causa parlamentarista.

Para refinar essa aproximação, uma análise do posicionamento dos políticos do Congresso Nacional torna-se pertinente, uma vez que a supressão dos políticos em cargos de maior magnitude, como por exemplo, o Presidente da República, muito citado nas matérias acerca do plebiscito, equilibra a análise, visto que utiliza políticos em postos de poder semelhante. Para tal exame, valeu-se das citações feitas pelos jornais dos políticos do Congresso, independente se em tais citações suas preferências quanto ao plebiscito foram explicitadas. Também estabelecemos, para compor a análise, um mínimo de, pelo menos, duas citações por político nos jornais. Nessa perspectiva gerou-se os dados expostos no Gráfico 11 e Gráfico 12.

GRÁFICO 11

Folha de São Paulo: Partidos mais representados nas citações de Deputados e Senadores.
 Colunas: Política, Brasil, Opinião, Ombudsman.
 Período: janeiro de 1991 a abril de 1993

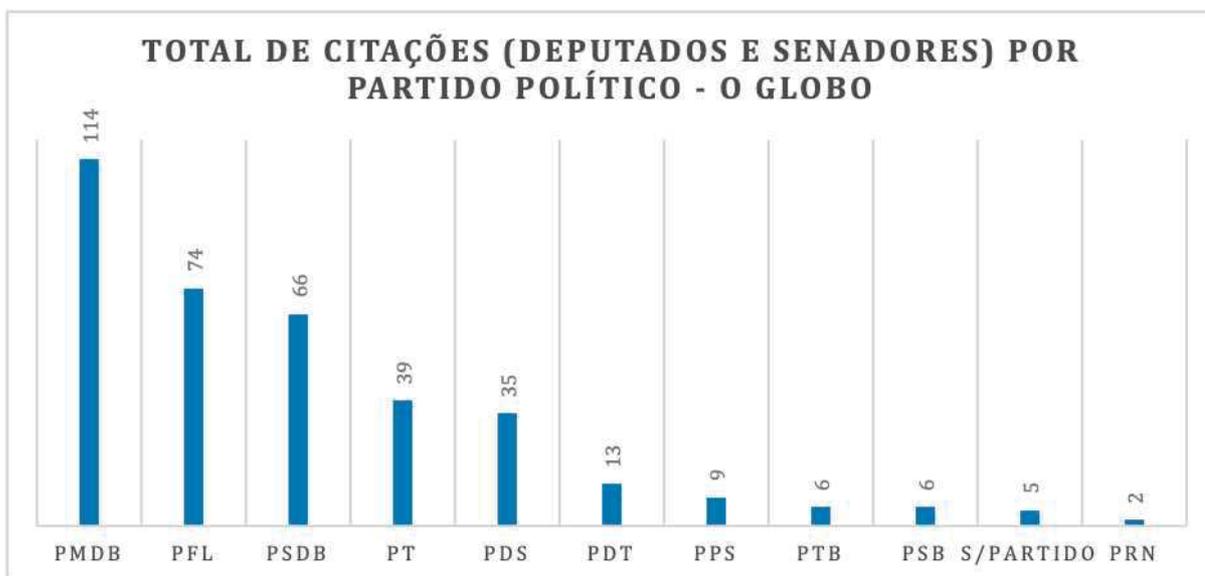


Total de Deputados Federais e Senadores citados, pelo menos duas vezes, em matérias referentes ao plebiscito: 27 Deputados Federais e 15 Senadores.

Os dez mais citados foram: Ulysses Guimarães (PMDB), 39; Marco Maciel (PFL), 25; José Richa (PSDB), 21; José Serra (PSDB), 18; José Genoino (PT), 16; José Sarney (PMDB), 15; Fernando Henrique Cardoso (PSDB), 14; Mário Covas (PSDB), 9; Cunha Bueno (s/Partido), 8; Delfim Netto (PDS), 8.

GRÁFICO 12

O Globo: Partidos mais representados nas citações de Deputados e Senadores.
 Colunas: Brasil, O País, Opinião, Segunda Página.
 Período: janeiro de 1991 a abril de 1993



Total de Deputados Federais e Senadores citados, pelo menos duas vezes, em matérias referentes ao plebiscito: 33 Deputados Federais e 19 Senadores.

Os dez mais citados foram: Ulysses Guimarães (PMDB), 49; Marco Maciel (PFL), 21; José Sarney (PMDB), 20; José Richa (PSDB), 19; Mário Covas (PSDB), 18; Fernando Henrique Cardoso (PSDB), 14; José Genoíno (PT), 13; José Serra (PSDB), 12; Sandra Cavalcanti (PFL), 12; Roberto Magalhães (PFL), 11.

A análise restrita ao ambiente do Congresso Nacional comprova a tendência anteriormente ilustrada pelas análises com um escopo maior de políticos. O jornal O Globo confirma abertura a partidos mais à direita do espectro político, quando comparado à Folha de São Paulo, como também apresenta, em suas páginas, maior abertura a deputados federais e senadores. Os três primeiros partidos com maior evidência nos referidos jornais seguem inalterados, o que fortalece as percepções extraídas desta pesquisa, e já analisadas, quanto às diferenças de aproximação dos dois jornais com os partidos políticos.

Se compararmos a abertura dos jornais aos partidos – na ordem de prioridade –, considerando a correlação de forças presente naquele momento no Congresso Nacional, saltará à vista que o PSDB encontra-se sobrevalorizado na abertura a ele concedida pelos jornais, uma vez que foi o terceiro partido mais citado pelo O Globo, e o segundo pela Folha de São Paulo, embora nas eleições parlamentares de 1990 tenha conquistado apenas 7,4% das cadeiras do Congresso, sendo o sétimo partido na conquista de cadeiras naquela eleição. Fato também ocorrido com o PT: oitava força política no resultado das eleições parlamentares daquele ano, mas terceiro mais citado pela Folha de São Paulo e quarto pelo O Globo.³⁴¹ Prejudicado, o PDT – terceiro maior partido na conquista de cadeiras para o Congresso em 1990 e quarta força efetiva no parlamento –, alcançou, apenas, a sexta posição nos referidos jornais.³⁴²

A aproximação dos periódicos com os partidos, dissonante da efetiva representação política no Congresso Nacional, corrobora a importância da reflexão sobre os interesses que os tornaram alvo da aproximação dos jornais. Considerando que, no âmbito das disputas acerca do plebiscito, o PSDB manteve postura incontestada em defesa do parlamentarismo, e o PT, na figura de suas principais lideranças, também, observa-se que o mesmo não ocorreu com o PDT, um partido que possuía posições divergentes quanto ao plebiscito, mas que tinha em sua maior liderança, Leonel Brizola, um dos principais opositores ao regime de gabinete.

Uma vez naufragada a perspectiva parlamentarista, os jornais analisados investiram na revisão da Constituição de 1988, anunciada para aquele ano. Apesar da nova campanha montada pelos jornais, a revisão teve um destino parecido ao do plebiscito: a manutenção do

³⁴¹ RODRIGUES, Leôncio Martins. Eleições, fragmentação partidária e governabilidade. **Novos Estudos**. CEBRAP. Ensaio, Homenagem. 03, mai. 2021. Publicado originalmente em *Novos Estudos Cebrap*, nº 41, março de 1995, pp. 78-90. Disponível em: <novosestudos.com.br/eleicoes-fragmentacao-partidaria-e-governabilidade/>. Acesso em: 22, jun. 2021.

³⁴² O PMDB, o PFL, o PDS e o PDT representam, respectivamente, após as eleições de 1990, as quatro maiores bancadas do Congresso Nacional. VEJA. O Pacote das urnas. Congresso. **Revista Veja**, n. 41, p. 36-37, 17 out. 1990. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervo/#/editions>>. Acesso em 28 mar. 2021.

que estava posto. Pouco se fez na revisão constitucional – apenas seis emendas³⁴³ –, em parte, por culpa tanto de ações lobistas no Congresso como de pressões dos próprios políticos, receosos das possíveis mudanças que tal revisão poderia acarretar. Os jornais, portanto, não conseguiram impor sua agenda sobre a sociedade política. Temática não diretamente integrada ao escopo deste estudo e, por isso, analisada nos jornais de forma superficial, cabe registrar que, diferentemente do plebiscito, a revisão constitucional não envolveu um escrutínio popular e a relação entre políticos e jornais foi aparentemente menor.

Ainda sobre a revisão constitucional, a CPI do Orçamento, que desbaratou o grupo de parlamentares conhecido como “Anões do Orçamento”, contribuiu, também, para dificultar as possibilidades de mudanças significativas na Carta Constitucional de 1988. De ocorrência simultânea à revisão constitucional, o escândalo envolvendo os recursos do orçamento da União mobilizou o Congresso, disputando as atenções da sociedade. Pertinente também ressaltar que, lentamente, as elites brasileiras se movimentavam na direção de um novo momento consensual, principalmente após as eleições de 1994.

A mobilização e o empenho dos jornais O Globo e Folha de São Paulo tanto para o plebiscito, como para a revisão constitucional, esbarrou na realidade política brasileira, então repleta de disputas e forças políticas diversas, ancoradas nos mais variados objetivos e necessidades. Os próprios jornais, que nesse cenário também representavam parcela dessas forças e desses interesses, tentaram, sem sucesso, concretizar seus objetivos políticos.

Finalizando esta pesquisa, vale ressaltar o depoimento da cientista política Lucia Hippolito, por seu perfil de representação simbólica, indicando o sentimento que o desfecho do movimento parlamentarista produziu entre seus apoiadores. O esforço empreendido em prol da alternativa parlamentarista, que, como visto, nos primeiros anos da década de 1990, mobilizou diferentes setores da sociedade civil e política, impulsionando, paralelamente, diversos aparelhos de hegemonia em defesa de um novo sistema de governo para o Brasil, desaguava em desapontamento já nos momentos finais da campanha. Ainda no início do mês de fevereiro de 1993, entendendo o quadro que se estabeleceu em torno do plebiscito de abril, Hippolito viu-se em derradeiro posicionamento.

Dessa forma, cá estou eu, perplexa como muitos, e cada vez mais. Na teoria, sou parlamentarista desde criancinha. Na prática, quando leio a emenda parlamentarista ou quando penso que Inocêncio de Oliveira pode vir a ser um sério candidato a primeiro-ministro, tenho pesadelos à noite.

³⁴³ SENADO FEDERAL. O fracasso da revisão constitucional. **Senado Notícias**, 19 ago. 2008b. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/08/19/o-fracasso-da-revisao-constitucional-de-1994>>. Acesso em: 23 out. 2020.

Ou quando, tentando me consolar, lembro que o presidencialismo pode, afinal de contas, continuar, lembro-me de ACM, Quéricia, Brizola e quejandos. O pesadelo continua, o calafrio aumenta, e a indecisão se cristaliza. Decido-me a virar casaca. Desembarco do sonho parlamentarista, caio na real e me pergunto: mudar para onde? Mudar para quê?³⁴⁴

³⁴⁴ HIPOLITO, Lucia. Virando a casaca. **O Globo**. Opinião. n. 21620. 31, jan. 1993. p. 6. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o Plebiscito de 1993 pelas páginas de O Globo e da Folha de São Paulo, observou-se que ambos os jornais desempenharam um jornalismo de opinião, observação feita, inclusive, por Azevedo³⁴⁵, como característica predominante da imprensa brasileira. Por outro lado, também ambos defenderam, dentre os modelos propostos no plebiscito, o sistema parlamentarista como o mais adequado para o Brasil. Defesa comprovada tanto pelo conteúdo dos textos produzidos pelos jornais, como pela sua análise quantitativa. A presente pesquisa também constatou a aproximação mais destacada desses periódicos com a parcela da sociedade política que defendia tal proposta, proporcionando maior espaço em seus jornais aos políticos que a compuseram.

O presente estudo corrobora, também, a análise de André Singer³⁴⁶. Ao pesquisar as disputas em torno da proposta parlamentarista, verificou-se que mesmo apoiando o parlamentarismo para o país, tanto a Folha de São Paulo como O Globo não se furtaram em denunciar os políticos do parlamento. O desgaste institucional defendido por Singer, portanto, explica parte do fracasso da proposta parlamentarista, uma vez que tal proposta apoia-se, sobretudo, no parlamento, dependendo, essencialmente, da percepção que o povo tem dos deputados e senadores.

Uma característica do Plebiscito de 1993 chamou a atenção: o fato das propostas em questão terem perpassado as fronteiras partidárias, gerando divisões internas nos partidos que, em sua maioria, abrigavam parlamentaristas, presidencialistas e, mais raro, monarquistas. Tal característica proporcionou um maior destaque a outros ambientes da sociedade civil, no âmbito das disputas do plebiscito.

Debilitados por suas divisões internas, os partidos tiveram dificuldade para compor um eixo programático para as campanhas do plebiscito, sendo, por tal razão, ultrapassados pelas frentes suprapartidárias constituídas pelos parlamentares. Frentes que, longe de compor territórios neutros, enfrentavam internamente as disputas herdadas pelas frações partidárias que as constituíam. Nesse aspecto, o papel dos jornais, como verdadeiros partidos políticos,

³⁴⁵ AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Universidade Federal de São Carlos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641221/8733>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

³⁴⁶ SINGER, André. Mídia e democracia. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 58-67, dez./fev. 2000. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revusp/article/download/32891/35461/0>. Acesso em 29 out. 2020.

como muito bem pensado por Gramsci ³⁴⁷, destacou-se no processo do plebiscito, uma vez que jornalistas, colunistas e os próprios editoriais se empenharam em mobilizar, fiscalizar e instruir a sociedade política e, especialmente, a frente parlamentarista.

Situando-se, muitas vezes, na vanguarda parlamentarista, salvaguardando o sistema de gabinete das propostas mistas apresentadas no decurso da campanha – em parte, por não sofrer as pressões políticas de maneira tão direta como os parlamentares, e em parte, por contar diretamente com a colaboração de acadêmicos em suas colunas – os jornais pesquisados, que já estabeleciam ligações com a sociedade política (validadas teoricamente por Gramsci em seu conceito de Estado Ampliado), estreitaram ainda mais essas relações nos processos do plebiscito de 1993. Tal proximidade, portanto, ganha lugar de destaque no desenvolvimento dos embates em torno do plebiscito, uma vez que os políticos, como intelectuais orgânicos, teriam a *“função de organizar a cultura e vontades coletivas, estando vinculados por pertencimento ou por identificação ideológica aos grupos sociais fundamentais.”* ³⁴⁸. Função que, como visto, também condiz com os jornais, que além de satisfazer as demandas dos grupos sociais que representam, criam novas demandas num contínuo esforço de aumentar seu público leitor. Verificou-se, portanto, no decorrer do período analisado, que jornais e políticos esforçaram para garantir que o parlamentarismo constituísse uma nova demanda da sociedade civil, tarefa que, como vimos, não teve êxito.

Este estudo atestou, também, que o papel de organizador político representado pelos jornais, aparentemente vigeu após o plebiscito, com a defesa da reforma política e econômica no âmbito da revisão constitucional. Observou-se ainda, que, para esses veículos da imprensa, o parlamentarismo comporia um impreciso programa de “modernização” do Brasil, tese defendida nos jornais tanto pelos representantes do espectro político da direita como da esquerda, mas com justificativas diferentes. Em vista disso, pode-se sugerir que a citada “modernização” foi um termo disputado pelas forças políticas da época.

Por outro lado, segundo a pesquisa, enquanto a Folha de São Paulo representou um papel mais aguerrido na defesa direta do parlamentarismo, produzindo um maior volume de textos relativos a este sistema de governo, o jornal O Globo, apesar de uma posição não tão ofensiva quanto a Folha de São Paulo, abriu maior espaço à sociedade política, que revelava sua preferência, destacando-se o parlamentarismo. Neste sentido, constatou-se, em ambos os

³⁴⁷ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais**: o princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2. 2011b.

³⁴⁸ PAULA, Dilma Andrade de. Entre Estado e poder: O papel dos intelectuais, agentes da e na sociedade civil. **História e Perspectivas**, n. 48. p. 155-190. Uberlândia, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/23321/12840>>. Acesso em: 23 ago. 2020. p. 173.

jornais, maior participação de políticos defensores desse sistema. Observou-se, também, a posição mais à direita dos partidos que tiveram maior espaço no jornal O Globo, quando comparado à Folha de São Paulo.

A análise das fontes da pesquisa revelou que apesar de se organizar suprapartidariamente, a sociedade política não alcançou uma organização programática das propostas do plebiscito, faltando às três frentes em disputa uma definição detalhada do regime e do sistema que defendiam. Carência que gerou maior impacto à frente parlamentarista, pois a falta de detalhamento do funcionamento do sistema proposto foi amplamente usada por seus rivais presidencialistas, para vencer o pleito.

Notou-se que o impeachment de Collor refletiu destacadamente nos desdobramentos do plebiscito, constituindo um fator a mais para explicar a derrota do parlamentarismo no escrutínio. Ocorre que o impeachment foi melhor utilizado em campanha pelos presidencialistas, que o afirmavam como uma ferramenta de garantia daquele sistema, uma vez que, após o afastamento do presidente, formou-se um novo governo e uma coalisão política mais estável.

Observou-se também, o papel diferenciado exercido pelos intelectuais nos periódicos, pela exposição, no decurso da disputa, de uma linha argumentativa mais profunda e menos eleitoreira. Apesar do desconhecimento geral da população sobre os temas do plebiscito ser publicizado pelos jornais, o distanciamento dessas pautas às demandas reais da sociedade, não pode ser negligenciado.³⁴⁹ Fato que impôs à jornais e políticos a tarefa de estabelecer tais propostas como novas necessidades sociais, objetivo não alcançado, haja vista a derrota do parlamentarismo e o elevado número de votos brancos, nulos e abstenções no plebiscito.

Tal distanciamento das verdadeiras demandas da sociedade, somado às frustradas tentativas de consolidar a pauta do parlamentarismo como nova prioridade, não só para as camadas subalternas, como também para setores das classes dominantes, conduz à reflexão sobre as reais necessidades do parlamentarismo para o Brasil. Apesar das frustradas tentativas de sua consolidação como sistema de governo para o país, observou-se, após o plebiscito de 1993, um insistente retorno ao tema por seus defensores. Tal atitude, corrobora, inclusive, a análise de Abranches, conforme anteriormente citado: “*As crises políticas brasileiras se parecem. Quando chegam próximo do pico, esquece-se a conjuntura e o governo, e se*

³⁴⁹ FIGUEIREDO, Marcus. Os plebiscitos de 1963 e 1993 e a participação eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v.1, n.1, 1993. Disponível em: <www.cesop.unicamp.br/vw/1IErOMDM_MDA_e1154_/v1n1a01.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

começa a falar na ‘crise do presidencialismo’. Os parlamentaristas se assanham e se apressam a apresentar proposta de mudança de regime”³⁵⁰.

É o que se constata no decurso dos anos: “ecos” do parlamentarismo perpassando o cenário político nacional. A proposta parlamentarista, retornando aos jornais com frequência, surge no horizonte como uma saída possível para as crises políticas e econômicas do país. Ainda hoje, percebe-se sua insistente ressonância. Valendo-se, ainda, dos jornais O Globo e Folha de São Paulo, ouve-se o seu ecoar. No atual governo, em 2019, motivado pela crise entre Executivo e Legislativo, ouviu-se dos jornais: “Congresso limita ação de Bolsonaro e debate semiparlamentarismo”³⁵¹. E quando no transitório governo de Michel Temer:

Se a instabilidade política não afetar a economia, a projeção do governo dá uma chance razoável de que cheguemos a 2018 com um crescimento do PIB em torno de 3%, com a recuperação dos empregos começando. A travessia da pinguela pode, neste caso, dar acesso a uma ampla perspectiva em que uma reforma política pode implantar o parlamentarismo e o voto distrital, permitindo a Temer se recandidatar à presidência da República sem criar atritos com seu principal aliado, o PSDB, que comandaria o governo.³⁵²

Em 2018, a Folha anunciava as discussões no Supremo Tribunal Federal: “STF julgará possibilidade de instituir parlamentarismo sem plebiscito”. Intento abortado a pedido de parte dos autores do mandado de segurança, solicitado ainda em 1997.³⁵³ “A ideia de alterar o sistema de governo brasileiro voltou a ganhar espaço nos debates políticos desde o aprofundamento da crise do governo Dilma Rousseff, em 2016.”³⁵⁴

Ainda na Folha de São Paulo, sob o governo de Dilma, o parlamentarismo ecoa na seção *Opinião*:

A CPI da Petrobrás e as outras – metrô, Porto de Suape – vão acabar em pizza. Talvez isso sirva para o povo entender que o sistema presidencialista não deu certo no Brasil e, pelo andar da carruagem, nunca

³⁵⁰ ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 107.

³⁵¹ BRAGON, Ranier; ARBEX, Thais. Congresso limita ação de Bolsonaro e debate semiparlamentarismo. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 32925. 26, mai. 2019. p. A4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³⁵² PEREIRA, Merval. A travessia da pinguela. **O Globo**. País. n. 30497. 04, fev. 2017. p. 4. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³⁵³ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Relator homologa desistência de mandado de segurança contra PEC sobre parlamentarismo. **Notícias STF**, 08 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=380829>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³⁵⁴ REDAÇÃO. STF julgará possibilidade de instituir parlamentarismo sem plebiscito. **Folha de São Paulo**. Poder. n. 32564. 30, mai. 2018. p. A8. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

dará. O que vai mudar se Dilma Rousseff for reeleita em 2014 ou se outro partido assumir o poder? Nada! Precisamos tentar o parlamentarismo.³⁵⁵

Em mais longo recuo no tempo, atento aos ecos, aporta-se nos governos Lula:

O presidencialismo possui uma imagem forte do presidente isolado no palácio, desconectado de partidos políticos – por isso, muitos não ligam à corrupção. Essa é a avaliação da brasileira Fiona Macaulay, professora de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Bradford, que estuda o Brasil há 13 anos. (...)

Macaulay: No parlamentarismo, nenhum primeiro-ministro convenceria de que não sabe o que acontece no partido. Essa ignorância seria absurda.³⁵⁶

Ou na disputa eleitoral em 2006, quando em reportagem sobre o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, O Globo ecoou: *“Tucano admite volta da discussão sobre parlamentarismo, mas afirma que antes é preciso aprovar fidelidade partidária. (...) O candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, admitiu ontem reabrir a discussão sobre a adoção do parlamentarismo, caso eleito.”*³⁵⁷

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, mesmo tão próximos do plebiscito e da derrota da via parlamentarista, retumbou a mesma proposta. A insistência, como já verificada, no mandado de segurança de parlamentares em 1997, também ecoou nos jornais, ainda no final do primeiro mandato:

Muito trabalho para pouco resultado. Depois de quase dois anos de discussão no Congresso sobre o sistema partidário e eleitoral, a reforma política se limitou à aprovação, no início de 1997, da emenda da reeleição. Da lista de 15 propostas, apenas a que tratava da reeleição do presidente e dos governadores e prefeitos mobilizou os parlamentares. Os outros temas, como volta da fidelidade partidária e a instituição do voto facultativo, foram esquecidos. (...)

– Reforma política é assunto para depois das eleições. Isso não é hora de se discutir parlamentarismo, por exemplo, num ano em que se escolherá um presidente pelo regime presidencialista – acrescentou o líder do Governo no Senado, Elcio Álvares (ES).³⁵⁸

Outros exemplos da insistência na proposta parlamentarista após o plebiscito de 1993 não foram citados nesta pesquisa. Entretanto, os fatos apresentados descortinam um claro

³⁵⁵ OPINIÃO. **Folha de São Paulo**. Painel do Leitor. n. 31057. 14, abr. 2014. p. A3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

³⁵⁶ REDAÇÃO. Especialista vê Lula protegido e corrupção do PT como tragédia. **Folha de São Paulo**. brasil. n. 28145. 24, abr. 2006. p. A6. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

³⁵⁷ LINS, Letícia. Alckmin diz que reforma política é prioritária. **O Globo**. O País. n. 26618. 23, jun. 2006. p. 8. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

³⁵⁸ JUNGBLUT, Cristiane. Reforma política ficou para 99. **O Globo**. O País. n. 23490. 22, dez. 1997. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

panorama da recorrência do tema nos corredores das diversas instâncias da sociedade política, comprovando que o debate em seu entorno mantém-se amplificado pelos poderosos veículos de imprensa analisados neste estudo. Ainda hoje, os ecos do parlamentarismo viajam pelo ar das expectativas políticas, denunciando a permanente vigilância de seus defensores. Este estudo buscou colaborar para o entendimento de um de seus momentos fundantes na Nova República: o Plebiscito de 1993.

REFERÊNCIAS

FONTES

O GLOBO – Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>

FOLHA DE SÃO PAULO – Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sergio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA, Monica Piccolo. **A trajetória de Fernando Collor rumo à Presidência: estratégias eleitorais televisivas**. XXVII - Simpósio Nacional de História. ANPHU. Natal. 22 a 26 de julho, 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4507/2013_almeida_trajetoria_fernando_collor.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 out. 2020.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1995.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Universidade Federal de São Carlos. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-62762006000100004>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BACON, Francis. **Essays, civil and moral**. XXII Of Cunning. The Havard Classics, 1909 – 14. Disponível em: <www.bartleby.com/3/1/22.html>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1990-2000**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARBOSA, Thomaz Henrique; MARTIN, Victor Henrique. **Mídia e Poder: Fernando Collor e a Rede Globo nas eleições presidenciais de 1989**. 2012. Monografia (Especialização em Comunicação Social). Universidade do Vale do Paraíba. Faculdade de Ciências Sociais, Artes e Comunicação. São José dos Campos, 2012. Disponível em: <biblioteca.univap.br/dados/00002e/00002e79.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e Democracia. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**. São Paulo. n. 33. p. 5-16. ago. 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000200002>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BIANCHI, Alvaro. **O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de

Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2004. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279956>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira, n. 63. Coleção Pensamento Crítico. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.624, de 04 de fevereiro de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8624.htm>. Acesso em: 22, out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.930, de 06 de setembro de 1994**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18930.htm>. Acesso em: 23, nov. 2020;

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998**. Regulamenta a execução do dispositivo nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9709.htm>. Acesso em 25 mar. 2021.

CARVALHO, Andreza Pires de. **Voto Rebelde é na Monarquia!**: a disputa entre monarquistas x republicanos e parlamentaristas x presidencialistas no plebiscito de 1993. 2018. 59 p. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189308/001086923.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CORRÊA, Lile. Edições digitais continuam a crescer em 2017. **Clube de Imprensa**. 08, nov. 2017. Disponível em: <<https://clubedeimprensa.com.br/edicoes-digitais-continuam-a-crescer-em-2017/>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

COSTA, Edson Interlandi da. **Sistemas de governo e cultura brasileira**: ajustes necessários. 2019, 35p. Monografia. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro-RJ, 2019. Disponível em: <repositorio.esg.br/bitstream/123456789/805/1/EDILSON%20INTERLANDI%20DA%20COSTA.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci, ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

FIGUEIREDO, Marcus. Os plebiscitos de 1963 e 1993 e a participação eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas. v.1, n.1. 1993. Disponível em: <www.cesop.unicamp.br/vw/1IErOMDM_MDA_e1154_/v1n1a01.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

FREITAS, Rafael; MOURA, Samuel; MEDEIROS, Danilo. **Procurando o Centrão**: direita e esquerda na Assembléia Nacional Constituinte 1987-88. 2009. CEBRAP – Biblioteca Virtual. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/381_artigo.pdf>. Acesso em 29 dez. 2020.

GARCIA, Francisco Tadeu Lima. Plebiscito de 1993: a proposta em Assembleia Nacional Constituinte. Artigos. **JUS.com.br**, março. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/56373/plebiscito-de-1993-a-proposta-em-assembleia-nacional-constituente>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In **Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 3. 2011a.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais: o princípio educativo**. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2. 2011b.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>. Acesso em 3 jan. 2021.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Bruna Della Torre de Carvalho; SANTOS, Eduardo Altheman Camargo. Socialização e dominação: A Escola de Frankfurt e a cultura. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 30, n. 3, Set./Dec, p. 123-141, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.145015>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

LUDGERO, Lucas. A participação democrática por meio de referendo, plebiscito e projetos de iniciativa popular no Brasil. **Rádio Câmara**. Reportagem Especial. 2015. Disponível em: <www.camara.leg.br/radio/programas/470735-a-participacao-democratica-por-meio-de-referendo-plebiscito-e-projetos-de-iniciativa-popular-no-brasil/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, v.13, n.11. 2011. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390/23725>. Acesso em: 07 out. 2020.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. Revisão e atualização de Miguel Alfredo Malufe Neto. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas-SP, v. 22, n.3, set./dec. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000300010>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

MARTINS, Rodrigo. **O Processo Decisório na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88: a Escolha do Sistema de Governo**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-11042014-101746/pt-br.php>>. Acesso em: 25 set. 2020.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. **Relação entre políticos e mídia no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/afiliacoes-politicas/>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: uma questão de gênero. **Revista Symposium**, a. 5, n. 1, jan./jun., 2001. p. 45-55. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MELO, Demian Bezerra. O plebiscito de 6 de janeiro de 1963 na crise orgânica dos anos sessenta. **ANPUH** – Simpósio Nacional de História, Fortaleza, XXV, 2009. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0360.pdf>. Acesso em 12 mar. 2021.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Economia e política na historiografia brasileira. **Antropolítica**, Niterói, n. 7, 1999. Disponível em: <www.historia.uff.br/estadoepoder/files/art01_mendonca_economiaepolitica.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, jan./jul. 2014. Disponível em: <www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/35>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. 4 ed. **História do Brasil recente (1964-1992)**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Brasileira**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=jZBv>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

MORAES, Dênis de. O jornalista Antonio Gramsci. **Observatório da Imprensa**. Imprensa em Questão. Edição 777. 17 dez. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed777_o_jornalista_antonio_gramsci/>. Acesso em 10 ago. 2020.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. Dossiê comunicação e política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420>>. Acesso em 10 ago. 2020.

NÉMETH-TORRES, Geovani. A odisseia monarquista no plebiscito nacional de 1993. **Revista Veredas da História**, UFSJ-Lavras-MG, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/download/6/6>. Acesso em: 16 out. 2019.

NOGUEIRA, André Magalhães. **Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88**. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Verbetes. Colaboração Especial. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1987-88>>. Acesso em: 12 out. 2020.

PAIVA, Mário Jorge de. Elementos para uma apresentação do pensamento conservador: da disposição conservadora aos conservadorismos decorrentes. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**. Vitória, v. 7, n. 1, pp. 90-106, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/27694/18659>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo Augusto. A. B. Crise Política e Sistemas de Governo: origens da “Solução Parlamentarista” para a Crise Político-Constitucional de 1961. **UNIVERSITAS JUS**. v.24, n.3. 2013. Disponível em: <www.jus.uniceub.br/jus/article/view/2622/2119>. Acesso em: 10 mar. 2021

PAULA, Dilma Andrade de. Entre Estado e poder: O papel dos intelectuais, agentes da e na sociedade civil. **História e Perspectivas**, n. 48. p. 155-190. Uberlândia, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/23321/12840>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In OLIVEIRA, Francisco de.; BRAGA, Ruy.; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PERLATTO, Fernando. As disputas políticas e a constituinte brasileira de 1987-1988: projetos, sonhos e utopias. **Ler História**, n. 75, p. 89-109, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.5588>>. Acesso em: 16 set. 2020.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2002.

RAMOS, Dircêo Torrecillas. Formas de Sistema de Governo: Monarquia, República, Parlamentarismo, Presidencialismo. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Org). **Parlamentarismo, realidade ou utopia?** São Paulo: FECOMERCIOSP, 2016. p. 114 – 172. Disponível em: <www.fecomercio.com.br/upload/file/2016/09/19/parlamentarismo_tela_final.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

REY, Mabel Thwaites. La noción gramsciana de hegemonía en el convulsionado fin de siglo: Acerca de las bases materiales del consenso. In: REY, Mabel Thwaites; LOGIÚDICE, Edgardo; FERREYRA, Leandro. **Gramsci mirando al sur**. Buenos Aires: Ediciones Kohen y Asociados Internacional, 1994. Disponível em: <[www.consensocivico.com.ar/uploads/541c20dae1af8-Thwaites_Rey_la_noc_gramsc_de_hegem%20\(CC\).doc](http://www.consensocivico.com.ar/uploads/541c20dae1af8-Thwaites_Rey_la_noc_gramsc_de_hegem%20(CC).doc)>. Acesso em: 12 mar. 2020.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Eleições, fragmentação partidária e governabilidade. **Novos Estudos**. CEBRAP. Ensaio, Homenagem. 03, mai. 2021. Publicado originalmente em *Novos Estudos Cebrap*, nº 41, março de 1995, pp. 78-90. Disponível em: <novosestudios.com.br/eleicoes-fragmentacao-partidaria-e-governabilidade/>. Acesso em: 22, jul. 2021.

SAMPAIO, Nelson de Sousa. O “Parlamentarismo” no Brasil Império. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. VII, n. 2, p. 73-91, mai./ago. 1964. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/download/59532/57896>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, Luiz Cesar Rocha. Emenda constitucional por iniciativa popular. **Revista Âmbito Jurídico**, 01 abr. 2017. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/emenda-constitucional-por-iniciativa-popular/>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SENADO FEDERAL. Comissão Afonso Arinos elaborou anteprojeto de Constituição. **Senado Notícias**, 1 out. 2008a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/10/01/comissao-afonso-arinos-elaborou-anteprojeto-de-constituicao>>. Acesso em: 26 set. 2020.

SENADO FEDERAL. O fracasso da revisão constitucional. **Senado Notícias**, 19 ago. 2008b. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/08/19/o-fracasso-da-revisao-constitucional-de-1994>>. Acesso em: 23 out. 2020.

SINGER, André. Mídia e democracia. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 58-67, dez./fev. 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i48p58-67>>. Acesso em 29 out. 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Relator homologa desistência de mandado de segurança contra PEC sobre parlamentarismo. **Notícias STF**, 08 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=380829>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Plebiscito sobre forma e sistema de governo completa 20 anos no dia 21 de abril. **Jusbrasil**, 2013. Disponível em: <<https://tse.jusbrasil.com.br/noticias/100464619/plebiscito-sobre-forma-e-sistema-de-governo-completa-20-anos-no-dia-21-de-abril>>. Acesso em: 22 out. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. TRE-SP aprova realização de plebiscito em Campinas. **Jusbrasil**, 2014. Disponível em: <<https://tse.jusbrasil.com.br/noticias/100686676/tre-sp-aprova-realizacao-de-plebiscito-em-campina>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

VEJA. O Pacote das urnas. Congresso. **Revista Veja**, n. 41, p. 36-37, 17 out. 1990. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervo/#/editions>>. Acesso em 28 mar. 2021.

VIEIRA, Pedro Capra. Mecanismos de Democracia Direta no Brasil. **Conexão Política**, Teresina, v. 4, n. 1, p. 29-42, jan./jun., 2015. Disponível em: <<https://comunicata.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/download/4915/2827>>. Acesso em 22. mar. 2021.

VILAS BOAS, Bruno. Na retomada, renda da classe 'A' sobe 6 vezes mais depressa. **Valor Econômico**, 12 set. 2017. Disponível em <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/na-retomada-renda-da-classe-a-sobe-6-vezes-mais-depressa.ghtml>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

VIOMUNDO. **Economist: Brasil “mais dócil com relação aos donos da mídia”**. 10, jun. 2014. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/politica/economist-governo-do-brasil-mais-docil-com-relacao-aos-donos-da-midia.html>>. Acesso em: 29 out. 2020.